

FERREIRA DE ARAUJO

5516

COUSAS POLITICAS

ARTIGOS PUBLICADOS NA «GAZETA DE NOTICIAS», DE MARÇO A
DEZEMBRO DE 1883.

RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA DA GAZETA DE NOTICIAS
72 RUA SETE DE SETEMBRO 72

1884

A
320.981

F383

c
1884

F 383
etc

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob número

4

do ano de

1946



COUSAS POLITICAS

1883

19 de Março

SUMMARIO.—A questão dos bonds da Copacabana.—Boatos de preferencia á companhia de Botafogo.—Revelações da directoria.—Hesitações do Sr. ministro Avila.

... aconsejoos que de aqui adelante no os burleis con la justicia, porque topareis con alguna que os dé con la burla en los casosos.

Isto dizia o bom senso de Sancho Panza, quando governava a ilha da Barataria. Se o Sr. senador Avila, ministro da agricultura, a quem Deus guarde, tivesse presente esta maxima, não lhe teria succedido o que lhe succedeu na desastrada questão da Copacabana.

Emquanto esteve aberta a concurrencia para propostas, dizia-se á bocca pequena, que a concurrencia era para inglez ver, porque a fatia estava destinada á companhia de Botafogo, querida e poderosa.

Não ha quem tenha andado nos diversos bonds do Rio de Janeiro, que não reconheça que o serviço d'essa companhia é melhor do que o de qualquer outra; portanto, a

idéa da preferencia dada a ella para serviço novo não desagradava a ninguem; mas...

Este *mas* traduz-se no seguinte: muita gente, que sympathisava com a preferencia dada á companhia de Botafogo, sympathisava menos com o modo porque se dizia que essa preferencia lhe seria dada.

Dizia-se que, fechada a concorrência, seriam annulladas as propostas, e que o ministro entraria em accordo com a poderosa companhia, que expressamente para esse fim tinha deixado de concorrer.

Accrescentavam os que fazem justiça á honestidade do ministro, que este obteria da companhia, em troca do contracto, vantagens consideraveis para o publico; comprehendendo-se que as más linguas interpretavam a cousa de outro modo.

Terminada a concorrência, apparecem só duas propostas; a respeito da companhia de Botafogo... nada.

Passam-se dias, os boatos succedem-se, na praça ferve o jogo de accões.

Os bem informados emittiam as mais contradictorias opiniões. Uma d'ellas, a que tinha mais voga, dizia que o ministro, custasse o que custasse, não escolheria nenhuma das propostas; que as considerava ambas inferiores em vantagens ao que elle esperava obter da companhia de Botafogo.

Estava este boato passando sem novidade em sua importante saude, e engordando a olhos vistos, quando o publico reparou que, ao lado d'esse, um outro boato apparecia, promettendo tambem avolumar-se.

O recém-vindo dizia que aquelle a quem a etiqueta consagra letras maiusculas em todas as partes da oração, oppunha-se ás idéas do ministro; que, sem ter prevenção contra a companhia de Botafogo, entendia que, mais que as vantagens que se poderia obter desta, valia a manutenção do principio de moralidade administrativa, e que este faria agua por todos os lados se, regeitadas as propostas feitas em concorrência publica, se fizesse depois um contracto por detraz dos reposteiros.

Percorriam a cidade, de braço dado, estes dous boatos, quando um bello dia percebeu o publico que o boato n. 2, avolumando-se, projectava sombra sobre o n. 1, que se tornava assim pouco visivel; quasi um eclipse, o que é pouco de estranhar, se nos lembrarmos que o boato n. 2, era oriundo de um sabio muito dado a astronomias.

Foi o caso que nos requerimentos despachados, secção que os jornaes até aqui publicavam e o publico lia por necessidade, mas que passou a ter procura como um folhetim de Montépin, appareceram dous despachos, que pareciam o que o vulgo chama sangrar-se em saude.

A uns pretendentes a contractos de construcção de estrada de ferro, o ministro respondeu accentuando por tal modo a necessidade de fazer tudo por concurrencia, a bem da moralidade administrativa, que os accionistas da Botafogo sentiram logo um arrepio de frio nas acções, como se tivessem encontrado á noite a policia em logar deserto.

O facto é que, pouco depois, apparece a noticia official de que tinha sido escolhida uma das propostas, sumindo-se da scena o boato n. 1, que mostrou assim que não era gordo, mas inchado, e que a inchação lhe subira á cabeça, mandando-o para o paiz das minhocas.

Com a morte do boato n. 1, parece, á primeira vista, que ficou só de pé o boato n. 2; assim foi durante algumas horas; mas, logo em seguida, começaram a apparecer boatinhos, que têm crescido de então para cá, que é mesmo um louvar a Deus de gatinhas.

Diz um dos boatinhos que o ministro foi vencido, embora não convencido; que, para não causar crise a um ministerio que não está extremamente solido, se deixára ficar, para não fazer a figura do individuo desastrado que não pôde sentar-se á mesa, sem entornar um bule; e finalmente que, por uma subtiliza de que só se encontra exemplo nas altas regiões administrativas, mais amigas de Platão do que da verdade, o ministro vencido não assignaria o contracto, sendo este feito em nome do governo.

Estavamos todos n'este mundo de boatos, quando houve a assembléa geral da companhia de Botafogo. Os directores da companhia, que têm aos olhos do publico a vantagem de não serem deputados e não pretenderem ser ministros, disseram umas cousas que levam sobre os boatos a indiscutivel vantagem da affirmacão de factos.

Diante d'essas revelações cahiu por terra a unica accusação séria que se fazia á companhia de Botafogo:— não ter querido concorrer.

A companhia representou ao governo allegando que o seu contracto dava-lhe preferencia. O governo podia considerar boa ou má esta allegação; considerando-a boa, devia annullar a concurrencia; considerando-a má, devia dizer-lh'o em tempo, para que ella pudesse concorrer.

O governo, porém, não adoptou nenhum d'estes alvitre; deixou sem despacho a representação, apesar de lhe ter sido apresentada mais tarde uma outra, em que se lhe pedia despacho á primeira, e se accrescentava que, se o direito allegado pela companhia não fosse reconhecido, pedia esta que a sua segunda representação fosse considerada como uma proposta.

A primeira representação foi despachada depois de fechada a concorrência, e desconhecia o direito allegado pela companhia; a segunda, apresentada a 21 do mez passado, ainda até hoje não foi despachada.

Ainda mais: no dia em que terminou a concorrência, um dos directores fallou ao ministro, e disse-lhe que levava no bolso uma proposta; o ministro não a accitou, e ainda n'essa occasião disse que a companhia tinha preferencia por lei.

E' inutil repetir tudo quanto o ministro disse aos directores da companhia, para os convencer de que elle ministro era todo isofago; e de tal modo o fez, que a companhia pouco se affligiu com a falta de despacho á sua representação, porque as palavras do ministro deixavam-lhe ver que só com a companhia elle entraria em accordo.

A escolha da proposta Duvivier arrebentou, portanto, como uma bomba; e lembrando-se provavelmente de ter encontrado na praça, na rua do Ouvidor, nos theatros e nos cafés, o boato n. 2, a companhia tirou-se dos seus cuidados, e, em vez de ir queixar-se ao bispo, porque não ha via-ferrea para o morro da Conceição, foi a Petropolis, via Grão Pará, queixar-se ao homem das maiusculas.

O Sr. commendador Malvino, que já foi vereador, e é entendido n'estas cousas de etiquetas, disse que o poder irresponsavel lhe affirmára nunca ter ouvido fallar em representação da companhia.

Quando se soube que descêra esta resposta de Petro... polis, o boato n. 2 pôz-se a emmagrecer e a definhar como se vivesse de cobrar dividas á Illma. camara municipal da côrte: é que o boato n. 2 tinha boas côres, excellente saude, justamente porque o maiusculo pensava que a Botafogo não queria concorrer, propositalmente para poder fazer arranjo por traz dos reposteiros; mas, desde que maiusculo viu-se na impossibilidade, pela primeira vez em sua vida, de dizer *já sei*, e pelo contrario teve de confessar que não sabia cousa alguma, o boato n. 2 entendeu que devia ir á junta de saude militar pedir-lhe que o conside-

rasse incapaz de todo o serviço, para o effeito de ser reformado no seu mesmo posto de boato, posto que de nunca mais subirá.

Estamos chegados ao ponto mais escabroso d'estas mal traçadas linhas:—qual foi a intenção do ministro em toda esta embrulhada da Copacabana?

Vamos por partes, porque isto é uma questão toda cheia de partes.

Em primeiro lugar, vejamos. Entendia o ministro que a Botafogo podia fazer melhor o serviço do que qualquer outra empresa? Parece que o entendia assim, não por ser essa a opinião geral, o que já era uma razão para não ser a do governo, mas porque a companhia de Botafogo é a que tem mais facilidade para fazer esse serviço, já está bem montada, tem o material de que precisa, tem a experiencia e póde fazer em favor do publico, *desde já*, o que outra qualquer terá alguma difficuldade em fazer, mesmo um bocadinho mais tarde. Portanto, por esse lado, a opinião do ministro era favoravel á companhia.

Tem a companhia direito adquirido, e o ministro reconhece-o? Parece tambem que sim, porque S. Ex. assim o declarou a um director, e sem que ponhamos a palavra do referido director acima da do ministro, uma vez que o ministro nada declarou a tal respeito, a declaração do director está perfeitamente de pé.

O facto de não ter o ministro despachado a representação da companhia prova que elle era favoravel ou contrario á pretensão d'esta? Prova que era favoravel, e que não despachou por considerar o despacho inutil, uma vez que elle tinha intenção de tratar com a companhia. Se o Sr. ministro fosse adverso á companhia, teria despachado a representação d'esta em tempo, negando-lhe o direito que ella allegava, permittindo-lhe assim o apresentar-se a concorrer. Seria preciso suppôr no Sr. senador Avila uma deslealdade que nenhum acto de sua vida auctorisa a suspeitar, alimentar a idéa de que S. Ex. reteve, sem despacho, a representação, expressamente para, além de lhe negar o direito que verbalmente lhe reconhecia, ainda a impedir de apresentar proposta.

Será verdade—e aqui entra em scena, já de muletas, o boato n. 2—que o ministro quiz até á ultima hora annullar a concorrência, e que só aceitou a proposta Duvivier vencido pelo maiusculo? A' primeira vista parece que sim, porque, suppondo que a Botafogo se tivesse conservado em

silencio, a opinião do maisculo era justa; mas então porque lhe não fallou o ministro na representação?

Aqui é que a porca torce o appendice antipoda do nariz.

Por que motivo o Sr. Avila não pôz a representação defronte do telescopio do astrónomo-mór do Imperio?

O que parece é que o Sr. Avila quiz só para si o 29 de fazer um contracto vantajoso para o publico com a companhia de Botafogo, sem contar com o arreganho do parceiro—mal comparando!—que lhe passou a perna, e obrigou-o a aceitar a proposta que julgava má, e a faltar ao que dissera aos directores da companhia de Botafogo.

Que o Sr. Avila não considera boa a proposta que aceitou, prova-o o seu despacho. Argumentar com cifras imaginarias é a maior pilheria que se pôde atirar ás bochechas de um povo, por mais Manuel de Souza que seja esse povo.

Cifra deve ser exacta. Dizer que um tunel vale pataca e meia, e tres annos de privilegio valem dezenove vintens, por conseguinte o governo ganha um nikel, sem nos provar que esses valores são reaes, é vender-nos uma pomada de cheiro que precisa de desinfectantes.

Vamos, pois, vêr o que diz hoje ou amanhã o *Diario Official*. Deve dizer alguma cousa, porque está publicado o que disseram os directores da companhia, e suas allegações não são positivamente lisongeiras para o Sr. ministro.

A politica é condescendente; mas o ser ministro é uma cousa que acaba, ao passo que não deve acabar o nome de um homem reconhecidamente honesto. Se o Sr. ministro da agricultura não se explicar pelo *Diario Official*, é certo que o Sr. senador Avila deitará explicação por qualquer modo.

E quando se desembrulhar esta questão, pedimos licença ao Sr. senador Avila para fazer como as cobras, que juntam á cabeça a outra extremidade, e terminamos dizendo como ao começar:

« aconsejoos que de aqui adelante no os burleis con la justicia, porque topareis con alguna que os dé con la burla en los cascos. »

2 de Abril

SUMMARIO.—Os despachos do Sr. Avila.—As contradicções de S. Ex.—As excavações nas ruas.—A estrada de ferro de D. Pedro II, credora da Illma. camara municipal.—Os impostos provinciaes no Paraná.—O presidente Carlos de Carva ho.—O Sr. Carlos Affonso, ministro da da guerra, e o Sr. visconde de Pelotas.—A questão Tripoti.—Boatos de viagem imperial.

A politica que, durante a semana como ha já algum tempo, se concentrava no Sr. senador Avila, ministro da agricultura, teve sabbado uma diversão: o Paraná.

Antes d'isso, fóra a questão da Copacabana, tudo o mais parecia calmo, e no horisonte só uma nuvemzinha se desenhava: o mez de maio.

O que será a opposição? Teremos dissolução da camara? O Imperador de certo não quererá dissolver a primeira camara filha da eleição directa. Quem será o novo primeiro ministro? O Sr. Saraiva? Não quer. O Sr. Dantas? Ha quem não queira. O Sr. Octaviano? Os conservadores?

Mas, tudo isto ainda é muito vago; as attenções voltavam-se, pois, forçosamente para o Sr. Avila, o ministro da agricultura, commercio e obras publicas.

Tanto S. Ex. tinha concentrado em si a politica, que já se dizia que S. Ex. seria o organisador do novo gabinete. E porque não? Já tivemos o ministerio do Sr. Martinho Campos, podemos ter o do Sr. Avila, que, pelo menos, será mais alegre.

O *Diario Official*, dada essa hypothese, abrirá uma nova secção no genero do *Omnibus da Gazeta*; e acceitará publicações a pedido, anonymas, sob a responsabilidade de Romão José de Lima, no pleno gozo de seus direitos civis e politicos.

O estylo dos despachos de S. Ex. ir-se-ha aos poucos aperfeçoando, e veremos no *Official* as cousas mais estupidas.

Fulano de tal pede licença por tres mezes para ir á provincia do Espirito-Santo tratar de seus interesses. O Sr. ministro despachará: « Está se ninando. Eu tambem tenho negocios no Rio-Grande e estou aqui. Aguenta-se. »

O amanuense Antonio Francisco pede uma gratificação, pelo facto de ter comparecido trinta dias a seguir ao serviço de sua repartição. Despacho: « Quem é tolo pede a Deus que o mate e ao diabo que o carregue. »

O director de uma companhia de estrada de ferro pede concessão de um novo ramal. Despacho: « Deixe-me levar primeiro a questão ao sabbado imperial. Antes d'isso não lhe digo nem fum, nem folle de ferreiro. Gato escaldado de agua fria tem medo. »

O director das telegraphices do Estado participa ao Sr. ministro da agricultura, em resposta ao aviso, em que o censura pela demora na entrega dos telegrammas officiaes, que mantem o que disse sobre a falta da praça montada e passes de bonds, e que, se S. Ex. quer o serviço bem feito, vá fazel-o. Despacho: « Faça o que entender. Com você não quero brincadeiras. Macaco velho não mette mão em combuca. »

Eis em ligeiro esboço o que promette ser S. Ex. quando primeiro ministro. Enquanto espera essa promoção, por merecimento, S. Ex. vai chamando a si todas as attentões, principalmente com a memoravel questão da Copacabana.

Que trapalhão, Santo Deus! Elle gosta da companhia do Jardim Botânico, acha que ninguem melhor do que ella póde fazer a nova linha; e, no entanto, diz a um de seus directores que a acha mal dirigida e administrada.

Um dia, deita discurso em dous despachos, demonstrando as vantagens moralisadoras da concorrência; outro dia diz que, se fosse ministro quando se tratou da construcção da linha da Copacabana, teria feito o contracto com a companhia do Jardim Botânico, sem abrir concorrência.

Uma vez reconhece que esta companhia tem a preferéncia garantida por lei; outra exclama, em accesso da hilaridade, que a idéa do privilegio é uma monomania de Botanical Garden.

Diz que a companhia perdeu o direito de ser attendida pelo simples facto de não ter apresentado proposta

a tempo, e, no entanto manda chamar um dos directores da companhia para conversar sobre o assumpto, seis dias depois de expirar o prazo para a apresentação das propostas.

Disse, e pelo *Diario Official* confessa ter dito, que resolveria a preliminar do privilegio antes de tomar conhecimento das propostas apresentadas, e no entanto despachou a representação que allegava essa preliminar na vespera de aceitar definitivamente uma das propostas, e isto vinte dias depois de expirar o prazo da concurrencia.

Apanhado em falso, tendo faltado ao que promettera por ser obrigado a fazer o que lhe mandaram, começa S. Ex. a procurar razões para desculpar-se e desencava os pareceres do conselho d'Estado, negando privilegio de zona á companhia de Botafogo, sem se lembrar que o que está em questão não é o privilegio de zona, mas sim o jogo que S. Ex. fez com a companhia, fazendo-lhe crer que não lhe era prejudicial o deixar de apresentar proposta.

Esse mesmo argumento de zona não privilegiada, que parece não ter sido elevado á altura de um principio de moralidade administrativa, ainda é apresentado com grande enthousiasmo por um ministro que acaba de assignar um contracto com a empresa nova, concedendo-lhe o privilegio, não só d'essa zona que a companhia de Botafogo nunca pôde obter, mas de uma zona muito mais vasta, e limitada de tal modo, que nunca o privilegio possa dar logar á menor contestação.

De modo que aquillo que a companhia de Botafogo, que foi quem introduziu n'esta capital este systema de viação publica, e é quem em melhor pé o tem mantido, nunca pôde obter nem em parte, obtem-no agora uma empresa nova, que vai sacrificar o melhor dos capitaes da primeira companhia, a quem se deve nada menos que o estado florescente em que se acham os bairros de Botafogo e Lorangeiras, sem contar que todo o bem que têm feito a outros bairros as companhias, que vieram depois, são devidos tambem á iniciativa que tomou a Botanical Garden.

E como se tanto não bastasse, ainda o Sr. Avila, mandando publicar os pareceres do conselho d'Estado, supprimiu os topicos favoraveis á companhia de Botafogo.

Agora está o Sr. Avila em correspondencia activa com o seu collega do ministerio do imperio.

Este, em nome da hygiene publica, não quer que se faça excavações nas ruas, para não pôr ao fresco os microbios da febre amarella; o Sr. Avila manda excavar para metter agua nas casas.

Passando recibo da reprimenda, o Sr. Avila põe-se á espera de occasião opportuna e assim que lhe parece que a achou deita discurseira ao seu collega, trazendo para a rua as mazellas da Illma. camara, que não paga a quem deve.

A Illustrissima, que o tempo e as circumstancias têm transformado em uma repartição do ministerio do imperio, deve á estrada de ferro de Pedro II, que está sob a jurisdicção do ministerio da agricultura, nada menos de duzentos contos de reis.

A estrada de ferro, que conhece o freguez que tem, se pudesse, vendia a divida pela quarta parte do seu valor e ainda ficava com cara de vendeiro que logrou o freguez no peso.

O Sr. ministro da agricultura faz sentir ao seu collega do imperio que os seus empregados vereadores estão procedendo menos limpamente, apanhando aos marchantes 4\$000 de imposto por cabeça de gado, a pretexto de transporte, e guardando no bolso esse dinheiro. ES. Ex. aproveita a occasião para ensaboar o seu collega e mostrar ao mesmo tempo que entende muito d'isto de carnes e couros, e miudos adjacentes.

E estavamos ás voltas com o Sr. Avila quando surgiu a questão do Paraná.

O Sr. Paranaguá, como presidente do conselho, e ministro da fazenda, e o Sr. Leão Velloso, como ministro do imperio e, portanto, nomeador de presidentes de provincia, olham um para o outro, sem saber o que decidir sobre a questão do commercio d'essa provincia, paralyzado pela sempiterna questão de impostos.

Vêm os dous ministros diante de si o Sr. senador Corrêa, o que lhes dá vontade de resolver a questão antes que comece a funcionar o senado, onde o activo representante não deixa respirar ministro, mettendo-o em uma athmosphera de discursos e requerimentos, incompativel com a vida.

Por outro lado pensam que o Dr. Carlos de Carvalho não é d'estes presidentes a quem se manda passear, assim

sem mais nem menos, porque se o fizerem sem o convencer de que o passeio lhe pôde fazer bem ás idéas, elle é homem bastante para responder com quatro pedras na mão.

A não ser esta malfadada questão do Paraná, que vida tranquilla passaria o Sr. de Paranaguá, que está gastando o dinheiro do inglez, e não precisa por hora cogitar nos meios de salvar outra vez a patria, contrahindo novo emprestimo?

Como seria feliz, se não fosse o Paraná, o Sr. Leão Velloso, assistindo aos concursos na Faculdade de Medicina, e referendando as decisões que cahem do céu, como o manná no deserto!

Mas, a questão do Paraná veiu impedir SS. EEx. de continuarem a passar sem novidade em sua importante saude.

E' que esta questão de impostos provinciaes, já tantas vezes agitada e nunca resolvida satisfactoriamente, faz pagar ao governo as suas imprevidencias e arbitrariedades.

A questão já deu que fazer em Pernambuco e na Bahia; agora, chega a reclamar a presença de Enéas, o pio, na provincia do Paraná. N'esta folha ninguem é suspeito de bandear-se para o governo, quando está em causa um direito ou um interesse do povo; mas francamente, quem vê a questão de longe e sabe que á frente dos reclamantes anda o *cavaignac* do cavalheiro da Triste Figura, candidato derrotado, e no palacio da presidencia está o Dr. Carlos de Carvalho, não pôde deixar de olhar com sympathia para o palacio.

O imposto é máu, o regulamento é vexatorio, tem havido uma série de absurdos. De accordo. Mas, não se pôde negar que o Dr. Carvalho está procedendo muito correctamente, e que aquelle moço é um homem.

O nosso desejo é que as cousas terminem do melhor modo, e que nada mais soffra uma provincia, em que se trabalha, uma provincia que manifestamente progride.

Quem não deve andar contente é o Sr. Carlos Affonso, o irritadissimo ministro da guerra.

Ainda ha poucos dias recebeu S. Ex., assim a modo de amendoas da Semana Santa, uma descalçadeira do Sr. visconde de Pelotas, general laureado, ex-ministro da guerra, que, analysando um acto do illustre advogado que o destino

pôz á frente dos nossos canhões, disse que não devem os governados estar sujeitos aos caprichos dos que governam.

O illustre vencedor de Aquidaban disse mais que o acto do Sr. Carlos Affonso é filho da irreflexão.

Mas estes cumprimentos pouco valem, se a gente puzer em confronto a historia civica do Sr. ministro da guerra e a do marechal Mesquita, que S. Ex. demittiu, demissão que deu logar á carta do Sr. visconde de Pelotas.

O Sr. marechal Mesquita serve á patria ha 45 annos, isto é, começou a servir antes do Sr. Carlos Affonso nascer; tem tomado parte em todas as campanhas de então para cá, que sempre devem ser mais gloriosas que as campanhas eleitoraes de Meia Pataca, que o Sr. Carlos Affonso tem dirigido em Minas; todos os seus postos, desde major a marechal, foram-lhe dados por merecimento e por actos de bravura, no que não lhe fica atraz o Sr. Carlos Affonso, que tem sido deputado provincial, geral e é ministro, por merecimento e bravura de muito melhor quilate, porque vem de familia.

Com estas duas fés de officio, e a irreflexão e os caprichos que o Sr. visconde de Pelotas attribue ao Sr. ministro da guerra, sempre precisamos vêr se ha sobrinho que tenha merecimento e bravura para achar nas areas do thesouro sufficiente graça entrelinhada com que responda decentemente ao general visconde de Pelotas.

Os Srs. ministros da marinha e da justiça, esses são o que ha de mais pacato n'este mundo.

O Sr. Meira quebrou um braço, o que lhe causa um certo transtorno para entregar-se á sua devoção habitual, que consiste em erguer as mãos ao céu para pedir a Deus que conserve por dilatados annos a preciosa existencia do Sr. Souza Carvalho, que o inventou.

O Sr. Moura o que quer é que o deixem acabar de nomear coroneis da guarda nacional a meia duzia de individuos, que se têm mettido no matto com medo das dragonas.

Resta o Sr. Lourenço de Albuquerque, ministro de estrangeiros. S. Ex. tem nada menos de tres phantasmas diante de si. Em primeiro logar, o Sr. Quesada, com a questão de limites do territorio de Missões. Tem a questão do Passo Hondo, e tem a questão Tripoti com o governo

italiano, que não parece resolvido a estar por tudo o que o nosso governo quer.

Tripoti produziu colonos com destino a uma colonia sua; o governo distribuiu-os por toda a parte. Um bello dia o governo chama Tripoti a contas, e verifica que, em vez de ser credor, era devedor de Tripoti. Como esta verificação se fez depois que o governo chamou a si o que pertencia de direito ao supposto devedor, este reclamou indemnisação.

Esta seguiu quantos tramites póde seguir uma questão que o governo quer prolongar. Afinal, não tendo mais onde metter-se, ficou decidido que o governo pagaria 200:000\$ de indemnisação, fóra os 13:000\$ que devia por saldo de contas.

Isto ficou decidido, mas não foi feito. Durante esse tempo, Tripoti aproveitou as folgas que lhe dava o governo imperial para morrer de miseria em um hospital de alienados.

A reclamação passou a ser feita por herdeiros miserimos e credores lesados, e o governo continuou a não pagar.

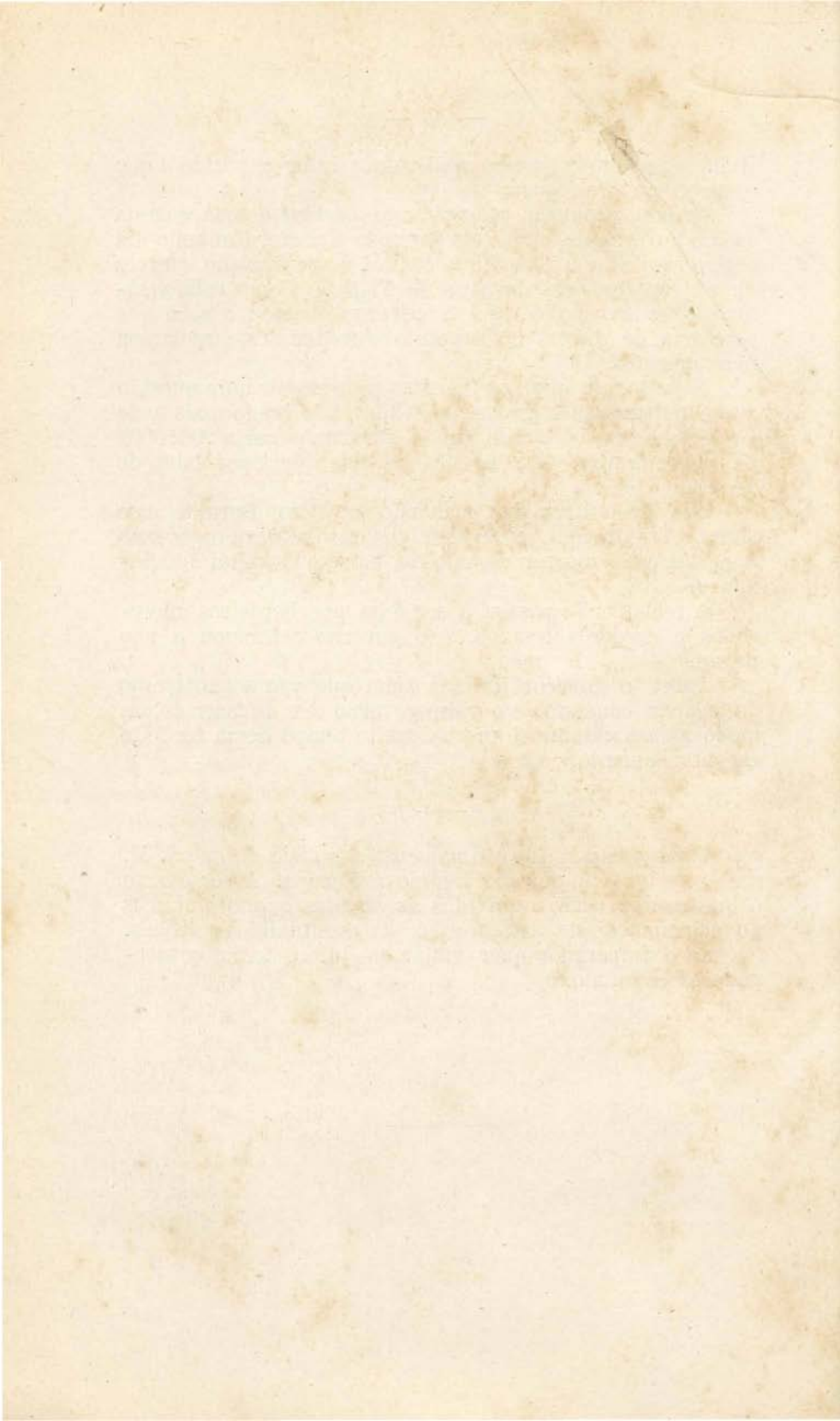
Agora o governo italiano acha que vae sendo tempo de acabar com isto, e o nosso governo tem de fazer de um modo menos galante o que ha muito tempo devia ter feito espontaneamente.

—

Tem-se espalhado ultimamente a noticia de que S. M. o Imperador vai dar um passeio á Europa. A ser exacto o que se diz, estão resolvidas as duvidas que formulámos no principio d'este artigo sobre as eventualides politicas.

Se o Imperador quer viajar em julho, temos conservadores em maio.

—



16 de Abril

SUMMARY.—O caso Durão e o Sr. ministro Avila.—O engenheiro fiscal da estrada de ferro das Alagoas, a advocacia administrativa, e o Sr. ministro Avila.—A defesa do Sr. Franklin Doria.—Molière, os Srs. Silveira Martins e Avila.—Vem de cima a corrupção dos povos?—Carga ao mar.

Corre ainda uma vez por conta do Sr. senador Avila, ministro da agricultura, o facto mais importante da semana que findou, e n'este como em outros, manda a justiça que se confesse que o Sr. Avila, se erra a miudo, não o faz por máu, mas por fraco.

Na questão da Copacabana ficou provado á evidencia que o Sr. ministro era favoravel á pretensão da companhia do Jardim Botânico; que queria annullar a concorrência e tratar depois com esta companhia; que persistia n'essa idéa ainda depois de abertas as propostas, e tanto que ainda conferenciou com os directores da Jardim Botânico depois d'esse prazo; mas que, por fim, foi obrigado a fazer o que não queria, e, obedecendo á imposição, collocou-se na falsa posição em que se acha, como ministro por ter arredado da concorrência o mais idoneo dos pretendentes, como homem por ter faltado á sua palavra.

Igual accusação—a de ter faltado á sua palavra—lhe tem feito ultimamente o concessionario de uma estrada de ferro em Minas, a quem S. Ex. prometteu uma indemnisação, recusando-se depois a satisfazela. E' que provavelmente n'essa occasião tambem o Sr. ministro achou quem lhe desse ordem em contrario, e volta atraz com a facilidade e desembaraço que só se adquirem pela pratica.

Ha tambem um caso Durão, do Rio-Grande do Sul. Este não veiu a publico, mas as paredes têm ouvidos, mesmo em S. Christovão. Durão teve de fazer estudos para uma estrada de ferro, na extensão de 600 kilometros, por exemplo. Quando tinha estudado cerca de 400, o governo alterou o traçado, pagou os estudos feitos, e Durão não continuou.

Agora os herdeiros allegam perante o rio-grandense ministro da agricultura que, se em vez de 400, Durão tivesse estudado 600 kilometros, teria ganho mais; que o governo, alterando o traçado, fez com que cessassem esses lucros, e por conseguinte, reclamam indemnisação, dando por base os lucros que auferiram com os 400 kilometros estudados. O Sr. ministro despachou que achava muito justo o pedido, e que ia mandai pagar.

Acontece, porém, que o caso da Copacabana, e, principalmente, o silencio que o ministro guardou sobre as representações da companhia do Jardim Botânico, puzeram de sobreaviso—supponhamos que isto agora é periodo novo, e deitemos maiuscula, — Alguem, que, de então para cá, dá-se ao trabalho insano de estudar pessoalmente todos os trabalhos do ministerio da agricultura, sem excluir mesmo os de mero expediente.

Esta resolução de — periodo novo — Alguem, é filha dos principios que sempre segue e que consistem entre outros no seguinte: quando a opinião publica condemna um ministro, — periodo novo — Alguem entende que é indício de fraqueza dar ouvidos á opinião; sustenta o ministro, e espera que a opinião esteja callada para então mandar o ministro — da agricultura ou outro qualquer — plantar eucalyptus.

Mas, como — periodo novo — Alguem entende que o bem do paiz não deve ser sacrificado a esse principio politico, para não obedecer á opinião nem sacrificar o paiz, toma a si os negocios da pasta, e transforma completamente o ministro em correio a cavallo.

Alguem, — d'esta vez calhou no principio do periodo — como diziamos, é, pois, actualmente, o ministro da agricultura, e vendo o despacho Durão, achou-o duro de roer, e disse ao portador da pasta que aquillo não podia ser assim.

O portador hesitou, titubeou, e afinal disse que, visto o actual Sr. ministro da agricultura entender que não se devia dar a indemnisação, que elle, portador, apezar do seu despacho, não daria ordem para o pagamento.

E continúa a carregar a pasta.

O publico comprehende que isto é um tanto exquisito. Um homem que, officialmente, aos olhos do mundo, é ministro de Estado, e diz em um documento official que o governo deve uma indemnisação a um particular, e que a vai mandar pagar, e depois não paga...

Na sociedade civil estas cousas têm um nome feio; a politica, porém, é politica... E peguem-lhe com um trapo quente.

Comprehende-se que isto tudo que ahi fica dito não seria consignado se fosse um factio isolado; se nos viessem contar que um ministro qualquer, que começasse agora o seu tirocinio, praticára um acto d'esta ordem, a narração e o narrador iriam para a cesta dos papeis; mas, emfim, como se trata do Sr. Avila, os precedentes obrigam a aceitar tudo, porque tudo é possível. A prova virá depois; se se fizer o pagamento, a gente só terá o trabalho de inutilisar as conditionaes, e o boato passará a ser historia.

Não é este, porém, o grande acontecimento da semana; estes casos vieram só, á maneira de exordio, para prevenir o espirito do leitor em favor do Sr. Avila, que nem sempre faz o que quer, mas em compensação faz muitas vezes o que não quer.

O grande caso é o do engenheiro fiscal da estrada de ferro das Alagoas. Isto aqui não é boato, é historia. Trata-se de documentos officiaes e artigos assignados. Principiemos pelo principio.

O *Diario Official* de 11 publicou uma portaria do Sr. ministro da agricultura, em data de 2 do corrente, demittindo o Sr. Francisco José Gomes Calaña do cargo de engenheiro fiscal da estrada de ferro central das Alagoas, e declarando sem effeito a portaria de 3 de março, que o removia d'esse cargo para o de chefe de secção do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.

No dia 12 do corrente apparece no *Cruzeiro* um artigo assignado pelo Sr. engenheiro Calaña, e escripto em Maceió a 18 de março, em que esse cavalheiro diz que prefere ser demittido a ser removido, porque sabe que a remoção teve por causa o zelo com que desempenhou o seu cargo.

Reparemos desde já n'estas datas, a que ainda teremos de voltar para notar uma outra coincidencia. A 3 de março o governo entendeu que devia remover o engenheiro para um posto tambem importante em outra estrada de ferro; a 2 de abril, data da portaria, ou a 11, data de sua publi-

cação no *Diario Official*—o precedente da Copacabana autorisa a admittir a hypothese da ante-data—o governo entendeu que o mesmo factó que determinou a remoção, que não era um castigo, augmentou de gravidade, e demitte o funcionario, *por ter mal desempenhado a missão que lhe foi confiada.*

Convém notar que o Sr. engenheiro Calaça é fiscal da estrada de ferro das Alagoas desde 1877; desde essa data até 3 de março do corrente anno, isto é, em seis annos, o que elle fez deu logar a uma remoção para cargo importante; de 3 de março a 2 de abril, em um mez, sem fazer mais cousa alguma na commissão de que foi removido, o homem merece demissão por ter mal desempenhado a missão que lhe foi confiada.

O que occorreu depois da remoção para occasionar a demissão? Nada, a não ser o artigo em que desassombradamente, com a responsabilidade do seu nome de funcionario honesto, que ha quinze annos, desde 1868, exerce cargos de confiança, o Sr. Calaça attribue á advocacia administrativa a injustiça que se lhe fez.

Vem aqui a proposito o relembrao datat.

O artigo do Sr. Calaça diz que uma das pretensões da companhia, a que elle se oppunha por consideral-a illegitima, era a prorogação do praso, outra o pagamento pelo governo de juros de quantias não empregadas em obras; ora, o praso findava em 25 de março, e o governo, a 3 d'esse mez, removeu o engenheiro, que se oppunha á prorogação e ao pagamento dos juros; e mais tarde a 2 de abril, como o engenheiro descobrira este jogo, o governo demittiu-o por ter mal desempenhado a missão que lhe foi confiada.

Ora, por mais que a gente queira acreditar na moralidade de nossa alta administração, não ha espirito que deixe pelo menos de hesitar em presença de *coincidencias* d'esta ordem.

O artigo gravissimo do Sr. Calaça appareceu, como dissemos, no dia 12, e citava desassombradamente o nome do Sr. Franklin Doria, de quem dizia que era o advogado da companhia. No dia 13 reinou o silencio em todas as columnas do templo, como se diz no Lavradio; no dia 14, appareceu no *Jornal* um artigo do Exm. Sr. Doria.

O illustre professor de rhetorica, esquecido do que ensinava aos seus discipulos quando tinha tempo para isso,

começou o seu artigo por não captar a benevolencia do leitor. O artigo do Sr. Doria começa assim:

« O *Cruzeiro* de hontem deu á estampa um artigo, datado de Maceió em 18 de março ultimo e assignado *por um Sr. Calaçã.* »

Comprehende-se este introito quando um homem honesto tem de responder a Romão José de Lima; mas, o Sr. Franklin Doria, professor de rhetorica, ex-presidente de provincia, deputado geral e ex-ministro, e futuro ministro, e futuro tudo o que quizer ser, emquanto não provar que o Sr. Calaçã o calumnia, emquanto não provar que o engenheiro fiscal da estrada de ferro central das Alagôos não é um homem honesto, não ganha cousa alguma em lhe fallar assim tanto de cima para baixo.

Perante a moralidade publica, por ora, até segunda ordem, o accusado não é o engenheiro Calaçã, removido e depois demittido ao fim de seis annos de serviço, e isto na occasião em que se tornava incompativel com uma exigencia da companhia; perante a moralidade publica, o accusado é o Sr. conselheiro Franklin Doria, accusado não por um anonymo, não por um testa de ferro, mas por um homem que ha 15 annos exerce cargos de confiança, e que ha um mez—ha um mez! ainda o governo julgou digno de ser nomeado para um outro cargo.

Em que pése ao Sr. Doria, as apparencias—repare bem S. Ex. que dizemos as apparencias—são por emquanto contra o Sr. ex-ministro, e a favor do empregado demittido, que S. Ex. honra com o seu desdem.

As apparencias, porém, deixarão de ser contra S. Ex., e a verdade pura collocar-se-ha do seu lado, se S. Ex., fizer o que no seu artigo declarou não querer fazer, *por indulgencia*; chame o Sr. Calaçã aos tribunaes, *por calumniador*; não se contenteem *punil-ô com o estigma que a opinião publica imprime na fronte do salteador da honra alheia*, porque o artigo de S. Ex. não conseguiu imprimir estigma algum na fronte de quem quer que seja.

E demais, a questão não é pessoal; é uma questão de moralidade administrativa. Se o poder, e aquelles que com elle privam, querem ser respeitadas, não devem ser indulgentes, devem tirar a limpo tudo o que é capaz de os tornar suspeitos. Por mais que tenha subido o Sr. Franklin Doria, ainda lhe não competem attribuições de poder moderador.

Seria inutil discutir a carta do Sr. ministro da agricultura, que constitue o tal estigma de que falla o Sr. Doria.

e destinada a *encher de confusão e vergonha* o Sr. Calaçã. Não ha quem não saiba redigir uma carta... politica.

Mais importante seria uma declaração cathgorica e comprovada do Sr. Doria, de que não é nem foi advogado da estrada de ferro central das Alagôas. Tal declaração não se acha nem na carta, nem no artigo, e faz-lhes uma falta sensivel.

E eis aqui o facto de ordem politica que encheu a semana finda. Mais uma vez tivemos em scena o Sr. Avila, e mais uma vez temos de hesitar em deitar culpas ao *bouillant Achille* do Rio Grande do Sul.

S. Ex. removeu em março um engenheiro das Alagôas para a Bahia; se nos puzermos no acanhado ponto de vista do bairrismo, um homem do Rio Grande do Sul que manda outro para a Bahia, tem a manifesta intenção de o offender pessoalmente; mas, quem não é rio-grandense nem bahiano, não póde considerar castigo essa remoção; no entanto, um mez depois, o Sr. Avila entende que o Sr. Calaçã levou seis annos a desempenhar mal a missão que lhe foi confiada, e demitte-o.

Quem tem razão? o Sr. Avila que remove, ou o Sr. Avila que demitte? ou, usando a linguagem da realidade provavel: quem tem razão? quem faz o Sr. Avila remover, ou quem faz o Sr. Avila demittir?

Este systema de governo paciente que o Sr. Avila adoptou, torna muito difficil a critica de seus actos, porque a obriga a examinar sempre o Sr. ministro por transparencia, para ver quem está além.

Um dia, porém,—e esse dia não vem longe—, o Sr. senador Avila, pensando no ex-ministro Avila, dirá de si o que Géronte, de Molière, dizia do filho: *Que diable allait-il faire dans cette galère?* ao que responderá a sua consciencia, já desafogada da advocacia administrativa, como respondia Scapin: *Une méchante destinée conduit quelquefois les personnes.*

Isto quanto á pessoa do Sr. Avila; más antes convem que se liquide uma questão mais grave que o juizo que se possa fazer de um homem de Estado. E' a questão de moralidade.

Nós atravessamos uma época verdadeiramente calamitosa. Já é difficil encontrar alguma cousa de pé. Ha um microbio moral que devasta as consciencias. Os que não estão infectados, têm medo da infecção; a confiança perde-se.

E a gente olha em redor, á procura de remedio, e

nem sequer adquire grandes esperanças, porque parece que a onda já subiu muito. Ainda assim, é para o alto que se voltam os olhares. Que não seja em tudo verdade o que se diz, que vem de cima a corrupção dos povos.

Fazer vergar columnas dorsaes de republicanos, a-cenando-lhes com as pastas ministeriaes, a senatoria, e o conselho de Estado, póde ser um regalo de deuses; pouco importa o sacrificio de opiniões dos que as tinham só como rotulo, para embaçar o freguez.

Um dia, não ha muito tempo, um homem politico influente, dotado de um talento superior e de uma illustração pouco commum, poz o seu nome ao lado de outros dous sem significação alguma; aquelle homem, porém, era o primeiro a quem se fazia uma accusação, em assumpto delicadissimo, e houve quem apostasse que, apezar dos seus meritos incomparavelmente superiores aos dos outros dous, o seu nome seria deixado á margem. Os que apostaram, ganharam a aposta, e todo o paiz poude dizer n'esse dia que nem sempre nasce de cima a corrupção dos povos. E' isto o que convém que o paiz possa dizer sempre.

Xerxes, depois da derrota de Salamina, factó menos grave que a nossa desmoralisação administrativa, fugia como qualquer simples mortal, quando uma tempestade poz em perigo o navio em que ellé se achava. Perguntou ao piloto se havia remedio para aquelle mal; o piloto respondeu que havia gente de mais a bordo.

O monarcha olhou para os cortezãos, e estes sem esperar pelo troco, atiraram-se ao mar, e o navio chegou a salvo ao porto de seu destino.

O monarcha, reconhecido, deu uma corôa de ouro ao piloto, porque lhe salvara a vida; e depois, mandou cortar-lhe a cabeça, porque o seu conselho fizera morrer muitos persas.

Nós podemos, sem receio, lembrar igual expediente; em primeiro lugar, porque não somos pilotos; em segundo, porque não ha receio de que os passageiros da canoa do Estado se deitem ao mar, por amcr de Xerxes, e, por consequente, não ha perigo de que por tão pouco nos mandem cortar a cabeça; mas do caso, applicado aos costumes do nosso tempo, sempre se póde tirar um proveito, e é fazer ver que ha occasiões em que para se salvar um navio é preciso deitar carga ao mar.



23 de Abril

SUMMARIO.—A disciplina militar, o Sr. Carlos Affonso, ministro da guerra, e o Sr. conde d'Eu, marechal do exercito.—Contradança de officiaes.—Ainda o Sr. Avila e a estrada de ferro do sul de Minas.—*Mise-en-scène* da sessão solemne de abertura das camaras.

Com teu amo não jogues as peras, diz um rifão popular. O Sr. Carlos Affonso, ministro da guerra, apezar da nobreza de sua estirpe, ainda ha dous dias commemorada no anniversario do supplicio do Tiradentes, não desdenha estes conselhos, que a velha prudencia dos humildes ensinou aos que precisam de pão para a bocca.

Ainda está na memoria de todos o caso do coronel Frias Villar. O Sr. ministro da guerra encheu-se todo de disciplina, e levou o escrupulo de rigorosa applicação da lei ao ponto de entrar pelo arbitrario, como quem entra pelo que é seu. Africas iguaes fez S. Ex. com alguns outros officiaes, accusados de não dizerem *Dominus tecum*, quando S. Ex. espirra. E a disciplina a ser cantada em prosa e verso, e o thesouro nacional a pagar a musica.

Chegou, porém, o dia em que, apezar de todo o arranjo do conde de Lippe de Meia Pataca, foi preciso que S. Ex. dissesse a si mesmo:—Meia volta á esquerda! Volver!

E' que o Sr. Conde d'Eu é marechal do exercito brasileiro pelo acto de bravura que praticou, vindo para o Brazil. Como marechal de exercito, Sua Alteza Real é tão militar como o corneta que conduziu o Sr. Enéas ás victorias do Paraná; isto, de direito.

Mas do direito ao facto ha uma distancia que só póde ser percorrida por um homem, na boa accepção d'esta pa-

lavra. E o Sr. Carlos Affonso acaba de provar que não é homem.

O Sr. conde d'Eu considerou-se ha mezes desautorado, como presidente da commissão de melhoramentos do material do exercito, pelo capitão Duarte, membro d'essa commissão. Foi ao ministro e pediu a demissão d'esse official; mas o official não é pagão, e não foi demittido. O Sr. conde d'Eu, escamado—se não é irreverente applicar este termo a tão alto personagem—pediu uma licença por tres mezes, para tratar de sua saude no Congresso de Instrucção. Tres mezes, calculou Sua Alteza, é o mais que pôde durar este ministro; mas os tres mezes passaram, e o ministro continuou a ser freguez da companhia de carruagens. O dia 10 do mez que corre viu expirar a licença; como militar, *pagô* pela nação para cumprir o seu dever; como marechal, *obrigado*, pelo seu posto, o mais elevado do exercito, a dar o exemplo da disciplina, Sua Alteza *devia* ter-se apresentado á sua repartição, ou, pelo menos, por attenção ao paiz, para merecer o respeito que naturalmente quer que se lhe tribute, devia ter pedido renovação da licença.

Sua Alteza, porém, além de ser marechal de exercito, é principe e é genro de Sua Magestade o Imperador, e o senhor seu sogro sabe o ministro da guerra que tem. Sua Alteza, portanto, deixou-se ficar em casa, de onde sahe para presidir as sessões preparatorias do Congresso de Instrucção, e foi tanto apresentar-se ao Sr. ministro como nós, que não somos militares, e que não receiamos ir passear a Matto-Grosso, por que, *por ora*, ainda não se inaugurou o systema de deportar paizanos; mas, lá chegaremos, se as cousas continuarem assim.

Se tivesse procedido d'este modo, qualquer outro membro da commissão de melhoramentos do material do exercito teria sido demittido immediatamente, e com justiça; mas, tratando-se do Sr. conde d'Eu, genro do homem que faz ministros, o Sr. Carlos Affonso entendeu que era mais prudente não demittir o militar indisciplinado.

E as cousas ficariam assim, se a canalha, que não entende d'estas cousas, não começasse a rosnar. Mas a canalha rosnou, e o Sr. ministro, não podendo consultar a lei, que só aconselha para estes casos umas cousas boas para a miuçalha, mas impossiveis para os principes, consultou-se a si mesmo, e teve uma d'estas inspirações de genio, que firmam para sempre a capacidade de um homem para occupar os altos cargos do Estado:—foi á casa do

Sr. conde d'Eu pedir a Sua Alteza que requeresse a S. Ex. uma prorrogação de licença.

Então, Sua Alteza o Sr. marechal de exercito, tendo pena do Sr. ministro da guerra, com essa magnanimidade propria do homem que tem atraz de si uma enfiada de avós, que sempre viveram da pratica de virtudes d'esse quilate, houve por bem fazer esse favor ao Sr. Carlos Affonso. E, em data de 17, foi prorogada por um mez a licença que expirára a 10.

O unico resultado pratico que a nação colhe de tudo isto — é verdade que é unico, mas é bom — é ficarmos sabendo que os dias do Sr. Carlos Affonso no ministerio estão contados, e que antes do dia 10, ou quando muito antes do dia 17, se os sete dias em que o Sr. conde passeou sem licença lhe forem levados em desconto de seus serviços, teremos o prazer de ver outro ministro da guerra, o que sempre será uma diversão, na forma, porque, quanto ao fundo, lá está quem os sabe escolher a dedo.

Façamos, porém, justiça plena ao Sr. Carlos Affonso. Não se pense que S. Ex. engoliu uma pilula d'este calibre, e que esta não lhe fez effeito nenhum. S. Ex. não póde subtrahir-se de todo ás leis geraes da materia, e, quando é comprimido por um lado, estufa pelo outro.

E' assim que, engasgado pelo caso do Sr. conde d'Eu, e pelas cartas do Sr. visconde de Pelotas, S. Ex. procurou um derivativo em outros officiaes do exercito que não são genros de monarchas.

Pegou no Sr. coronel Cunha Mattos, do estado-maior, e que foi official de gabinete do Sr. visconde de Pelotas, e mandou-o commandar um batalhão no Amazonas; um cunhado d'esse official, o Sr. capitão Carlos Soares, que tambem serviu com o Sr. visconde de Pelotas no Paraguay, foi tirado do estado-maior para um corpo em Matto-Grosso; um sobrinho do Sr. visconde de Pelotas foi retirado da escola militar de Porto-Alegre para o seu corpo.

Note-se que, para mandar o Sr. capitão Carlos Soares para Matto-Grosso, foi preciso fazer toda esta dansa: um official que estava aqui em um regimento em S. Christovão, foi passado para o estado-maior, para o logar do capitão Soares; para S. Christovão vem um official, que estava no Paraná; para o Paraná vai um official que estava em Matto-Grosso, para se arranjar espaço para mandar para

Matto-Grosso o Sr. capitão Carlos Soares, accusado de ser amigo do Sr. visconde de Pelotas.

E não se pense que estes arreganhos do Sr. ministro importam simplesmente incommodo e despezas a esse officiaes; importam tambem despezas consideraveis para os cofres publicos, de onde não pôde sahir dinheiro para melhoramentos materiaes, para serviço de hygiene e outros, mas de onde se tira assim ouro ás mãos cheias para satisfazer caprichos.

O capitão Soares é casado e tem filhos; o governo tem de pagar-lhes a passagem d'aqui a Matto-Grosso; tem de pagar a passagem de Matto-Grosso ao Paraná a outro official; a outro, a passagem do Paraná a esta côrte; ao Sr. coronel Cunha Mattos, que tem familia numerosa, passagem para o Amazonas.

Esta brincadeira custa alguns contos de réis; mas isso pouco importa, comtanto que se applique aos officiaes amigos do Sr. visconde de Pelotas a disciplina a que tão soberaneiramente se subtrae o Sr. conde d'Eu.

E' que o Sr. Carlos Affonso, em questões de legalidade e disciplina, tem duas maximas: uma que applica para baixo, e outra que applica para cima. Quando se acha em frente de officiaes que não têm padrinho nas altas regiões, a maxima é—manda quem póde—; quando se trata do Sr. conde d'Eu, genro de S. M. o Imperador, a regra é esta outra—com teu amo não jogues as peras.

O Sr. ministro da agricultura não dá folgas á chronica politica. Ainda a gente tem cançada a mão do officio de esfolar a questão do engenheiro fiscal da estrada de ferro das Alagoas, e a da Copacabana, em que se provou que S. Ex. faltou á sua palavra como um phosphoro que vende tres vezes o voto, e já outra accusação de igual ordem se apresenta.

Já fizemos aqui referencia ao caso de uma estrada de ferro do sul de Minas. Em artigos que publicou, o reclamante, que é um homem qualificado, que já por vezes foi deputado geral por sua provincia e já foi incluido em uma lista triplice senatorial, referiu a historia de todas as travessuras que a esse respeito fez o Sr. Avila. O Sr. Dr. Evaristo Ferreira da Veiga, que tinha um privilegio que mais tarde o governo prejudicou, concedendo outro a terceiro,

em vez de reclamar indemnisação pelo prejuizo que a nova concessão lhe acarretava, limitou-se a pedir que se lhe pagasse a despeza feita em estudos e explorações.

O Sr. Avila achou a reclamação muito justa, disse-o ao reclamante, disse-o a quem mais o quiz ouvir; obrigou o pretendente a sujeitar-se de antemão á opinião de um engenheiro, sem reciprocidade por parte do governo, e afinal indeferiu a pretensão.

Como se isso fosse pouco, S. Ex. baixou o indeferimento na informação do engenheiro, quando esta era de todo em todo favoravel ao reclamante.

A gente chega a pensar que o Sr. ministro imagina que o Brazil é um acervo de idiotas, e que S. Ex. é o unico homem que não tem agua demais na cabeça.

E, quando accusado, S. Ex. monta no seu reúnio, e não faz caso da accusação. O Dr. Veiga vem a publico, e diz que um ministro de estado faltou á sua palavra de homem, além de ter faltado ao seu dever de funcionario publico; o Dr. Veiga, que não é um especulador, dá por terminada a sua questão, porque diz que receia, á vista dos antecedentes do Sr. Avila, que este senhor mande algumas onças acompanhal-o a Minas; e o Sr. Avila cala-se. Cala-se o homem, e cala-se o ministro. A opinião publica que pense o que quizer.

Ora, a opinião publica começa a pensar que isto é simplesmente indecente; mas, ou não se lhe dará resposta, ou responder-se-lhe-ha sancionando o escandalo das aguas da Tijuca, que está esperando o ensejo de pôr as mangas de fóra.

O ensejo melhor é justamente este. Nós já chegámos a um ponto em que nada mais nos admira. Um escandalo de mais ou de menos já nos não faz móssa. Venha mais esse. N'isto de desmoralisação, quanto peor melhor.

E quanto ao mais... *bon appétit, messieurs.*

Maio approxima-se. Maio é no Brazil o mez em que desabrocham as flores da rhetorica parlamentar.

No dia 3, o jardineiro, de calções e meias de seda, de sceptro em punho e manto de papos de tucano, esplendido como um rei de magica, abre solemnemente a estufa.

Nas galerias, o corpo diplomatico contempla extasiado

o estupendo espectáculo. O ministro de França, pariziense *pur sang, boulevardier boulevardisant*, lembra-se com saudades do seu theatro do Chatelet; reconhece que a falla do throno é de um *chic épatant*; mas no intimo confessa que o Christian, com os seus calembourgs, é muito mais *drôle*. A *fantasia* do monarcha parece-lhe *réussie*, mas vê-se que lhe falta o *je ne sais quoi*, que é o privilegio do lapis de Grévin.

O ministro inglez suspira, porque lhe acode á lembrança o incendio do Alhambra, o paraiso encantado de Leicester Square, onde tambem se viam meias de seda que subiam, subiam, até o ponto em que não podiam de todo impedir os saiotos de descer.

O ministro da Austria cantarola em voz baixa uma walsa de Strauss, emquanto o representante do rei Humberto sorri desdenhoso, para que no genero tem seu paiz cousa melhor— o *Excelsior!*

O representante da Belgica lembra-se do Eden Théâtre; e o de Hespanha, olhando para os circumstantes, diz ao ouvido do seu colléga de Portugal: *Embolados todavia, como nel paiz de Usted!*

Embaixo acotovella-se a multidão dos pais da patria,— filha carinhosa que lhes pensiona a velhice prematura, a indolencia nativa.

Vê-se-lhes, atravez da pelle luzidia dos craneos, o formigar de idéas que vai lá dentro:—emprestimos, creditos supplementares, coroneis da guarda nacional, apoio ao governo emquanto a corôa o sustenta, guerra ao mesmo governo para ir para o logar d'elle quando a corôa quizer variar, concerto da igreja matriz, empregar os filhos, senatoria, conselho de estado, discurso sobre a lei de forças, salvar a patria, mudar o traçado das estradas de ferro para dar valor á fazenda do Chicó.

Este dia, esta scena, constituem hoje o sonho dourado dos representantes da nação, e o pesadelo dos que têm nas mãos as redeas do governo.

Haverá 3 de maio este anno? suspira um deputado do norte, tão descrente das cousas d'este mundo, que até já perdeu a fé na folhinha.

Se nós supprimissemos o 3 de maio! anceia esperançoso um ministro, que está contrafeito n'aquelle posto de sacrificios, mas que já agora deseja ficar mais algum tempo, para fazer alguma cousa antes de sahir.

E não são só esses, os unicos que sonham! Tambem o Outro anda meditabundo. Dissolvo a camara? Não dissolvo a

camara? E' a primeira filha da eleição directa. Mas é tão ruim. Se eu jogasse isto a cruz e cunho? E pede um vintem emprestado ao seu mordomo, e atira-o para o ar. Cruz! O symbolo sagrado. E' um aviso da Providencia Divina. Reuno o conselho de estado e consulto o Zé Bento.

Chamo os conservadores, dissolvo a camara, e vou para a Europa.

E esta idéa sorri-lhe. Outra moeda de vintem, Sr. barão. Cruz outra vez! A' Europa! A minha mala, a Academia das Sciencias de Pariz, a Anti-Slavery Society, entrar com gravata branca na platéa de Covent Garden, comer orelheira de porco com feijão branco, visitar Victor Hugo, fallar hebraico!

E estes desvaneios encorporam-se, esvoaçam, como um bando alado de cherubins de Murillo, rósados, ridentes, felizes, com a pelle docemente acolchoada de toucinho do céu.

SUMMARY.—Um *chilique* do Sr. Paranaguá.—A politica imperial.—Os partidos.—Os homens de Estado, amigos pessoas do Imperador.—Depois de D. Pedro II.—A opinião publica.—Os advogados administrativos.—Vende-se o resto.

Não deu escandalo durante a semana passada o Sr. ministro da agricultura ; por isso choveu tanto.

Aproveitando a enxurrada, o Sr. Moura deitou á agua uma enfiada de tenentes-coroneis.

Fóra isso só houve de notavel o *chilique* que teve o Sr. de Paranaguá, em S. Christovão, por occasião do despacho imperial.

O *chilique* é, ás vezes, um argumento ; que o digam as senhoras, que usam e abusam d'elle.

Os homens, porém, não costumam servir-se d'essa arma ; quando são apanhados em falso, servem-se da rhetorica. As razões de cabo de esquadra foram inventadas para esses apuros. Mas convém notar que ha circumstancias em que o *chilique* macho encarta a sua bisca ; é quando o desacordo de cabeça dá-se entre homens ligados pelo coração.

E' o caso do Sr. Paranaguá com o chefe de Estado. O chronista tem o dever de registrar as interpretações que a opinião dá a certos factos, e este caso é dos que merecem ser estudados.

Nós chegámos a um ponto em que a desmoralisação transborda.

Este povo de carneiros já se atreve a murmurar. E o povo murmura, olhando para o alto, para o mais alto que a vista póde alcançar. Era ahi o ultimo reducto da fé ; se

esse que sempre se conservou firme pela honestidade pessoal revela em certos casos fraquezas, ainda que sejam de coração. é fechar os olhos, e deixar que a corrente nos leve.

Mas, enquanto não chega o momento supremo do desanimo, faz-se o inventario dos factos, analysa-se a politica imperial.

No Brazil póde-se dizer que não ha partidos. Os dous partidos constitucionaes, o liberal e o conservador, são aggregações de homens, filhas de conveniencias e circumstancias de occasiões, mas a que não presidem idéas. Haja vista a questão dos escravos. Ha doze annos o partido conservador, cujo programma é realisar reformas vencidas na opinião, fez uma lei que seccou a fonte da escravidão; hoje, estão no poder os liberaes, a idéa da emancipação congrega em um sentimento sympathico a maioria da nação, e quem resiste ainda é um governo liberal, isto é, um governo que para obedecer á bandeira que arvora, deveria ir adiante da opinião.

O partido republicano não está organizado; não tem chefe, não tem programma. De alguns republicanos que se têm adiantado na propaganda, o imperador, de vez em quando lança mão, seduzindo-os com as pastas, com a senatoria, com o conselho de Estado. Parece que isto enfraquece o partido, que o desmantela; a verdade, porém, é que esta deserção dos fracos robustece os puros, e que no dia em que surgir o chefe, talvez se organise um partido mais forte do que hoje se prevê.

D'aqui até então a politica continuará a ser o que estamos vendo.

Da actual geração de homens politicos, que occupam as altas posições, não ha muitos em quem o povo confie. As concessões aos amigos politicos e pessoas, o filhotismo, o patronato desbragado, a advocacia administrativa, têm creado uma athmosphera de suspeição que envolve quasi todos. Ha uma classe, porém, particularmente perigosa, porque se compõe de homens politicos que, sem estarem isentos dos defeitos dos outros, têm mais um, o serem amigos pessoas do imperador.

O monarcha tem coração como os outros homens. A sua posição leva-o a suspeitar que nem sempre é sincera a dedicação de que lhe enchem os ouvidos; mas quando, por sympathia ou por qualquer outra causa, chega a crer na sinceridade de um amigo, o coração imperial é chamado a ter voto nos conselhos de Estado.

Massillon disse (vamos procurar argumentos na igreja, porque devem ser bem aceitos nas altas regiões, onde impera o direito divino), Massillon disse que: As virtudes privadas não bastam aos reis; é preciso também que elles tenham as virtudes publicas. Disse mais o grande orador sagrado que: Os deveres variam conforme a posição; quanto mais elevada é esta, mais aquelles se multiplicam. E accrescentou: Nós tornamo-nos máus, se formos bons só para nós mesmos.

Estas palavras de Massillon vieram para aqui, porque têm relação com a interpretação que parte do publico está dando ao *chilique* ministerial. Notou-se a coincidência d'esse incommodo do primeiro ministro, amigo pessoal do imperador, com a accusação publicamente feita a alguém por quem se interessa muito de perto o Sr. de Paranaguá.

Notou-se mais que a accusação fora feita por um homem, cujo character o imperador conhece; um homem que é ha annos funcionario publico escrupuloso, e que nunca deu ao imperador occasião de arrepender-se de ter auxiliado os seus estudos com o dinheiro do seu imperial bolsinho.

Esse homem, o engenheiro Calaça, foi um bello dia removido do lugar que occupava de engenheiro fiscal da estrada de ferro central das Alagôas; essa remoção foi acompanhada, dizem, de palavras encomiasticas, que não chegaram a vir a publico, mas a que se referiu positivamente um homem qualificado, ex-deputado geral, e que então privava com a secretaria da agricultura, onde tinha negocios pendentes; o engenheiro, apesar de lhe terem dourado a pilula da remoção, elogiando-o, protestou energeticamente contra o facto, em que via o proposito de prejudicar interesses publicos e recusou a remoção e o elogio, declarando que preferia ser demittido.

Com effeito, logo depois foi demittido, e as palavras elogiosas foram cancelladas e substituidas por uma censura acre.

O homem a quem o engenheiro Calaça accusava defendeu-se frouxamente.

Dias depois, o Sr. de Paranaguá teve o seu chilique; e o publico, que não é admittido a ver o que se passa nas conferencias ministeriaes, faz conjecturas; e para as conjecturas, uma das bases é o *post hoc, ergo propter hoc*.

E o publico está vendo com desagrado que esta questão

de alta moralidade administrativa vai passando para o terreno do sentimentalismo.

Se a politica imperial continuar a amparar-se n'estes dous esteios,— dizemos mal — n'estas duas muletas, a corrupção e o favoritismo; se a politica imperial consistir sempre em tapar a bocca aos revoltosos, dando-lhes as boas fatias, augmentar a dedicação dos favoritos, humilhando-os pelo perdão tacito de faltas em serviço publico; se estes dous factores dérem em resultado o alargamento do circulo do poder pessoal, alargamento tanto mais facil, porque trabalha-se para fazer rarear as fileiras dos que protestam; o povo, que pouco se tem inquietado, por indifferença nativa, com o disfarçado absolutismo, que chega mesmo a apoial-o, porque não tem fé nos homens politicos, póde inquietar-se com a questão de futuro.

Emquanto viver o actual imperante, as cousas continuarão assim; mas, quando elle obedecer á lei fatal, o que fará esta geração de homens de Estado que elle preparou com a sua politica? O poder pessoal que elle exerce, tel-o-ha chamado a si por ambição, ou com sacrificio das proprias convicções, e por entender que assim serve melhor os interesses do paiz? N'este caso, se o exerce por ter se embrenhado nos meandros tortuosos que o levaram á conquista e dominação dos caracteres, não se lhe afigura repugnante a tarefa que se impoz? Não lhe terá perturbado o somno a antevisão das difficuldades que encontrará uma senhora em luta com elementos d'essa ordem? O coração de pai não tomará contas á razão do monarcha?

Estas considerações, que pesam forçosamente na consciencia imperial, que não pódem deixar de ter occorrido a um homem reconhecidamente sagaz e honesto, estas considerações tambem as faz o publico.

Se o partido republicano estivesse organizado, a solução do problema saltaria aos olhos dos menos previdentes; mas não o está, nêem para lá caminha, porque ainda se não revelou o homem capaz de fazer sentir a sua influencia n'esta vastissima extensão territorial, subdividida em milhares de interesses pequeninos e sem a comprehensão do grande interesse colectivo.

Que não tem esta comprehensão demonstra-o cabalmente o resultado das eleições, em todos os tempos, com todos os systemas. Os que se julgam mais puros, são indifferentes; cada um d'elles se persuade que o seu voto não pesará contra o da multidão que se deixa levar pelo cabresto.

A consequencia é o que se vê: assembléas geraes sem idéas, sem significação politica; camaras municipaes, que depois de darem o espectáculo de se não justificarem de accusações sérias que lhes faz o publico, dão outro espectáculo ainda mais desmoralizador, o de accusações mais graves ainda, formuladas por um grupo de seus membros contra outro grupo, sem que aquelle prove a accusação, sem que este a anniquile.

Se a corôa, que tem em mãos os fios d'esta meada, não os póde desembrulhar; se, dispondo de tantos elementos que congregou longa e pacientemente, não tem a energia precisa para desviar a torrente do máu caminho; comprehende-se bem que o partido republicano tenha difficuldade em organizar-se no meio d'esta desorganisação, porque o grande povo, a massa soberana não se moverá enquanto cada um não vir o perigo, não ás portas da cidade, mas ás portas da propria casa. No Brazil entende-se que, enquanto se come, vive-se.

Quando se der, pois, a fatal eventualidade prevista, os homens de estado serão os actuaes homens de Estado.

O numero dos bons não é grande, e seria facil contal-os todos; entre os outros, que se chamam Legião, ha alguns capazes de tudo.

Ver-se-ha então a luta que tem de travar contra esses elementos um espirito naturalmente fraco, e ainda mais enfraquecido por uma educação anachronica, querendo, por virtude, caminhar pela linha recta, mas sollicitado a ir para os desvios, para não ter que andar só.

Veremos então romperem-se os ultimos diques. A tarefa dos dominadores tornar-se-ha facil. Cada bolso será um abysmo. A advocacia administrativa passará a ser instituição official; mas então já os advogados serão muitos, e terão de disputar entre si, jogar aos dados a tunica de Christo. E o vencedor fará um annuncio no *Times*: Vende-se o resto.

7 de Maio

SUMMARIO.—O Sr. conde d'Eu, a fazenda do Paquequer, e o clericalismo.— Os Orléans, Bonaparte e a Republica Franceza.—A politica clerical.— Eventualidades de seu desenvolvimento no Brazil.—Os governadores do futuro.—Senão, não.

Disse-se na semana que findou que o Sr. conde d'Eu pretende comprar a fazenda do Paquequer, que pertence ao Estado, e que anda ha tempos annunciada no *Diario Official*.

Se se dissesse só isso, ninguem pensaria em estranhar que o Sr. conde d'Eu comprasse uma fazenda para criação, para vender gordos e comprar magros, como quer o Sr. Avila. O Sr. conde d'Eu tem o direito de empregar os seus capitaes como melhor entender, em terras, fazendas, casinhas para alugar, ou o que mais vantagms offerecer.

Procedendo d'este modo, Sua Alteza usa de uma prudencia muito louvavel, e mostra que sabe aproveitar as lições da experiencia. O mister de rei já não tem grandes garantias, nem mesmo nos paizes a que a monarchia está vinculada por tradições seculares. A familia a que Sua Alteza pertence, os Orléans, já soffreu algumas vicissitudes pouco agradaveis.

Por não ter havido nos principios d'este seculo um descendente de reis bastante sagaz para matar um pobre diabo de capitão de artilharia, que surgiu um bello dia das montanhas graniticas da Corsega, a familia de Orléans, além de perder o throno de França, perdeu os seus bens.

A familia d'esse capitão, que tinha arranjado para seu uso um novo direito divino, chamou a si o que pertencia aos do direito divino antigo e tradicional, e força é reconhecer

que se estes o possuíam de longa data, nem por isso o tinham adquirido pelo trabalho de seus avós.

Esta boa terceira republica franceza teve a generosidade de entregar aos Srs. de Orléans o que lhes pertencêra, e que esses dignos successores de Luiz XI reclamaram justamente quando a França estava menos apta para fazer generosidades de dinheiro.

Mas, os principes nem sempre encontram adversarios de tão boa vontade; e não é propriamente dando-lhes dinheiro, que os diversos revolucionarios, mais ou menos intransigentes e exaltados que ha pela Europa, cultivam relações com as testas coroadas. Que o diga o imperador da Rússia; que o diga a rainha Victoria; que o diga o imperador da Allemanha.

E apezar mesmo da generosidade dos republicanos francezes, ultimamente, quando em França se entendeu que não era precisamente tranquillizador para a republica o facto de se entregar altas posições no exercito aos principes de Orléans, houve quem dissesse que estes altos senhores, pelo seguro, para o que der e vier, simularam venda dos seus bens a lords inglezes, e o mundo sabe se a Inglaterra é capaz de zelar os seus dinheiros.

Faz, portanto, muito bem o Sr. conde d'Eu em ter o seu mealheiro e guardar de vez em quando algum vintem. Em França, a monarchia, que tem tradicções seculares, já não toma mais pé, assoberbada pela onda democratica que se avoluma, porque aquelle bemaventurado paiz ha de ser sempre na Europa o precursor dos grandes movimentos progressivos.

Aqui no Brazil, a sorte do direito divino ainda é mais precaria. Por mais que se faça, o Brazil é americano, e o Novo Mundo não seria o Novo Mundo se se limitasse a ser um prolongamento do Velho, e lhe adoptasse as antigas usanças, sem obedecer á lei que lhe impõe a pujança virginal da sua natureza.

Por estas razões, pois, nada haveria que objectar se o Sr. conde d'Eu comprasse uma fazenda como qualquer de nós póde comprar um sitio; mas, accrescenta-se que o Sr. conde pretende abrigar n'essa fazenda uns pobres padres que a republica está despedindo de França, por espirito de intolerancia e impiedade, proprio de republicanos sem fé, que não toleram que uns tantos sujeitos a quem ella paga para ensinarem ás mulheres e ás crianças uns principios de

moral, empreguem o seu tempo em ensinar aos homens a fazer guerra á republica.

Isto mesmo ainda seria apenas um acto de caridade, se o Sr. conde d'Eu fosse simplesmente um homem rico, que tivesse sido feito conde por ter mandado para o Paraguay algumas dezenas de escravos; mas o Sr. conde d'Eu é o esposo da herdeira do throno do Brazil, e as intimas relações politicas com padres estão muito nas tradições de sua familia, para que se olhe com indifferença para o acto que dizem que Sua Alteza pretende praticar.

Em materia de colonisação, não é precisamente a de padres a que mais pôde convir ao Brazil. Apesar de ser o chim uma verdadeira calamidade que o alto tino administrativo dos que nos governam tem pendente sobre as nossas cabeças; apesar de ser o chim um trabalhador que a uma vantagem unica, o trabalho barato, reúne todas as outras desvantagens possiveis e imaginaveis, entre as quaes sobresaem a de não ficar no paiz, não o povoar, e ao mesmo tempo arredar a concorrência de outros colónos, que ficariam; se nos derem a escolher entre o chim e o padre, nós preferiremos, sem hesitar, o chim.

O chim, quando chegar ao Brazil, reduzirá por tal fórma o salario que nenhum outro colono competirá com elle; a immigração espontanea que o governo reconhece na falla do throno que ténde a augmentar, cessará; mas, d'aqui a alguns annos, quando os entusiastas de hoje se convencerem do seu erro, será ainda tempo de voltar atraz, fazendo o que acabam de fazer os Estados-Unidos: fechando a porta ao chim.

Ha de ser muito mais difficil fechar a porta ao padre. O padre não se contenta com o salario modico que lhe garante o pão que elle, por formula, pede só para um dia; o padre trabalha pelo futuro, e serve-se para isso de duas armas formidaveis: a mulher e a criança. O padre tem o confissionario, o pulpito, a escola, o perdão, a ameaça de castigo, a promessa da vida eterna, e falla em nome de Deus.

Tudo isso seria muito bom, se o padre o fizesse só para fazer moral, só para encaminhar o espirito de familia para o bem; mas o padre, e principalmente este padre que a republica franceza não quer, porque o conhece, porque lhe sente a garra por baixo da batina, o padre faz politica.

O actual imperador do Brazil é um crente; preoccupa-se com o destino da sua alma tanto como com a

passagem de Venus pelo disco do sol; lê Darwin e procura conciliar-o com o Adão de barro soprado pelo ideal Omnipotente, que em seis dias tirou o mundo do chaos; mas, ainda assim, a influencia do padre não se faz sentir na nossa politica.

Quando, porém, sentar-se no throno d'este paiz alguem que além da crença tenha a credence, que exagere a fé pela superstição, o padre virá pesar na balança dos nossos destinos. Se antes se lhe fizer o ninho, se se der tempo ao padre para influir na familia pela mulher e pela criança, a sua missão junto do throno será facil, porque, para dominar, elle não terá de lutar, tendo preparado o terreno.

E' desenganar! Esta raça de padres a que nos referimos, não é a successora dos apóstolos e dos eremitas; estes padres não pregam a palavra de Christo, pregam a doutrina de Roma; não são missionarios, são embaixadores do Vaticano; o seu livro santo não é o Evangelho, é o Syllabus.

Estes padres representam no nosso tempo os que perseguiram Gallileu e queimaram vivo Giordano Bruno; os seus gloriosos marcos milliaris não são nem o Golgotha, onde expirou o divino philosopho, nem os amphitheatros romanos onde os martyres christãos eram atirados ás feras, para regalo dos imperadores. As paginas gloriosas da historia d'esses padres escreveu-as a inquisição e o jesuitismo, que foram os successores naturaes, não dos primeiros crentes que se refugiavam nas catacumbas de Roma, mas dos algozes que os perseguiam. A unica differença é que a força, que estivera do lado dos pagãos que tinham conquistado o mundo com as armas na mão, passou para o lado dos padres que o conquistaram pela astucia.

A inquisição não foi menos cruel que os Neros; que o digam os judeus, tão barbaramente perseguidos, que ainda hoje, ao cabo de tantos seculos, não conseguiram reunir-se na terra que lhes foi berço.

Os padres de hoje já não acendem fogueiras; homens do seu tempo, manejam as armas que acham á mão. Em França, o padre luta pelo direito divino, que presta á Santa Sé um preito que lhe recusa a republica. Na Irlanda, o padre catholico auxilia a revolta, não para apoiar a justa queixa de uma raça opprimida, mas para lutar contra o protestantismo inglez. Na Allemanha, por detraz do socia-

lista, vê-se o padre a aproveitar-se d'esse grande movimento e a incital-o, para combater a reforma. Na Russia, o padre catholico collabora com o nihilista, porque, se o inimigo d'este é o absolutismo, o d'aquelle, encarnado no mesmo individuo, é a orthodoxia moscovita. Se na Italia um partido, o dos irredentistas, agita-se para conquistar o que entende que falta ao paiz: Trieste, que está com os austriacos, Nice e a Saboia, que estão com a França. o padre romano auxilia-os escondidamente, não para completar a unidade da Italia, mas para destruil-a, tirando-lhe a Roma dos Cesares do Vaticano. Ahi, como em toda a parte, ao passo que o nihilista, o socialista, o irlandez, o republicano, o irredentista, lutam com as armas na mão, arriscando a vida, o padre tira a sardinha com a mão do gato.

E é este o elemento que se procura introduzir no Brasil. Nós já temos algumas sementas menos más, que até aqui se têm introduzido aos poucos, e têm sido toleradas. Ha em S. Paulo o celebre collegio de Itú, povoado principalmente pelos filhos dos nossos homens de Estado, que serão os futuros homens de Estado, porque o Brasil tende á oligarchia: temos o Caraça, em Minas, que nos fornece deputados, que são a um tempo positivistas e ultramontanos; temos collegios de irmãs de caridade, para educar a mãe de familia brasileira.

Se, porém, estes elementos esparsos se congregam; se em vez de tolerados, elles forem acoroçoados; se se quizer converter a introduccão do padre em systema politico; é preciso dar o grito de alarma, e resistir enquanto é tempo.

Temos fé que a resistencia será efficaz, porque a acclimação do padre é difficil no Brasil, repugna á natureza americana.

Quanto aos que pensam em introduzil-o, seria talvez mais prudente, se realmente pretendem ficar no Brasil, deixarem-se d'isso e tratarem de accommodar-se ás circumstancias de tempo e logar, que lhes indicam um caminho muito diverso.

Só homens excepçionaes conseguem impôr idéas condemnadas. A Allemanha militar é um prodigio que se sustenta pela vontade de ferro e pela assombrosa capacidade politica de Bismark; ainda assim, á custa do progresso nacional. A morte de Bismark esboroará a sua obra.

O Brasil ultramontano não é empreza que possa ser

levada a cabo por homem cuja intelligencia se meça pela bitola commum.

Se isto de governar o Brasil é cousa que possa tentar alguém, tratem os pretendentes de conformar-se ao espirito de tempo e á lei da nossa natureza. E' sempre opportuna a resposta dos altivos fidalgos aragonezes, que exigiam que se lhes respeitasse os seus foros, para que elles se mantivessem fieis: Senão, não!

14 de Maio

SUMMARY.—O recurso da companhia de Botafogo.—O Sr. senador Octaviano, o Sr. ministro Sinimbu, e a *influencia permanente*.—A antiga concessão da Copacabana.—O Sr. conde d'Eu, proprietario de terrenos.—O Imperador.—Pilatos no Credo.

E' verdadeiramente penoso o assumpto que tem de ser tratado hoje n'esta secção. Com o proposito feito de não offender quem quer que seja, e com o dever de não descurar uma questão que affecta tão directamente o interesse presente e futuro do paiz, receiamos que a palavra exceda a moderação da idéa, e não delimite com a devida precisão o terreno em que tem accção o direito de critica, que assiste á imprensa, mesmo a esta imprensa barata, tão menosprezada pelos que se julgam honestos porque se vendem caro.

E' que a hypothese é nova, e pela primeira vez no Brazil se acha envolvido em questão de dinheiro, a mais repugnante, e por isso mesmo a mais delicada, quem tem sido envolvido em trinta mil questões, tratadas, ora com severidade, ora com injustiça, umas vezes por inimigos rancorosos, outras por bajuladores subservientes.

Quem escreve estas linhas, nunca pretendeu cargos officiaes, e por consequente não deve gratidão, nem é movido por despeitos; não têm compromissos partidarios, por não ter conseguido comprehender os limites do terreno de cada um dos partidos constitucionaes; não é impellido mesmo por preferencias de fórma de governo, porque, se a actual não é a melhor possivel, a que se lhe pretende oppor—a republica—não tem por ora quem a represente com garantias de melhoramento para a nação. Suppõe, pois, achar-se nas precisas condições de isenção, para estudar com

imparcialidade, e, forte na sua consciencia, escreve para os desapaixonados, para os sinceros, para os leaes, pouco se importando com o juizo dos outros.

A difficuldade de tratar o assumpto cresce, por não se tratar de factos incontroversos, e terem as considerações a fazer de girar no escabroso terreno das conjecturas. Se, pois, as apparencias que justificam este artigo e o exigem, forem enganadoras, o escriptor terá a maior satisfação patriótica em reconhecê-lo, porque o seu proposito não é provar que se praticou o mal, mas impedir que uma duvida paire no espirito publico em uma questão que deslustraria um mendigo. Essa duvida só se pôde espancar fazendo resplandecer a verdade, quer esta demonstre que o acto não foi praticado, quer demonstre o contrario.

Com todas as véras, desejamos que se realise esta ultima hypothese, porque, a provar-se a outra, o rubor não se limitará a invadir as faces dos que são directamente culpados.

O advogado da Companhia Jardim Botânico publicou em folheto o recurso ao conselho d'Estado, da decisão do governo na malfadada questão da Copacabana. Não insistiremos na parte da questão relativa ao inqualificavel procedimento do actual Sr. ministro da agricultura, o Sr. senador Avila; pelo que nos resta de fé na moralidade da administração, acreditamos que, se já não estivesse condemnado este ministerio agonisante, condemnal-o-hia a consulta do conselho d'Estado que responder a este recurso.

Infelizmente—com a maior sinceridade escrevemos este adverbio, com a sinceridade de quem nem é amigo nem inimigo, mas que deseja saber a quem deve respeitar—infelizmente, diziamos, temos de ir além do Sr. Avila.

Ha no folheto referido dois documentos graves. Um d'elles é a carta do Sr. conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa ao presidente da companhia de Botafogo.

O Sr. conselheiro Octaviano é senador do imperio, já foi ministro plenipotenciario, é um dos grandes directores da politica brasileira. A palavra de S. Ex., tem peso; o criterio com que S. Ex. julga os negocios publicos é conhecido.

O Sr. senador escreveu e assignou com o seu nome, que a companhia de Botafogo devia dar dinheiro a uma senhora *protegida por alta influencia*, por uma *influencia*

permanente. Esse dinheiro seria o preço de um decreto do poder executivo.

A companhia deu o dinheiro, e o decreto foi promulgado. Está publicado o recibo,—é conhecido o decreto.

Estamos em presença de factos de uma triste eloquencia esmagadora. Ha aqui forçosamente alguém que faltou á verdade, que se insurgiu contra o seu dever, que fez calar a voz da propria consciencia.

Se os concessionarios da antiga empreza da Copacabana tinham por si um direito, o unico caminho honesto que o governo tinha a seguir, era este: permittir que essa empreza se entendesse com a do Jardim Botânico, e, em vez de declarar caduca a concessão Copacabana, referendar o contracto pelo qual ella cedesse o seu direito á companhia do Jardim Botânico. Se n'esse momento a empreza da Copacabana tinha um direito de pé, o governo não podia considerar caduca a concessão. Se, porém, o governo tinha razões para decretar a caducidade, a empreza morria por si, e não tinha direito a indemnisação alguma.

A carta, porém, do Sr. conselheiro Octaviano deixa ver que, em vez de uma d'estas cousas honestas, o governo fez um amalgama deshonesto das duas: fez a Jardim Botânico pagar, como se houvesse direito, e disse ao publico que a concessão Copacabana caducava, porque tinha expirado o direito da empreza.

O decreto, pois, que o *Diario Official* publicou em nome de S. M. o Imperador, foi o documento publico, não de um acto do poder executivo, mas de uma negociata em que se envolveram um senador do imperio, um ministro de estado, e até o poder irresponsavel.

De duas uma: ou o que diz o Sr. conselheiro Octaviano, é a expressão da verdade, ou não o é. Se é a verdade, o que faz a representação nacional, que é o tribunal competente, que não chama a contas o ministro que vendeu um decreto, embora o não fizesse em proveito proprio? Se não é a verdade, por que não processa o Sr. senador Octaviano, que calumniá um ministro, que calumniá o Imperador?

E se não é verdade o que diz o Sr. senador Octaviano, o que faz o Sr. senador Sinimbú, ex-ministro, ministro talvez amanhã, que não se defende, que não defende o Imperador, que, além do mais, é seu amigo?

O Sr. senador Sinimbú não deve desprezar a palavra do seu collega.

O Sr. senador Octaviano não é um desprezivel escrivi-

nhador de imprensa barata, não é um explorador de escândalo, como nós outros, que não podemos, segundo a doutrina liberal, ser honestos, porque não temos pai alcaide, e a quem só falta que os potentados do dia neguem o direito de corar pelo que fazem senadores e ministros.

A carta ahi está firmada pelo Sr. senador Octaviano, e confirmada pelo seu silencio; as proposições que ella avança, ahi estão confessadas pelo silencio do Sr. senador Sinimbú.

O outro documento a que nos referimos, é uma certidão da Illma. camara municipal, relativa a terrenos aforados na praia da Copacabana.

O Sr. conde d'Eu possui actualmente terrenos n'esse lugar: 297 metros, pouco mais de nada; mas Sua Alteza adquiriu-os de Wagner, socio de Duvivier & C., a quem se fez a concessão, e Sua Alteza adquiriu-os no prazo que medeu entre o encerramento da concorrência e o decreto de concessão, e foi tambem durante esse prazo que Wagner os adquiriu.

Sabe-se que o Sr. ministro da agricultura, durante todo o tempo da concorrência, manifestou preferencia pela companhia do Jardim Botânico, e que ainda depois de abertas as propostas convidou um dos directores d'esta companhia a uma conferencia; por isso, quando S. Ex. se decidiu pela proposta Duvivier & C., o publico disse, racionando perante os factos, ou que S. Ex. procedeu de má fé com a companhia do Jardim Botânico, ou que recebeu imposição do alto.

As apparencias hoje são estas: a primeira hypothese é quasi arredada, porque tudo quanto tem feito o Sr. Avila demonstra que, se S. Ex. pécca, é antes por um excesso de boa fé, capaz de leval-o direitinho para o céu; por outro lado, a carta do Sr. senador Octaviano e a certidão da Illma. camara municipal corroboram a segunda hypothese — a imposição do alto.

E eis-nos chegados ao grande ponto escabroso d'este artigo.

Pela primeira vez lamentamos que a sorte nos tenha collocado tão longe das altas regiões, porque as primeiras pessoas a quem quizeramos convencer da sinceridade com

que tratamos esta questão, são justamente S. M. o Imperador e Sua Alteza o Sr. conde d'Eu.

O reinado do Sr. D. Pedro II já vai longo, e entre tantas accusações que se lhe tem feito, ainda não houve quem pensasse sequer, que pelas mãos purissimas do imperante passasse um ceítil que lhe não pertencesse de direito.

O que se sabe, o que está na consciencia e no coração de todos os brazileiros, o que constitue o melhor throno do Imperador, é que da parca dotação que recebe do Estado, a melhor, a mais avultada parcella, sahe para auxiliar o estudante pobre, para proteger o artista, para amparar viuvas e orphãos, para fazer o bem por todas as fórmãs.

O Imperador do Brazil não é aquelle Frederico Guilherme da Prussia, o pai do grande Frederico, que quasi matava os filhos á fome, e que impunha a miseria domestica aos seus herdeiros, ainda depois da sua morte; que caçava e obrigava os judeus do reino a comprarem pelo preço que elle marcava, os animaes mortos; que comprava a vil preço as terras dos nobres, e substituia a penalidade dos crimes e até a remissão de peccados por multas de dinheiro; e que morreu deixando, nos subterraneos do seu palacio de Berlim, vinte milhões de escudos, extorquidos de seus subditos.

E' antes Luiz XI que gastava vinte soldos para mandar pôr mangas novas em um casaco velho, e mandava dar um escudo a uma pobre mulher, porque os cães do rei lhe tinham morto um gato; que cortava na sua despeza pessoal, mas tinha prazer em dar dinheiro aos pobres.

Não diremos tambem que o Sr. conde d'Eu descenda de Shylock ou de Harpagon; não diremos que Sua Alteza tenha os instinctos da raça espoliada, mettida na idade média nos antros do Ghetto; que queira transformar esta Florença—o Brazil, que despende como a cidade dos Medicis, mas tolamente e sem gosto—na Veneza, que os filhos de Abrahão fizeram florescer com o commercio do Oriente, centuplicado pela usura.

Seria isso ridiculo a proposifo de 297 metros de terreno na Copacabana; mas é permittido dizer—e é esta a melhor hypothese—que Sua Alteza, comprando esses terrenos a Wagner na occasião em que pendia do governo uma pretensão do vendedor, aproveitou o ensejo de fazer um bom negocio. Sómente, isso que seria só um bom ne-

gocio para qualquer pobre diabo, foi um erro grave da parte do Sr. conde d'Eu.

Nas regiões em que paira Sua Alteza, é preciso que não entre nem uma suspeita. A morarchia vive unicamente do prestigio, se não quizer viver do terror; e nada ha que affecte o prestigio como a questão de dinheiro.

Em um caso tão complicado como este da Copacabana, em que foram desprezadas todas as boas normas, em que se calcou todo o direito, o povo procura para o extraordinario explicações extraordinarias, e agarra-se á primeira que lhe apparece, e a primeira que appareceu foi justamente a certidão da Illma. camara municipal.

Com um pouco de tino politico, Sua Alteza teria fugido a comprar taes terrenos em tal occasião; era caso mesmo para os vender, se antes os possuísse. O mister de principe tem seus contras; e não lhe é permittido fazer bom negocio, e fazer entrar no espirito de toda a gente que o fez como simples particular, e que como principe nada infiuu para elle.

De tudo isto, que parte cabe ao Imperador? Quanto ao primeiro documento — a carta do Sr. senador Octaviano — quem póde responder é S. Ex., ou o Sr. Sinimbú. O Sr. Octaviano responderá que na occasião estava convencido do que escreveu, e dará as razões que tinha para isso, podendo accrescentar que hoje reconhece ter errado. Fica assim o Sr. Sinimbú dispensado de explicações. Se vier, porém, o Sr. Sinimbú e declarar que o Sr. Octaviano não tinha razões para escrever o que escreveu, e o provar, tem o Sr. Octaviano de explicar por que calumniou o Imperador e o ministro, e de deixar claro se com o seu conselho serviu os interesses da companhia do Jardim Botânico, de que era advogado, ou os dos concessionarios da antiga empreza da Copacabana.

Sobre essa questão não podemos formular hypotheses, e é escusado fazel-o, porque dous senadores do imperio sabem a verdade, e podem, e devem dizel-a.

Sobre a questão recente, é permittido suppôr que o Imperador entrou n'ella como Pilatos no Credo. O imperador ignorava que a companhia do Jardim Botanico apresentára propostas e fizera representações, que o Sr. senador Avila sonegou; por esse erro do Sr. Avila a maledicencia chegou

a tentar saber o emprego das horas em que *le roi s'amuse* em Petropolis.

O Imperador ignorava tambem, provavelmente, que seu augusto genro era proprietario de terrenos na Copacabana, boa praia de banhos, mas accessivel aos principes sómente depois que se estabelecerem linhas de bonds para esse logar, porque os principes só andam de bond, não têm meios para andar de carro.

E' porque a isso nos auctorisam precedentes, que dizemos que o Imperador ignorava todas essas circumstancias, que fizeram com que o contracto da Copacabana se tornasse um escandalo, uma immoralidade.

Agora, porém, Sua Magestade sabe tudo, e a consciencia imperial não ficará tranquilla, enquanto o seu nome não firmar um papel que lave a nodoa que sobre elle recahe, da assignatura do decreto que concedeu á casa Duvivier & C. privilegio para a construcção, uso e gozo, de uma linha de bonds, que ligue o centro da cidade á casa de banhos do Sr. conde d'Eu.

O Imperador do Brazil não ha de, por certo, querer que o povo o considere cúmplice d'esse erro, ou pelo menos victima de sua boa fé; o Imperador do Brazil ha de querer, como até aqui, quando vem á rua, e os cidadãos brasileiros e os estrangeiros que o encontram, lhe tiram o chapéu, ter consciencia de que não é isso um acto banal de deferencia, mas uma prova de respeito ao homem severo e ao chefe do Estado; porque ainda que se prove que Sua Magestade foi illudido, se Sua Magestade não punir os que o illudiram, e deixar que persista o que elles fizeram, o sentimento que isso póde inspirar ao seu povo, não é de natureza a firmar o prestigio da monarchia.

Ai d'ella se ao povo, a quem até aqui não inspirava enthusiasmos, inspirar d'ora em diante algum sentimento que se pareça com a commiseração. Ninguem respeita o que é discutivel.

SUMMARY.—Um artigo do Sr. conselheiro Octaviano.—O advogado e o senador.—Um bom conselho á cliente, um mau serviço ao povo.—Quêda do ministerio Paranaguá.—Interregno.—Espera-se o Sr. Saraiya, homem honesto,

Escrevemos na ultima segunda-feira algumas palavras a respeito do Sr. senador Octaviano; no dia seguinte, o Sr. advogado Octaviano deu uma explicação ao publico.

O artigo do Sr. conselheiro Octaviano, advogado, firma a seguinte doutrina: a cliente está satisfeita, o mais pouco importa. Não faremos chicana sobre a moralidade d'esta advocacia; é uma questão de puro interesse particular, em que advogado e cliente caminham para o seu fim, como podem.

Se o proprio Deus escreve direito por linhas tortas, não ha senão que louvar os simples mortaes que lhe seguem o exemplo.

A nossa questão, porém, não é com o advogado, é com o senador do imperio, é com o chefe reconhecido de um partido politico, e o artigo do Sr. senador Octaviano é, politicamente, um documento tão grave como tudo o que tem apparecido n'esta desastrosa questão da Copacabana.

Um senador do imperio vem a publico, e diz que sabe que um ministro de estado assignou um decreto, que não se baseava na lei, nem no interesse geral, mas que servia o interesse particular da domesticidade dos principes.

O senador do imperio appella para a Constituição, como garantidora da sua liberdade de advogar, mas esquece-se de que é o advogado principalmente d'essa Constituição, que prohibe que se venda o direito.

O povo, que deu ao Sr. conselheiro Octaviano uma cadeira no senado, delegou-lhe o seu direito soberano de fiscalisar os actos do governo, e se ao povo se dissesse que o direito da antiga empreza da Copacabana tinha caducado, mas que o governo queria—apezar d'isso—extorquir quatrocentos contos de réis a outra empreza para declarar essa caducidade que a lei impunha, o povo teria protestado contra esse arranjo.

O Sr. conselheiro Octaviano, porém, advogado do povo e da companhia Botanical Garden, entende que cumpriu o seu dever, desde que a companhia está satisfeita, e não tem mais interesse algum na questão, tendo vendido por bom preço o resto do tempo da sua concessão.

E o povo? o povo, que elegeu o Sr. Octaviano, também está satisfeito, também não tem mais interesse algum na questão?

S. Ex. não se illude sobre a gravidade da posição em que se collocou. Tanto S. Ex. não consegue isolar o seu character de advogado, que diz que, não exercendo emprego ou funcção no paço e tendo estado divorciado do ministerio Sinimbú, não tem receio de descobrir a corôa ou comprometter o governo.

« Se não posso ser atacado, diz S. Ex., como agente do imperador, ou do seu governo, o que se ataca no meu proceder? »

A consciencia do Sr. conselheiro Octaviano já se encarregou de dar a resposta a essa pergunta. S. Ex. é accusado como senador do imperio.

Pois o facto de ser empregado do paço póde inhibir o advogado de uma companhia de descobrir a corôa; o facto de ser amigo do governo póde inhibir o advogado de comprometter um ministro; e o facto de ser senador do imperio não inhibe o advogado de consentir que o governo pratique uma immoralidade, filha, diz S. Ex., de uma influencia permanente?

E, depois, ainda são os jornaes que tratam com pouca amenidade os principes! Felizmente, n'esta questão, temos para quem appellar; e tão seguros estamos da sentença, que, apezar da certeza de que ella não virá a publico, ficamos tão tranquilllos como se a vissemos escripta e assignada pelo proprio punho do juiz.

E o juiz é a propria consciencia do Imperador. Quem o respecta somos nós que pedimos a liquidação d'esta ter-

peza de dinheiro em que, pela primeira vez, quasi no fim de um longo reinado, se acha envolvido o seu nome.

Somos nós que respeitamos o Imperador, porque ainda não fizemos coro com o senador do imperio que o accusa.

Somos nós que o respeitamos porque, vendo-o accusado, não guardamos o mesmo silencio de approvação que guarda o Sr. Sinimbú, ex-ministro, senador do imperio, conselheiro d'Estado, e que exerce funcção no paço imperial e é honrado com a amisade do Imperador.

A imprensa não deseja ser aggressiva, e não o é. A imprensa discute um facto de ordem publica, baseado em documentos.

O Sr. ex-gerente da companhia Botanical Garden, diz o Sr. senador Octaviano, apontava como o seu principal embaraço a alta protecção que tinha o concessionario da antiga empreza da Copacabana.

Ninguem põe em duvida a palavra do Sr. conselheiro Octaviano; acreditamos que foi o ex-gerente que insinuou essa idéa; mas a imprensa nada tem que ver com o juizo que o particular faça do governo e do imperador, principalmente se o particular o não externa, não dá publicidade a esse juizo.

O caso é diverso, quando se trata de um senador do imperio. Dirá S. Ex. que não publicou a sua carta; mas tambem não protestou contra a publicação, e, portanto, reconheceu tacitamente o direito que exerceu quem a publicou.

Que caminho diverso teria levado tudo isto, se o Sr. conselheiro Octaviano fosse principalmente senador! Em vez de escrever a carta de advogado á cliente, teria interpellado no senado o ministro, teria exigido o decreto de caducidade, que o ministro não poderia recusar, porque a empreza incorrera nas faltas que impõem essa pena; se fosse preciso mesmo descobrir a corôa, seria preferivel descobri-la ahi, no scio da representação nacional, onde o Sr. Sinimbú, ministro, não poderia eximir-se ao dever de a resguardar.

Encarreada assim a questão, se o governo entendesse que, com a caducidade da empreza da Copacabana, lucrava alguma cousa a companhia Botanical Garden, poderia fazer com que esses quatrocentos contos de réis, que foram dados a quem vivia na domesticidade dos principes, revertessem em favor do povo, d'este povo do Rio de Janeiro, que elegeu

senador o Sr. conselheiro Octaviano, isto é, que o constituiu advogado dos seus interesses.

Mas o Sr. conselheiro Octaviano foi principalmente advogado; deu um bom conselho á sua cliente, esta comprou o decreto, e, logo depois, para evitar eventualidades futuras, foi tratando de vender por bom preço o resto do tempo da sua concessão.

E fez bem, e andou bem avisada. Percebeu que o sacrificio não tinha compensação, e que era edificar em areia fazer estes negocios por traz dos reposteiros. A prova d'essa sabia providencia ahí está hoje. O sacrificio que fez a antiga companhia foi em pura perda; só lucrou com elle o concessionario da Copacabana, que, pelo decreto de concessão, não tinha mais direito a cousa alguma. A nova companhia encontra embarços novos, e estes ligados ainda aos antigos que a Botanical Garden julgou ter removido, sacrificando quatrocentos contos de réis.

E ahí está por que razão a imprensa não deseja, nem precisa ser aggressiva. Basta-lhe expor os factos.

Ha sete dias estamos sem governo, e nem por isso temos passado peor.

Segunda-feira passada, acontecimentos, que aliás toda a gente esperava, foram precipitados.

Disse-se que o grupo conservador da camara temporaria queria tomar a si a tarefa de dar o mergulho final no governo, contando com o apoio da dissidencia liberal.

Se esse boato tem fundamento, foram tres as manifestações do terror que aos liberaes causa o espectro conservador, entrando na conta a moção do Sr. José Marianno.

A ser infundado o boato, se o deputado pernambucano actuou por inspiração propria ou do grupo dissidente de que faz parte, ainda a camara ouviu dois gritos de alarma.

Soltou o primeiro o Sr. Lourenço de Albuquerque, accentuando a phrase: fique cada um com a responsabilidade dos seus actos. Foi um grito manhoso, de homem que sabe o que faz, e pesa o que diz.

O outro foi um grito ingenuo, do fundo d'alma, uma expansão de adolescente, que escapou ao Sr. Affonso Celso Junior:

« O silencio das filciras conservadoras presagia a tempestade reaccionaria que se vai desencadear sobre o paiz. »

Salvemos primeiro um principio: no Brasil um governo conservador, que succeda aos governos *liberaes* que temos tido, não significa reacção, senão nas palavras, porque em idéas toda a gente sabe o que temos visto.

Se nos cingirmos ao rigor das palavras, o joven deputado mineiro não deve fallar de corda em sua casa, porque S. Ex., passando de republicano a monarchista, tambem foi reaccionario.

Mas o que ha de mais importante no grito d'alma juvenil, é como uma lamentação pelo inutil sacrificio que S. Ex. fez das idéas dos seus vinte annos, que já lá vão tão... perto.

Realmente, para ser deputado durante alguns mezes, e apoiar o governo do Sr. seu tio, não valia a pena atirar por cima dos moinhos de S. Christovão o seu bonet phrygio. E se vêm agora os conservadores, ou S. Ex. perde o seu latim, ou tem de dar mais um passo no sentido anti-reaccionario do primeiro que o levou da republica á monarchia.

E dizer que a demora do Sr. Saraiva deixa tantas almas entregues a esta afflicção. E os commentarios que fervem!

Porque esta insistencia do Imperador pelo Sr. Saraiva? Pois não ha aqui outros chefes liberaes?

E d'ahi a analyse das qualidades que collocam em tão excepcional posição o estadista bahiano.

Estuda-se e analisa-se a sua vida publica, e procura se a explicação do mysterio.

Uma explicação se encontra—pallida, mas emfim é uma explicação—foi o Sr. Saraiva que fez a lei de que sahiu esta camara, a elle compete condemnar a filha degerada.

Se se procurar, porém, a explicação fóra do terreno dos factos, para ir buscal-a nas habilitações e serviços do Messias, o campo é pouco vasto.

O Sr. Saraiva é um homem intelligente, mas não é mais aguia que os outros seus co-religionarios; não é um homem dado a grandes leituras, e elle proprio o confessa; não tem sido salvador de situações difficeis, e o seu ultimo conselho, o ministerio Paranaguá, não fez a felicidade nem de gregos, nem de troyanos.

Qual é, pois, a grande qualidade predominante do

Sr. conselheiro Saraiva, que o torna o homem necessario, o homem unico, por quem se espera como pelo Redemptor ?

Se as opiniões divergem quanto ao grau de sua intelligencia; se divergem quanto á extensão e variedade de seus conhecimentos; se nem todos estão de accordo quanto á sua capacidade politica e administrativa; ha uma opinião, porém, perfeitamente generalizada e que assenta nos precedentes de uma longa vida, precedentes que ahi estão sabidos por todos, e que ninguem contesta: o Sr. Saraiva é um homem honesto.

Será por isso, santo Deus, que se espera por elle ?



28 de Maio

SUMMARIO.—Não são chamados os chefes da maioria que fez cahir o ministério.—O Sr. Saraiva, o Sr. José Bonifacio, o Sr. Dantas.—Entra o Sr. Lafayette.—A carreira politica de S. Ex.—Esperanças dos conservadores.—O Sr. Sinimbu e a imprensa.—A imprensa culpada porque publica o que fazem os grandes.

Post tantos tantosque labores, ficou resolvida a crise que deixou o paiz sem governo durante quasi duas semanas.

Mais uma vez se manifestou a indole ordeira d'este povo, que, em tão estranho estado de cousas, só revelou curiosidade por saber qual seria o novo ministerio, e uma grande propensão para achar pilherico o mecanismo aperfeiçoado das instituições que felizmente nos regem.

Em todos os paizes em que o regimen parlamentar não é a mascara de folha de Pulcinella, o personagem obrigado que ata e desata todas as intrigas nas pecas do repertorio napolitano popular, os factos que constituem uma crise, desde que ella aponta até que é resolvida, são élos homogeneos de uma cadeia, e desde que um se manifesta, toda a gente prevê o apparecimento d'aquelle que deve naturalmente succeder-lhe.

No Brazil, porém, não é dado prever, e as questões resolvem-se pelo absurdo. As mais variadas conjecturas esbarram contra a realidade, illudidas todas, ou pelo menos todas aquellas que tiveram por ponto de partida alguma cousa de sensato.

Vamos procurar fazer a historia de algumas d'essas conjecturas, e dos commentarios que as acompanhavam.

O ministerio Paranaguá cahiu diante de um voto hostile da camara temporaria. Teve alguns dias de vida durante

a actual sessão por misericórdia dos dissidentes. Basta dizer que o presidente da camara não sympathisava com o governo, e que o primeiro secretario lhe era abertamente desaffectedo. O governo teve de não fazer questão de confiança da eleição da mesa.

Dias depois o ministerio cahiu, e, embora se possa dizer que a imprudencia de um de seus membros precipitou a queda, convém fazer justiça á dissidencia liberal e reconhecer que ella deu o combate final ao governo no terreno que a fizera afastar-se d'elle, a desastrosa questão dos impostos provinciaes.

Se a camara representasse alguma cousa, ou se em alguma conta fosse tido isso que a camara representa pelo menos na formula, os primeiros cidadãos chamados ao paço deveriam ser o Sr. Lima Duarte, que representava na camara todo o partido liberal, presidente d'ella pelos votos dos amigos do governo e dos dissidentes, e o Sr. senador Dantas, que era manifestamente a cabeça pensante, a alma da dissidencia.

Não se chamou o Sr. Lima Duarte, nem em primeiro lugar, por amor dos principios, nem mais tarde para remendo. A confiança de todos os seus correligionarios da camara, longe de ser uma recommendação, é uma pécha.

O Sr. Lima Duarte é ha muitos annos deputado por Minas; não ha governo liberal ou conservador que lhe combata efficazmente uma eleição na sua provincia, onde toda a gente reconhece que elle é um homem bom e limpo. O seu nome já foi mais de uma vez apresentado á corôa, em listas senatoriaes; de uma vez foi escolhido um ministro, que, apesar de ministro, veiu na lista com votação inferior á que obteve o benemerito cidadão; duas outras vezes foram escolhidos cidadãos, que tiveram na escolha a recompensa do serviço que prestavam entrando para o ministerio.

Disse-se que o Sr. Lima Duarte não tinha a energia necessaria, a alta capacidade politica precisa para dirigir ministerio; os ingenuos, que ainda os ha n'esta terra, respondiam que se é regra collocar n'essa posição os sabios, não seria máu experimentar uma vez, por excepção, um medico da roça, cuja recommendação consiste em ser perfeitamente honesto.

Que diabo! por mais que elle errasse, não conseguiria em alguns mezes, nem mesmo em alguns annos, desviar-nos muito d'esta perfeição a que nos tem levado os sabios.

Não se chamou, porém, o Sr. Lima Duarte e não se

chamou o Sr. Dantas. Chamou-se o Sr. Saraiva, que estava longe da capital, que declarara em tempo não poder governar com esta camara. E disse-se que era um homem muito estimado e muito respeitado, de uma honestidade a toda prova.

Estas explicações que o publico é obrigado a dar á manifestação de taes preferencias, desde que vê que o caminho seguido não é o que impõem os principios, ou são uma condemnação formal lavrada pelo supremo arbitro contra aquelles que põe de lado, justamente no momento em que as circumstancias os põem á frente, ou se não são uma condemnação, são uma imprudencia que dá lugar a suspeitas offensivas a esses homens ou que confirma juizos mais ou menos temerarios, que se tenham manifestado contra elles.

E' verdade que para o caso do Sr. Saraiva ha uma atenuante: foi S. Ex. que fez a lei de que sahiu esta camara; era preciso talvez perguntar-lhe se só elle se considerava incapaz de a governar, ou se entendia que niguem poderia governal-a.

Mas, depois da recusa do Sr. Saraiva, por que carga d'agua foi chamado o Sr. José Bonifacio? Não ha n'esta pergunta a minima referencia desagradavel ao eminente orador paulista; mas é que o primeiro que se admirou da idéa foi elle mesmo! Não seria a chamada de S. Ex. uma nova condemnação a todos os chefes ostensivos do partido?

Depois d'esta nova recusa, foi chamado o Sr. Dantas. Dizem—não podemos garantir o facto—que S. Ex. dissera ao Imperador que no dia da crise poderia ter organizado ministerio, mas que tantos dias depois já não contava com o mesmo prestigio.

E naturalmente! Se foi o voto dos seus amigos que fez cahir o ministerio; se era elle o homem indicado para o poder, a sua preterição por dous senadores, que não estavam envolvidos no movimento, um que declarára não querer governar, outro que nunca pensára em tal, era uma prova de desconfiança, que não podia deixar de actuar no espirito de seus correligionarios.

O Sr. Dantas declinou, pois, da honra que tardiamente se lhe offerencia, e indicou tres ou quatro nomes, dando afinal a preferencia ao Sr. Lafayette.

Os outros tres indicados foram os Srs. Martinho Campos, Affonso Celso e Silveira Martins. Qualquer d'estes tem mais influencia politica que o Sr. Lafayette. O Sr. Affonso

Celso principalmente, com todos os seus defeitos, é o *mais homem* dos quatro apontados.

O que quer dizer a preferencia ao Sr. Lafayette senão que o Sr. Dantas reconhece que os chefes liberaes são chefes de grupos irreconciliaveis, e que, portanto, está liquidado, não já a situação, mas o partido? O meio unico que se descobriu, depois de tantas hesitações, foi esta combinação de representantes de pequenos grupos. Os estadistas chefes vão governar por detraz das cortinas, governo de facto, sem responsabilidades legaes; e para não haver ciumes, collocou-se á frente do gabinete um homem que tem a vantagem de não representar grupo nenhum.

Quando se espalhou esta noticia, chegou-se a pensar que era pilheria. Ninguém desconhece que o actual presidente do conselho é um homem de intelligencia verdadeiramente superior e de uma illustração muito acima do vulgar. E' um jurisconsulto notavel, e na vida privada um homem honesto. Mas na sua vida politica, valha-nos Deus! não ha os degraus da escada por onde se chega a estas alturas.

O Sr. conselheiro Lafayette foi eleito deputado pela sua provincia, pela primeira vez, depois de ministro de Estado; foi eleito e escolhido senador, sendo ministro, e isso pouco tempo depois da sua primeira eleição; n'essa lista, apezar da influencia official, S. Ex. occupou o terceiro logar. No senado, S. Ex. não representa um grupo; nunca dirigiu a politica do seu partido, nem a da sua provincia, nem mesmo a da sua freguezia; os deputados não o viram a seu lado, nem nos dias da adversidade, nem nos de victoria, como o Sr. senador Affonso Celso, um verdadeiro chefe de partido, que faz os deputados que quer; como o Sr. Martinho Campos, uma antiga influencia; como o Sr. Lima Duarte, que ainda não conseguiu ser senador; como o Sr. Ignacio Martins, que ainda não conseguiu ser ministro; como o Sr. Cesario Alvim, que já não consegue ser deputado, apezar dos serviços prestados ao seu partido, na imprensa e na camara.

Não fazemos referencia ás suas antigas idéas republicanas, porque isto de partidos na nossa terra é historia antiga, quasi antidiluviana; o que dizemos é que S. Ex. não é um homem politico, que se tenha agitado n'este meio de onde emergem os mais fortes para occupar as primeiras posições.

Não entendemos com isto que S. Ex. seja um presidente de conselho peor do que qualquer outro; tem até

qualidades que fallecem á maioria dos que temos tido; mas, no fim de contas, o presidente do conselho deve ser um homem politico e o Sr. conselheiro Lafayette não o é.

Uma explicação póde ter essa escolha. Disse-se n'estes ultimos dias que a crise terminaria pela chamada do partido conservador; isso lia-se até no rosto entre radiante e modesto dos deputados d'esse partido, e a physionomia timida e contristada dos liberaes.

Esta previsão não se realisou, talvez por ser uma previsão, e aqui a regra é acontecerem as cousas quando ninguém as espera.

Se o Imperador aceitou o Sr. Lafayette justamente por não ser homem politico, para livrar-se dos grupos, das dynastias, o caso explica-se. Os chefes da actual situação têm mais ou menos feito alguma cousa que não é precisamente para que ande o povo a pedir a Deus que os mande outra vez para o governo; o partido conservador mesmo ainda não soldou todos os pedaços que lhe ficaram esparsos nos seus ultimos dez annos de dominação. Experimente-se, pois, um christão novo.

No dia em que o Sr. Lafayette foi chamado ao paço, os seus amigos affiançavam que S. Ex. não aceitava o poder. Mas o Imperador tinha dito ao Sr. Dantas que dissesse aos seus amigos que o paiz não podia continuar sem governo. Viu-se atravez d'essas palavras o phantasma do partido conservador; appellou-se para o patriotismo (a palavra foi dada ao homem para disfarçar o pensamento) dos chefes liberaes e chegou-se a este accordo.

A minoria conservadora, convencida d'isto, recebeu o ministerio com as hesitações de quem é tomado de surpresa, por lhe terem falhado as favas que já estavam contadas.

O Sr. Gomes de Castro achou o programma ministerial muito grande, o Sr. Andrade Figueira achou-o muito acanhado. E' verdade que ambos têm razão, porque o programma d'este ministerio não póde passar de palavras. Sete homens encontraram-se um bello dia, por acaso, conhecendo-se tanto uns aos outros como o paiz os conhecia a elles; têm de fazer uma viagem juntos por paizes desconhecidos.

Qual o pensamento que os harmonisa? Basta, para exemplo, uma das idéas a que se referiu o programma: a questão do elemento servil. O Sr. Maciel é abolicionista, o Sr. Rodrigues Junior, deputado pela provincia que mais se tem adiantado na propaganda d'essa idéa, representa

apezar d'isso justamente o principio opposto. Quando o ministerio quizer realisar essa parte do seu programma, o que dirá ao Sr. Maciel o Sr. Rodrigues? E em nome de quem, da sua provincia? De certo que não.

Mas, não obstante, a maioria liberal recebeu de braços abertos este ministerio, que representa o ultimo esforço que tenta o partido liberal desunido para conservar-se no poder, que d'esta vez pareceu seriamente que ia passar aos adversarios.

O susto que apanhou o partido liberal dará a medida do enthusiasmo com que ha de ser vigiada esta canôa, que já não acha mercadoria para transportar, e apenas leva o lastro.

A maioria não cahe tão cedo n'outra esparella.

O Sr. senador Sinimbú veio a publico dar explicação do seu procedimento no caso da Copacabana; sómente S. Ex. desvirtuou a questão logo no principio do seu artigo.

Diz S. Ex. que *alguns jornaes têm divisado* interferencia official na indemnisação á Sra. condessa de Lages.

E' a eterna antiphona dos grandes.

Os jornaes trazem a publico factos consummados, e aquelles que os praticaram gritam que o que se quer é explorar escandalos.

Perdoe-nos o Sr. Sinimbú, mas nós não estamos resoltidos a ser a pedra de tanque em que os homens de Estado vêm bater a sua roupa mal lavada. Os jornaes não divisaram cousa alguma; os jornaes commentaram factos claramente articulados por um advogado, senador do imperio, que os não nega, limitando-se a dizer que pôz o seu nome no fim de uma carta em que consignava como suas opiniões alheias.

Isto que não é uma justificação, mas uma evasiva, demonstra pelo menos que o Sr. senador Octaviano, que ha longos annos acompanha o nosso movimento politico e administrativo, que conhece os nossos homens e as nossas cousas, não achou inverosimil o que lhe disse o ex-gerente da Botanical Garden; deu credito ás imputações que o interessado fazia ao governo e ao poder irresponsavel, e tanto credito lhes deu, que chegou a assignar a carta que hoje corre impressa.

Não é, pois, com alguns jornaes que o Sr. senador Sinimbú tem de liquidar a questão; é com o Sr. senador Octaviano, seu digno collega e correligionario, auctor ou referendario das accusações ou das imputações calumniosas feitas ao governo e ao Imperador.

Nós outros, pobres diabos de jornalistas, pomos a nossa vida na rua diariamente, e assumimos plena e inteira responsabilidade do que dizemos; basta-nos, porém, isso, e não estamos resolvidos a assumir tambem a responsabilidade das idéas emittidas ou rubricadas pelos grandes da terra.

N'esta questão a nossa responsabilidade limita-se aos commentarios; quanto ás idéas que commentamos, essas não são nossas—felizmente!—e que respondam por ellas os que as conceberam ou lhes deram curso legal.

Mas, o Sr. senador Sinimbú não se limita a querer transportar a discussão para alguns jornaes; vai mais longe, e altera o sentido das phrases do artigo do Sr. advogado Octaviano.

Diz o Sr. senador Sinimbú que foi dispensado de contestar as asserções da carta do advogado da companhia em que se tem baseado as censuras, pela declaração por este mesmo feita de que, não frequentando os palacios do Imperador e de sua augusta filha, e divorciado do ministerio, nada affirmára de sciencia propria, e apenas resumira as impressões e noticias do ex-gerente que pedia-lhe a approvação de seus actos junto da companhia.

Não foi isto o que disse o Sr. senador Octaviano no seu artigo; o que S. Ex. disse foi que não frequentando os palacios do Imperador e de sua augusta filha, não tinha o dever de resguardar a coròã, e de esconder a seus clientes que não reputa os membros da familia imperial superiores a qualquer de nós em bons ou maus sentimentos. Esta explicação do Sr. senador Octaviano quer dizer que, não sendo palaciano, está no seu direito, dizendo aos seus clientes que é possivel que seja verdade o que elles dizem da coròã.

Liquide, pois, o Sr. senador Sinimbú com o seu digno collega e correligionario esta questão; é este, e são os seus clientes *que fazem grave injustiça ao chefe do Estado e que desconhecem ou fingem desconhecer a sua severidade e escrupulos em assumptos d'esta natureza.* São elles que descobrem a coròã, é verdade que em uma sala fechada; nós limitamo-nos a abrir as portas, e deixar que todos vejam o que já está descoberto para alguns.

Quem é o culpado? Pergunte-o o Sr. Sinimbú á seve-

ridade e escrupulos do Imperadór, que nunca desconhecemos, nem por pensamento, porque se o pensassemos, tel-o-hiamos dito.

A esta hora estamos certos que se alguma cousa incomoda o monarcha, não é o muito que temos dito, nós outros jornalistas; é o pouco que têm dito os Srs. senadores Octaviano e Sinimbú, aquelle em uma accusação não provada, este em uma defesa aleatoria. O Imperadór sabe que a Verdade é núa, e que é justamente a nudez que a torna respeitavel.

Agora, se esta posição de defensores do Imperador parece a S. Ex. superior aos nossos meritos, não faremos questão d'ella, e collocar-nos-hemos no terreno que nos designa o desdem dos grandes; e confessaremos, se quizerem, que o nosso proposito não é defender o Imperador, mas explorar os escandalos; os grandes, em compensação, hão de fazer-nos o favor de reconhecer que quem dá os escandalos não somos nós.

4 de Junho

SUMMARIO.—Os conservadores na camara.—Concessões e decepção.—Os Srs. João Alfredo e Paulino.—O novo ministro do imperio, conselheiro Maciel, e o Congresso de Instrucção.—Despezas legaes e leilão de commendas.

Os conservadores ainda não voltaram a si da decepção que lhes causou a solução da ultima crise ministerial. Entre o que elles fazem actualmente na camara, e o que faziam desde o principio da sessão, ha uma differença sensivel; sómente o que faziam antes era methodico e uniforme, o que fazem hoje, denotando um programma novo, novo ponto de vista, ressentido-se ainda da falta de organização, porque o partido achou-se de repente a braços com o imprevisto.

O systema até aqui adoptado parecia ser:— deixar que os liberaes se matassem uns aos outros, ficando os conservadores senhores naturaes do terreno. A sua ascensão seria, senão completamente legal e parlamentar, pelo menos forçada pelas circumstancias, e não podendo dar logar a protestos fundados.

Não se fallaria, como em 1868, do poder pessoal, e os conservadores entir-se-hiam extremamente lisongeados em seu amor proprio de monarchistas e homens de ordem, se o Imperador os chamasse em uma occasião em que os liberaes não pudessem dizer mal d'elle por isso.

Este plano, habilmente combinado, estava quasi a ser realisado. Se o Sr. Lafayette recusasse a incumbencia de organizar gabinete, o Imperador poderia chamar os conservadores, sem causar surpresas a ninguem, e principalmente a elles.

Para chegar-se a este ponto, fez-se tudo, chegou-se mesmo a sacrificar os dogmas do partido, concedendo o orçamento biennial, que fere de frente a constituição.

Convem notar que esta concessão, além de servir o programma de opposição moderada, correcta e ordeira, promettia uma vantagem pratica, que não era para desprezar, e que compensava o sacrificio de idéas e principios que se lhe fazia: caso o Imperador se resolvesse, n'esse meio tempo, a chamar ao poder os conservadores, estes ficavam com meios legaes de vida, enquanto dissolvessem a camara e fizessem eleger outra.

Esta linha de conducta, a que os conservadores da camara temporaria se submetteram até aqui, poderia ser representada graphicamente pelo esboço de um retrato do Sr. conselheiro Paulino. Traçou-a decididamente esse homem tão correcto, tão fino, procurando chegar ao alto de uma montanha, commodamente sentado em um elevador, sem fadiga, sem cobrir-se de pceira, podendo desde logo apresentar-se em cõrte, sem ter de apagar vestigios de jornada e reparar desalinhos de toilette. O seu trabalho consistia unicamente em deixar que os liberaes fizessem a força que o devia elevar, a elle e ao seu partido.

O plano, porém, falhou. O Imperador revela uma obstinação feroz em não querer dissolver a camara, e faz supôr que espera que o paiz lhe indique pelas urnas a época da nova ascensão do partido da ordem. Parece, porém, que os liberaes não têm dormido, e se a divida publica cresce, se as obras uteis estão por fazer, em compensação as peças do machinismo eleitoral estão sufficientemente preparadas, e no momento opportuno funcionarão com uma harmonia digna de melhor causa.

A guarda nacional estendeu ao voto as suas multiplas ventosas, e a maior parte dos quarenta e tantos deputados conservadores será convidada na proxima eleição a ir occupar-se dos seus negocios particulares.

Esta perspectiva pouco risonha modifica consideravelmente o aspecto da questão, e o Sr. conselheiro Paulino, apesar da sua fina tactica, apesar do seu incontestavel merito, deixa de ser o homem da occasião. Como em um polyorama, a sua physionomia some-se, e dá logar á figura bem diversamente caracterizada do Sr. João Alfredo.

Estes dous chefes do mesmo partido são a antithese um do outro. Um é conservador para ser correcto, outro é conservador para ser forte. Um prefere que os liberaes

lhes entreguem o poder, capitulando; o outro, se o entender necessario, não hesitará em arrancar-lh'o das mãos.

O ideal de um seria poder dizer que a situação liberal liquidou-se por si, estrangulou-se com as próprias mãos, e que os conservadores eram os homens necessarios, os homens unicos; o outro preferirá demonstrar que os conservadores têm a superioridade, que implica um gráo de comparação, e que sobem por serem melhores.

Quem collocar ao lado uma da outra, no mesmo album, as photographias d'estes dois homens, comprehenderá as suas maneiras tão essencialmente diversas de fazer politica. Onde o Sr. Paulino pede licença para passar, o Sr. João Alfredo abre caminho em nome da lei; se o obstaculo é uma montanha, o Sr. Paulino fará uma volta para evital-a, e o Sr. João Alfredo mandará abrir um tunnel; quando o Sr. Paulino propuzer que se faça uma ponte para ligar duas ilhas, o Sr. João Alfredo vencerá a distancia a nado. E, no entanto, são ambos conservadores; caminham ambos com a lei na mão. Sómente nas mãos do Sr. Paulino a lei é uma lanterna; nas do Sr. João Alfredo, uma alavanca.

Não quer isto dizer que o Sr. Paulino seja incapaz de grandes golpes para voltar á posição que julgou conquistada na ultima crise; sómente essas energias serão estudadas e não terão a espontaneidade natural que lhes imprimiria o Sr. João Alfredo.

Outra vantagem tem ainda este estadista. Com toda a sua tenacidade, e todo o seu auctoritarismo, o Sr. João Alfredo é um conservador, a que se poderia chamar revolucionario, n'este paiz em que ha tantos liberaes retrogradados.

A idéa da abolição, que agita o paiz inteiro, está tão enraizada na opinião publica, que já era tempo de ser adoptada pelo proprio partido conservador; no entanto, ainda ha um grupo conservador que a combate, e até liberaes a repellem, e liberaes que são deputados e ministros. Ora, o Sr. João Alfredo já se bate por essa idéa ha longos annos, e toda a gente sabe a parte efficaç, grandemente efficaç, que teve esse estadista na decretação da lei de 28 de setembro de 1871.

Essa lei, que o tempo tem demonstrado que é insufficiente e que fica muito aquem do fim a que se destinava; essa lei, que tem sido illudida por todos os governos, que nem ao menos cumpriram o preceito d'ella que lhes impunha o dever patriotico de preparar cidadãos, educando os ingenuos; essa lei, que tem servido para satisfazer a ganancia dos fortes,

que sugam todo o dinheiro do fundo de emancipação, recebendo-o em troca dos escravos velhos, doentes e imprestáveis, ou fazendo-os libertar por maior preço que o do mercado, como ainda ultimamente em Campinas, sem que o governo reprima taes abusos; essa lei, que tem a prova real da sua inefficacia e do seu atraso no confronto do numero de escravos que tem libertado com o d'aquelles a quem a generosidade particular tem restituído a liberdade; essa lei foi considerada em 1871, quando por ella se batia o Sr. João Alfredo, um elemento de desordem, um acto revolucionario, anarchico.

A logica dos factos impõe-nos, portanto, o dever de acreditar que ha mais promessas de reformas progressivas no auctoritarismo do Sr. João Alfredo, que representa as rodas de uma locomotiva, do que na prudente correccão do Sr. Paulino, que representa o freio.

O confronto é mais difficil de estabelecer entre esses chefes e os liberaes, porque estes têm a historia de uma situação que dura ha cinco annos, e quasi em branco as paginas em que deviam estar inscriptos os beneficios ao paiz.

O melhor d'elles—a reforma eleitoral—deu resultados praticos que desgostaram o proprio ministro que a levou a effeito; e se a sua primeira prova—a camara actual—não foi brilhante, o machinismo da guarda nacional, que tem sido cuidadosamente montado, mostrará ao paiz as bellezas da segunda.

Esta promette ser de tal ordem, que então o Imperador será provavelmente levado a fazer violentamente—á João Alfredo, o que não quiz fazer agora com uma certa suavidade—á Paulino.

O novo ministro do imperio, o Sr. Maciel, estreou a sua administração com um acto de energia que chamou a attenção publica para S. Ex., adiando o Congresso de Instrucção, e pedindo ao parlamento auctorisação legal para as despesas a fazer.

Soube-se por essa occasião que esse congresso custa cincoenta e nove contos de réis, dos quaes quarenta e tantos já estão despendidos.

Logo que S. Ex. apresentou á camara o pedido de credito, levantou se uma grande grita contra o ex-ministro, que fizera despesas não auctorisadas. Este declara que não

havia necessidade de se pedir o credito, porque a despeza ia ser feita por meio de donativos.

A demonstração d'isto vai ser curiosa. O publico saberá quanto custa ao Sr. Fulano a honraria de ser barão ; quantos centos de mil réis de capital improductivo representa a commenda da Rosa do Sr. Sicrano, e quantos escravos sentaram praça no exercito para que o Sr. Beltrano pertença á Ordem de Christo.

Se as transacções já estão feitas, se os doadores entraram para o thesouro com o dinheiro e receberam as graças correlativas, teremos occasião de ver a cotação official dos valores da fidalguia ; se, porém, alguns ainda não receberam o seu troco, é de crer que, aos ruidos d'esta publicidade de brazões comprados em leilão, prefiram os doadores perder o seu rico dinheiro, e ficar com a fidalguia de conserva para occasião mais propicia.

Para nós, porém, o aspecto mais interessante d'esta questão é a revelação do character do Sr. Maciel, que enfrenta com os potentados, para collocar-se no terreno da legalidade, e defender uma ordem de idéas que pelo menos é mais moralisadora.

Se o Congresso de Instrucção, tal qual devia ser realiado, é uma cousa util aos interesses do paiz, e não um espalhafato, uma patacoada para europeu ver, assumo o governo francamente a responsabilidade da despeza a fazer com elle.

Mesmo a admittir o principio do donativo feito expressamente para o congresso, se o donativo é desinteressado, ou se o donativo em troca da graça honorifica é um recurso financeiro decente, apresente-se abertamente a conta d'essas operações. No primeiro caso, se quem concorreu para a despeza não teve em vista a recompensa official, e deu dinheiro só pelo prazer de ver reunir-se o congresso, a publicação do seu nome será um titulo de benemerencia superior a qualquer outro. No segundo, é bom a gente saber quanto custou e quanto vale a nobreza dos agraçados.

A um episodio interessante deu logar o procedimento do Sr. Maciel: a mesa do congresso demittiu-se de suas funcções, por considerar-se exauctorada pelo ministro.

Quer-nos parecer que a mesa exorbitou. A mesa nada tem que vêr com o meio pratico de que se serve o governo para fazer uma despeza, seja este o donativo particular,

como queria o Sr. Leão Velloso, ou o credito votado pelo parlamento, como quer o Sr. Maciel.

Não é exauctorada a mesa pelo adiamento do congresso, porque não foi ella, mas sim o governo, que marcou a data da abertura, e a este cabe o direito de adial-a ou antecipal-a como entender conveniente.

Dirá a mesa que não ha lei que a obrigue a funcionar em condições que não considera aceitaveis. Perfeitamente; e nada teriamos que accrescentar a isso, se a mesa, dissolvendo-se, se retirasse tranquillamente para sua casa, e se deixasse inteiramente de occupar-se do congresso; mas o que se diz, é que a mesa dissolve-se officialmente, liberta-se da tutella do governo, e vai trabalhar por conta propria. Ora, n'este caso, é preciso mudar todos os rotulos á cousa. Se, independentemente do governo, os Srs. conde d'Eu, visconde do Bom Retiro, senador Corrêa, e conselheiros Leoncio e Doria, desejam ler vinte e dous contos de pareceres impressos sobre instrucção, e ouvir sobre o mesmo assumpto vinte e duas mil historias, a verba de donativos, transitando pelo thesouro e retribuidos por distincções honorificas, não pôde ser applicada a esse capricho de altos personagens.

O Congresso de Instrucção passa n'esse caso a ter o character de uma sociedade particular protectora do ensino, mais ou menos clerical, com a qualnada tem que ver o governo, e desaparece todo o character official do congresso.

E na continuação d'esta embrulhada é que desejamos ver a prova do character do Sr. Maciel; ha de ter graça se S. Ex., depois de adiar o congresso e querer fazer as despezas d'elle legalmente, vai convidar a dirigil-o as mesmas pessoas que protestaram publicamente contra o seu acto, demittindo-se das funcções de que as tinha encarregado o governo.

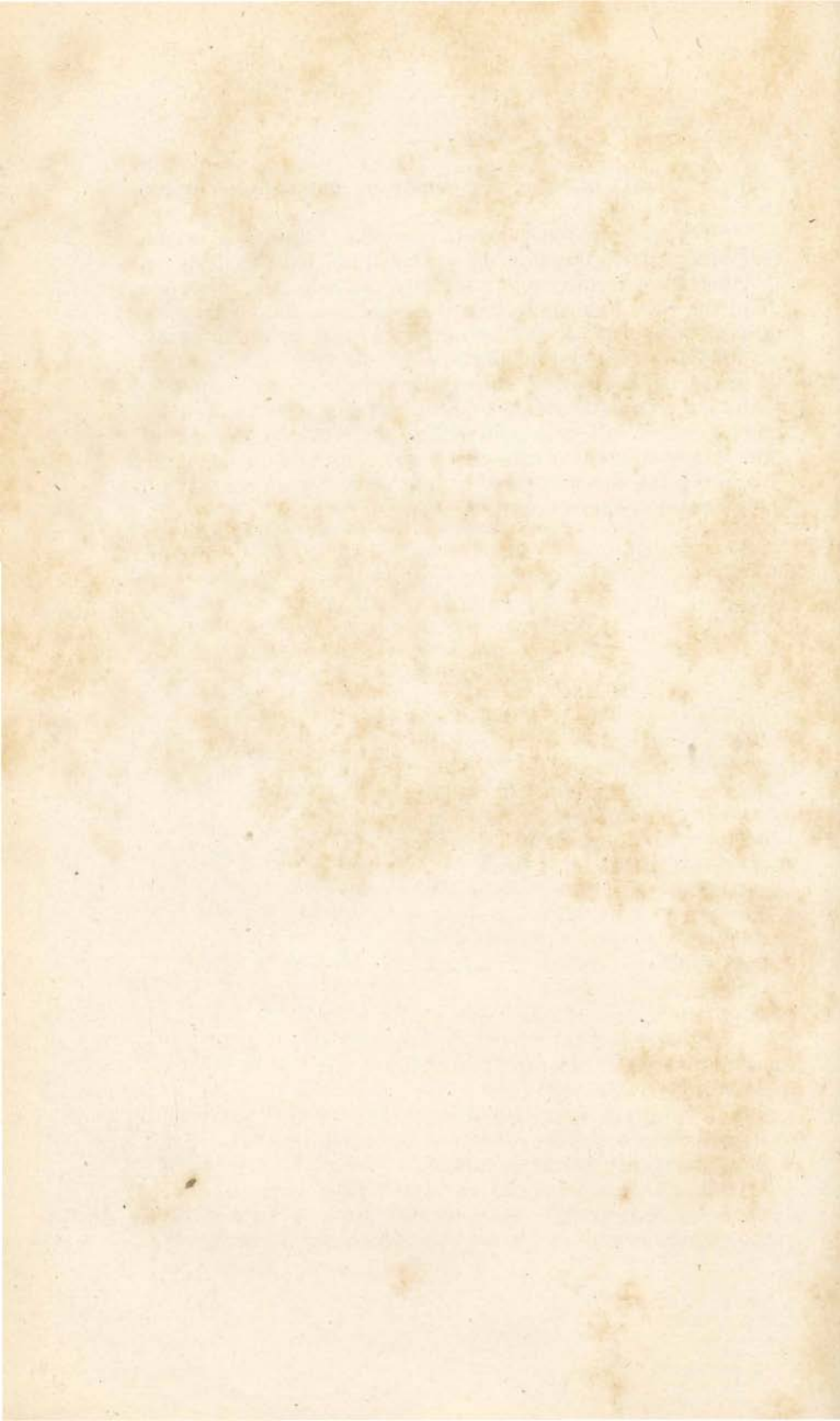
Se o adiamento prejudica o congresso, se lhe quebra o prestigio, não tem culpa d'isso a mesa; por conseguinte, a sua demissão collectiva é um protesto que a torna incompativel para continuar a exercer suas funcções.

Espera-se, pois, que o Sr. Maciel, para completar a sua obra, se pretende realisar o congresso quando o poder legislativo auctorisar as despezas, nomeie outra directoria para elle.

Comprehende-se que S. Ex. pôde contar com o franco e decidido apoio do Imperador, que será excessivamente es-

crupuloso n'esta questão, por contar na mesa do congresso tres amigos do peito.

Se é exacto o que se disse, que Sua Magestade estava resolvido a dar o dinheiro do seu bolsinho, para as despesas do congresso, é claro que, a ser este dirigido pela mesa que demittiu, Sua Magestade tirará ao congresso todo o character official, podendo dar-lhe, se quizer, o character de imperial, que aliás elle já tinha em parte, pela composição da maioria da mesa; se, porém, o Imperador quizer que o congresso tenha character official, quer fazendo as despesas á sua custa, quer accitando a legalisação d'ellas pela votação do credito, Sua Magestade será o primeiro a não consentir que seja elle dirigido pelas mesmas pessoas que protestaram contra um acto legal do poder executivo.



11 de Junho

SUMMARY.—Ceramica archeologica.—A camara liberal e o ministerio Lafayette.—O programma.—Os Srs. senadores Gaspar Martins e Avila.—Os Srs. deputados Affonso Celso Junior, Cantão, Basson, e Anysio.—Bellezas da rhetorica parlamentar.

Em um vaso antigo, que figura em uma rica collecção londrina, ha um desenho que procuraremos descrever, supprimindo alguns detalhes, ante os quaes não hesitava a ceramographia d'esse tempo, mas que são incompativeis com a gravidade da imprensa, mesmo porque ainda nem figuram nas illustrações dos romances de Zola.

O desenho representa o estrado ou palco de um theatro de feira, com uma pequena escada praticavel, de quatro degraus. Um docel sobre a scena indica que a acção passa-se em um throno, altar, ou cousa que o valha. O personagem principal tem descido o primeiro degráu da escada para receber o outro, que começa a subir. Este segundo personagem é figurado por dous actores, e representa a figura mythologica de um Centauro, o homem-cavallo.

Para isso, o actor que vai na frente conserva-se em posição vertical, ao passo que o outro, curvado, poussa as mãos e a cabeça nos quadris do primeiro, de modo a figurar as ancas e os membros posteriores do Centauro, de que o primeiro actor figura a cabeça, o peito, e os quatro membros anteriores. E' aqui a occasião de supprimir pudicamente os detalhes com que a malicia do artista definiu a força relativa dos personagens.

O actor que desce do estrado figura Apollo, e um sabio interpretador d'estas velharias diz que trata-se, no caso, de representar um deus novo, luminoso, substituindo

o velho deus decrepito e gasto pelo tempo implacavel, que nada respeita. O Centauro é cego, e caminha apoiado a um bastão. O actor que figura a parte posterior do corpo, tem as mãos collocadas de modo, que parece impellir o outro, o da frente, que tem cara de quem vai para diante por honra da firma, ao passo que a expressão da physionomia d'aquelle é de mofa.

Apollo applica as mãos á cabeça do Centauro para cural-o da cegueira, e permittir-lhe contemplar os esplendores da nova divindade. O desenho tem outras figuras secundarias, que não vem aqui ao caso descrever.

Na interpretação d'este e de outros desenhos d'aquelles tempos, ha individuos que consomem a existencia inteira e quantidades fabulosas de papel e tinta; aquelle, porém, que, descurando a chronologia, se lembrar que a satyra é de todas as épocas, porque de todas as épocas é o vicio, bem póde achar em um desenho antigo a figuração de um facto moderno.

E' assim que o velho vaso de barro nos dá idéa da camara liberal em presença do novo ministério. Apollo é o Sr. Lafayette. A imagem é um pouco forçada; mas emfim, como se trata de caricatura, e a caricatura exaggera feições, é permittido suppor que as feições do Sr. Lafayette, exaggeradas, dêem em resultado um Apollo, não um Apollo de Belvedere, porque seria isso forçar muito a imagem, attento o modo de ver do Sr. Lafayette.

O Centauro é a camara liberal, e, como no desenho, é composto de duas figuras, reunidas pelo interesse de momento. A da frente, a parte cega, é a dissidencia, aquella dissidencia que deu em terra com o ministério Paranaguá, por ser cega, e que agora é curada da cegueira pelo novo Deus. A figura que representa a parte posterior do corpo do Centauro, é a maioria firme, que apoiou o ultimo ministério e apoia este, e que d'esta vez empurra para a frente a dissidencia, não tanto pelo interesse de a fazer adorar um deus de preferencia a outro, como principalmente para a fazer ver que o officio de iconoclasta ás cegas tem seus inconvenientes, e que póde fazer vir para o altar algum deus do partido contrario.

Seria facil escrever um nome por baixo d'esta figura; o facto de ir atrás empurrando o que está na frente, e a inabalavel firmeza com que apoia os diversos deuses que se succedem no altar da patria, indicam claramente um

personagem, que não nomearemos, porque confiamos na perspicacia do leitor.

Temos, pois, que Apollo restituiu a luz ao Centauro cego, servindo-nos da linguagem apropriada ao desenho; porque, a servirmos-nos da linguagem apropriada aos factos hodiernos, seria preciso usar de termos technicos mais terra a terra. Teriamos de dizer, por exemplo, que Apollo é oculista—em casa de ferreiro espeto de páo—e que está operando o Centauro, de cataracta, pelo processo de abaixamento.

Tiremos a moralidade do conto. A dissidencia liberal allega ter-se separado do ultimo ministerio, porque lhe doia no intimo d'alma o estado de miseria a que chegaram as provincias.

Era tal a magoa, que a dissidencia não pôde conter-se, e deu cabo do ministerio. Parecia á primeira vista que a preocupação principal do novo ministerio devia ser o estado das provincias.

Isso, porém, não consta, nem do programma, nem dos actos do governo do Sr. Lafayette. Se houvesse coherencia no parlamento, a dissidencia, logo que o ministerio se apresentou, deveria ter accentuado essa lacuna, e conservar-se depois em uma expectativa pouco sympathica; no entanto, não é isso o que temos visto. A dissidencia recebeu Apollo—perdão!—recebeu o Sr. Lafayette de braços abertos, e quando veio *ao tapete do parlamento* a questão dos impostos provinciaes, só votou de accôrdo com o seu procedimento anterior o Sr. José Mariano.

A principio disse-se que a camara liberal, aterrada pela *silhouette* do partido conservador, que se desenhava no fundo do quadro da crise, ia apoiar o ministerio só para arredar a hypothese de uma quéda desastrosa para o partido.

Da vez passada, o fallecido poder pessoal deixou os liberaes arredados do poder durante dez annos; d'esta vez, o degredo não pôde ser menor, e dez ou quinze annos de ostracismo representam um acontecimento de tal gravidade, que talvez nem valha mais a pena fallar em poder pessoal, e seja caso para começarem desde já os liberaes a fazer a côrte ao Sr. conde d'Eu.

Agora, porém, entrou no espirito de todas a convicção de que esta camara não será dissolvida, e que os liberaes têm ainda diante de si uns dous annos de governo. A attitude, pois, da ex-dissidencia deve ter outra explicação. A

questão de principios é posta de parte, como cousa em que não vale a pena pensar. As provincias estão em más condições; mas os parlamentos não têm remedio para tudo alli á mão, como na botica, e as provincias que tenham a paciencia de esperar. Se fôr preciso, se convier, torna-se a acender a fogueira do enthusiasmo pelos interesses provinciaes, e queima-se este ministerio, como se queimou o outro; ou deixa-se que este viva algum tempo, até que se organise outro, que faça as proximas eleições.

E' talvez por isto que a dissidencia está tão quieta. O seu silencio póde não ser o—quem cala consente. O seu silencio é talvez estrategico.

O que não convinha ultimamente, por escrupulos de amor proprio, póde convir agora em primeira mão. Tenha cuidado comsigo o Sr. Lafayette.

Latet Dantas.

O Sr. senador Silveira Martins discutiu ante-hontem no senado o Sr. senador Avila, ex-ministro da agricultura. E' um banho em agua de rosas que toma a imprensa barata, esta imprensa barata, cuja reputação é tão malbaratada pelos Srs. homens politicos, quando SS. EEx. se discutem uns aos outros.

Quando a imprensa encosta o dedo a uma chaga viva, o chagado grita contra a imprensa como se não fosse d'elle a chaga. Quando, porém, é um nobre deputado, ou um senador que patenteia ao publico as mazellas de um amigo politico, o unico recurso que este tem, é mostrar as mazellas do outro. Ainda ultimamente, na camara temporaria, os Srs. Affonso Celso Junior e Cantão, e mais tarde os Srs. Basson e Anysio, abriram os dictionarios, nas paginas *dont la mère ne permettrait pas la lecture à sa fille*, e disseram-se o que pensam da respeitabilidade da representação nacional.

Agora, no senado, onde imperam a calma e a prudencia, o Sr. Silveira Martins diz que quem fez a negociata da ilha das Flôres, precisava ir para a casa de correccão; e conta toda a historia politica do Sr. senador Avila.

Da narração do illustre tribuno rio-grandense deprehende-se que a eleição de senadores e deputados não depende das habilitações de cada um, nem dos serviços que têm prestado á provincia; mas sim das boas ou más re-

lações em que está o candidato com os chefes do machinismo eleitoral.

E' bom que se diga no senado isto, que dito pela imprensa póde ser attribuido a proposito de denegrir; é bom que se veja como os dominadores das situações dispõem dos nossos destinos; é bom que se saiba que no caso especial de que se trata, não foi a provincia do Rio-Grande do Sul que fez senador e ministro o homem dos despachos pandegos. Quem o inventou, foi o Sr. Silveira Martins, que a esta hora faz o que faz o artista que não fica contente com a sua obra:—limpa as mãos á parede.

18 de Junho

SUMMARIO.—O arrendamento da estrada de ferro de D. Pedro II.—Os salvadores da patria.—O Sr. Ferreira Vianna.—O Sr. ministro do imperio.

De tempos a tempos apparece um pretendente ao arrendamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. Todos elles propõem-se a exploral-a de modo que o governo aufrira maiores lucros, sem ter os incommodos que tem com a sua administração. E argumentam com as cifras, e alinham milhares e milhares de contos. As propostas são estudadas, discutidas e afinal regeitadas.

Todas essas propostas partem do principio, que a Estrada de Ferro D. Pedro II é uma industria explorada pelo governo com o fim de auferir lucro pecuniario, e os proponentes apresentam-se como industriaes mais activos, podendo dedicar todo o seu tempo exclusivamente áquelle serviço, sem as preocupações da alta politica e da alta administração, que distrahem o governo, e podendo, portanto, elles industriaes, fazer render muito mais o negocio.

Tanto aquillo é considerado especialmente uma mina de ouro, que já houve tempo em que se fallou que o seu rendimento constituiria o penhor de um emprestimo.

Em todas essas propostas, uma face da questão tem deixado de ser encarada. A Estrada de Ferro D. Pedro II, pondo em communicação a capital do imperio com as provincias mais ricas, é principalmente um agente de progresso, um meio de lutar contra este embaraço— a distancia, e de utilizar este factor—o tempo. E a estrada de ferro que torna possivel a colonisação, que faz apro-

veitar a lavoura, que facilita o commercio, e que constitue, portanto, um elemento essencial de vida para o paiz.

Se alguma modificação se tem de fazer ao regimen seguido n'essa importante propriedade do Estado, é no sentido de facilitar e desenvolver aquellas relações. D'isto não curavam as propostas, cujo objectivo principal era a estrada de ferro como industria exploravel.

Agora, porém, dá-se um caso novo, apresentam-se pretendentes ao arrendamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, mas o arrendamento não é o fim, é apenas um meio.

A gente pensa que se trata de capitalistas que arranjaram uma combinação engenhosa para fazer render os seus capitaes, fazendo o que já tantos outros têm querido fazer, isto é, chamando a si a exploração da Estrada de Ferro D. Pedro II,—e engana-se; os proponentes são uns tantos homens entendidos em finanças e *interessados no engrandecimento do paiz*, que, vendo que se têm succedido no poder ministros da fazenda de todos os partidos, liberaes, conservadores, e até republicanos, e que as nossas finanças vão de mal a peor, deram um balanço ao thesouro, e ficaram attonitos ante a atterradora eloquencia das cifras. Ha milhares e milhares de contos perdidos annualmente só em cambios, pela depreciação do nosso papel moeda.

Estes algarismos, dizem os proponentes, impressionaram de tal modo aos abaixo assignados, que cogitaram de um meio, que lhes pareceu applicavel ao actual estado das finanças do imperio,—de, de um só golpe, beneficiar não só ao Estado, como á nação em geral, acabando com tão precario estado de cousas, mais pernicioso ainda, pelas constantes oscillações de cambios, que muitas vezes se operam de um para outro dia, e a mór parte das vezes sem causa plausivel.

Este periodo textual da proposta demonstra que não se trata propriamente de arrendar a Estrada de Ferro D. Pedro II para ser explorada por uma empresa particular; o arrendamento é uma questão secundaria, é um meio de que se servem os financeiros, á falta de outro; o fim é *beneficiar o Estado e a nação em geral*, dando cabo, de uma vez para sempre, de uma ordem de cousas que nos arruina.

E lá vem, no alto da proposta, a opinião de todos os entendidos na materia, que têm justos receios do mal que nos causa o papel moeda; lá figuram as opiniões do Sr. vis-

conde de Albuquerque, que foi ministro da fazenda, do Sr. Lafayette, que o é actualmente, do Sr. Andrade Figueira, que o será em breve, do Sr. Dunlop, cuja competencia todos reconhecem, e que ha longos annos se bate galhardamente por essa causa, sem procurar arrendar cousa alguma, e do Sr. Junqueira, que synthetisou o perigo n'esta phrase concisa, mas eloquente: « Esta sim, é a grande questão do dia. »

Já se vê, pois, que não se trata d'esta vez de uma companhia de capitalistas; é antes uma nova repartição mais ou menos official ou officiosa, affecta especialmente ás finanças, uma succursal do ministerio da fazenda e do thesouro nacional, com a categoria de *comité* de salvação publica.

Não se trata de au'erir lucros, nem se falla n'isso: o beneficio será para o Estado e para a nação em geral; apenas uma pequena percentagem para ordenados modestos, e essa mesma com as seguintes limitações: Dentro dos primeiros cinco annos todo o lucro será para o *comité*, para fazer face ás despezas de installação; depois d'esse prazo este contenta-se com um juro de dez por cento sobre o dinheiro que adiantou ao governo, para acabar de um golpe com o estado de cousas que nos arruina; em excedendo o lucro—isto é, o juro—de dez por cento, o *comité* cede a metade do excesso ao governo; se, porém, a estrada, que só para este fim de acabar com a tal ordem de cousas é considerada como industria exploravel, der-se ao luxo de fornecer durante cinco annos *consecutivos* mais de doze por cento de lucro, as tarifas serão *imediatamente* revistas e reduzidas de modo que o juro liquido do emprestimo feito ao governo nunca exceda os modestos dez por cento.

O *comité* poderá tambem explorar mineraes, estabelecer colonias, e fazer muitas outras cousas para melhoramento do paiz, desligando, porém, tudo isso da estrada de ferro D. Pedro II, cujo fim unico d'aqui em diante fica sendo destruir o cancro do papel moeda.

Para conseguir tudo isto, o *comité* pede trinta e cinco annos de direcção de finanças, privilegio por 50 annos para cada um dos ramaes que construir em qualquer tempo, mesmo nas proximidades do fim dos taes trinta e cinco, privilegio de zona estendendo-se a vinte kilometros de cada lado da linha principal *ou de seus ramaes*, e mais umas pequenas modificações no regimen dos bancos, companhias, emissão de apolices, etc. Comprehende-se que desde logo a companhia cobra as suas passagens e fretes em ouro ou papel

ao cambio do dia, e o governo passa a receber tambem tudo em ouro.

Como se vê, trata-se de um vasto plano financeiro, que dispensará os empregados do thesouro do melhor do seu trabalho, e o governo da mais cruel das suas preoccupações.

Dirão talvez os mal intencionados, que o governo poderia fazer por sua conta a operação, contrahindo um empréstimo a alguma cousa menos que dez por cento ao anno, especialmente destinado a destruir o cancro do papel-moeda, sem repartir os lucros d'essa transacção com o *comité*, ficando-lhe ainda a vantagem de construir ou conceder os ramaes que precisar em qualquer zona, reduzir as tarifas para auxiliar a lavoura e desenvolver a colónisação, mesmo antes que a estrada lhe dê um lucro liquido de doze por cento, durante cinco annos consecutivos, e outras pequenas vantagens que o *comité* quer para si; mas a verdade é que o governo não o tem feito, e as pequenas vantagens acima enumeradas são apenas uma recompensa razoavel aos inventores do systema, que n'isto de prestar serviços ao paiz preferem receber o seu quinhão em dinheiro, ao em vez de outros que gostam mais de ser barões.

Emfim, a cousa está submettida ás provadas luzes do parlamento, que decidirá o que entender melhor em sua alta sabedoria.

O Sr. deputado Ferreira Vianna, discutindo na camara o credito para o Congresso de Instrucção, dirigiu um cumprimento ao Sr. ministro do imperio, que bem merece ser estudado.

O Sr. Ferreira Vianna, que é um orador parlamentar de primeira agua, um escriptor politico de valia muito fóra do commum, um advogado de talento perigoso, é conservador e catholico apostolico romano. Ninguem lhe póde querer mal por isso; tanto melhor para elle, se consegue acommodar a sua illustração com as suas crenças, e estas só nos podem interessar quando o Sr. Ferreira Vianna quizer legislar com ellas.

Em todas as questões, porém, em que a religião não tem que intervir—e é força confessar que S. Ex. não faz do catholicismo o seu molho de pasteleiro—é innegavel que o

modo de ver do illustre parlamentar produz sempre grande impressão em quantos o ouvem e o lêem.

O Sr. Ferreira Vianna não faz parte de uma legião, nem mesmo como chefe; falla em nome do partido conservador, ao qual pertence, sustenta as idéas do seu partido, mas de um modo bem diverso do que o fazem em geral seus correligionarios; é monarchista, mas defende a monarchia, apontando os erros do monarcha, e dizendo que o meio de o sustentar não é fazer-lhe as vontades, é pôl-o no seu logar.

Uma prova da impressão que produzem as palavras do illustre orador, deu-se ainda durante essa discussão. Como toda a gente reconhece o grande talento do Sr. Ferreira Vianna e os seus notaveis recursos oratorios, o Sr. Zama, preso pela palavra que luzia e cortava, e que ia direito ao seu fim, attribuiu o effeito que em si proprio sentia só á habilidade do orador, e disse que este estava manobrando muito bem. O deputado do Rio de Janeiro replicou que não manobrava, e foi tal o tom de sinceridade d'essa replica, que o Sr. Zama preferiu perder a sua vantagem de adversario, e retirou a palavra que proferira.

E não ha, não deve haver um só dos deputados que ouviram o discurso do Sr. Ferreira Vianna, que não tenha levado no espirito a convicção de que tem razão aquelle homem.

E' um condemnado, disse S. Ex. Por elle têm passado os que subiram, talvez por não levarem aos hombros a carga pesada do talento, da illustração e da franqueza. Muitos d'elles não tinham nem pequenas conquistas da penna e da palavra que antepozessem aos muitos triumphos do notavel rio-grandense, que a provincia do Rio de Janeiro perfilhou. E elle ficou á margem até chegar ao desanimo, não pelo despeito de lhe não terem satisfeito as ambições, mas porque as suas ambições não se limitavam a ser o que outros foram, como outros o têm sido.

As suas palavras não são, pois, recurso de opposicionista que maneja uma arma contra o governo, para derribal-o e ir occupar o logar vago; o logar nunca será vago para o condemnado, porque foi elle o juiz que lavrou a propria condemnação, e, inexoravel, não revoga a sentença.

Ora, esta posição do nobre deputado, reunida ao prestigio que lhe dão o seu grande talento, a sua extensa illustração, e os seus brilhantes recursos oratorios, acar-

retam para as suas palavras uma solemnidade que impressiona amigos e adversarios, e a turba multa dos apartistas recolhe-se ao silencio da admiracão e do convencimento.

Por isso, dissemos que merecia ser estudado o cumprimento que fez o digno representante da provincia do Rio de Janeiro ao actual Sr. ministro do imperio.

Este cavalheiro, pedindo á camara credito para as despezas a fazer com o Congresso de Instrucção, atacou ao mesmo tempo tres velhos vicios dos nossos governos: condemnou uma apregoada solidariedade nos erros; reconheceu o direito do parlamento, menoscabado pelo seu antecessor; e affrontou um alto desejo, negando-se a cumprir-o antes de ter a auctorisação do unico poder a quem compete dal-a.

E' uma lição amarga aos que fizeram a expedição para a passagem de Venus, contra o voto do parlamento, e aos que pretendiam fazer o Congresso de Instrucção, sem o consultarem.

Se n'estas duas questões, através dos governos passivos transparece outra vontade permanente e pertinaz, tanto peor para ella, que se deixa ver, e tanto melhor para o novo ministro, que cumpre honradamente o seu dever.

E', portanto, agradavel para todo o paiz, em meio da desordem em que vivemos, ouvir de vez em quando a voz eloquente de um desanimado, como o Sr. Ferreira Vianna, que denuncia a absorpção perniciosa de todos os poderes por um só, e applaudir os actos de um moço, não desanimado, mas justamente ambicioso, que oppõe a resistencia efficaz da lei e do direito a essa invasão.

A obra do nobre ministro ficaria completa, se o parlamento se compenetrasse de que a convocação do Congresso sem sua audiencia fôra um attentado ás suas prerogativas, e de que a utilidade problematica d'essa reunião não compensa a despeza a fazer por insignificante que esta pareça, e recusasse o credito pedido.

Procedendo assim, d'esta e de algumas vezes, a camara opporia um dique á tendencia invasora de outro poder, sempre denunciada, mas sempre permittida por camaras fracas e governos condescendentes.

25 de Junho

SUMMARIO.—A abolição da escravatura e o Sr. Aristides Spinola.—O Sr. Lafayette.—S. Ex. não é um *regular*.—A sua carreira politica e os seus meritos.—O que deve fazer.—A lei de 7 de Novembro de 1831.

O partido conservador, representado na camara pelos chefes da minoria de 1871, é o menos competente para a solução do problema da abolição da escravatura.

Essa solução cabe ao partido liberal, que só assim poderá resgatar muitos dos seus erros.

Estas palavras, pouco mais ou menos, foram preferidas ha dias na camara, pelo digno deputado o Sr. Aristides Spinola.

Accrescentaremos que o partido liberal não tem só erros a resgatar: tem mais um programma a cumprir, tem a consagrar o seu titulo, a sua bandeira, que até aqui tem coberto uma carga suspeita.

O discurso do Sr. deputado Spinola desviou-se do trilho habitual seguido pelo parlatorio representativo. S. Ex., em vez de tratar de inquirir em virtude de que principio de *physica politica* se moveu mais uma vez a nora dos alcatruzes, levando para baixo o Sr. Paranaguá e trazendo para cima o Sr. Lafayette, fallou sobre cousas de utilidade pratica, atacando de frente uma questão que o parlamento e os governos se obstinam em não estudar.

As paginas dos annaes em que ficarem registradas as suas palavras, valerão pelo conteúdo o que nunca chegarão a valer os volumes de rhetorica dos que querem mais tempo para fallar, e dos que entendem que o seu fim glo-

rioso é encher a hora, para que a não aproveite o adversario.

S. Ex. dirigiu-se ao governo, ao parlamento e ao paiz, e, se o governo e parlamento fazem ouvidos de mercador, o paiz por certo o não fará; e tomará boa nota do emprego que o nobre deputado fez d'aquella meia hora.

Nós vamos circumscrever a questão; não nos dirigimos ao governo, que vive de conveniencias; nem ao parlamento, que vive de votos; nem ao paiz, que está farto de saber a verdade a respeito da magna questão.

Nós vamos dirigir-nos especialmente ao Sr. Lafayette, e procurar ler o que se deve passar no seu espirito levantado.

Nenhuma das phrases asperas que na imprensa e na tribuna lhe têm sido dirigidas, deve ter causado surpresa a S. Ex.

O Sr. Lafayette é bastante intelligente, e tem o espirito sufficientemente esclarecido para comprehender que occupa n'este paiz uma posição especial.

S. Ex. não é um *regular*. Não subiu um por um os degraus da escada que levam os homens politicos ás emiencias do poder. Nem mesmo se pôde dizer que S. Ex. tenha subido esses degraus dous a dous, quatro a quatro, a grandes pernadas, mas sempre pela linha recta: S. Ex. andou por desvios, e de cada vez que appareceu em um ponto saliente, causou uma surpresa ao paiz, depois de se ter sorprendido a si mesmo.

Advogado de muito talento, e de extensa e profunda illustração, S. Ex. foi sempre repellido pelos mandões, que faziam a arithmetica phantastica das urnas, e o seu nome nunca obteve a consagração dos sufragios, tão facilmente distribuidos á turbamulta dos mediocres.

A consciencia do proprio merito, assim menosprezado, trouxe-lhe o desanimo, e, procurando remontar á origem das cousas, S. Ex. lavrou no seu fôro intimo a condemnação de todo um systema.

Quando em 1868 o poder, que collaborava com os tenentes-coroneis da roça na obra de felicitação d'este povo, fazendo por decretos o que estes faziam pelo simulacro de eleições, chamou a si os conservadores, por um processo que a muitos pareceu excessivamente arbitrario, apesar de não ser já a arbitrariedade terreno virgem, o Sr. Lafayette, vendo diante de si longos annos de condemnação, porque aos membros de partidos decahidos nada

era permittido esperar, assignou o famoso manifesto republicano, e recolheu-se ao trabalho da sua banca de advogado e ao cultivo da sua elevada intelligencia.

Durante dez annos estiveram os conservadores no poder, e um bello dia, sem que o Sr. Lafayette tivesse tentado sequer lutar, achou-se S. Ex. ministro de estado.

Não ha negar. Depois da assignatura do manifesto republicano, entrar de novo nos arraiaes monarchicos, embora em posto muito superior áquelle em que estava quando os deixou, era voltar atraz, era caminhar por desvios, porque a linha recta era a que seguiam os que batalharam durante dez annos, sempre vencidos na luta, mas lutando sempre, repellidos do parlamento, mas batalhando na imprensa.

O Sr. Lafayette sahio do ministerio, tendo sido eleito deputado e senador; tendo portanto adquirido muito para si, mas sem ter prestado ao paiz serviço algum digno de nota.

Mais tarde ainda a corò a aconchegou mais a si o ex-republicano, chamando-o para o conselho de estado, e hoje o Sr. Lafayette é o presidente do conselho de ministros.

Para um homem cuja intelligencia se pudesse medir pela bitóla commum, a ambição pessoal do Sr. Lafayette deveria estar satisfeita, salvo o desejo de vir ainda a ser visconde de qualquer cousa, o que aliás não pôde tardar muito.

Se S. Ex. fosse o Sr. . . é escusado citar nomes, quando a lista é enorme. . . o seu ministerio consistiria unicamente em não fazer asneiras d'estas que bradam aos céus, e calir sem entregár o poder aos conservadores; isso satisfaria a ambição de um politico mediano, que tivesse feito uma carreira regular, a começar pelo juizado de paz de sua freguezia e pela assembléa de sua provincia.

O Sr. Lafayette, porém, tem responsabilidades mais graves, uma que lhe impõem a sua intelligencia e illustração, outra que lhe impõem os seus precedentes, o seu republicanism e a sua apostasia.

Se o Sr. Lafayette, depois de assignar o manifesto republicano, se prestou a ser ministro, a fazer-se eleger deputado por eleitores que dependiam do ministro, a fazer-se eleger senador por outros eleitores em iguaes condições, a fazer-se escolher senador por outro eleitor que queria prender mais a si o *sans culotte* da vespera, e a ser presidente do conselho de ministros, só pela vaidade pessoal de occupar esses cargos, á maneira do *Comte Oscar* da ope-

retta de Offenbach—*comme les autres*—, S. Ex. illude-se, porque não consegue ser como os outros que, apesar de mediocres, não são renegados.

Limitando a sua ambição a ser o que os outros têm sido, S. Ex. fica sendo um dos mais tristes personagens da nossa comedia politica.

S. Ex. será quando muito um Monsieur Jourdain, o *bourgeois gentilhomme*, e dirá olhando para a sua farda de ministro:—*mon tailleur m'a envoyé des bas de soie que j'ai pensé ne mettre jamais*. A sua intervenção nos negocios publicos será como a d'esse heróe de Molière; e quando brigarem, o Sr. Corrêa, mestre de armas no senado, o Sr. Ferreira Vianna, mestre de philosophia na camara, com o Sr. Dantas, mestre de dansa na Siberia, e o Sr. Candido de Oliveira, mestre de musica na Cadeia Velha, S. Ex. limitar-se-ha a dizer: *Oh! battez-vous tant qu'il vous plaira; je n'y saurais que faire, et je n'irai pas gâter ma robe pour vous séparer. Je serais bien fou de m'aller fourrer parmi eux, pour recevoir quelque coup, qui me ferait mal*.

O que ficará da carreira de S. Ex.? Unicamente isto:—o Muphti cá da terra terá feito do Sr. Lafayette um *mama-mouchi*.

Ora, o Sr. Lafayette tem o dever de ambicionar muito mais. Se não é um ambicioso vulgar, S. Ex. tem obrigação de justificar a sua carreira politica, prestando serviços reaes ao paiz.

Bem se sabe que para isso é preciso lutar contra um mundo de influencias más; mais o paiz sabe avaliar o esforço, e distingue o vencido que lutou, do covarde que fugiu. Não é só a victoria que dá louros.

A luta está aberta, e o Sr. Lafayette tem diante de si campo vasto para adquirir um nome invejado e respeitado. Não lhe faltam elementos para a campanha; tem a intelligencia e o saber, tem a necessidade de apagar o nome do Lafayette que assignou o manifesto republicano, talvez por despeito, e voltou á monarchia talvez por ambição pessoal, para escrever em lugar d'elle o nome do benemerito.

Estão ahi duas questões, de que depende o futuro do paiz:—os escravos e o papel moeda. Enfrente-as ambas, que não é facanha herculea, superior ás suas forças.

Uma d'ellas, principalmente—a questão dos escravos—tem um aspecto que deve ser particularmente sympathico ao Sr. Lafayette.

S. Ex. é legista; se a missão do direito é a chicana, deixe S. Ex. as cousas como estão, porque não ha advogado manhoso que possa embrulhal-as mais; se, porém, o direito é uma cousa séria, se o direito é uma cousa como a moral, se o ideal d'elle é applicar a lei com a invariabilidade das leis physicas, olhe S. Ex. para a lei de 1831, que extinguiu o trafico de africanos.

Ha alguns juizes, poucos, infelizmente, que a applicam, quando o acaso favorece aquelles que têm por si o direito. Veja S. Ex. em seu espirito culto como isto é triste e desmoralizador.

Ha milhares de homens no Brazil que contra a lei expressa são mantidos em captiveiro; no entanto, só por acaso, essa lei expressa aproveita a um ou outro d'esses homens.

Para que isto aconteça, é preciso que se dêem duas circumstancias occasionaes: primeira, que morra aquelle que retém em captiveiro illegal algum ou alguns d'esses homens; segunda, que essa morte se dê em logar em que haja um juiz que saiba cumprir o seu dever. Dadas estas duas circumstancias, o juiz entrega ao africano a sua carta de liberdade.

Ora, perguntamos ao Sr. Lafayette, homem intelligente, homem illustrado, homem honesto, e jurista:—isto é justo? isto é moral? isto é decente?

Quando um juiz, procedendo a um inventario, diz que taes africanos são livres em virtude de tal lei, ninguém contesta a legitimidade do procedimento d'esse juiz; no entanto, no mesmo dia, d'ahi a poucas leguas, ou no mesmo logar, d'ahi a poucos dias, se o juiz é removido, outros africanos, que estão exactamente nas mesmas condições, são mantidos em captiveiro, e passam de pais a filhos, de credores a credores, e são vendidos, velhos, doentes, estropiados; e são separados de suas mulheres, e são separados de seus filhos; e vivem e morrem no trabalho sem salario nenhum, n'este seculo em que se discute a legitimidade do capital!

Além de todas as outras razões que tem S. Ex. para fazer alguma cousa de bom, de util e de grande, tem mais a sua palavra compromettida a fazer alguma cousa para a solução do problema do elemento servil. Pois comece por ahi. Como jurista, S. Ex. deve sympathisar especialmente com esta face da questão. Ha uma lei que é respeitada por uns poucos juizes e calcada aos pés por muitos outros; essa

lei aproveita actualmente a poucas duzias de homens, e abandona muitos milhares d'elles; ora, a constituição diz que a lei é igual para todos, quer proteja, quer castigue.

S. Ex., jurista, precisa reler essa lei; S. Ex., primeiro ministro, senador, conselheiro de estado, tendo jurado um bom par de vezes respeitar a constituição, está faltando ao seu juramento.

Se S. Ex. é catholico, apostolico, romano, faltando ao seu juramento, está em pleno peccado e vota sua alma ás penas eternas; se S. Ex. não é um crente, mas quer ser pura e simplesmente um homem honesto, S. Ex. está faltando aos mais comeseinhos principios da mais elementar honestidade, deixando de cumprir o que prometteu.

Não queira S. Ex. consagrar pelo seu procedimento tudo o que se tem dito a proposito da sua apostasia. Ser monarchista, e depois ser republicano, e depois tornar a ser monarchista, já não é muito bonito; mas isso desaparece quando o homem publico. monarchista ou republicano, é util ao seu paiz, e fiel cumpridor das suas leis; mas tambem tudo isso rebrilha, se as variações de opinião politica têm o acompanhamento da tibieza de caracter.

Seja o Sr. Lafayette o que quizer como homem politico, mas não deixe de ser homem honesto. E' esta a boa politica. E fazer cumprir a lei que aboliu o trafico de escravos é simplesmente uma questão de honestidade.

2 de Julho

SUMMARIO.—A opinião do Sr. Lafayette sobre a lei de 7 de Novembro de 1831.—A independencia do poder judiciario.—Póde ser que sim, póde ser que não.—Phrase nova e systema velho.—A conveniencia acima da justiça.—O direito de propriedade e o direito natural.—O fundo de emancipação, fonte de renda.—A fama do monarcha e a questão servil.

Já é conhecido o jogo do Sr. conselheiro Lafayette a respeito de uma das faces da questão de elemento servil: S. Ex. não quer fazer respeitar a lei de 1831, que prohibiu o trafico de africanos.

E' positivo que S. Ex. não quer; porque quando um ministro n'esta terra se apêga á Constituição, não é para fazer d'ella um.a bandeira, mas uma capa.

Interpellado no senado pelo digno Sr. Silveira da Motta, o Sr. presidente do conselho respondeu que a independencia dos poderes, garantida pela mãe Joanna a que se chama a Constituição do Imperio, não permite a intervenção do executivo nas decisões do judiciario. E' claro, pois, que a lei de 1831 continuará a ser torcida, no mesmo sentido em que o tem feito até aqui outros ministros menos habeis, e portanto menos perniciosos que S. Ex.

Que importa que a mesma Constituição auctorise o poder executivo a expedir decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das leis? Que importa que ella diga que a lei é igual para todos? Que importa que o Imperador, e os seus ministros, e o seu conselho de estado, tenham jurado observar e fazer observar a Constituição e *mais leis* do imperio?! Que importa tudo isso, se a Constituição garante a independencia dos poderes?

Basta esta sabia previsão para que cada juiz faça o que lhe aprouver. O governo nada tem que ver com isso. Quando se pergunta ao Sr. presidente do conselho se a lei de 1831, que prohibiu o trafico de africanos, ainda é lei do imperio, Sganarello responde:—Póde ser que sim, póde ser que não.

E esta phrase—foi bom que tivéssemos tido um ministro homem de lettras para proferil-a — tem em si a moralida te de toda a nossa politica. O Sr. Lafayette deu curso á phrase; mas não se póde gabar de ter inventado o systema.

Nós já tínhamos d'isso por cá ha muito tempo; nem valia a pena quebrar o compromisso que tomou, assignando o manifesto republicano, nem valia a pena ser primeiro ministro, tendo como entrada de jogo a expectativa anti-pathica de um povo que não se enthusiasma pelos reviramentos subitos de opinião, para chegar a este resultado.

Mudar para progredir, muito bem; mudar para deixar tudo na mesma, não é caso para applausos.

E é esta a posição em que parece querer collocar-se o Sr. Lafayette. Nem se regosije o poder judiciario com este respeito que o presidente do conselho apregoa pela sua independencia; amanhã, ou hoje mesmo, se um juiz tocar em cousa que entenda com a guarda nacional, ou com qualquer outra roda do grande machinismo por onde se sobe para S. Christovão, não ha constituição que lhe valha; ou antes haverá na constituição algum artigo que não este, que agora se invoca, e a cavallo n'esse artigo o Sr. Lafayette entrará pelo poder judiciario como em paiz conquistado.

Vê-se que não é a lei que o guia, porque o caminho que ella aponta é manifestamente outro; o que o guia, o que tem guiado os seus antecessores, é a convenção tacita que fizeram todos os nossos politicos com a conveniencia, não a conveniencia que póde aproveitar ao paiz, mas a que aproveita aos homens e ao partido no poder.

O que os assusta, não é a ruina do paiz, nem o seu descredito, nem o descalbro de suas finanças, nem os grandes problemas que reclamam solução prompta; o que os assusta, o que os aterra, é o adversario, que está á espreita, que discute, observa e censura, porque suspira pela sua vez, porque tem a sua divisa:—Tira-te d'ahi que eu quero entrar.

Seria um estudo curioso, se a physiologia já estivesse bastante adiantada, o examinar a organização cerebral d'estes homens, que a politica arrasta na sua correnteza.

Pessoalmente são honestos; o acto mais simples, que tenha apenas a apparencia de indelicadeza, repugna-lhes; são bons pais de familia, são escrupulosos em suas relações sociaes; mas em se tratando de conveniencias politicas, as mesmas cellulas cerebraes que segregavam o bem, dissorram a sanie do mal.

N'uma questão como esta dos escravos, só vêm o que elles chamam o direito de propriedade; e são legistas, e não vêm que não ha direito possivel que assente sobre um abuso; que não póde ser legal o que partiu da illegalidade; que, se o primeiro attentado era punivel, a continuação d'elle é uma revolta contra todos os principios da justiça.

E' evidentemente uma questão infeliz, esta do elemento servil; a lei de 1831 está officialmente condemnada; a lei de 28 de setembro, que alguma cousa podia fazer, apesar dos seus defeitos, é a cada momento illudida e trucidada, e está servindo ahi escandalosamente para satisfazer a ganancia de alguns senhores.

O Sr. senador Christiano Ottoni demonstrou-o ha dias com a irrefutavel eloquencia dos algarismos. Ao passo que no mercado o preço do escravo baixa, porque a propaganda abolicionista e a iniciativa individual têm estragado a fazenda, os Shylocks acolhem-se á nova feira—o fundo de emancipação—e ahi fazem o melhor do seu negocio. Arranja-se casamentos para incluir escravos imprestaveis nas classes favorecidas pela lei; faz-se passar o velho, o aleijado, o cego, o paralytico, e quando o senhor tem recebido o dinheiro d'essa traficancia, dá a carta de liberdade ao escravo, para que vá morrer aonde e como puder.

Em Campinas, paga-se pelo fundo de emancipação escravos a dous contos de reis e mais! Vão dizer isto ao Sr. Lafayette, e S. Ex. encontrará na constituição algum artigo que demonstre que os senhores d'esses escravos são ainda muito generosos, vendendo-os ao estado por um preço que mais ninguem lhes daria.

Vão perguntar ao Sr. Lafayette o que faz dos artigos da constituição que garantem soccorros publicos e a instrução primaria e gratuita a todos os cidadãos; o que faz d'elles em relação aos ingenuos, que a lei de 28 de setembro constituiu cidadãos, e que continuam a ser escravos, e que continuam a ser vendidos em hasta publica. por esse mesmo poder judiciario, essa arca santa em que o Sr. Lafayette não quer tocar, porque por ora não lhe conveio fazel-o. S. Ex.

achará também na constituição um artigo applicavel ao caso. E' terrivel este rabula de S. Christovão, e S. M. o Imperador sabe bem a quem entrega a direcção da sua chicana.

Mas também podem estar certos ambos, tanto o demandista como o seu procurador, que os seus nomes ficam nos autos.

A fama de monarcha sabio e illustrado é um castello em Hespanha e não resistirá ao tempo; na proxima viagem á Europa, em vez dos écos da lei de 28 de setembro, que da outra vez chegaram lá como indicio de uma grande acção generosa, chegará agora esta triste verdade, que não só nada se fez no presente para melhorar a sorte dos escravos, mas que se calca diariamente aos pés, com plena sciencia de Sua Magestade o Imperador, a lei de 1831, compromisso solemne que tomámos perante o mundo civilisado.

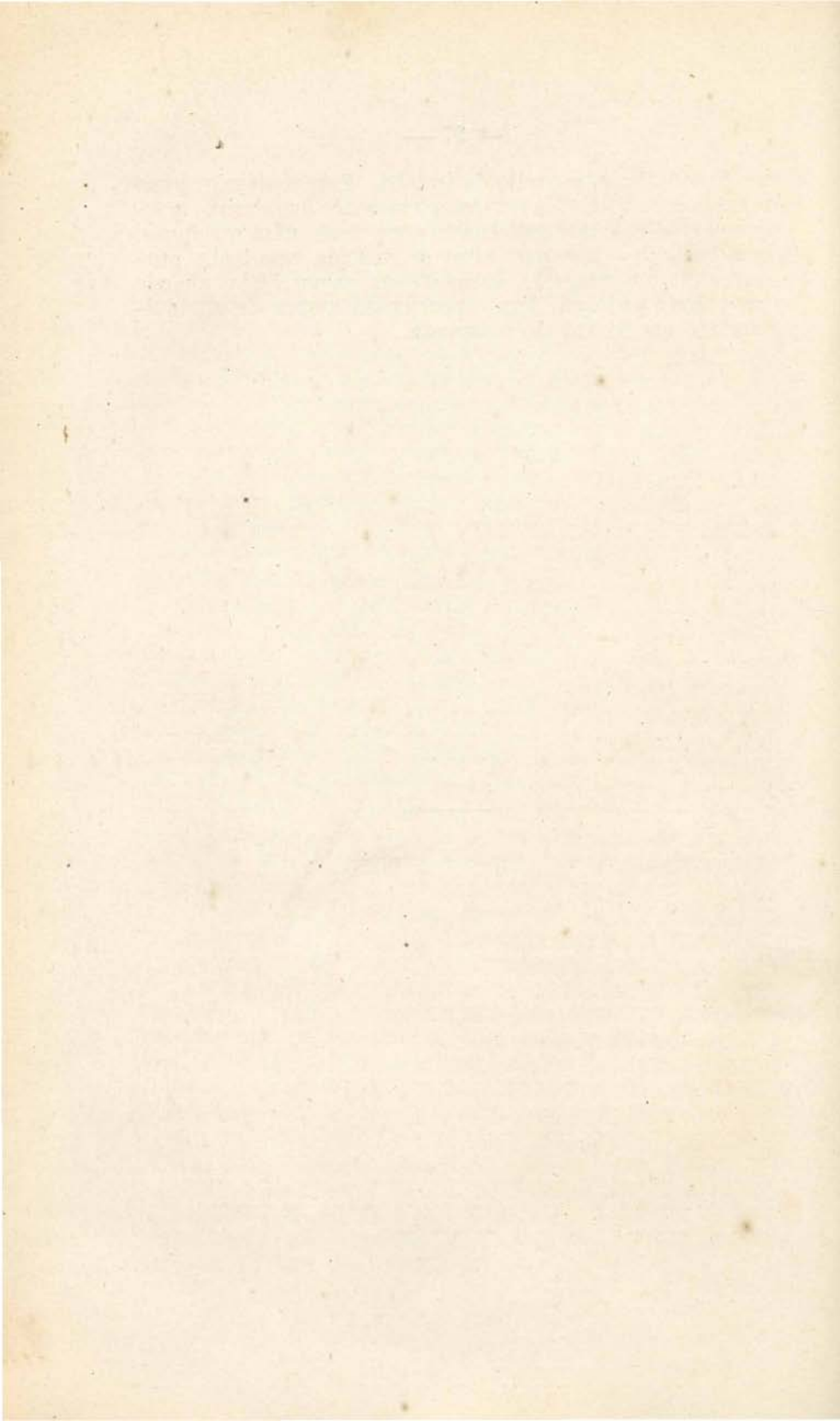
Não faltará quem diga na Europa, que o monarcha que visita Victor Hugo e manda telegrammas á Academia de Sciencias, é um senhor de escravos, e que seus feitores continuam a ter por norma o direito da força. Esta idéa será avigorada, quando se souber que este paiz nada faz hoje para chamar a si o colono europeu, quando tanto precisa de trabalhadores, mas está fazendo tudo para obter o chim, porque alimenta a grata esperanca de fazer do filho do Celeste Imperio o continuador do africano.

Brutalisar o trabalhador para aproveitar o trabalho é uma regra que pela insensatez deve caminhar de par com outra que tem sido adoptada e que consiste em corromper para governar.

Quanto ao Sr. Lafayette, talvez S. Ex. tenha razão em se não preoccupar com o juizo da historia, que ha de ser bem differente do dos coroneis da guarda nacional. Continuando no caminho que vai seguindo, S. Ex. não figurará em logar á parte, e, portanto, o brilho da estrella que se accendeu no dia em que foi assignado o manifesto republicano, não terá necessidade de offuscar o das outras constellações, que se compraz em contemplar o astronomico da Imperial Quinta.

S. Ex. irá para a valla commum, que causa tanto horror ao Sr. Silveira Martins, que também lá irá ter. E assim é melhor para S. Ex., porque não haverá logar para se lhe gravar o epithaphio, em que se teria de dizer que S. Ex. trahiou uma causa, sem dar ao menos ao paiz o consolo de

ter tirado algum proveito da traição. Pelo contrario, como republicano, S. Ex. seria completamente inoffensivo, porque nem é bastante entusiasta para fazer uma revolução, nem bastante tenaz para levar de vencida uma lenta propaganda; ao passo que, tornando-se monarchista, e tendo nas mãos o poder, S. Ex. coopera para a obra de aniquilamento que já vai tão adiantada.



8 de Julho

SUMMARIO.—A Illma. camara municipal da côrte.—Os vereadores descompõem-se em plena sessão.—A indiferença em occasião de eleições.

O Sr. senador Correia, um dos poucos homens activos d'esta terra de preguiçosos e indifferentes, um dos poucos membros do parlamento que estuda e discute todas as questões, levou ao senado a questão da camara municipal da côrte.

O referido Sr. senador Correia occupou-se da camara municipal a proposito de um aviso do ministerio da agricultura consultando a camara se quer tomar a si o serviço de conservação do Passeio Publico, serviço evidentemente municipal, mas que até aqui tem estado a cargo do governo.

E' sabido que não só esse serviço, mas muitos outros, a iluminação, a limpeza, os esgotos, têm sido absorvidos pelo governo, em detrimento da camara, e que os vereadores succedem-se no desempenho do cargo desprestigiado, assistindo ao aniquilamento das franquias municipaes, sem que procurem rehavel-as, sem que se mostrem dignos de tomar todas as responsabilidades das funcções que deviam desempenhar!

O acto do actual Sr. ministro da agricultura não pôde ser levado á conta de desejo que alimente o governo de dar prestigio á instituição municipal; naturalmente o Sr. conselheiro Affonso Penna quer passar aquillo á camara como uma espiga; porque não se pôde acreditar que haja um ministro que pense sériamente em alargar a esphera de acção da camara actual.

Ha longos annos que a camara municipal da cõrte nos faz viver em um cruel embaraco. Não ha corporação que tenha sido mais accusada, nenhuma outra tem a seu favor menor copia de serviços, e contra si maior quantidade de queixas fundadas.

Os serviços que ainda estão a seu cargo, são vergonhosamente abandonados. Basta, para exemplo, apontar o estado a que chegou o calçamento da cidade. Todos os seus empregados são agentes eleitoraes, que tratam de arranjar-se e arranjar a sua roda, fechando os olhos aos abusos ás vezes, outras encorajando-os, servindo-se da posição para proteger ou perseguir.

A accusação de emprego criminoso de dinheiros municipaes tem sido centenas de vezes claramente formulada, e nunca a rectidão dos accusados foi posta a limpo. O mais que a eloquencia dos factos tem chegado a demonstrar em favor de algum, é que elle pessoalmente nada lucrò, e que o seu erro consistiu em deixar que outros lucrassem.

Ora, todos esses lucros illicitos têm sido auferidos, em desproveito do serviço municipal, á custa do calçamento arruinado, da falta de arborisação, da licença para a construcção de cortiços infectos, e é d'esses lucros illicitos que sahe a justa e deploravel reputação de insalubre, de que gosa a cidade do Rio de Janeiro.

Se as cousas eram ha muito assim, agora subiram de ponto. A actual camara representa o estado mais vergonhoso a que póde chegar uma instituição que se esboroa.

No recinto da camara, em plena sessão publica, os vereadores chamam-se uns aos outros de ladrões. Ora, de duas uma: ou isso é verdade, e esses homens são indignos, por tal motivo, de gerir os dinheiros da camara; ou a accusação é calumniosa, e aquelles que a ouvem e a não tiram a limpo, não têm o brio preciso para se imporem ao respeito que deve cercar todo o homem que exerce funcções publicas.

Ha aqui uma questão de moralidade, de brio, de dignidade pessoal, que salta aos olhos de toda a gente, á excepção apenas dos Srs. vereadores actuaes.

Já não é o publico que brada, já não é um pretendente a contracto que se queixa por ter sido preterido por outro; são uns tantos vereadores, que têm ás suas ordens a escripturação da camara, que examinam todos os papeis, que conhecem todos os negocios, e sabem de que

modo são elles feitos, que gritam alli dentro, para quem os quer ouvir, que esses negocios são grandes ladroeiros. E, no entanto, os cidadãos que assignaram esses papeis, esses contractos, essas transações, não se julgam obrigados a provar que não commetteram um roubo, nem foram cúmplices de tal delicto vergonhoso.

Deixam ficar de pé a accusação infamante, e o publico que pense o que quizer.

Este estado de cousas tem duas ordens de remedios.

Um só pôde ser applicado de futuro, e esse depende da população.

A população do Rio de Janeiro ainda não comprehendeu a importancia da instituição municipal. O mais votado dos actuaes vereadores occupa o seu logar pelo voto de menos de duzentos cidadãos. O ultimo não chega a ter cem. Se descontarmos d'estes numeros ridiculos, os votos dos amigos de peito, dos pretendentes a contractos e empregos, dos agentes politicos, teremos que os Srs. vereadores actuaes não representam na camara senão as suas pessoas e os interesses de alguns amigos.

No dia da eleição, cada um imagina que mais um voto menos um voto não influe no resultado, e deixa-se ficar em casa. Faz-se a eleição, e no dia seguinte o mesmo egoista preguiçoso berra que não tem agua em casa, que não lhe varrem a rua, que não a illuminam, que consentem de um lado de sua casa um cortiço, do outro uma cocheira, aos fundos um pantano, e pela frente um hospital cheio de molestias infecciosas e contagiosas.

Quando o mal bate á porta, não ha quem não saiba gritar; á hora do remedio, fica cada um á espera que o vizinho cumpra o seu dever.

Veremos agora se o exemplo da actual camara desperta os indifferentes, e se para as proximas eleições teremos vereadores eleitos pelo municipio.

O outro remedio a applicar é de occasião. Pouco antes de sahir do ministerio, o Sr. conselheiro Moura mandou abrir um inquerito sobre os disturbios havidos na camara municipal da côrte; até hoje não se sabe do resultado d'esse inquerito. E' provavel, porém, que se venha a provar que o Sr. Fulano não disse o que já confessou ter dito, que não houve desordem, e que quem fez a vozzeria foram as lavadeiras, que já não estão no Campo de Sant'Anna. Chegou-se mesmo á solemnidade de reunir o conselho d'Es-

tado, e o que resolveu a sabia corporação deu em resultado a sessão de quinta-feira ultima.

Se o proposito do governo é aniquillar de todo a instituição municipal; se, no seu furor de centralisar e absorver, o governo quer acabar com este respiradouro da liberdade publica, deve continuar a cruzar os braços e deixar á camara actual a gloria de coroar essa obra. Seria curioso que chegassemos a esse resultado durante a situação liberal, que já tem no seu activo liberalidades de igual jaez, a começar pela reforma eleitoral com censo alto.

Se, porém, o governo pretende pelo menos apparentar desejo de deixar subsistir essa instituição, se entende que a municipalidade representa um papel nas sociedades livres de regimen democratico, é tempo de chamar á ordem e á decencia os Srs. vereadores.

E isto sem excepção de pessoa. Do primeiro até o ultimo, todos os que têm tomado parte n'essas sessões tumultuosas, têm que responder perante a moralidade publica. Já basta de esperar que os honestos confundam os que não o são, e que os innocentes accusados façam com que os calumniadores sejam convencidos da calumnia. Vê-se de sobra que não ha entre todos um que tome a iniciativa de se revoltar em nome do pudor, e nem ao menos appareceu ainda um que tivesse a pequena coragem que é precisa para não voltar áquella casa. Este ultimo facto, porém, tem uma explicação. Ha alli mais de um cidadão honesto, ou que pelo menos se tem n'essa conta, que não abandona a sua cadeira, a cadeira em que se senta uma ou duas vezes por semana, para que o chamem de ladrão, com receio de que essa cadeira vá ser occupada por um supplente do partido contrario, e que esse supplente organise em seu favor o machinismo eleitoral dos fiscaes e guardas, de que depende a eleição de deputado do chefe que está atraz da cortina.

E é por causa de dous candidatos á deputação, um liberal e outro conservador, que ha longos annos não temos serviço municipal; é por isso que n'esta cidade cada um faz as casas que quer e levanta cortiços onde lhe apraz; é por isso que a cidade é immunda; é por isso que nós suamos lagrimas de sangue á cabeceira de nossos filhos, affectados de molestias pestilenciaes, filhas da incuria da edilidade. E' só para garantir a eleição do Sr. Fulano contra a do Sr. Sicrano, que alguns vereadores per-

mittem que outros, em publico, lhes chamem ladrões, porque elles bem sabem que a intenção d'estes é ficarem lá sós, para dispôr dos logares e contractos em favor do *seu* deputado.

E todo este jogo é pago pelo dinheiro do municipe; o que devia ser transformado em calçamento, arborisação, limpeza, irrigação, luz, hygiene publica, é transformado em votos.

E como o governo partilha o modo de pensar da municipalidade, só temos esperança dè vêr remediado o actual estado de cousas, se o governo perceber que a machina municipal, tal qual está montada agora, vai favorecer a eleição de um adversario. Chegando a essa convicção, o governo terá um assomo de moralidade, e desmontará a machina para fazel-a funcionar em favor do *seu* candidato; se não, deixará as cousas como estão.

E ahi está o que temos a esperar das nossas camaras e dos nessos governos, enquanto não nos convenceremos de que cada um deve cumprir o seu dever no dia da eleição, escolhendo, a bem dõ interesse geral, o seu ve-reador e o seu deputado.

16 de Julho

SUMMARIO.—A nota do ministro italiano a proposito da questão Tripoti.—A resposta do governo.—O Sr. duque de Saxe na Europa.—O Brazil premiado em Pariz pelos seus estabelecimentos de protecção á infancia, e os ingenuos escravizados e vendidos.—Ruy Blas, ministro.

O Sr. cavalheiro A. de Foresta, encarregado de negocios da Italia n'esta côrte, dirigiu ao governo imperial, a 19 de março d'este anno, a seguinte nota:

« Sr. ministro.—Accusando o recebimento da nota pela qual V. Ex. lhe participou que, divididas no parlamento as opiniões sobre a justiça da reclamação Tripoti, o governo, embaraçado pela opposição, não tinha podido conseguir, apesar de todo o seu esforço, que se votasse o credito necessario, e que por isso se não podia fazer o pagamento da quantia arbitrada e era preciso esperar a proxima reunião das camaras, afim de se insistir por uma resolução, a legação real annunciou a V. Ex., em 21 de novembro ultimo, que levára esta communicação ao conhecimento do governo do rei, no intuito de receber instruções sobre a materia.

« Ora, acabando de saber a opinião do meu governo a esse respeito, de ordem do ministerio real tenho a honra de expôl-a n'esta nota, para V. Ex. se sirva tomal-a na devida consideração.

« Primeiro que tudo, peza-me dizer a V. Ex. que o governo do rei soube com vivo pezar que o ministerio imperial, contrariamente a quanto tinha feito esperar a esta real legação, e apesar das incessantes instancias da mesma, não tinha podido sustentar na camara dos deputados o credito Tripoti, de modo que obtivesse o reconhecimento e a approvação d'elle antes do encerramento da sessão.

« O governo do rei é de opinião que, tratando-se d'este negocio, altos sentimentos de justiça internacional, de preferencia a considerações de ordem interna, teriam podido indicar ao governo imperial o modo de proceder em face dos interesses de um subdito estrangeiro, seriamente compromettidos.

« O governo italiano, V. Ex. o comprehenderá facilmente, não póde por fórma alguma preoccupar-se do modo como o ministerio imperial deve adquirir os fundos para satisfazer o pagamento do credito Tripoti, sendo este um facto de ordem administrativa interna que em nada lhe diz respeito. Para elle, naturalmente só existe um credito liquido baseado em uma sentença de arbitros, nomeados por accôrdo das auctoridades imperiaes e do real subdito Sabino Tripoti, para cuja satisfação o governo brasileiro é obrigado a providenciar completamente e dentro do mais breve prazo possivel.

« Para o governo italiano, na verdade, não podem valer considerações ministeriaes, parlamentares ou de partidos, mas só subsiste uma obrigação contrahida pelo governo brasileiro, qualquer que elle possa ser. A distincção dos poderes, como V. Ex. não ignora, é uma questão puramente interna, e, não tendo nenhum valor nas relações internacionaes, não póde ser apresentada para se declinar a responsabilidade da denegação de justiça de Estado a Estado; o governo do rei, portanto, não póde tomal-a em consideração para declarar-se satisfeito com a maneira de proceder adoptada pelo do Imperador n'esta emergencia, tendo d'ahi provindo uma demora tão prejudicial aos interesses da familia Tripoti, e ao mesmo tempo uma semi-violação do direito solemnemente estatuido por um julgado. O direito dos herdeiros de Sabino Tripoti é indiscutivel, quer quanto á importancia do credito, quer quanto á sua validade, como o que se funda em um juizo arbitral, proposto (note-se bem) pelo governo brasileiro, e a cuja decisão, qualquer que fosse, o mesmo se tinha precedentemente submettido.

« Cumpre-me, portanto, Sr. ministro, de ordem do governo real, dirigir-me de novo aos sentimentos de justiça do governo imperial, convidando-o a achar modo de dar prompta e rigorosa execução á sentença arbitral obtida por Tripoti, com o pagamento da quantia reclamada, não sendo absolutamente justificavel qualquer ulterior demora no arranjo d'este negocio e ao mesmo tempo manifestar a V. Ex. a não boa impressão que receberia o governo do rei,

se este ultimo appello aos deveres internacionaes não tivesse melhor exito do que os precedentes.

« Esperando que V. Ex., á vista das considerações expostas, que submetto á sabedoria do governo imperial, se servirá habilitar-me com urgencia a dar uma resposta satisfactoria ao ministro real dos negocios estrangeiros, renovo-lhe, Sr. ministro, os protestos de minha mais alta consideração.

« A S. Ex. o Sr. conselheiro L. Cavalcanti de Albuquerque, ministro dos negocios estrangeiros, etc., etc. Côrte.
— *A. de Foresta.*

O Sr. conselheiro Lourenço de Albuquerque respondeu a esta nota, que insistia no que tinha dito antes, e que o governo não pôde pagar sem auctorisação legislativa.

Algum tempo depois, é apresentado á camara o pedido de credito, e regeitado.

A questão está, pois, n'este pé. O governo escrupulisa em sahir da estricta legalidade; escrupulisa tanto, que chega a receber notas, como a que acima transcrevemos, não lhe responde no mesmo tom, e depois ainda se não esforça para que a camara lhe conceda os meios, não de lavar-se da affronta que tal nota lhe fez, mas ao menos de evitar outra affronta maior.

Ha aqui uma questão de direito, que pôde ser largamente debatida; mas, no ponto a que as cousas chegaram, ha uma outra questão, que tem a primasia sobre essa: — a de moralidade, ou antes, de pudor.

Ainda que o governo, com os mais argutos sophismas, demonstre que está na legalidade; ainda que deite abaixo a livraria toda da jurisprudencia, nada o justifica da posição em que se collocou.

Já não lhe fica bem o ter retardado tanto o pagamento de uma divida, que elle reconhecia; não lhe fica bem ter deixado encerrar-se a passada sessão legislativa sem obter o credito reclamado então pelo Sr. conde de La Tour; mas, o que se não chega a comprehender, é que o governo, depois de receber a nota do Sr. cavalheiro de Foresta, não tenha sentido nem ao menos o vigor d'aquella affronta, e se tenha relaxado a ponto de deixar cahir na camara este anno o projecto de credito, quando toda a gente sabe que o governo obtem da camara tudo quanto quer.

Qué regiões nefastas são estas em que vivem os homens que n'este paiz sobem ás eminencias do poder! Dir-se-hia

que por ahí não se sobe, desce-se, e que o organismo, infeccionado em uma atmospherá mephitica, perde a sua vitalidade e torna-se insensível.

O Sr. conselheiro Lourenço de Albuquerque recebeu a nota do Sr. cavalheiro de Foresta, e respondeu-lhe nos termos mais amaveis, como se aquella só contivesse cumprimentos; entendeu que não podia repellir a affronta, aceitou-a, e continuou a ser ministro.

O encarregado de negocios da Italia lembrou ao governo o cumprimento de seus deveres, o governo fez ouvidos de mercador, e ha quatro mezes aquella nota está archivada em uma secretaria de Estado, sem que o governo faça o que a mais elementar noção de pudor lhe aconselha!

Os seus escrúpulos legaes para realisar o pagamento fazem bem triste figura, comparados com os precedentes conhecidos.

Este governo brasileiro, que prefere ser chicoteado pelo ministro italiano, a sahir do terreno da legalidade, é o mesmo que ha nove annos proroga licenças ao Sr. duque de Saxe para residir na Europa, sobrecarregando as nossas arruinadas finanças com uma despeza illegal e injustificada, e obtendo para ella a sancção da camara, que só se recusa quando se trata de compromissos de honra, mas que está sempre prompta, quando se trata de fazer barretadas a S. Christovão com o chapéo do contribuinte.

Este governo, que escrúpulisa para pagar a indemnisação Tripoti, é o mesmo que paga as dividas do Sr. conde d'Áquila, pela mesma razão porque proroga as licenças do Sr. duque de Saxe.

E' este mesmo governo que convoca um Congresso de Instrucção sem auctorisação parlamentar, nem para a convocação nem para as despesas, sendo que estas teriam sido feitas sem a formalidade do pedido de credito, se o actual ministro não tivesse os escrúpulos que não teve o seu antecessor.

Este é o mesmo governo que diz ás camaras e ao paiz que a lei de 1831, que prohibiu o trafico de africanos, póde ser interpretada em dous sentidos contrarios pela magistratura, e que até hoje não prestou contas do destino que deu ás centenas de contos de réis que cobrou de impostos, com o fim especial de reexportar africanos. Esses africanos não foram reexportados, eram dados a salario durante uns tantos annos; e no entanto ainda hoje ahí

estão elles, elles ou os seus filhos, escravos, com a sua escravidão legalisada pela lei de 28 de setembro, feita com o intento de dar cabo da escravidão.

E' este mesmo governo que não tem escrupulos de mandar o seu encarregado de negocios em França contar taes historias ao Congresso de Protecção á Infancia, que o Brazil mereceu uma menção especial em Pariz, pelo modo porque se occupa d'essa materia. Ora, a verdade, a respeito do procedimento do nosso governo para com a infancia desprotegida, está na execução que tem tido a referida lei de 28 de setembro, na parte relativa aos ingenuos.

Se ha no Brazil, quer nas fazendas, quer nas cidades, algum ingenuo que tenha recebido rudimentos de instrucção, e que esteja sendo preparado para ser um homem livre e util, deve-o unicamente á generosidade, ao espirito de justiça, á boa comprehensão de seus deveres e de seus interesses, de que têm dado provas alguns fazendeiros e outros cidadãos.

Da parte do governo nada ha feito, nada absolutamente, a não ser o completo abandono d'essas crianças ao seu bom ou máu destino. Em toda a parte em que não ha um senhor humano e intelligente, o ingenuo é um escravo, como o são seus pais, e será escravo enquanto elle mesmo não resgatar a sua liberdade pelos meios que achar á mão.

O que o encarregado de negocios do Brazil em França se esqueceu de dizer ao Congresso em Pariz, foi que no *Diario Official* annuncia-se á venda os serviços d'esses ingenuos, que o governo se comprometteu a tomar a si, para os educar e transformal-os em cidadãos uteis.

Mas nada d'isso importa.

O que importa é que o governo não saia da legalidade, nem mesmo para entrar na decencia. O que importa é que se não pague uma divida reconhecida, sem que o parlamento a tenha auctorizado, embora ella seja reclamada no tom de que usa o credor cansado de ouvir desculpas cheringadas de devedor confessadamente rebelde.

O que importa é que o Sr. Fulano seja ministro, que um seu parente enriqueça com a advocacia administrativa, que outro occupe uma alta posição official, e que pela familia e pelos influentes eleitoraes sejam distribuidos todos os empregos, todas as honorarias.

O que importa é que os grandes sejam grandes e ricos, e nem nos sorri a esperança romantica de que venha a ser ministro um Ruy Blas, para dizer, elle, lacaio, aos grandes de Hespanha do tempo de Carlos II:— *Bon appetit, messieurs.*

E não nos sorri essa esperança, porque parece que já se fez a experiencia, sem resultado.

23 de Julho.

SUMMARIO.—O Sr. Lafayette, a lei de 7 de Novembro de 1831, e os conservadores no senado.—Fornecimentos á marinha.—O traçado da Copacabana.—O Sr. Silveira Lobo.

Quando o Sr. conselheiro Lafayette foi chamado a S. Christovão, para organizar gabinete, dizem que S. Ex. respondeu com uma boa gargalhada ao portador da noticia, tomando-a por pilheria. N'essa occasião, houve mais alguém, entre o publico, que pensou do mesmo modo.

Quando S. Ex. se apresentou com o seu gabinete organizado, como Deus quiz e foi servido, as opiniões dividiram-se. Lembravam uns que S. Ex. não era um homem politico; que não tendo ainda dirigido cousa alguma, difficilmente conseguiria tomar a alta direcção da politica do paiz; que a sua carreira não assentava sobre os seus serviços; que as suas successivas promoções durante a actual situação eram a cadeia posta aos pulsos do signatario do manifesto republicano.

Outros diziam, porém, que o Sr. Lafayette é um homem de intelligencia superior, o que ninguem contesta; que dispõe de uma illustração rara, o que toda a gente reconhece; que é pessoalmente honestissimo, o que ninguem põe em duvida, porque é maxima corrente que estas reviravoltas da politica não empanam o brilho da integridade pessoal. E accrescentavam que justamente o facto de não ser S. Ex. um chefe de corrilhos, de não ter compromissos, fazia esperar uma boa administração, mais desembaraçada que as outras das tramas manhosas da advocacia administrativa.

Nós eramos d'esta opinião, e ainda o somos; parece-nos, porém, chegado o momento de prevenir o Sr. conselheiro Lafayette, de que os seus desaffectedos, que não são poucos, começam a sorrir de pura satisfação, porque entendem que S. Ex. já é um ministro como os outros.

O seu ministerio dura ha dous mezes, e ainda nada fez, o que se chama nada. S. Ex. prometteu no seu programma occupar-se da escravidão, e disse no senado que aos magistrados é permittido interpretar como lhes aprouver a lei de 1831, que prohibiu o trafico de africanos. Ora, ministros d'esse feitio já nós tinhamos tido o Sr. Moreira de Barros, que tem a vantagem de ser mais franco, e o Sr. Martinho Campos, que é escravocrata, e gaba-se d'isso.

A apregoada competencia juridica de S. Ex. serve-lhe, não para não firmar direito, mas para irrigar a bella planta da chicana, que se dá tão bem no terreno da advocacia. Com toda a sua jurisprudencia, o Sr. Lafayette sustenta, em presença da lei de 1831, as seguintes doutrinas, contradictorias aos olhos do simples bom senso, mas profundamente verdadeiras ambas para os sabios: O magistrado A declara livre o africano B em virtude da lei de 1831. O Sr. Lafayette entende que A fez muito bem, porque respeitou a lei. O magistrado C deixa na escravidão o africano D. O Sr. Lafayette entende que C procedeu muito bem, porque respeitou o direito de propriedade, garantido pela matricula, que cada um fez como quiz, e que serviu de titulo legal a quem possuia escravos sem documento algum comprobatorio da propriedade.

Quando o magistrado liberta o africano, o Sr. Lafayette applaude, porque o magistrado está de accôrdo com a lei de 1831, e então não ha direito de propriedade; quando o magistrado deixa o africano no captiveiro, o Sr. Lafayette applaude tambem, e n'este caso o que impera é o sagrado direito de propriedade, e o que vai para a sombra é a lei de 1831.

Tudo isto S. Ex. faz, com medo de desgostar os conservadores do senado. Ha no senado uns tantos conservadores, que entre outras cousas querem conservar as suas fazendas com os seus escravos. O Sr. Lafayette não quer causar-lhes contrariedades, que possam transformar-se em votos hostis, allí ou na camara temporaria, por influencia dos referidos senadores.

E n'isto consiste a orientação da nossa politica.

Não é, porém, por esta questão dos escravos que dize-

mos ao Sr. Lafayette que se acautele. N'esta questão, o publico já se habituou a contar pouco com o governo, e vai trabalhando por conta propria. Ao governo do paiz fica reservada a triste gloria de ser de vez em quando obrigado a fazer um pouco, até que se o obrigue a fazer o resto.

O que pretendemos dizer ao Sr. Lafayette, é que se acautele com uma questão muito mais delicada. Ultimamente levantou-se ahi um clamor contra o ministerio da marinha, por causa da preferencia dada a um fornecedor de viveres. Disse-se que o preferido pede mais caro, e que só o desejo de o proteger pôde ter determinado a preferencia.

Se isto não passasse do boato e das mofinas anonyms, pouco valor teria; mas a questão teve a infelicidade de entrar pelo parlamento e de encontrar-se lá dentro com o proverbial desazo da maioria liberal, que se parece com todas as maiorias, com a differença apenas de ter as côres mais accentuadas. Um deputado da opposição pediu explicações ao governo, e a maioria, sem se lembrar que os precedentes não auctorisam o publico a considerar os nossos governos superiores á suspeita, negou desastradamente o pedido de informações.

Tudo faz suppor que foi o ministerio que indicou á sua maioria essa norma de proceder, e tal supposição não é lisonjeira, nem para o governo, que se não peja de pedir favores d'essa ordem, nem para a maioria, que lh'os faz.

Se o Sr. Lafayette não conseguir dissipar a má impressão que este escandalosinho tem causado, o seu governo entrará no caminho que outros têm trilhado, o caminho escabroso em que a delicadeza tropeça na repugnante questão de dinheiro.

Compreende-se que ninguem formulou, ninguem formula, ninguem pensa sequer em formular uma accusação ao Sr. ministro da marinha, offensiva dos seus escrupulos; o que se pensa é que S. Ex. faz o que outros têm feito: não ter a energia precisa para deitar a mão á gola da casaca dos arranjadores de taes negocios, e mostral-os ao publico; porque esses arranjadores tem parentes que votam, e o Sr. ministro não os quer desgostar, como o Sr. Lafayette não quer desgostar os escravocratas do senado.

Falte o Sr. Lafayette ás suas promessas em relação aos escravos, assim como lhes tem faltado em relação a economias. Todas as despesas novas que se tem esgueirado como additivos ao orçamento, vão sendo votadas; e todas essas despesas serão feitas, mesmo a emenda do Sr. Penido,

auctorisando o governo a entregar de uma vez ao Sr. duque de Saxe a vacca em que mama ha nove annos, para que ao menos não tenhamos nós de a sustentar para lhe dar o leite a elle, essa emenda ficará no papel, e o thesouro continuará a pagar ao Sr. duque de Saxe o que Sua Alteza quizer, e ainda é bom que Sua Alteza não faça dividas, como o Sr. conde d'Aquila, porque, se as fizesse, o thesouro sangrar-se-hia para pagal-as.

Veja S. Ex., se quer fazer economias, o que se está dando com o projecto de jubilação ou aposentadoria dos professores do extincto Instituto Commercial. Um d'elles nunca chegou a dar lição, vive ha annos recebendo ordenado por serviço que não faz, e dizem que vai ser jubilado, como recompensa do trabalho que tem tido, indo uma vez por mez ao thesouro receber algumas dezenas de mil réis, e trabalhando dedicadamente nas eleições do municipio neutro.

Veja S. Ex. o projecto da matriz de Petropolis, para a qual a provincia do Rio de Janeiro contribuiu com cem contos de réis, confessados, mas para a qual, ou ella, ou o thesouro publico terá de contribuir com muito mais, porque não ha quem discuta os desejos do alto.

Aguarde S. Ex. as informações que a tal respeito pediu ha dias na assembléa provincial um digno deputado conservador, o Sr. Dr. Pedro Luiz, e verá que se pretende gastar mil contos pora levantar uma igreja em Petropolis, onde não ha uma casa decente para escola.

Falte S. Ex. ás suas promessas de economias, como tem faltado ás promessas de cuidar da questão dos escravos; mas não deixe que o escandalo passeie ao redor do seu nome. E, para começar, veja a malfadada questão da Copacabana, que parece querer entrar em nova phase.

Diz se que os planos apresentados pelo contractante differem consideravelmente do que ficou assentado no contracto. Ora, n'este ficou claramente estipulado que o governo só poderia consentir em alguma modificação, durante o correr das obras, quando o facto material se impuzesse para indical-a. Se o governo aceita desde já planos modificados, não póde mais tarde impedir-lhes a execução, e ahi fica o nome do Sr. Lafayette envolvido em uma das mais vergonhosas tricas da nossa advocacia administrativa.

Evite o Sr. Lafayette taes suspeitas. Não fique á margem do rio que atravessou ha dias o Sr. senador

Silveira Lobo, quando pronunciou um discurso, que ficará nos annaes do parlamento como um protesto á desmoralisação que nos assoberba.

A palavra do honrado senador tem uma solemnidade que destoia singularmente da lamuria de condescendencias e bajulações, que dão o diapasão á nossa estafada rhetorica parlamentar. O Sr. Silveira Lobo já não tem ambições pessoaes; o seu espirito, não alquebrado, mas sublimado pelo padecimento physico, paira em regiões serenas a que não chegam os miasmas que nos infeccionam.

O velho mineiro tem a segunda vista dos crentes e devassa horisontes, embora se lhe ponham em frente fardas de ministros e outras fardas menos livres, embora se lhe faça um anteparo de mantos reaes bordados a ouro.

As pequenas miserias que nos seduzem, já não as alcança o olhar do homem que faz o inventario da sua vida e se prepara para deixar as sandalias, cobertas do pó da viagem, á porta do recinto sagrado da historia.

Repare o Sr. Lafayette que, por ora, a sua carreira politica representa justamente a antithese da do nobre Sr. Silveira Lobo. A' veneração que este inspira já não é dado ao Sr. presidente do conselho chegar. Sobre corações e enthusiasmos já S. Ex. não póde assentar o seu nome; trate ao menos de consolidal-o nos espiritos, tornando-se util.

30 de Julho

SUMMARIO.— A temporariedade do senado.— Precisa-se de um homem.

O partido liberal, como a leiteira da fabula, accumula projectos sobre projectos; ainda esta semana surgiu mais um, que figurou na bandeira, e que os annos tinham desbotado,—a temporariedade do senado.

Sem bebermos os ares por essa instituição, não nos parece que n'ella resida o maior mal que nós afflige. Se o senado, tal qual é, com todos os seus defeitos, originaes e adquiridos, defeitos da cousa em si e dos membros que o compõem, fosse levado á concha de uma balança, e na outra se puzesse successivamente algumas das camaras que temos tido, e alguns dos governos que nos têm felicitado, não é de crer que d'essa prova se sahisse grandemente mal a camara vitalicia.

Não é porque um individuo póde ser senador desde os quarenta annos até á segunda infancia; não é porque o Imperador póde escolher entre tres um, ou porque lhe parece esse o menos máu ou porque é lá mais do peito; não é porque o Imperador tem a mão mais feliz que os coroneis da Parahyba do Norte, ou tão desastrada como os subdelegados de Matto-Grosso, não é porque o Imperador um dia repelle José de Alencar, que deixou o ministerio para pleitear lealmente a sua eleição, e algum tempo depois escolhe um ministro, que só á influencia da sua posição deveu o ser eleito; não é por isso, nem por todos os outros defeitos juntos da instituição, que todos nós chegámos ao bello estado em que nos vemos.

O que precisa de reforma não é o senado: somos

todos nós, se não ha offensa á reconhecida modestia dos que nos governam em empacotilhal-os assim com a arraia miuda.

Com este mesmo senado, eleito pela policia, pela magistratura, pela guarda nacional, pelos empregados publicos e pela turba multa de pretendentes a esses logares; com esta mesma camara, filha de iguaes elementos; com estes mesmos governos, sahidos não se sabe de onde, e que por isso não sabem para onde vão, ainda se podia pôr tudo a bom caminho, se deputados, senadores, governo, conselho de estado, magistratura, monarcha, e todas as peças do complicado machinismo que entra pelas nossas bolsas, chegassem a accordo e decretassem uma lei concebida n'estes termos:

Art. 1.º De hoje em diante só se fará o que fôr direito.

Art. 2.º Ficam revogadas as transacções em contrario.

Se os Srs. deputados não fizessem questão do Sr. Antonio para subdelegado de Maxambomba e do Sr. Francisco para commandar a guarda nacional de Chique-Chique; se não contrahissem com os seus eleitores o empenho de mandar pôr um sino na matriz e uma agencia de correio na casa do chefe do partido no arraial, tirando-a do chefe do partido contrario; se a idéa da dissolução não lhes tirasse o somno, e a esperanza de ser ministro não fosse o fim unico de sua vida; se a posição, a carreira, o arranjo dos filhos, não se interpuzessem, como um corpo opaco, entre o homem politico e os interesses do paiz; muito poderíamos fazer ainda, apezar do atrazo das nossas instituições.

E' indifferente reformal-as, se temos nós de ser os mesmos. O senador cujo mandato expirar ao fim de oito annos, terá de repartir o seu tempo com os interesses dos eleitores, de quem depende a sua sorte; e com senadores temporarios ou vitalicios, com a deputação que temos, quer seja eleita por um ou dous gráus, feita a qualificação com o censo alto ou não, com os governos filhos d'essa origem viciada, teremos de trilhar ainda muito tempo o caminho por onde vamos seguindo.

Até que chegue o dia em que o paiz, cançado, exclame: Precisa-se de um homem.

E a verdade é esta, a verdade é que se precisa de um homem. Quer esse homem ponha o seu talento e a sua força

ao serviço das instituições que estão condemnadas pelo tempo, quer os empregue para cimentar os alicerces das que o futuro nos faz antever, o certo é que o advento de tal homem é a melhor esperança que nos sorri.

Que a nação o deseja e confia n'elle, prova-o um facto: Ha um estadista que tem uma só das qualidades de que se deve constituir esse Messias, é profundamente honesto. Esta circumstancia chamou para elle a attenção do paiz, e ainda ha pouco o nome do senador Saraiva andava em todas as boccas, como o homem unico. Mas ao Sr. Saraiva fallecem os outros predicados, e o Sr. Saraiva continúa no remanso da sua vida particular, com grande pezar dos que já se contentariam em ser governados tibiamente, mas com seriedade, e com pezar menor dos que entendem que, emquanto não vem o forte, o melhor é que os outros completem a obra começada, e levem as cousas a ponto de justificar o que parecer violento.

Um bom dictador, intelligente, activo, forte; com a energia precisa para não dispensar de impostos, nem os funcionarios publicos, que os formulam, nem os deputados, que os decretam; com a isenção de animo necessaria para mandar a advocacia administrativa abrir banca em Fernando de Noronha; tendo menos amigos que o Sr. D. Pedro II, e menos parentes que o Sr. Dantas; com o olhar bastante seguro para ver o caminho que convém seguir, e o passo bastante firme para se não transviar; surdo ás queixas e ás vociferações; um homem a quem a extrema violencia necessaria não repugne, nem pela revolta de sentimentos de humanidade, nem pelo protesto das mais sans idéas philosophicas; um homem que saiba pesar os males para escolher o menor; um desalmado honesto, emfim, que tenha uma unica mira, a patria: eis o remedio que a natureza se encarregará de fornecer, quando a acção dos elementos actuaes fôr completa.

Dir-se-ha que esse homem idéal é uma abstracção, um sonho; que tal individuo, tendo mesmo nos defeitos o caracter de virtudes por sua influencia benefica, é materialmente impossivel. De accordo; mas é possivel um homem com algumas d'estas qualidades, embora tenha muitas falhas; ainda assim a sua influencia seria prodigiosamente salutar.

Ha um exemplo recente de homem verdadeiramente util. Toda a gente se lembra do nome que deixou na administração publica o conselheiro Buarque de Macedo. Não tinha todas as qualidades de um grande homem, mas era

um grande trabalhador, e a seu respeito o palavrão das boas intenções não era uma chapa. Morreu moço, e tendo apenas chegado á posição em podia fazer valer os seus meritos; mas era ainda um producto d'este meio, e resentia-se d'elle. Percebendo que pisava em terreno que não era o mais adequado para chegar ao fim a que se propunha, procurou lutar, mas ficou áquem da victoria. Morreu positivamente asphyxiado pela atmospherá artificial em que não podem respirar os bons.

O respeito que se liga á sua memoria, é como a veneração que inspira o Sr. Saraiva, e a sympathia que em todos desperta o Sr. Lima Duarte, o symptoma da aspiração nacional para o que é honesto. Estes tres nomes não representam exemplos unicos; longe de nós a idéa de o avançar, mesmo porque não podemos ter a pretensão de conhecer todos os homens politicos do paiz; mas, se os bons são tão numerosos, que d'elles se possa dizer que constituem a regra, as excepções ainda avultam bastante para constituir as maiorias que têm dado origem e força aos governos que temos tido.

E como uma longa serie de governos se têm succedido sem deixar traços beneficos de sua passagem, a nação já não inquire da ordem de idéas que os homens representam, e pouco se preoccupa com o partido que está no poder. Dos cidadãos activos, ha uma parte, e essa é a maior, que vota por interesse de um grupo; da outra parte, uma abstem-se por indifferença, outra deixa-se levar por sympathias pessoas. Seja qual fôr o partido que esteja no poder, e seja qual fôr o systema eleitoral seguido, o governo ha de ter sempre o que se chama o apoio da nação, porque o cofre das graças e a chave do thesouro são ainda o melhor fóco em que se alimenta o patriotismo.

Na Belgica, por exemplo, todo o cidadão é liberal ou ultramontano; ha uma lucta aberta, leal, implacavel, constante; quando um partido está de cima, já toda a gente sabe o que os homens que governam vão fazer. Aqui, os conservadores são mais progressistas que os liberaes, e o publico continúa a conhecel-os pelos rotulos.

D'ahi a tendencia para confiar ou desconfiar de uma idéa, de um projecto, conforme o juizo que se faz do homem que a apresenta; e se não se conhece o programma real de um partido, conhece-se o modo de pensar de certos homens em certas questões.

Exemplo: o Sr. conde d'Eu, que não é um politico mi-

litante, mas que está collocado em posição de exercer grande influencia sobre os destinos do paiz, acaba de lançar as bases de uma instituição utilissima, a Associação Protectora da Infancia Desamparada, que pôde prestar grandes serviços ao paiz; mas essa associação, que vai mitigar os effeitos de um dos mais graves crimes que tem commettido a desidia e a incuria dos nossos governos, a falta de educação dos ingenuos, pôde tornar-se uma arma de combate nas mãos dos que a dirigirem.

Ora, nós temos a honra de não sympathisar com uma certa ordem de idéas muito em voga no palacio da augusta herdeira do throno, e a franqueza de o dizer sem rebuço, como convém a quem não tem pretensões de ordem alguma; e, portanto, applaudindo a fundação da sociedade, acolhemos a desconfiança de alguns, de que aquelles meninos vão ser educados pelo systema que só uma vez, por aberração, produziu um Voltaire, porque emfim não é possivel fazer de uma aguia uma raposa.

E se repararmos que n'esse mesmo sentido já temos muita obra feita; que ha na instrucção publica favores especiaes concedidos ao ensino clerical; que os collegios das irmãs de caridade e dos jesuitas são os preferidos pelos chefes das dynastias que dividem entre si a dominação do paiz; que n'esses collegios são educados todos ou quasi todos os meninos para quem o Sr. Andrade Figueira quer preparar um senado hereditario; se repararmos que tem um pé na provedoria da Misericordia um familiar da casa imperial e real, que dominará pelo jesuita e pela irmã de caridade o doente, o estudante pobre, a creança engeitada e a orphã; se repararmos que temos porto franco para todos os salesianos que a velha Europa sacode de si por consideral-os anachronicos, e que no entanto nós acolhemos como proprios d'este seculo, n'esta terra americana; veremos que a desconfiança é justificada, e que, se está em execução um vasto plano, urge contaminar-o, para que não venha da angustia do perigo, mas da firmeza de uma convicção, o brado a que nos referimos:—Precisa-se de um homem.

6 de Agosto

SUMMARIO.—O projecto do Sr. Lafayette sobre o elemento servil—O passado de S. Ex.—Ou Cesar ou João Fernandes.

Estivemos dous mezes e tanto á espera, mas afinal toda a gente sabe a lei em que vive.

Concretisou-se uma das promessas do programma do Sr. Lafayette, a que é relativa á questão do elemento servil. Concretisou-se é um modo de dizer, porque emfim o projecto foi apresentado ás camaras; mas quem o estudar verá facilmente que continuamos no terreno das abstracções.

Em toda a nossa vida politica, em todas as nossas questões sociaes, só ha um facto positivo: a conservação das posições, a permanencia dos partidos no poder.

Este facto de ordem superior avassalla todos os outros.

O ministro quer continuar a ser ministro, o deputado não quer correr os azares de uma reeleição problematica, e todos se entendem para que o partido não seja apeado do poder. Quando isto fica bem assentado, se sobra tempó, cuida-se de fazer alguma cousa que tenha a apparencia de responder a uma promessa, alguma cousa que deite um pouco de poeira nos olhos d'este paspalhão de povo soberano, que vive a abdicar aos poucos a sua soberania, alguma cousa que sirva ao ministro para responder com o simulacro de um acto ao simulacro de uma interpeção feita pelo partido contrario, que está a morder-se de inveja pela posição dubia do ministerio, dubia sim, mas appetecivel *quand même*, porque emfim o poder é o poder.

E é este o espirito do projecto, a que o Sr. conselheiro Affonso Penna teve a fraqueza de ligar o seu nome de homem novo, nome ainda não gasto, nem pelas reviravoltas

de opinião no sentido das vantagens pessoas a colher, nem pelas posições adquiridas á custa de influencias estranhas ou de pequenas conveniencias de partido.

Está decidido que a actual sessão legislativa será encerrada no prazo legal, sem prorrogação, quer tenha a camara feito alguma cousa, quer continue a encher tempo como até aqui.

O projecto irá a uma commissão, que terá o cuidado de não dar parecer sobre elle. E felizmente não o dará, porque se o desse, teriamos mais uma discussão esteril, ou chegaríamos á decretação de uma lei ainda peor, se é possível, que o projecto do Sr. Lafayette, graças ás emendas e additivos que a sabedoria da camara não se esqueceria de apresentar.

Pretende assim o Sr. Lafayette contentar *tout le monde et son père*, e só consegue desagradar a gregos e troyanos. A prova da pusilanimidade de S. Ex., a prova de que o homem que pareceu ter tido um dia de coragem, atirando á face dos partidos retrogradados um repto, o famoso manifesto republicano, a prova de que esse homem não é um homem de governo, e que nem mesmo tem a habilidade commum de saber servir ás suas idéas, está na redacção d'este projecto, que S. Ex. sabe que nunca passará de projecto.

S. Ex. conhece a camara com quem lida; tem na sua ascensão ao poder a medida da vitalidade do partido, que o aceitou como chefe supremo, á falta de homens; sabe que a apresentação de um projecto decente sobre esta questão do elemento servil, que é a que hoje mais agita o paiz de um a outro extremo, seria uma occasião de luta, em que, vencedor ou mesmo vencido, o seu nome, o seu passado—digamos aqui á puridade—pouco glorioso, passariam como por uma barreira; e no emtanto S. Ex. seduzido, fascinado pelo poder que não conquistou, pelo poder que andou cerca de duas semanas pela rua, como cão sem coleira, prefere arrastar a sua vida ingloria a cair como um homem, em nome de um principio.

Não se póde dizer que deva favores á natureza o Sr. Lafayette. Se esta lhe deu uma intelligencia superior e grande amor ao estudo, metteu-lhe essas finas essencias em um vaso poroso, que as deixa perder, dando-lhe um temperamento apathico, friorento, inerte, rebelde a todo o estimulo.

S. Ex. vê diante de si uma onda que se avoluma, e não se anima a tentar o esforço preciso para utilisal-a,

domando-a, e corre assim o risco de ser atirado por ella á praia, como destroço inutil de um naufragio.

A valla commum, que tanto horrorisa o seu illustre parente, o Sr. Silveira Martins, é talvez o seu sonho dou-sado, mas é um sonho irrealisavel. A valla commum é para a turbamulta dos mediocres, que subiram guindados por mandões, mas que nunca deram que fallar de si; aos que seguiram o caminho que tem seguido o Sr. Lafayette a obscuridade não é permittida. S. Ex. tem de ser forçosamente Cesar ou João Fernandes. Ou grande, ou ridiculo.

D'este ultimo escolho não póde escapar o signatario do manifesto republicano, emquanto não cortar de um golpe, á maneira de Alexandre, a corda que desde 5 de janeiro de 1878 lhe faz acenos, pendente dos galhos de uma figueira.

E' escusado analysar o projecto apresentado ha dias á camara, porque tem todo o aspecto de um engeitado posto á porta de uma igreja, e destinado ao matadouro da roda das commissões parlamentares.

Ainda que estas, por excepção, para falhar uma vez aos seus habitos, o cercassem de cuidados, nada obteriam, porque o infeliz é inviavel, traz o vicio hereditario da escrophulose moral que esphacella os seus progenitores.

Pois não é uma burla fazer crêr que se quer localisar a escravidão, e abrir á provincia do Rio de Janeiro o mercado do municipio neutro, onde mais se agitam os emancipadores e abolicionistas? Até aqui, ha algum tempo, uma das armas dos senhores da cõrte contra os escravos rebeldes era a venda para a provincia; da data da lei do Sr. Lafayette em diante, essa arma será usada pelos senhores contra os escravos que pretenderem libertar-se, o que é uma fórma de rebellião.

O ministro que sinceramente quizesse localisar a escravidão só teria hoje um meio de o fazer, e seria localisal-a completamente, sem restricções.

Tudo o que não fôr isto é menos do que está feito, e portanto, não é serio.

Pois não será outra burla estabelecer que quem menos deve contribuir para o fundo de emancipação é justamente o senhor de escravos? Uma casa do valor de trez contos de réis no Rio de Janeiro é uma casa habitada por pobres; pois esses pobres pagarão dous mil réis por anno, para indemnisar o senhor do escravo do sacrificio de reaver o

seu capital de um conto de réis, que lhe produziu durante alguns annos trinta mil réis por mez.

Emquanto espera, o senhor contribuirá com quinhentos réis annuaes para libertação de seu escravo.

Se não custasse tanto dinheiro a rhetorica parlamentar, seria curioso ver discutir e votar este projecto; como a camara aproveitaria os bons desejos do governo para augmentar o numero de casos em que é permittido transferir escravos de umas para outras provincias; como redigiria os artigos relativos a esses casos, de tal modo que os juizes pudessem interpretal-os a seu bel prazer, garantidos pelo respeito que o Sr. Lafayette tributa á arca santa das immunidades do poder judiciario, quando não se trata de eximir um collega de ministerio da parte de responsabilidade que lhe cabe na fallencia de um banco.

Felizmente, é provavel que tal não aconteça; o projecto morrerá na pasta da commissão, e ficará sendo na historia da vida politica do Sr. Lafayette um documento de importancia platonica igual á do manifesto republicano.

Mas S. Ex. continuará a ser ministro durante alguns mezes; o partido liberal, que apanhou S. Ex. aonde o achou, continuará a fertilisar o paiz com a torrente de suas liberalidades; e, no ponto de vista da nossa alta sociologia, tudo andarás pelo melhor no melhor dos mundos possiveis.

A sciencia de governar assim não é difficil; concessões a amigos e adversarios, feitas a tempo, removem todos os embaraços.

Agora mesmo está em preparo um pequeno arranjo de familia, que será levado a cabo sem que ninguem proteste.

Sabe-se que, desde que vagou a legação do Brasil em França, pela aposentadoria do Sr. viscondé de Itajubá, está servindo como encarregado de negocios o Sr. Marcos de Araujo, cavalheiro muito distincto, muito estimavel, de qualidades pessoas muito apreciaveis, mas que tem tido uma carreira diplomatica extremamente facil e não conhece o Brazil, onde apenas passou alguns mezes de sua vida.

A legação do Brazil em França é de primeira ordem, e deve ser dirigida por um ministro plenipotenciario; está no emtanto entregue a um encarregado de negocios, promovido adrede, e agora dizem que se descobriu o meio de prolongar esse estado de cousas.

Fez-se crer que ia resurgir a questão de limites; rufou-se a caixa do Oyapock, e, para serenar a tempestade

de latão organizada na contraregra da politica, vai-se mandar á França um enviado extraordinario com a missão especial de reclamar uns direitos que, para o caso, convém que sejam contestados.

E, como para as missões especiaes póde ser nomeado ministro um cavalheiro qualquer, que não faça parte do quadro diplomatico, põe-se de parte todos os que têm habilitações provadas, que têm envelhecido na carreira, e que têm roído os ossos das legações de segunda ordem, para mandar para Pariz um menino bonito, membro de uma das dynastias que nos felicitam, e que irá para os *boulevards* esperar a sua vez de ser senador do imperio e conselheiro de Estado, unicos florões que faltam á sua gloriosa corôa de homem politico, por direito de parentesco.

Será, pois, ministro do Brazil em França, com a missão especial de deixar a questão do Oyapock no mesmo pé em que está, o Sr. conselheiro Franklin Doria, deputado e ex-ministro da guerra, que adquiriu n'este cargo as habilitações necessarias para tratar uma alta questão diplomatica.

E o governo do Sr. Lafayette tem o pulso livre para fazer mais este arranjo de familia, porque nem lh'o levará a mal a opposição conservadora da camara, de que faz parte conspicua e influente o Sr. conselheiro Pereira da Silva, sogro do Sr. Marcos de Araujo, que continuará em Pariz como encarregado de negocios.

Comprehende-se que não temos a pretensão de pôr um cravo na roda d'esta traquitana, governada por quem póde, quer, e manda; desajariamos, porém, que o Sr. Lafayette nos desse uma pequena compensação, que não lhe deve ser penosa. E vem a ser: aproveitar a ausencia do Sr. conselheiro Franklin Doria na Europa, para mandar outra vez o Sr. engenheiro Calaça ver como andam aquelles negocios da estrada de ferro das Alagôas. Se é que ha incompatibilidade entre a missão especial em França e o exercicio da alta advocacia no Brazil!

13 de Agosto

SUMMARIO.—O senado e o credito para o Congresso de Instrucção.—Honorarias adquiridas e honorarias compradas.— O Imperador.

O senado regeitou a semana passada, sem discussão, o credito pedido pelo actual Sr. ministro do imperio para legalisar as despezas a fazer, e algumas já feitas, com o projectado Congresso de Instrucção.

O procedimento do senado exige cuidadosa analyse, porque no fim de contas não se sabe ainda o que foi que o senado regeitou, que principios ou que auctoridade atacou ou defendeu.

Fosse qual fosse a razão de tal voto, o que é certo, é que a cousa estava condemnada de antemão, porque ninguem fallou, ninguem discutiu, nem mesmo o Sr. Corrêa, que, com o mais louvavel empenho, estuda e discute todas as grandes e pequenas questões submittidas ao juizo da camara vitalicia.

Mas o que foi que o senado regeitou? O congresso em si, pela idéa do congresso? A esta pergunta póde-se responder affoutamente pela negativa, porque o projecto teve contra si votos muito significativos: os dos Srs. Leão Velloso, Corrêa, Bom Retiro e Paranaguá.

Não podia votar contra a idéa do congresso o Sr. Leão Velloso, ministro que o convocou, que mandou fazer as primeiras despezas para elle, imprimir pareceres, pagar viagens de congressistas, deixar vagos os logares que estes exerciam em suas provincias, ou occupados por substitutos, com accrescimo de despeza dos mingoados cofres publicos.

Não podia votar contra o congresso o Sr. Paranaguá,

ministro da fazenda que deu o dinheiro ao Sr. Leão Velloso para essas despezas, amigo intimo e privado do presidente do congresso.

Não podia votar contra o congresso o Sr. visconde do Bom Retiro, amigo particular do Imperador, que desejava mais aquelle florão para a sua corôa gloriosa de monarcha sabio; o Sr. Bom Retiro, vice-presidente do dito congresso, não podia condemnar a obra em que collaborára.

Não é razoavel suppor que tenha votado contra o congresso o Sr. Corrêa, seu vice-presidente tambem, e fundador das conferencias da Gloria, que são o ovario de que sahiu o feto que o senado estrangulou ao nascer.

Tambem votaram contra, os Srs. Meira de Vasconcellos e Avila, membros do glorioso ministerio que evocou das sombras, para onde tão cedo devia voltar, o mallogrado congresso.

A votação não foi, pois, dirigida contra o congresso. Não foi o parlatorio que metteu medo ao senado; não o aterram os vinte e tantos contos de réis destinados á impressão dos pareceres.

O que se regeitou então? O credito? Vejamos. O credito era a legalisação de uma despeza que o ex-ministro queria fazer em virtude d'esta lei—*quia nominor leo*. A tangente, para apparentar aos olhos do paiz alguma consideração pela lei, consistia em dizer que era intenção do governo fazer toda a despeza só com os donativos particulares; mas os factos, com a sua eloquencia indiscutivel, demonstram que essa explicação não satisfaz, e que, se houve realmente essa intenção—o que é permittido pôr em duvida, porque nunca se fallou em tal, senão depois que o novo ministerio pediu o credito—o ex-ministro commetteu pelo menos um erro de calculo.

Não discutiremos aqui a immoralidade do meio; pedir donativos de dinheiro a particulares, que só o dão com a mira em distincções honorificas, não chega a ser decente. Por menos apreço que se ligue ás tetéas e titulos, convém não esquecer que são essas bagatellas um dos galardões, dados em nome da patria reconhecida, aos que cumprem bem e lealmente o seu dever na guerra. O barão da Passagem não deve ser equiparado a um sujeito qualquer que d dez contos de réis, sem demonstrar de que modo os houv^e e é pouco lisonjeiro para o Sr. Silveira da Motta, que a mesma condecoração que hrilha no seu peito, lembrando a gloriosa jornada de Humaytá, brilhe no peito de um Fulano,

que teve o merito de restituir ao governo o que recebeu de mais, quando impingiu ao fundo de emancipação seus escravos imprestaveis, depois de sugar, durante largos annos, a escravidão, a que talvez elle mesmo, o nobre commendador, os tenha reduzido.

Deixemos, porém, de parte estas ninharias, e admitamos como bom o meio de que queria servir-se o Sr. Leão Velloso. Para o congresso, só pelo prazer de o ver reunido, de o ouvir fallar e de o ler, só pela dedicação patriótica, sem commenda e sem baronato, nenhum benemerito quiz concorrer; e a prova é que, mesmo depois do barulho que levantou o pedido do credito feito pelo actual ministro, ninguém se mexeu, apezar de saber toda a gente que a cousa seria muito agradável a Sua Magestade o Imperador. Mesmo para a Exposição Pedagogica, menos apparatusa, porém um pouco mais útil, vê-se que a generosidade dos doadores não tem ido até o sacrificio. As listas são minguadas, e as quantias subscriptas extremamente modestas.

Por conseguinte, o Sr. Leão Velloso, se o ministerio Paranaguá continuasse a felicitar o paiz, não teria conseguido achar uma quantidade sufficiente de imbecis, dispostos a fornecerem os sessenta e tantos contos de réis, necessarios para o projectado congresso. O dinheiro sahiria todo do thesouro, como já sahiu em parte, e depois far-se-hia uma escripturação nos exercicios findos, e sobras, e eventuaes, a que não escaparia nem a verba secreta da policia; mas o congresso teria logar, seria cantado em prosa e verso pelos chronistas officiaes, e na historia do segundo reinado ficaria mais uma pagina de ouro, tendo já á margem o nome do futuro imperador.

Se não era, pois, uma immoralidade o que queria fazer o Sr. Leão Velloso, abrindo feira de titulos e condecorações; se não projectava uma illegalidade, despendendo sem autorisação e sem proveito os dinheiros dos exhaustos cofres publicos; era pelo menos um erro fazer calculos sobre tal freguezia.

E isto explica o voto do Sr. Leão Velloso e de seus ex-collegas de ministerio contra o pedido de credito. O que esses dignos senadores condemnaram, foi a velleidade que teve o Sr. Maciel de fazer passar pelo cadinho da legalidade um capricho do alto.

E qual seria o papel do imperante em toda esta comedia?

O artigo da constituição que torna o monarcha inviolavel e irresponsavel, está naturalmente revogado, como tantos outros; e desde que de cima se tem entrado pelo pacto fundamental como em terreno conquistado, ninguem tem o direito de estranhar que cá de baixo se siga o exemplo.

A idéa do congresso era provavelmente do Imperador, por amor da sua gloria e do senhor seu genro, que tem muito que desbatar n'este terreno, até agora completamente sáfaro, da sympathia popular. A sua gloria militar, sobre não ser fructo que medre facilmente em paiz de indole tão pacifica como o Brazil, não é tão resplandescente que o imponha á gratidão nacional. E' preciso computar os elementos da problematica successão, e ver se á fraca bateria de medalhões se congregam alguns corpos de funcionarios.

O aceno feito em S. Christovão encontrou já curva a fila dos dedicados servidores, e a lanceta dos barbeiros não recuou nem ante a phthisica que devora o pobre thesouro. Veio, porém, depois o Sr. Maciel, homem ainda novo, sem o senso pratico que só se adquire em longos annos, e para o qual contribue grandemente a ninhada de filhos a empregar, e apezar do exemplo do Sr. Lafayette—homem essencialmente pratico, esse!—atirou-se á idéa de fazer pela estrada real o trajecto planejado para atalhos.

Foi n'essa occasião que se soube que parte da despeza estava feita; que havia muito boas intenções de fazer o resto; que algumas dezenas de funcionarios publicos tinham abandonado, por ordem superior, os seus logares, deixando honorarios supplementares a substitutos, e recebendo despezas de viagens e ajudas de custo, para virem dizer á capital do Imperio, para que esta o transmittisse ao mundo inteiro boquiaberto, a que gráu de prosperidade tem attingido o ensino em Goyaz e Matto-Grosso.

Foi tambem n'essa occasião que se teve noticia de que o alto tino financeiro dos que nos governam, tinha inventado para o caso a quitanda de fidalguia barata, a preço fixo e á escolha do freguez; e foi tambem por essa occasião que se viu que, apesar dos letreiros da barraca e dos rufos do tambor, muita gente, reputada capaz de deixar-se engodar, ouvia a choradeira do barraqueiro, e preferia ir á barraca vizinha comprar uma sorte, dando direito a um casal de patos por depennar.

Disse-se então que o imperador ia pagar do seu bol-

sinho a despeza do parlatorio; mas, ou porque o monarcha não quizesse parecer que entrava em guerra com o seu secretario de estado, ou porque não quizesse dar esse gostinho á grande quantidade de gente que entendeu que, uma vez que era Sua Magestade que queria luxos de congresso, era muito justo que os pagasse; o que é certo, é que o boato da liberalidade imperial nunca se traduziu em moeda corrente.

E ficou-se á espera. A camara dos Srs. deputados approvou o credito, o que não tem significação alguma, ou antes tem a significação de todos os seus actos: o governo quer, a maioria approva. E demais, os votos da camara tem significação politica, e sessenta contos mais, ou sessenta contos menos, não são cousa porque valha a pena desgostar um ministerio.

Do senado poder-se-hia dizer que regeitou o credito, e que, regeitando-o, serviu o imperador e censurou o Sr. Maciel, se não houvesse na votação nota discordante; mas a nota discordante lá está.

A gente vê o credito regeitado pelos Srs. viscondes do Bom Retiro e Paranaguá, amigos do peito do imperador, e conclue que este já não quer o congresso, e que amou com a idéa do Sr. Maciel, de dar satisfações á camara; mas por outro lado duvida em considerar esta conclusão como deduzida logicamente das premissas, vendo que votou a favor do credito o Sr. camarista conselheiro de Estado De Lammare, senador do imperio pela provincia de S. Christovão.

E d'ahi talvez este voto tenha justamente o proposito de transviar a opinião, e impedil-a de acertar com o castello de legalidades, que o joven e inexperto Sr. Maciel quiz edificar sobre as areias movediças do poder.

Mas, emfim, consolemos-nos com a idéa de que não teremos o congresso. O que está gasto, está gasto; salvou-se o mais que se poderia gastar, e salvámos-nos nós todos da catadupa de discursos e pareceres que nos ameaçava.

Sempre se ganhou alguma cousa.

20 de Agosto

SUMMARIO.—Um erro de officio do Sr. Lafayette.—A camara e os principios.—A emancipação.—Erro ou astucia?

Continúa o Sr. Lafayette a não corresponder á espectativa sympathica dos que, confiando em sua intelligencia e illustração, acreditavam que S. Ex. quereria ser um grande ministro, para coroar ao menos de um modo digno uma carreira politica mais feliz que justificada.

Do programma, aliás bem modesto, com que se apresentou á camara, ainda está tudo por fazer, salvo na parte relativa ás economias, em que se tem feito justamente o contrario.

Continúa, portanto, o Sr. Lafayette a ser o portador de um nome a que estão ligados ha longos annos uns qualificativos sonoros, qualificativos de que S. Ex. é sempre digno no terreno das abstracções em que tem vivido; porque, desde que se chega aos factos, a cousa muda um pouco de figura.

E' assim que S. Ex., que é um jurisconsulto de nota, apresenta á camara o seu projecto de localisação da escravatura e augmento do fundo de emancipação, e commette logo um erro de officio. O erro foi de tal ordem, que a commissão da camara dos deputados, da camara sempre tão amiga e tão condescendente com as vontades do governo, teve de condemnal-o, e lembrar ao muito sabio Sr. Lafayette que a iniciativa de impostos pertence exclusivamente á camara temporaria.

O caso é tanto mais digno de nota, por saber-se que naturalmente a camara não se dará ao trabalho de dis-

cutir o projecto. A maioria liberal vai reunir-se para vêr que attitude deve tomar em situação tão inesperada; o partido foi tomado de surpresa por esta extravagante idéa de tratar da questão do elemento servil, que, na ordem dos trabalhos parlamentares, pertencia ao numero das cousas imprevistas.

Não chega a vêr a maioria que o projecto do Sr. Lafayette é uma agua morna que deixará a questão no pé em que está.

Ou se o vê, a maioria receia talvez que, aberta a discussão, seja a camara levada a votar alguma cousa de sensato, e n'esse caso a maioria tomará a precaução que é de esperar do seu alto tino e patriotismo: não discutirá.

Fazendo-o, a maioria liberal obedece ás suas tradições.

Esta camara, que tanto gosta de parolar, que enche horas e paginas do *Diario Official* com discussões relativas aos subdelegados e inspectores de quarteirão da roça, tem um medo azul das questões de principios, e foge d'ellas com uma energia e convicção, dignas de melhor causa.

Quando o Sr. Joaquim Nabuco apresentou á camara o seu projecto de abolição, a maioria liberal recusou-se a tomar conhecimento d'elle, não pelo receio de que elle fosse adoptado — a maioria tinha certeza de que era incapaz de o fazer, — mas pelo receio de que, pela discussão, se chegasse a fazer qualquer cousa de util n'esse sentido, e os nossos liberaes entendem que a unica cousa de util que se póde fazer em relação á questão do elemento servil, é deixal-a estar tal qual está.

Para prova de que foi em virtude d'esse principio que a maioria liberal se recusou a ouvir a discussão do projecto Nabuco, ahi estão tantos outros projectos, relativos a questões de principios e principios liberaes, apresentados por um ou outro sonhador, e que ficam a dormir o somno do eterno esquecimento nas pastas das commissões.

N'esta situação têm sido levados á camara projectos de casamento civil, secularisação de cemiterios, temporariedade do sénado, e tantos outros, para os quaes a camara nem se tem dignado olhar.

Provavelmente, a camara fará agora o mesmo com o projecto do Sr. Lafayette, e convém confessar que o prejuizo não será grande, porque o projecto não serve á causa que pretende servir; se, porém, a reunião convocada pelo Sr. Moreira de Barros decidir que convém discutir o pro-

jecto, é caso para que se ponham de sentinella todos os abolicionistas, porque o liberalismo da actual camara é capaz de aproveitar a occasião para fazer caminhar a questão do elemento servil... para traz.

Ora, esta questão chegou a um tal ponto de effervescencia, a necessidade de sua solução está tão arraigada em todos os espiritos, que querer empecel-a, é unicamente fazer com que ella seja resolvida do peor modo, isto é, por meios violentos e bruscos.

Não duvidaremos, porém, — tanto confiamos no alto criterio da maioria liberal—que a reunião resolva não discutir o projecto ou discuti-lo para ampliar medidas liberaes, da ordem d'aquella que permite a venda de escravos do municipio neutro para a provincia do Rio de Janeiro,

Se assim succeder, ficará completa a obra da actual situação liberal, que, além de augmentar a desordem economica e financeira em que sempre temos vivido, e ter feito medrar, como nunca, a planta de sua predilecção, a advocacia administrativa, e de ter levado á perfeição o systema do filhotismo e do suborno eleitoral, pela venda de titulos, empregos e postos da guarda nacional, deixará mais no paiz um elemento de desordem na rua, oppondo-se com uma resistencia ultra conservadora a uma reforma que todo o paiz reclama.

E d'essa gloria receberá um dos melhores quinhões o Sr. Lafayette, que, para chegar a formular este projecto, começou a sua carreira proclamando-se mais adiantado que os mais adiantados liberaes.

Convém não esquecer, tratando d'esta questão, uma circumstancia que talvez tenha alguma significação. O Sr. Rodrigues Junior, ministro da guerra, resolveu ha dias ficar doente; dizem que S. Ex. fará render a sua molestia o preciso para poder dispensar-se de levar aos sabbados a sua pasta a S. Christovão.

Se o Sr. Rodrigues Junior sahe do ministerio por causa do projecto, é que então o governo tem realmente tenção de fazer alguma cousa; e por pouco que seja, o Sr. Rodrigues, que é o Moreira de Barros do Ceará, não transige com isso. E' de crer, porém, que não seja essa a causa da retirada do Sr. ministro da guerra; S. Ex., embora conheça ha muito pouco tempo os companheiros que o acaso reuniu a 24 de maio, deve confiar bastante n'elles para recear que o contrariem em uma questão qualquer, capaz de os fazer perder os votos de alguns deputados.

Naturalmente, o que o chefe do gabinete quiz, foi fazer crer que pretende cumprir o que prometeu no programma que teve de improvisar, quando lhe causaram a desagradavel surpresa de encarregar-o de dirigir os destinos do paiz.

Apresentando o projecto, S. Ex. salva a sua responsabilidade immediata, e não será para admirar que se venha a saber que, muito propositalmente, S. Ex. fez apresentar o projecto em nome do governo, iniciando uma proposta de impostos, para fornecer á camara ensejo de o regeitar por inconstitucional.

Esta hypothese é mais admissivel que a que formulámos no principio d'este artigo, porque a sciencia dos nossos homens de Estado consiste, principalmente, em imitar o movimento, ficando estacionarios, e collocar no lugar do direito a chicana.

Isto feito em relação á escravatura, passaremos a sessão parlamentar, e ficará o governo com alguns mezes de santo ocio diante de si, tratando de viver e deixando para mais tarde o philosophar. A nenhuma das outras questões que interessam o desenvolvimento do paiz, se levará mão profana. Não se cuidará da questão do papel-moeda, o maior de quantos desperdicios tem feito o pouco patriotismo dos que nós governam; não se cuidará de estancar esse escoadouro que nos faz perder dinheiro por todos os lados, nas despezas do Estado, nas transacções commerciaes, na confiança que não inspiramos aos capitaes estrangeiros, na estagnação de todos os melhoramentos materiaes de que precisamos.

Não se cuidará da conversão de apolices; quando muito, preparar-se-ha o terreno, para usar do recurso desleal de lhes lançar impostos, condição não prevista, não assignalada nos contractos solemnes que o governo fez a quem lhe emprestou dinheiro sobre ellas, mas que agora é capaz de querer impôr, como quiz no projecto sobre elemento servil, porque têm a faca e o queijo na mão, e a faca do governo de ordinario corta melhor pelas costas, isto é, pelo lado do abuso e da má fé, do que pelo fio, que é o lado da legalidade.

Não se cuidará da colonisação, de que precisamos para não morrer á mingua, ou, quando muito, cuidar-se-ha de importar chins, que trabalham, mas não povoam; que arredam a concorrência do europeu, que poderia ficar no paiz, ao passo que elles vão-se embora; os chins, que desmoralizam, que viciam, que corrompem, que representam uma

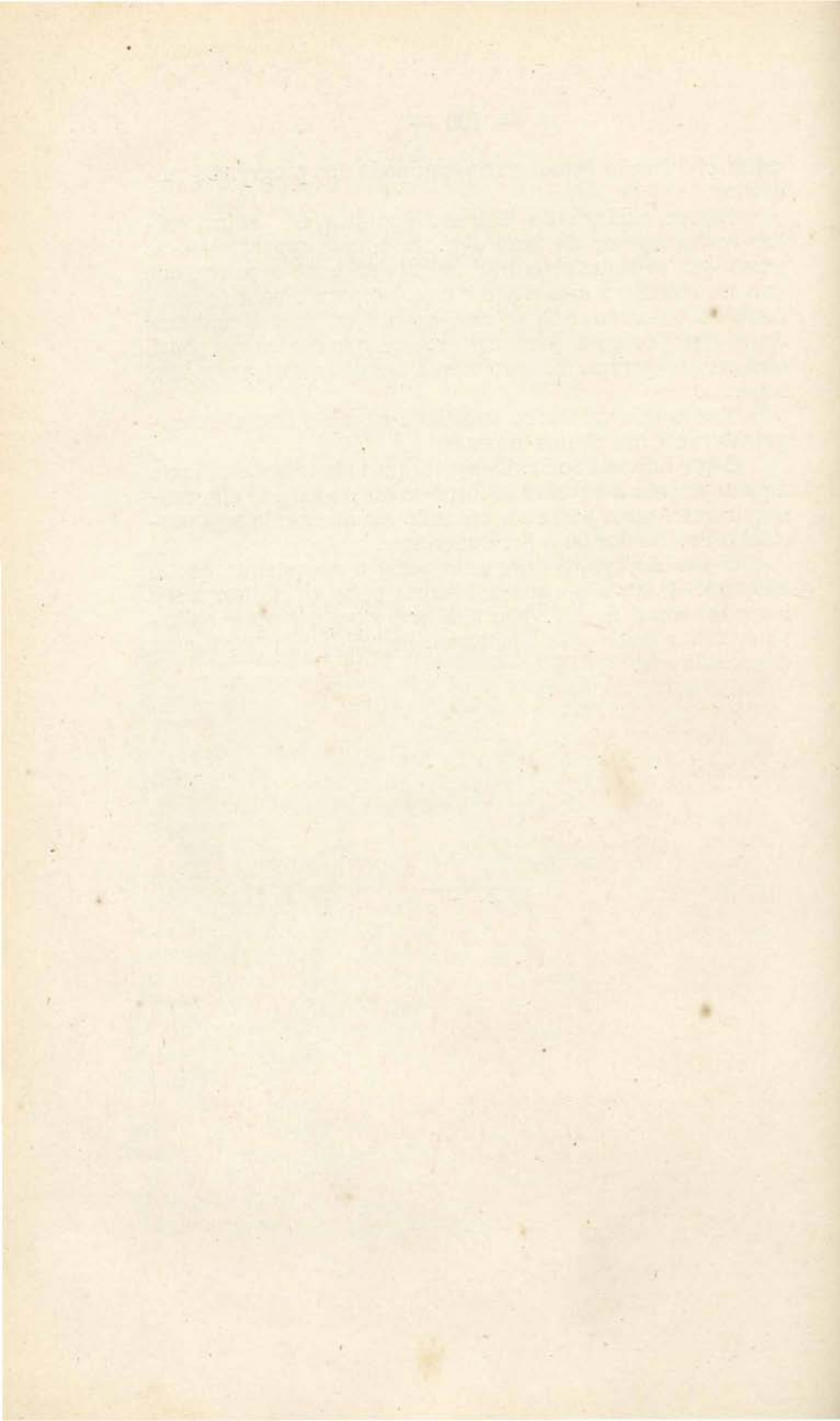
velha civilisação estacionaria, antipoda dos progressos modernos.

Não se cuidará da instrucção publica, ou, antes, cuidar-se-ha apenas de fazer algumas cousas apparatusas, ao passo que se deixará entrar sorrateiramente o padre, que por ora estende a mão a pedir esmolas para o pobre prisioneiro do Vaticano, que precisa apenas de alguns milhares de contos por anno para comer, mas que dentro em pouco fará ver as garras, sahindo talvez das dobras de um manto soberano.

Mas o que vale tudo isso, se a situação liberal conseguir durar mais alguns mezes?

O que importa ao Sr. Lafayette que todos esses esphinges fiquem por ahi a devorar as forças vivas do paiz, se elle conseguir entregar a pasta em occasião em que ainda seja possivel o Sr. Dantas ou o Sr. Octaviano?

O Sr. Lafayette deve esse serviço ao partido que o adoptou. Quanto ao que a historia póde vir a dizer a seu respeito, como S. Ex. não tem de ler o seu proprio epitaphio, tanto peor para a historia se tiver de escrever cousas desagradaveis.





27 de Agosto

SUMMARIO.— A tentação de Santo Antonio.— A camara e a emancipação.
—Os revolucionarios.—A imprensa, a propaganda, e os poderes publicos.

Tenha paciencia o Sr. Lafayette; mas a posição a que o levaram estranhas eventualidades politicas, se tem um lado bom, tem, em compensação, este lado mau: transformar o nome de S. Ex. no molho de pasteleiro de que se servem os chronistas á falta de assumpto, que chamaremos melhor, sem intenção de alludir pessoalmente ao nobre presidente do conselho.

E' que se nos aferrou ao espirito a idéa de indagar o porque da carreira politica de S. Ex., e o problema é de difficil solução.

Parece de mau gosto, e indicio de pobreza de recursos, fallar sempre no manifesto republicano; mas é que se olha em redor, procura-se outro facto, e nada se encontra.

Não ha duvida de que é esse o ponto culminante da vida de S. Ex. Foi ahi, na Thebaida a que se tinha acolhido o desilludido, fugindo ás chimeras da politica, que lhe appareceu o Belzebuth da ambição pessoal, e o seduziu com a tentação dos gozòs materiaes.

A modesta pelle de cabra, que mal resguardava o corpo do ermita, depauperado por longa abstinencia, pareceu-lhe bem pobre, á vista da farda agaloada com que lhe acentava o tentador; aquelle mister de tecer a esteira de palha de uma advocacia, que mal produzia o sal para temperar raizes silvestres, afigurou-se-lhe mesquinho, ao lado da perspectiva das funcções publicas, largamente retribuidas.

A rainha de Sabá, da lenda christã que fecundou o

grande espirito de Gustavo Flaubert, appareceu talvez ao ex-presidente de duas provincias, ao candidato repellido pelas urnas, como a imagem fascinante da gloria.

E depois, duas mulheres: uma, velha, que representava a coherencia politica, irmã da honestidade, e que apontava para o suicidio; outra, moça, luxuriosa, seduzindo em nome da vida, do goso, do prazer.

E depois, o desfilar dos heresiarchas. Todas as crenças, todas as noções do direito, combatidas com as argucias do sophisma, que não convence, mas faz hesitar, e depois faz sorrir, e por fim faz germinar esta idéa: assim como eu não posso com vantagem refutar este argumento, outros o não poderão voltar contra mim.

E depois, as duas figuras tão diversas,—a Sphynge e a Chimera; uma, immovel, impenetravel, guardando o seu segredo e vivendo d'elle; outra, buliçosa, phantastica, despida como uma estatua grega, não a Venus pudica, de mão espalmada, para encobrir o seio, mas a Bacchante impura, com o corpo ainda aljofrado de perolas da agua em que se banhou, para refazer a frescura da pelle, engilhada pela orgia.

E, no entanto, nada d'isto seduziu o novo Santo Antonio; os factos o provam. Nem resistiu á tentação, como o heroe christão, nem succumbiu a estas, que mais brilhantes se mostravam. A apathia do Sr. Lafayette, que apanha todos os bocados que encontra no caminho da politica, mas não os procura, prova que S. Ex. cedeu á tentação, justamente por onde ella mais seduzira o seu temperamento.

Sabe-se que Santo Antonio tinha um companheiro, um animal pacato, de cerda assetinada, cobrindo espessas camadas de banha. O Sr. Lafayette, ambicioso de farturas commodas, passou em revista todas as tentações a que tinha resistido, e só descansou os olhos quando os pousou no cevado.

E afigurou-se-lhe que era aquelle o representante legitimo da politica. Não só porque grunhe, não só porque dorme, não só porque anda de vagar e revolve a lama com o focinho, não só porque prefere ás perolas, bolotas; mas tambem porque fornece a costelleta, e a orelheira, e o toucinho, e a linguaça.

E o Sr. Lafayette, Santo Antonio de Minas, comeu o porco.

Perdes o teu tempo, Belzebuth, em querer levar o Sr. Lafayette ás regiões do espaço, em que a honestidade poli-

tica se confunde com a pessoal, onde o sol nunca se deita, onde se vê ao mesmo tempo todos os astros e todos os mundos, onde se perde a noção do infinito, á força de caminhar sem descobrir principio nem fim; cá na terra está o animal que olha de baixo para cima, e que se cevou pacientemente, sem pensar sequer que não engordava para proveito proprio.

E ahi está porque o Sr. Lafayette não se move.

S. Ex. oppõe resistencias de inercia ás necessidades que procuram impelli-lo.

A imprensa reclama, reclama; mas ó que importa a imprensa? O que damos nós em troca do que pedimos, não para nós, mas para todos?

No parlamento, tambem ha quem reclame; mas contra esses têm todos os governos um argumento victorioso. Os reclamantes, que são do partido decahido, tambem fizeram ouvidos de mercador, quando estavam n'esse logar os que hoje estão de cima; amanhã, é certo, a opposição será governo, o que é agora governo será opposição, a grita será a mesma, o caminho andado justamente o mesmo: isto é, nenhum.

E assim passa, esterilmente, a vida de uma nação, rica de forças descuradas.

E' fatigante insistir sempre sobre as mesmas questões, sem ganhar terreno. Consegue-se com a perseverança, com a tenacidade, com a coragem na lucta, fazer opinião; mas, já esta é formada, já se avoluma, já tem avassallado todos os espiritos, e ainda estão rebeldes, ainda fecham olhos á luz os que têm em mãos o distribuil-a.

Causaria pasmo o escriptor que pudesse narrar todos os pequenos episodios, todas as hesitações, a que, como se fôra questão nova, dá logar, na fila dos nossos estadistas, a questão do elemento servil. Caminhemos de vagar, dizem alguns que se julgam ousados; e não caminham, nem pouco nem muito.

A idéa da emancipação já entrou por toda a parte; como dever humanitario, como obrigação de justiça, como interesse economico, como principio civilizador, ninguem ha que lhe não abra os braços. Só a representação nacional a deixa ficar á porta, como mendigo importuno.

Não quer soffrer com as suas queixas, não quer ouvir as suas razões, não quer attender aos seus direitos. A abolição falla em nome da familia, compromettida pela convivencia de uma raça não educada, sacrificada pela erupção

em seu seio de paixões dos que são oprimidos; falla em nome da patria, compromettida no seu decóro, porque faltou á palavra dada, compromettida em seus interesses, porque o escravo afugenta o colono; falla em nome da humanidade, que repelle esta distincção de classes, levada a ponto de fazer de um homem a machina de outro, mas uma machina que soffre e chora, que trabalha sem direito ao descanso.

Mas a representação nacional e o governo que a faz, não querem sentir nem entender.

Os eleitores do districto, os chefes, as influencias locaes, o senado, os credores, tudo se impõe, tudo pesa mais na balança que a verdade, que a justiça, que o direito.

Um dia, acoissados pela opinião, que, por ficar á porta, faz barulho na rua, um homem de governo, que quer dormir em paz a sesta e as suas digestões orçamentarias, formula um projecto e atira-o á avidéz dos que bradam, como nas *steppes* da Russia os viajantes atiram um servo dos trenós aos lobos esfaimados.

E' assim o projecto do Sr. Lafayette sobre o elemento servil. A camara, porém, raposa manhosa, viu cahir a presa, e, não podendo disputal-a pela força, quer sonegal-a pela astucia.

A camara guarda o projecto, e não o discutirá. A camara não tem medo só de decretar alguma cousa que desagrade a Campinas ou ao Parahyba; a camara chega a ter medo de dizer alguma cousa que enrespe a susceptibilidade doentia dos que com o suor do negro amassaram o voto.

E' que a discussão é publicada, e os jornaes levam a desordem á fazenda. E' que, sem os jornaes, o negro não saberia que é escravo; sem as noticias dos jornaes, o negro não saberia como dóe o chicote, como queima o sol, como é brutal o feitor, como é cruel o mercador que vende para o sul o filho da misera que ficou no norte, e que nunca mais — nunca mais! — saberá se é vivo ou morto aquelle que é o seu sangue.

Quem faz o mal, quem gera a revolta, quem dá sensibilidade á pelle, quem introduz sentimentos n'aquellas machinas, somos nós outros, jornalistas, que o fazemos, porque nada temos que perder. Somos nós que inventamos que em 1831 o governo comprometteu-se solemnemente perante o mundo, a não ir mais aos sertões da Africa á caçada humana, e continuou a ir, ás escondidas; somos nós que inventamos que o ingenuo abandonado na fazenda ou na cidade é

um prolongamento do escravo, e que aquelles que sonham com o chim, procuram na Asia abrir as portas que a Inglaterra nos fechou na Africa.

Quem põe a fouce na mão do escravo contra o feitor, não é o chicote sempre na mão do feitor contra o escravo, é o jornal; quem instituiu o vendeiro da roça que compra ao escravo o café roubado, não foi o trabalho sem paga, a lida constante sem esperança de sorte melhor, a presença dos filhos destinados áquelle mesmo futuro negro, foi o jornal indiscreto, que levou á roça esta noticia revolucionaria, estupenda, da vantagem da formação do peculio.

Por mais um pouco dirão que fomos nós os pilotos dos navios negreiros; que fomos nós que carregámos bugigangas para a Africa, para dal-as aos chefes, em troco dos seus prisioneiros de guerra; que eramos nós que deitavamos cal ao porão para abafar tentativas de revolta, filhas da fome; que são os nossos nomes que figuram na escripturação do governo como alugadores de africanos livres, que ha cincoenta e tantos annos produzem no Brazil brasileiros escravos.

A camara não discutirá o projecto, e não o discutirá porque tem pena de nós; porque, se o discutir, será obrigada a levar-nos, réus contrictos, á barra d'aquelle tribunal augusto em que ella perora, para que a ouçam todos os tenentes-coroneis do paiz, e dizer-nos alli, em face, que nós não sabemos o que é o sagrado direito de propriedade, e que o Sr. Fulano, que tem hoje mil escravos matriculados, graças á benefica lei de vinte e oito de setembro, não quer saber como os houve seu pai, que viveu em época anterior a essa legalisação de um crime.

Teremos de as ouvir boas, e em boa rhetorica parlamentar, se o projecto chegar, por milagre de relojoaria, a ser discutido. Serão taes os horrores, de que serão informados os referidos tenentes-coroneis, que talvez se agite a diplomacia, e a Inglaterra, que já nos impoz a abolição do trafico, seja obrigada a impôr-nos a abolição da imprensa.

Sómente, quando, depois de vasarmos nas typographias todas as maldades com que calumniamos a instituição que a camara tanto zela, nos recolhemos a nossas casas, e vemos em torno gente que trabalha por sua vontade e por seu interesse, nós, os máus, deitamos-nos esquecendo de fechar a porta do quarto, e sem ver se na gaveta da mesa de cabeceira está o revólver carregado.

E assim, ao contrario do que acontece no 5º acto dos dramalhões, vive impune o nosso vicio, ao passo que a virtude, representada pela camara e por aquelles que a camara representa, é obrigada de vez em quando a telegraphar ao governo, pedindo que lhe mande tropa que a proteja.

3 de Setembro.

SUMMARIO.—Suppressão de cadeiras na Escola Polytechnica.—Pequena vingança politica.—Modos de vêr.—O empréstimo Paranaguá e a porcentagem.—O traçado da Copacabana.

O senado, a respeitavel corporação que o Sr. Zama em má hora quiz reformar, e que o Sr. Silveira Martins dizia povoado de homens de miolo molle, approvou uma emenda ao orçamento, auctorisando o governo a supprimir cadeiras na Escola Polytechnica e outros estabelecimentos de instrucção superior.

A approvação d'esta emenda contém a consagração de mais de um principio, que convem tirar a limpo. O primeiro é que o senado, um dos ramos da representação nacional, entende que o poder executivo n'este paiz tem absorvido pouco, e abre-lhe campo a mais um abuso. O senado não diz que considera inuteis taes e taes cadeiras, por estes e aquelles motivos, e que convem supprimil-as; o que o senado proclamou, approvando a emenda, foi que, quando um ministro qualquer, por uma razão de ordem publica ou particular, confessavel ou não, por odio ou sympathia, por despeito ou vingança, quizer romper o contracto solemne que, em nome da nação, contrahiu com este ou aquelle membro do magisterio, pôde fazel-o, sem que ninguem lhe vá á mão por isso, porque os que representam a nação lhe deram carta branca para o fazer.

E' que convem não esquecer que as cadeiras do magisterio superior são providas por concurso; que, abrindo concurso, o governo diz ao candidato que, áquelle que pelo trabalho assiduo, pelo sacrificio de interesses, melhor se tiver preparado para o exercicio do cargo, dá o governo em

recompensa a vitaliciedade do emprego. Faz mais o governo; como esse emprego impõe onus ao cidadão que o exerce, o governo, para que este se não distraia de suas funcções, restringe a esphera de sua actividade individual e prohibe-lhe que se entregue a uns tantos serviços, entendendo que a remuneração que lhe dá é sufficiente para compensar a renuncia que faz de outros proventos.

Apezar, porém, da solemnidade d'esse contracto, o senado, que representa a prudencia, que representa a experiencia, que representa a seriedade isenta de paixões, auctorisa o governo a faltar desassombadamente á palavra dada, quando lhe approuver, sem explicações.

Esta auctorisação, que em outra qualquer occasião seria simplesmente um acto irreflectido, tem agora outra explicação. A emenda coincidiu com a attitude que tomou a Escola Polytechnica na questão abolicionista. Sabe-se que a quasi totalidade dos alumnos e lentes d'essa escola fundaram uma associação de propaganda abolicionista, a céu aberto, á grande luz da lei e da ordem, com as armas da razão e do direito.

Para os desapaixonados, para os que lêem os factos sem procurar torcel-os, esse procedimento da Escola Polytechnica é mais uma prova de que o abolicionismo está fazendo a sua obra de evolução, obra que lhe é imposta pelas condições de meio, e que só alguns interessados, que não têm a boa comprehensão de seus interesses, entendem que essa obra é anarchica e revolucionaria.

Em vez de ver o senado, na attitude da Escola Polytechnica, a prova de que o abolicionismo é a questão que hoje se impõe a toda a gente que pensa, a velha instituição, que se torna mais e mais reaccionaria, á medida que para ella entram em maior numero os liberaes, entende que merecem castigo os funcionarios publicos que têm a pretensão de ver, não diremos mais e melhor, mas diremos ver por um prisma diverso d'aquelle de que se servem os Srs. de Lafayette e outros que nos governam.

Em vez de ver na importância do movimento e em sua generalisação a consagração da causa, o senado, com os seus velhos olhos de presbyta, cançados da leitura de relatorios, enxerga n'esse movimento uma revolução que convem reprimir pelos antigos meios de que sempre se serviu o carcancismo para fechar as portas ao progresso.

A obra do senado seria completa se a douta corporação, depois de mandar supprimir cadeiras na Escola Polyte-

chnica, applicasse o producto d'essa economia á creação de mais uma faculdade de direito, e de mais algumas duzias de cadeiras de rhetorica, e de mais algumas missões de padres para catechese de indios.

Supprima-se cadeiras na Escola Polytechnica; para a rua os homens que pensam; e venham para o logar d'elles os homens que fallam e os homens que prégam.

E para decidir a questão, para catar o joio que estuda e cogita do trigo que faz rhetorica, confiemos no patriotismo e bom senso do governo, que tantas provas tem dado do seu alto criterio.

Ainda na semana que findou tivemos uma, que nos dá o estalão de dous dos grandes homens de Estado, que cimentam com cuspo o magestoso edificio de papel inconvertivel das nossas finanças.

Foi o caso que o Sr. visconde de Paranaguá quiz cobrir-se de glorias, negociando um emprestimo directamente com a casa Rotschild, de Londres, e mettendo nos cofres sem fundo do thesouro o dinheiro da commissão.

Para isso pôz de parte o nosso ministro em Londres, dando a entender que a intervenção d'esse funcçionario tornava mais salgado o negocio.

E assim fez, e gabou-se d'isso, quasi tanto como se tivesse inventado a polvora. S. Ex., porém, teve de retirar-se do ministerio e deixou em seu logar um digno substituto, que entendeu que tambem o negocio tinha sido bem feito e que só restava estender a mão para receber o dinheiro.

E estendeu-a e o banqueiro respondeu que não lhe dava cousa alguma; e o Sr. Lafayette ouviu a resposta, e a unica cousa que lhe occorreu replicar, foi:—então não fallamos mais n'isso.

Cá por fóra, muito abaixo das regiões politicas, é commum ver um sujeito, sem recursos nem escrúpulos, chegar-se a outro, contar-lhe uma historia, a ver se lhe apanha alguma cousa pelos meios brandos. Se o outro cahe, tanto melhor, se não cahe, paciencia.

O Sr. Lafayette com as suas duas resoluções, de pedir o dinheiro e de retirar o pedido, fez justamente esta figura; quiz ver se o Sr. Rotschild cahia, sem se lembrar que isto de embaçar judeu em questões de dinheiro, é tarefa muito superior ás manhas de S. Ex.

Se o Sr. Lafayette tivesse feito tudo isso em seu nome particular, nada teriamos a fazer senão accrescentar uma nota á sua pouco brilhante biographia; mas o Sr. Lafayette

para a casa Rotschild é o governo do Brazil, e a esta hora o banqueiro dos reis diz aos seus amigos que o governo do Brazil é um tolo que se julga esperto; que o governo do Brazil reclama o que ninguem lhe deve; que o governo do Brazil, finalmente, ou procede de má fé ou não sabe o que faz.

E' isto o que a estas horas conta aos seus amigos da *City* o judeu dos reis, e, para que fique bem patente que não é por usura que se nega a entregar a metade da commissão, o poderoso banqueiro faz presente d'essa quantia a um seu amigo, diplomata brasileiro, dando assim uma licção a esta escola primaria de Lafayettes, que se enfeita com o pomposo titulo de governo do Brazil.

E este dá as mãos á palmatoria, porque sabe que manda quem póde.

E ninguem estranhe, porque tudo o mais é assim. Haja vista o que por ahi vai de rumores sobre o caminho que leva a questão da Copacabana. Diz-se que o Sr. Affonso Penna tem um modo de pensar muito decidido sobre essa questão, e que, como encontrou embaraços para liquidal-a como entende que é de justiça, pratica um acto que parece ser de grande hombridade, deixando a pasta da agricultura e... tomando conta da da guerra.

A' primeira vista parece que a hombridade consistiria em deixar o ministerio e vir cá para fóra dizer porque o fez; mas o Sr. Penna contenta-se em salvar a sua responsabilidade pessoal, não referendando esse negocio, e fica gostosamente com uma parte da responsabilidade collectiva, conservando-se no poder.

Trata-se da questão das plantas apresentadas pelos emprezarios. Essas plantas não estão nas condições do edital, alteram algumas obras, descuram outras, modificam estas, supprimem aquellas; o proprio traçado que está no plano do governo é substituido por outro que os emprezarios consideram melhor; e no entanto, o governo hesita em fazer esta cousa enorme: declarar que, dizendo o contracto, que dentro de um prazo fatal, os emprezarios deviam apresentar as suas plantas com todas as obras e condições n'elle estipuladas, e que a falta de apresentação de taes plantas em tal prazo importa a annullação do contracto, este é nullo de direito.

O governo hesita em fazer isto e certamente não o fará, de modo que este contracto da Copacabana, já celebrenmente escandaloso pelos tramites por que o fez passar o Sr. Avila,

antes de firmal-o, vai continuar na mesma senda, obtendo agora uma alteração não prevista e que é toda em favor dos empregarios.

Quando dizemos que essa alteração não era prevista, referimo-nos unicamente á letra do contracto firmado; porque n'este, como em todos ou quasi todos os contractos que o governo celebra, toda a gente sabe e prevê que ha sempre umas clausulas inexequiveis, que servem para arredar da concorrência os que pensam que aquillo é serio, e que depois são supprimidas em proveito dos que conhecem o governo com que lidam.

E é isto o que vai obter a empresa da Copacabana; apresenta um plano diverso do do contracto; prova com A + B que o seu plano é melhor do que o do governo, sem cuidar da minucia de dizer se é melhor para a empresa, para o governo ou para o publico; o governo aceita a modificação e tudo continua pelo melhor no melhor dos mundos.

Ora, o que se diz é que o Sr. Affonso Penna acha isto irregular, que S. Ex. entende que a empresa deve cumprir litteralmente o contracto a que se obrigou por concorrência, ou renunciar a elle, mas que S. Ex. encontra difficuldades em fazer vingar esta extravagante idéa de querer o cumprimento da lei, e que, por isso, os seus escrupulos obrigam-no a não assignar a modificação; porém, como os interesses do partido impõem a S. Ex. o segredo sobre as razões de Estado que determinam a modificação do plano da linha da Copacabana em favor dos interesses dos empregarios, S. Ex. passa a ser ministro da guerra, e está salva a patria.

10 de Setembro

SUMMARIO.—Circular de um deputado.—Para juiz um liberal firme.—O mandato imperativo.—O meio circulante.—A instrução publica.—Influencia clerical sobre a sociedade civil.—As relações exteriores.—A hygiene publica.—O Centro da Lavoura e Commercio.

Está a encerrar-se a sessão legislativa, e vai o governo ficar com carta branca para continuar a não fazer cousa alguma, certo de que seu procedimento será approved pelos representantes da nação, quando se reunirem outra vez.

A vantagem da mudança consiste em que, durante as férias parlamentares, é legal o santo ocio de que durante toda a sessão o actual governo abusou, com a persistencia de quem tem o seu plano assentado.

N'esta sessão fallou-se muito em reforma judiciaria, e os Srs. deputados não deixarão de allegar o serviço que assim prestaram á causa publica, quando se acharem em presença de seus eleitores, na plataforma da estação da estrada de ferro, ou no cáes de embarque, onde estes os esperarão com a respectiva banda de musica e foguetes.

A reforma, porém, não se fez, nem isso importa; o que importa é tel-a discutido; o que importa é ter demonstrado que a reforma é necessaria, e que os Srs. deputados, em numerosos e longos discursos, reconheçam que a cousa assim como está não vai bem.

Um argumento victorioso deixou, porém, de ser apresentado, e é pena, porque tratava-se de um facto, e os factos são mais eloquentes que as palavras. E se não fosse a indiscripção da folha conservadora d'esta côrte, ainda a esta hora ignorariamos o caso. Trata-se de uma carta cir-

cular do Sr. deputado mineiro Silviano Brandão, em que communicava aos seus eleitores que conseguiu fazer nomear juiz de direito da sua comarca um *liberal firme*, e em que logo em seguida S. Ex. tira a conclusão pratica d'esse acto de civismo: convém que o eleitorado sustente a todo o transe o deputado que prestou ao paiz esse enorme serviço — fazer nomear juiz de direito um liberal firme.

A gente pensava que, o que determinava a nomeação de um juiz de direito para comarca de certa importancia, eram os seus serviços notorios como juiz municipal, ou a sua reconhecida capacidade. Não contestamos ao cavalheiro nomeado essas qualidades, mas o certo é que não foi por possuil-as que obteve a nomeação: esta foi devida ao facto de ser esse magistrado um liberal firme, e o seu destino na comarca não é distribuir justiça, mas contribuir para que seja sustentado a todo o transe o Sr. Silviano Brandão.

A camara, porém, continuará a discutir a reforma judiciaria, como a discutiu durante quasi toda a sessão, que está a findar.

Em outras questões a camara nem tocou, a começar pela do elemento servil, que lhe faz medo. Figurava essa questão no programma do ministerio Paranaguá, que acabou sem lhe bolir; figurou no programma do ministerio Lafayette, que no fim de muito tempo formulou um projecto irrisorio, que foi morrer na pasta das commissões.

Um digno deputado, o Sr. Leopoldo Bulhões, tinha um projecto seu, e teve a ingenuidade de acreditar na palavra do governo, e ficou á espera que o projecto do governo apparecesse para apresentar o seu, como emenda, caso se demonstrasse pela discussão que o projecto do governo era insufficiente. Afinal, cansado de esperar, o Sr. Bulhões decidiu-se a apresentar o seu projecto á camara, e lá ficará eternamente, se só depender da vontade da camara o ser elle discutido, elle ou outro qualquer.

Ha na camara, é certo, alguns abolicionistas, e ha muitos escravocratas; mas não é menos certo que ahi avultam principalmente os timidos, os que não ousam arriscar a sua posição, a qual prezam como a menina de seus olhos, e que reconhecem não ser bastante solida, para resistir ao descontentamento de alguns mandões de aldeia.

São esses os principaes obstruccionistas; são esses os que constituem pelo numero o grande obstaculo á realisação da maior necessidade nacional.

Eleitos por um accordo, têm um mandato imperativo; o seu voto hesita ante a questão mais insignificante, que não tenha sido prevista pelos commandantes de batalhões de eleitores do districto; toda a sua actividade é empregada em pedir ao governo pequenos favores que satisfaçam a vaidade dos mandões locaes; procuram firmar-se, não prestando serviços ao paiz, nem servindo a uma causa, mas arranjando amigos pessoaes, gratos a favores recebidos.

Para esse effeito, multiplicam-se em patentes da guarda nacional, titulos e condecorações, nomeações de juizes e vice-presidentes de provincia.

E de cada vez que obtêm de um ministro uma d'essas concessões, prendem-se a este, e lá lhes fica o voto hypothecado ao governo, com a ressalva apenas da hypotheca anterior feita ao eleitorado; ora, como esta só se refere a interesses locaes e pessoaes, em todas as questões de principios e de interesses geraes, o que predomina é a outra.

E n'estes conchavos, o ministro querendo continuar a ser ministro, o deputado querendo continuar a ser deputado, todos trabalhando para que o partido continue no poder, porque o partido no poder é a posição para si, para os filhos, para os parentes e para os amigos, o tempo passa, e todas as reformas de que o paiz precisa ficam por fazer.

Todo o paiz brada pela conversão do meio circulante; o exemplo dos paizes que ha muito deixaram de soffrer a praga que soffremos do papel-moeda, e o d'aqueiles que ultimamente fizeram a conversão, não estando em melhores condições do que nós, não nos demovem da cegueira em que vamos.

A respeito de instrucção publica, ha reformas apparatusas. Reformou-se a Faculdade de Medicina, está-se construindo o edificio para uma Universidade, reformou-se a Escola Polytechnica, mas já o governo está auctorizado, por um capricho despeitoso do senado, a reformar a reforma, supprimindo o que ha pouco foi julgado necessario.

Projectou-se um Congresso de Instrucção, com um programma absurdo de fallatorio e papelada, programma organizado de tal modo, que aquelles que enxergavam na presidencia do Sr. conde d'Eu um justo receio de que d'alli resultaria mais uma porta aberta ao clericalismo, viam no programma essas tendencias; ao passo que alguns conservadores ultramontanos oppunham-se á convocação do congresso, por acreditarem que levariam vantagem os partidarios do ensino livre, os que entendem que a escola deve

dar a instrucção, deixando á familia o direito de ensinar aos seus filhos a religião que lhe approuver.

Esse congresso ia reunir-se com sacrificio dos dinheiros publicos, distrahidos sem explicações de serviços de utilidade pratica. O actual ministro do imperio quiz legalisar a despeza; o senado, que não se oppuzera ao congresso convocado pelo Sr. Leão Velloso, oppoz-se ao congresso como o queria o Sr. Maciel, mas uma parte da despeza estava feita, e até agora ainda se não disse á camara de onde sahiu o dinheiro já despendido, qual a verba que foi sangrada para esse fim, que serviço publico foi sacrificado em favor d'esse capricho do alto.

Os escrupulos do Sr. Maciel, que tanto se assustaram com a despeza iliegal a fazer, não lhe chegaram para procurar e dar explicações sobre a despeza feita, e ninguem lh'as reclamou.

E a isto se reduz a reforma da instrucção pública: dous estabelecimentos de ensino superior reformados e a criação de uma universidade. Um d'aquelles, a faculdade de medicina, deve a sua boa sorte, primeiro a um velho mestre, o Dr. Pertence, que organisou a cruzada, depois á actividade e desembaraço de seu actual director, que prestou bons serviços á parte material da reforma; porém mais tarde essa mesma obra tem sido estragada, e não dá os resultados que se esperavam; mas, em compensação, deu causa ao desanimo em que se encontra hoje o Dr. Pertence, que, vendo que as suas palavras, os seus esforços desinteressados, não foram ouvidos, não quer continuar a expôr o seu civismo a representar um papel na comedia do serviço publico, e diz a quem o quer ouvir, que não é mais mestre, que não presta mais a reforma alguma a sua intelligencia tão lucida, e que de hoje em diante é simplesmente medico, porque para se viver n'este paiz, é preciso esquecer a qualidade de cidadão.

A universidade vai ser mais um meio de centralisação, n'este paiz enorme, em que a boa politica seria fazer justamente o contrario. No meio de tudo isto, porém, o que tem sido descurado é o mais importante: o ensino primario e secundario. Projecta-se a universidade, mas não se cuida de preparar alumnos e mestres para ella.

Não temos liberdade de consciencia nem cuidamos em tel-a.

Todos os actos da nossa vida social e civil, sejam quaes forem as nossas idéas individuaes, dependem do padre. O

padre registra o nascimento; só o padre legalisa o casamento, e acompanha-nos até o momento final.

Ainda ha pouco morreu um pobre homem, que queria deixar os seus poucos haveres a tres filhos illegitimos, e não o poude fazer, porque o padre entendeu que elle devia ter cuidado mais cedo em casar-se.

As nossas relações exteriores, de que sempre se diz nas fallas do throno que são muito cordiaes, são assumpto perfeitamente descurado. Vivemos em perpetua desconfiança com vizinhos de que deveriamos ser amigos, por todas as razões, a começar pelas de interesse.

Não se cuida de resolver com elles as questões pendentes, de modo que vejam claramente que comprehendemos o destino d'estas terras americanas; e se alguma vez se volta os olhos para uma questão diplomatica, não é com o fito de resolvel-a, mas como meio de dar mais uma fatia a um filhote, como se tem projectado fazer, procurando reavivar a questão de Oyapok.

Fóra d'isso, o que apparece em relações exteriores, para quebrar a monotonia, é alguma questão como a da reclamação Tripoti, em que o governo lê, sem ter o direito de protestar, a cruel mas justissima nota do Sr. cavalheiro de Foresta.

Menos ainda se cuida do problema da immigração; o governo adoptou em tempo um systema que deu bons resultados aos agenciadores de colonos, que eram pagos a tanto por cabeça; dispendeu muito dinheiro em pura perda; quando viu que ia caminho errado, em vez de estudar meio melhor, cruzou os braços e esperou a immigração espontanea.

E para recebê-la, tem a cidade do Rio de Janeiro, a capital do imperio, em tal abandono, que na Europa, de onde nos deveria vir a tal ambicionada immigração espontanea, e onde nada se sabe do Brazil, sabe-se comtudo isto: que a população do Rio de Janeiro é annualmente dizimada pela febre amarella, e que esta cidade está se tornando inhabitavel.

A prova de que, com algum esforço, muito se póde obter, e que se nada temos obtido, é porque nada temos feito, ahi está no muito que n'estes ultimos tempos tem obtido o movimento iniciado pelo Centro da Lavoura e Commercio.

O que o governo não quiz fazer, por economia, para que lhe sobre dinheiro para congressos de instrucção e

luminarias nos edificios publicos, fel-o essa benemerita associação nas exposições de Berlim e Amsterdam, e os resultados praticos ahi estão.

E é bom que se dêem d'estes exemplos, e o publico os conheça e tome nota d'elles, e se habitue a contar mais consigo que com o governo, porque isso o levará a umas conclusões que influirão directamente sobre a marcha da nossa politica.

Quando o povo, a massa que trabalha e paga, se convencer de que tem seguido caminho errado, quer quando se abstem de votar nas eleições municipaes e legislativas, quer quando vota por considerações pessoaes ou por disciplina de partido, e se decidir a votar nos que põem o serviço do paiz acima da sua ambição pessoal; quando o povo se convencer d'isso, procurará ter na camara quem cuide da questão do trabalho, e da questão financeira e economica, e da questão da instrucção publica, sem indagar se traz um rotulo de partido, que nada quer dizer, a não ser a preterição das questões vitaes que nos interessam.

Então, quando se reunirem e quando se separarem os representantes da nação, o povo interessar-se-ha pelo facto; por ora, as sessões parlamentares só despertam alguma curiosidade nos dias solemnes de abertura e encerramento, pelo apparatus scenico da festa, e nos dias de sessão ordinaria, quando alguns dos senhores representantes da nação lavam em publico a sua roupa suja.

17 de Setembro

SUMMARIO.—Encerramento das camaras.—Inventario.—Palavras, palavras, palavras.— A alfandega de Pelotas.— Um jornal amigo do governo.

Não é difficil fazer o inventario dos serviços prestados pelos senhores representantes da nação, durante a sessão parlamentar que termina amanhã. O saldo já foi feito por Shakespeare, e é representado pela formula seguinte:— « Palavras, palavras, palavras. »

Durante os poucos dias de vida que teve o ministerio Paranaguá, depois de aberta a sessão parlamentar, a camara, que o apoiava ainda, deixou correr á revelia o projecto de indemnisação Tripoti, que implicava uma promessa solemne do governo, e que entendia até com a dignidade nacional, de alguma fórma aggravada pelo tom da nota do ministro italiano.

Dias depois, precipitaram-se os acontecimentos, e um membro da dissidencia, fallando em nome dos interesses provinciaes, propoz uma moção que deu em resultado a quêda do gabinete.

Dever-se-hia suppor que, depois d'isso, veriamos sahir d'essa dissidencia o novo ministerio, e d'esse ministerio o remedio aos males causados ás provincias pela questão de impostos.

E assim seria, se a camara representasse alguma cousa; mas a questão de impostos provinciaes não era uma questão

de principios, era uma questão de palavras, e logo depois da queda do ministerio a dissidencia parecia arrependida do acto desusadamente energico que praticára, porque chegou a receiar que as consequencias d'elle fossem além do previsto.

Durante uma semana inteira, não só essa dissidencia, que tivera força para fazer baquear um gabinete, como todo o partido liberal, viveram na mais completa ignorancia sobre a solução da crise.

Não foi chamado o presidente da camara; só muito tarde foi chamado o inspirador da dissidencia; e a crise terminou, sendo encarregado de organizar gabinete um homem que não era chefe de partido e que nenhuma parte tomára nos acontecimentos que a motivaram.

Nenhuma voz liberal protestou contra este desrespeito ao systema. Apresenta-se o novo gabinete á camara, com um programma de promessas vagas, que não podia satisfazer as aspirações, nem dos que apoiavam o governo decahido, nem dos que o combatiam, e os liberaes todos da camara cantaram hosannas, porque estava salvo o que elles julgavam que se tinha perdido:— a situação.

E nunca mais se fallou em impostos provinciaes, nem mesmo quando se reuniu o conselho de Estado, e reprovou, quasi *una voce*, o projecto que o ministerio Paranaguá mandára elaborar.

E, preocupada por esse cuidado superior a todos os outros— não comprometter a situação— passou a camara toda a sessão, sem deixar obra feita, que justifique a sua existencia.

Um bello dia, o Sr. Lafayette, acossado pela opinião, apresentou um projecto relativo á questão do elemento servil, tendo tido a cautela de o apresentar quando a sessão já ia adiantada, para que nada se resolvesse a respito.

A camara mandou-o a uma commissão, e lá ficou.

Essa promessa do programma, que o ministro cumpriu mal e tarde, impediu que alguns deputados, sincera e convencidamente abolicionistas, apresentassem projecto melhor. E ficou assim satisfeita a politica do Sr. Lafayette e de seus amigos, que querem justamente que tâes questões não sejam estudadas.

E tudo bem pensado, o prejuizo foi pequeno. Se o Sr. Lafayette tem de influir para a solução do problema, já é dado prever em que sentido elle exercerá a sua in-

fluencia; basta lembrar a opinião de S. Ex. sobre a lei de 1831, o seu projecto de localisação de escravos, com trinta mil restricções, e os seus impostos, que recahiam menos sobre os proprietarios de escravos que sobre quaesquer outros cidadãos.

A nenhuma outra questão a camara levou mão profana. Recebeu o projecto de arrendamento da estrada de ferro de Pedro II, projecto execravel, e esquivou-se a discutil-o; e no entanto a discussão daria logar a que se soubesse o seu modo de ver sobre a magna questão do papel-moeda.

Assistiu ao descalabro da camara municipal da cõrte, e permittiu que o governo cruzasse õs braços diante de tamanho escandalo.

Negou-se a discutir o projecto do Sr. Zama, sobre temporariamente do senado, e ouviu com igual indifferença o Sr. Andrade Figueira, que quer o senado não só vitalicio, mas hereditario. Estas duas idéas, diametralmente oppositas, não lhe mereceram as honras de uma discussão.

Não se abalou quando o senado, com os seus escravocratas á frente, conferiu ao governo auctorisação discricionaria para supprimir cadeiras na Escola Polytechnica, cadeiras dadas por concurso a professores, que podem ir para a rua, se incorrerem no desagrado pessoal de um ministro.

Não se occupou da questão de hygiene publica. Uma de suas commissões apresentou um projecto defficiente, em substituição de outro do Sr. Dantas, que ainda o era mais, e a camara entendeu que podia separar-se sem deixar resolvida essa materia.

A questão hygienica importa apenas o futuro do paiz. Por falta de hygiene na cidade do Rio de Janeiro, fuge-nos a colonisação, e com ella o desenvolvimento da nossa riqueza; mas os senhores deputados, que têm de tratar todos os dias dos interesses particulares de cada um de seus eleitores, não dispõem do tempo material preciso para estudar questões d'essa ordem. O governo, por sua vez passa o melhor do seu tempo a attender aos pedidos dos Srs. deputados, e as cousas ficam como estão.

A respeito de instrucção publica, tivemos logo no principio da sessão um trabalho do Sr. Ruy Barbosa, que revela muito estudo, muita dedicação, e muita vontade de acertar. Esse trabalho devia ser discutido, mas nunca o foi.

Quando a camara se reuniu, estava convocado um Con-

gresso de Instrucção, para que viesse gente de todos os cantos do Brazil dizer o que se suppunha que a representação nacional ignorava.

A camara não estranhou o procedimento do ministro; e, quando soube que esse ministro, além de fazer a convocação illegal, estava illegalmente fazendo despezas, também não se considerou offendida.

Por essa occasião, vimos despontar um caracter, o actual ministro do imperio.

O conselheiro Maciel fez o que poucos ministros ousam fazer: contrariou a vontade imperial, e procurou metter no caminho da legalidade o que o seu antecessor, apoiado pela corôa, tinha enveredado pelos atalhos do arbitrio.

O Sr. Ferreira Vianna, deputado que não tem ambições pessoaes e que não está alli para fazer carreira, tornou saliente a resistencia e o louvavel procedimento do joven ministro. Infelizmente, não terminou a sessão sem que se empanasse o brilho d'esse primeiro acto.

Tratando-se da reeleição do ministro, e sendo conhecida a divisão que lavrava na provincia, disse-se que, se o ministro concedesse o alfandegamento de Pelotas, seria reeleito por grande maioria.

Até hoje não consta *officialmente* que o ministro tenha cedido á desairosa imposição; o que é certo porém, é que, na vespera da eleição, um jornal d'esta côrte, dirigido por um deputado amigo do governo, deu noticia do decreto datado de alguns dias antes, e a folha official nunca o contestou.

Se é verdade que o decreto foi lavrado a 5 do corrente, os eleitores tiveram tempo de sobra para saber que o ministro aceitára a condição que elles lhe impunham para dár-lhe votos; a publicação d'elle, na vespera da eleição, em uma folha ministerial, era a garantia do cumprimento da promessa, e o telegrapho presta grandes serviços n'estas occasiões.

Se não é verdade que o governo fez tal concessão, se a noticia foi simplesmente uma trica eleitoral, o governo, com o seu silencio, tornou-se cúmplice d'ella, e a moralidade da administração está ainda mais compromettida do que se a noticia fosse verdadeira.

Feita a concessão, o governo teria feito d'aquillo que é o bem publico, uma arma de guerra para interesses pessoaes; consentindo que se publique uma noticia falsa, o

governo procede de má fé, e illude os que confiam na sua palavra.

Se as tricas eleitoraes sahem dos escondrijos em que viviam, envolvidas nos reposteiros das secretarias, para a praça publica; se aos amigos do governo é permittido faltar á verdade, em nome do governo; se perdermos o que nos resta de escrupulos; então é que a liquidação geral está proxima, e é tempo de salvar-se quem puder.

E ahi temos o inventario do que fez a camara na actual sessão parlamentar:—palavras, palavras, palavras.

Quando sahiu d'ahi foi para proferir palavrões e palavradas. Que o digam os Srs. Affonso Celso Junior e Cantão, que discutiram o café do Rio e o quinino do Pará; que o digam os Srs. Anysio e Basson, que lavaram na camara a roupa suja dos negocios de sua provincia; que o digam os Srs. Silveira Martins e Avila, que não quizeram privar o senado do espectaculo que fazia as delicias da camara temporaria.

Mas, apesar de tudo isto, amanhã o Imperador calçará as meias de seda, envergará o seu manto dos dias solemnes, empunhará o seu sceptro soberano, e irá ao senado dizer aos Augustos e Dignissimos Senhores representantes da nação —que o paiz está cheio de reconhecimento pelos serviços que elles prestaram com o seu nunca desmentido patriotismo; que estamos bem com todas as potencias estrangeiras, incluindo a Italia, que nos arrasa diplomaticamente; que a febre amarella tem feito ultimamente muito menos victimas, tendo o cuidado de não accrescentar que esse facto é devido á circumstancia de não ser esta a estação propria para o seu desenvolvimento; que todas as outras questões demandam estudos, que naturalmente os augustos representantes farão agora, nas ferias; e que o governo e a nação cá ficam cheios de saudades pelos referidos augustos, e com a esperanza de que para o anno continuarão a não fazer cousa alguma, para não alterar o bom andamento das cousas, e para melhor gloria das instituições que felizmente nos regem.

E os augustos ficarão muito contentes, porque se vão embora em setembro, com a promessa da volta em maio, elles, que aqui ha cerca de tres mezes viram as cousas mal paradas, e chegaram a pensar que o Imperador, sem manto nem sceptro, mas simplesmente com um decreto, os mandaria passear de vez.

E o povo ve-os ir, como vieram, e dá o balanço aos seus bens, e encontra entre as verbas principaes—o escravo, a febre amarella, o papel moeda, a advocacia administrativa—; e, se desvia os olhos do triste espectáculo e procura devassar no futuro as fórmulas vagas das suas esperanças, entrevê: para resolver a questão do trabalho, o chim; para resolver a questão financeira, sempre o empréstimo e sempre o imposto; para resolver a questão do ensino, o padre, de braço dado com o Sr. conde d'Eu.

24 de Setembro

SUMMARIO. — A questão da Copacabana. — As accumulações de empregos.

Nos poucos dias que se têm passado depois do encerramento da sessão legislativa, tem-se agitado questões que parecem ter sido reservadas pelo governo expressamente para esta época, em que respira mais desafogado da representação nacional; não porque a esta inspirem grande cuidado os interesses geraes, mas porque os seus membros na faina de servir o eleitorado, mal deixam tempo aos ministros para se occuparem do que póde ser util.

N'estes poucos dias, já o Sr. ministro da agricultura, só á sua parte, occupou-se de duas questões:—a da Copacabana e a das accumulações de empregos.

Da questão da Copacabana não se póde dizer que esteja decidida; mas, emfim caminhou um pouco, com a rejeição das plantas que modificavam o traçado imposto pelo contracto.

E' uma questão esta que tem dado logar a tantas e tão estranhas conjecturas, que tem tido phases tão escabrosas, a ponto de chegar ás raias do escandalo, que toda a prudencia é pouca para a discutir quem não tem a ella ligado algum interesse directo.

Lembra-se o publico que, a principio, quando estava aberta a concorrencia, dizia se que a Companhia de Botafogo não apresentava proposta; mas que o Sr. Avila, então ministro da agricultura, preparava-se para annullar a concorrencia e tratar o negocio com essa companhia. Apezar da sympathia que essa empreza inspira, porque foi ella que in-

trodeziu no Rio de Janeiro o importante melhoramento da viação ; porque a ella se deve o desenvolvimento da cidade para os arrabaldes ; porque nenhuma outra ainda a igualou no modo porque faz o serviço ; porque ella construiria mais depressa e melhor as novas linhas em projecto ; e porque, em troca d'essa preferencia, dizia-se que ella concederia desde já ao publico a vantagem da redução dos preços de passagens ; afigurou-se a toda a gente que o meio escolhido pelo governo para chegar a esse resultado era menos correcto, e começou-se a levantar alguma grita contra o ministro e contra a companhia.

Mais tarde, porém, as cousas caminharam de modo diverso ; o governo preferiu a proposta dos Srs. Duvivier & C. ; a companhia de Botafogo trouxe a publico tudo o que se passára entre os seus directores e o ministro ; o procedimento d'este deu logar a commentarios, que ora lhe discutiam a rectidão, ora punham em duvida a sua hombridade ante imposições superiores, e ora ainda o apresentavam como dotado de uma ingenuidade mal cabida em quem occupa tão elevada e espinhosa posição.

Com effeito, soube-se que a companhia de Botafogo não entrara em concorrência, porque contava com o seu privilegio de zona, e acreditava que elle lhe seria garantido ; porque estava persuadida que a transacção de dinheiro que fizera com a antiga empresa da Copacabana lhe firmava direitos ; porque considerava onerosas as clausulas do edital, e o ministro não deixava de alentar-lhe esperanças de obter o contracto em condições mais favoraveis.

Que o ex-ministro, durante algum tempo, embalou a companhia de Botafogo, com promessas mais ou menos vagas, é certo ; o que nunca se chegou a saber, foi qual o seu intento, fazendo-o ; se S. Ex. quiz arredal-a da concorrência, ou se esperava dar-lhe o contracto, impondo-lhe condições vantajosas para o publico. Esse segredo ficou por traz dos reposteiros da secretaria, e por tal modo escondido, que houve quem, por não o encontrar, fosse procural-o mais longe.

Vieram então os protestos e reclamações ; a companhia de Botafogo publicou em folheto o seu recurso ao conselho de Estado, folheto que revelou uma comedia, em que tomaram parte importante altos personagens.

D'estes, os que podiam vir a publico, deram umas explicações que nada explicaram, e que tiveram o merito de

deixar de pé todas as accusações, tão claramente formuladas pelo advogado da companhia de Botafogo.

D'esse recurso até hoje ainda não houve decisão; o digno conselheiro de Estado a quem incumbia dar parecer sobre elle, depois de ter os papeis em seu poder durante alguns mezes, devolveu-os ao ministro, sem parecer, dando-se por suspeito, impedido, ou cousa que o valha.

N'este meio tempo, os emprezarios fizeram os seus planos, modificando os do governo, e procuraram todos os modos de demonstrar que as suas modificações eram para melhor.

O Sr. conselheiro Affonso Penna, porém, não entendeu assim, e negou á empreza o direito de alterar o que tinha sido solememente estipulado.

Este despacho, que é simplesmente um acto de rectidão de S. Ex., tem a vantagem, no caso vertente, de demonstrar que, ou não ha na questão da Copacabana a indebita interferencia do alto, que de principio se dizia existir, ou que, se tal interferencia existe, o Sr. Penna é homem para resistir a ella. Qualquer das hypotheses é consoladora, nos tempos que correm.

Surge, porém, agora outra questão. Reprovados os planos, dizem uns, está annullado o contracto, porque o contrario seria servir um estratagema da empreza, que procura assim dilatar o prazo para principiar e levar a effeito as obras. A empreza por sua vez diz que essa causa de caducidade não foi prevista, e que está decidida a apresentar novos planos, de accordo inteiramente com o seu contracto.

Se a imprensa tivesse voto n'estas materias, diriamos que seria melhor que a empreza tivesse começado por ahi. Quanto á annullação do contracto, consignaremos aqui,—*pro formula*, só para o publico, cuja opinião procuramos conhecer—o nosso modo de ver.

Antes de ser aceita a proposta Duvivier, esta folha deixou ver que o publico aceitava mal a idéa de ser annullada a concorrência, fazendo-se o contracto, sem essa formalidade, com a companhia de Botafogo.

Feito o contracto, pronunciamos-nos abertamente contra o procedimento do ministro, que dera em resultado arredar da concorrência a companhia que tinha o direito, como outro qualquer, de concorrer, e que o podia fazer com algumas vantagens.

Se a companhia de Botafogo inspira sympathias, pelas razões já expendidas, tambem é innegavel que, se ella ficar só em campo, imporá condições, que servirão mais os seus interesses que os do publico.

Dado o serviço da Copacabana a outra empreza, é de crêr que o publico lucrasse com a coexistencia das duas, porque cada uma faria por seu lado o possivel para ser preferida.

Ha, porém, no edital chamando propostas, uma clausula que destróe pela base o principio de concurrencia, que o edital pretendia servir. Essa clausula é a que concede á empreza a quem for dado o novo serviço, o privilegio da zona actualmente servida pela companhia de Botafogo.

Essa clausula afigura-se-nos injusta. Convém que em um concurso publico as condições sejam feitas de modo que possam servir igualmente a todos os concurrentes, sem favorecer mais a um que a outros, e sem prejudicar interesses de terceiros.

Os privilegios por introdução de um melhoramento não devem ser eternos; ha toda a vantagem em que elles expirem no fim de um certo prazo; mas d'ahi a passar o privilegio do introductor a outro que o venha gozar, sem ter tido as fadigas da introdução, vai um abysmo.

Que a companhia de Botafogo perca, depois de alguns annos de grandes lucros, o direito exclusivo de que tem estado de posse, de servir uns tantos bairros da cidade, comprehende-se; o que é menos equitativo é que ella perca ao mesmo tempo o direito de fazer esse serviço em livre concurrencia com outra qualquer empreza.

A boa doutrina em relação a privilegios é esta: expirado o prazo, todos são aptos para gozar o melhoramento introduzido.

Se as linhas projectadas não promettem beneficios senão a quem puder gozar ao mesmo tempo dos favores de que goza a companhia de Botafogó, é justo que se dê a preferencia a esta, que introduziu o melhoramento e correu os riscos do desconhecido; se as novas linhas promettem beneficios só por si, façam-lhes concessões na medida proporcional, mas sem entrar pelo bem de terceiro.

O ideal seria dar as novas linhas a uma nova empreza, subsistindo a de Botafogo sem privilegio; d'essa concurrencia resultaria necessariamente uma grande vantagem para o publico, que se acharia em frente de duas emprezas, que se esforçariam por servi-lo o melhor possivel.

Por isso, haveria toda a conveniencia em que se fizesse um concurso serio, cujas condições aproveitassem igualmente a todos os pretendentes, e principalmente a este eterno pretendente, sempre esquecido e desapadrinhado—o publico.

Será, porém, permittido contar com isso agora? O Sr. ministro da agricultura entenderá que caducou o contracto Duvivier, ou concederá á empreza novo prazo para apresentação das plantas? Esperará S. Ex., para tomar uma resolução definitiva, a consulta do conselho de Estado sobre o recurso da companhia de Botafogo? Se tal consulta póde exercer uma influencia qualquer sobre a questão, a demora é um meio de burlar essa influencia, meio que acreditamos não estar nas intenções de ninguem.

Tem corrido o boato de que o ministro annulla o contracto e entrega o negocio á camara municipal.

A esta realmente deviam ser affectos taes negocios; mas será o momento actual o mais propicio para a nova iniciação d'essas normas, que tem sido abandonadas, mais pela inercia das nossas municipalidades, do que pelas tendencias absorventes do poder executivo?

Apenas uma consideração faremos a este respeito. A questão dos bonds da Copacabana já atravessou uma phase muito mais incandescente que a actual; já apaixonou muito o publico. Uma das causas era talvez estar ella affecta ao Sr. conselheiro Avila, que durante a sua administração deu ensejo a que mais de uma vez o publico se espantasse, lendo os seus despachos e commentando os seus actos.

O modo de proceder do Sr. conselheiro Penna deixa mais tranquillo o espirito publico, que não tem razão para preoccupar-se de ante-mão com o que fará um ministro reconhecidamente criterioso.

Se a questão passar á actual camara municipal, recommearão os commentarios, e ninguem póde prever os capitulos que continuarão a historia escandalosa começada no folheto da companhia de Botafogo.

1 de Outubro

SUMMARIO.—A rescisão do contracto Duvivier.—O Sr. Maciel e a alfandega de Pelotas.—As accumulações de empregos.—Os professores.—As excepções.

Bem tinhamos previsto que a regeição das plantas apresentadas pelos Srs. Duvivier & C. para a linha de carris de ferro da Copacabana seria seguida da rescisão do contracto. Com effeito, era esta a consequencia natural do despacho que negou prazo para apresentação de novas plantas.

E' pois, uma questão liquidada, graças á circumstancia de ter chegado a tempo o Sr. conselheiro Affonso Penna de desembulhar a meada que fizera o seu antecessor.

Resta agora fazer novo contracto. Que a concurrencia que deu em resultado a aceitação da proposta Duvivier estava eivada de vicios insanáveis, não é mais preciso provar. O *Diario do Brazil*, amigo do actual governo e do seu antecessor, diz que o edital que chamou essa concurrencia era *asnatico e estapafurdio*.

Do criterio do actual ministro da agricultura é de esperar que saia cousa muito melhor. Que o governo não queira explorar as empresas que se propõem a fazer melhoramentos, impondo-lhes onus ruinosos, e obteremos contracto vantajoso para os capitalistas e para o publico.

Abra-se, pois, novo concurso, e não se esqueça nas condições que nem o governo, nem a municipalidade têm recursos para melhorar a capital, que é preciso appellar para a iniciativa particular, e que os capitalistas não pensam em empregar os seus capitaes só com o fito de prestar serviços ao publico.

E', portanto, indispensavel que as condições impostas sejam exequiveis, e que possam convir indifferentemente a todos os pretendentes.

Uma das condições que deve desaparecer do novo concurso é a que concede á nova empresa que se organizar, o privilegio de que actualmente goza a companhia de Botafogo.

O melhoramento introduzido por esta companhia, o serviço que prestou ao publico, já está compensado pela exploração exclusiva que ella tem tido; findo o seu prazo, nem a propria companhia de Botafogo tem direito a nova compensação, salvo se prestar novos serviços excepçionaes.

Ora, se essa companhia não tem direito de reclamar mais cousa alguma em paga do que fez, com maioria de razão se deve negar tal paga a outrem.

A linha de Botafogo é um melhoramento adquirido; findo o prazo, só pôde continuar a sua exploração em livre concorrência.

Deve vir, pois, o novo edital livre de qualquer peia n'esse genero, e quer caiba a preferencia á companhia de Botafogo, quer á empresa Duvivier ou qualquer outra, o que importa é que não fiquemos, nós, o publico que paga, sujeitos ás imposições, que nunca deixam de fazer os que têm n'um privilegio a garantia de que ninguem lhes pôde efficazmente fazer guerra.

O criterio com que tem procedido o Sr. conselheiro Penna, auctorisa-nos a pensar que esta eterna questão da Copacabana chegará a seu fim de um modo que satisfaça a todas as conveniencias.

Sentimos devéras não poder collocar ao lado do nome do Sr. conselheiro Penna o do seu collega, ministro do imperio. A estréa do Sr. Maciel no ministerio do imperio foi sympathica e promettedora. O joven ministro começou a sua administração procurando legalizar a despeza que o seu antecessor fizera illegalmente com o Congresso de Instrução.

O acto de S. Ex. era tanto mais louvavel, quanto sabia-se que esse Congresso era a realisação de um desejo do alto, e n'esta terra faz-se preciso ter uma alta dóse de coragem para resistir á onda que vem de cima.

O character, porém, que n'essa occasião nos pareceu rijo, agora afigura-se-nos menos integro. E' um brilhante que tem jaça. E justamente a quebra revelou-se na prova mais delicada, quando estava em jogo o interesse pessoal.

Não se trata de indagar agora se é ou não uma medida util o alfandegamento da mesa de rendas de Pelotas; o que está em discussão é o Sr. Maciel, simples candidato, que não conseguiu votos bastantes de seus comprovincianos, e só poudé entrar na camara pela porta estreita e baixa da commissão de poderes, e o Sr. conselheiro Maciel, ministro, que obtem grande maioria depois de um jogo de telegrammas contendo promessas para *embromar* os eleitores, como se diz no Rio Grande.

Em questão tão delicada. o ministro não está ao abrigo da accusação pelo facto de não ter pago a sua letra, antes ou depois do vencimento, concedendo a cubicada alfandega; o jogo fez-se, o ministro teve conhecimento d'elle, não o desmascarou, e, por consequente, se não é o mandante, é o cumplice da inconfessavel trica.

Uma folha, que apoia o governo, publicou n'esta côrte, na vespera da eleição, a noticia de que estava lavrado o decreto creando a alfandega de Pelotas; se o ministro tivesse escrupulos, e não quizesse que se pensasse que elle tinha conhecimento da trica, teria expedido telegrammas para o Rio Grande contestando a noticia, e teria feito desmentir o officioso noticiarista no dia seguinte, no *Diario Official*.

Note-se que não pomos em duvida a declaração cathorica que fez a redacção do *Diario do Brazil* de que a noticia fôra publicada por um *reporter*, sem conhecimento de quem podia responsabilisar-se por ella; essa resposta, dada depois da eleição, já não podia influir no resultado d'esta.

Simultaneamente com a noticia da folha liberal da côrte, publicavam os jornaes do Rio Grande, affeioados ao Sr. ministro do imperio, noticias identicas, e houve mesmo em Pelotas, na vespera da eleição, passeata e regosijo pela creação da alfandega, que é o sonho dourado do commercio d'essa cidade.

Mesmo suppondo que o Sr. Maciel seja estranho a todos esses manejos, a sua responsabilidade ainda é grande porque assistiu a elles e não fez a contra manobra que lhe indicaria o mais elementar dos escrupulos.

Agora, venha ou não o decreto, o caracter do joven ministro apresentará sempre esta falha.

Se a mesa de rendas fôr alfandegada, o Sr. conselheiro Maciel terá simplesmente pago o preço que os eleitores lhe impuzeram pelos seus votos; se o não for, o Sr. Maciel terá

feito um jogo, em que é S. Ex. o unico a ganhar, deixando logrados todos os parceiros.

E nos sabbados, quando S. Ex. fôr a S. Christovão, não mais poderá fallar com a hombridade do portador do pedido de credito para o Congresso de Instrucção, tão agradavel ao imperial sabio; porque este, olhando, sorrindo, ou desenhando bonecos e garatujas durante a conferencia, lembrará sempre ao ministro a alfandega de Pelotas, que o nivela com tantos outros que ao menos foram sempre coherentes no erro.

E é talvez por achar-se n'essa falsa posição, de peccador confesso, que o Sr. Maciel não consegue fazer o que fez o seu collegá da agricultura com a accumulacão de empregos.

Não bebemos os ares por essa medida que, com as melhores intenções d'este mundo, adoptou o Sr. conselheiro Penna.

A questão é muito complexa para ser assim resolvida como mero expediente de secretaria. A primeira impressão que causa é a estranhesa. O ministro prohibe a accumulacão de empregos; mas a culpa principal d'essas accumulacões não recahe sobre os funcçionarios que as aproveitam, mas sim sobre os ministros que os nomeiam.

O ministro, pois, dando essa ordem, dá uma ordem a si mesmo, porque só elle póde executar a; d'onde se póde tirar a conclusão de que é tal entre nós a força do patronato e do empenho, que o ministro precisa forjar escudos a que se abrigue para resistir-lhes.

Além da estranhesa que causa, essa resolução inspira outros reparos. A prohibição de accumulacão de empregos não é medida para ser tomada por uma repartição; se é justa e conveniente, deve ser geral, e vigorar tanto em relação aos funcçionarios do ministerio da agricultura como aos de todas as outras repartições do governo.

Ha, além d'isso, casos em que a accumulacão, longe de ser inconveniente, póde acarretar vantagens, e esses casos não foram discriminados. Para não ir mais longe, tomaremos exemplo no magisterio.

Não ha senão vantagens a colher do facto de poder o lente de um estabelecimento de instrucção, que só é obrigado a dedicar ao seu trabalho umas tantas horas por semana, ensinar a mesma materia em outro estabelecimento; pelo contrario, esse duplo exercicio dar-lhe-ha occasião de mais

facil e rapidamente aperfeiçoar-se, sem contar que os alumnos de cada um d'esses estabelecimentos podem utilizar simultaneamente o ensino em ambos.

O que se dá com duas cadeiras da mesma materia, regidas pelo mesmo professor em dois estabelecimentos, póde dar-se com alguns outros empregos. Supponhamos o caso de um professor de botanica ser nomeado director de um estabelecimento horticolo; o de um professor de chimica que accumula as suas funcções com as de perito em um laboratorio de investigações praticas; o de um professor de astronomia empregado em um observatorio; o de um professor de anatomia na escola de medicina que o seja tambem na academia de bellas artes, e tantos outros.

Bem sabemos que, a fazer-se restricções d'estas, não faltará quem as sophisme, e o ministro ficará em embarços para livrar-se da turbamulta de pretendentes; mas não é menos exacto que, todas as vezes que nas cadeiras do governo se sentarem homens dispostos a fazer favores e attender a pedidos, não ha lei que lhes ponha embargos, e tanto faz prohibir accumulações como decretal-as.

O Sr. Maciel, por exemplo, póde estar certo de que perderá o seu tempo, se tentar evitar uma accumulção que se dá aqui na cõrte, aos olhos do governo. O mesmo funcionario publico é, a um tempo, lente de clinica cirurgica e director da faculdade de medicina. Quando nos demonstrarem que ha n'essa accumulção todas as vantagens, tanto para o ensino da clinica, como para a direcção da escola, o que duvidamos que alguem possa fazer, ainda poderemos apontar esta desvantagem: O director é o fiscal de todos os professores; é elle que os póde advertir, se se desviarem do restricto cumprimento de seus deveres. Pois bem, todos os lentes da faculdade de medicina da cõrte têm seus actos fiscalizados pelo director, todos, menos um, o da primeira cadeira de clinica cirurgica, porque esse é o proprio director, fiscal de si mesmo.

Se é verdade o que se diz que o Sr. Maciel tambem pretende prohibir accumulações de empregos no seu ministerio, veja S. Ex. se é capaz de arcar com este caso, e resolvel-o legalmente.

Trata-se de um medico do Paço, e o caso da eleição com o adubo da alfandega de Pelotas ainda está muito recente, para que posa fallar alto aos sabbados, em S. Christovão, o ministro que se tornou cumplice d'essa transacção.

E quando a esta se seguirem outras excepções de igual jaez, estará burlada a louvavel intenção do Sr. conselheiro Affonso Penna, e para o caso das accumulacões, como para todos os outros, a lei que continuará a vigorar será, como sempre tem sido, a mesma que até aqui tem dictado o empenho e o filhotismo.

8 de Outubro

SUMMARIO.--A Junta de Hygiene. Reforma d'esse serviço.—A nossa reputação na Europa.—Os diplomatas.

Está o ministerio todo a jogar a cabra-céga com a questão das accumulações de empregos. O primeiro que amarrou o lenço nos olhos, foi o Sr. conselheiro Penna, e decretou em absoluto para os empregados da repartição a seu cargo. Veiu depois a vez do Sr. Maciel, que deixou levantada uma pontinha do lenço, do lado do olho direito, prevendo umas excepções justas, e outra do lado do olho esquerdo, para o que dér e vier.

Acreditamos, porém, que tudo isto é tempo perdido. Estes decretos, que os Srs. ministros estão lavrando, visam os proprios ministros. São elles os unicos que têm de cumprir-os, e, abrigando-se a essa formalidade, confessam que não têm força para impedir que o patronato accumule proventos para afilhados.

A experiencia, porém, auctorisá-nos a dizer que, lavrados os decretos, conhecidas, estudadas, interpretadas e esticadas as excepções, alguns dos actuaes accumuladores serão dispensados de um ou outro emprego; muitos outros passarão pelas malhas; e d'aqui a pouco tempo as cousas estarão no mesmo estado, se não tiverem caminhado para peor.

Não ha decreto que eduque, não ha decreto que reforme vicios e costumes adquiridos, e a luta que o ministerio quer travar contra esses inimigos, não é de resultado duvidoso:—o ministerio será derrotado.

Que não ha razão que valha contra a influencia da po-

litica pequena de freguezia, prova-o o facto que acaba de dar-se com a Junta de Hygiene.

Essa corporação, a que o governo devia dar todo o prestigio, foi desautorada pelo Sr. ministro do imperio, que quiz cercar-lhe o unico direito de que ella dispunha—o direito de enunciar a sua opinião.

Foi o caso, que o presidente da Bahia dispensou dos seus encargos os vaccinadores, justamente quando a variola está fazendo estragos em todas as provincias, estragos que a falla do throno reconheceu, referindo-se a elles, e acrescentando que o governo tomára providencias para se lhes oppor.

O presidente da Bahia é um homem illustrado, e o seu acto só tem explicação na interferencia da pequenina paixão politica local, que avassalla tudo, e faz com que os homens mais serios fechem os olhos a todas as considerações.

A Junta de Hygiene entendeu que era do seu dever protestar contra esse acto, por isso que, por sua organização viciosa e deficiente, a sua missão tem-se limitado até aqui a lembrar medidas que o governo não adopta, e a protestar contra abusos que as auctoridades commettem.

Dependendo sempre do ministerio do imperio, da camara municipal e da policia; sem pessoal sufficiente e remunerado de um modo decente; sem meios de acção, sem autonomia, sem prestigio; vendo a cada momento desattendidas as suas reclamações; vendo proteladas as medidas que apontava como urgentes, porque a ellas se oppunham interesses particulares; a Junta de Hygiene tinha aos olhos da população a responsabilidade do nosso máu estado sanitario, e no emtanto era apenas o bóde expiatorio das faltas alheias.

Não diremos que os membros da junta sacrificavam-se pelo bem publico, e que os seus serviços iam além do que é dado esperar de forças humanas; o que é facto, porém, é que com a sua organização, a junta pouco mais podia fazer do que fazia, isto é, escrever officios.

Ainda assim, ha pouco conseguiu ella prestar um bom serviço, obtendo a prohibição de venda de drogas estrangeiras falsificadas.

Estava, pois, a junta dentro do terreno das suas acanhadas attribuições, lembrando ao governo que o acto do Sr. presidente da provincia da Bahia podia ser prejudicial á saude publica; mas não o entendeu assim o Sr. ministro do imperio, que respondeu á junta como quem sabe que aos

seus membros é indifferente que haja ou não uma alfandega em Pelotas.

O resultado foi a demissão collectiva d'esses funcçionarios, que naturalmente estavam habituados a pregar no deserto, mas não quizeram habituar-se agora a que ainda por cima os maltratam.

Tem, pois, o Sr. ministro do imperio de mudar o pessoal da Junta de Hygiene; e se não quer que o seu acto vá figurar na longa lista dos disparates em que se comprazem os adeptos da maxima — *o poder é o poder* — aproveite a occasião para reformar ao mesmo tempo a junta.

Dir-se-ha que aconselhamos ao governo uma irregularidade, e que este naturalmente não quererá fazer agora, durante as ferias parlamentares, o que se esqueceu de fazer emquanto as camara funcçionaram.

Compreende-se que, para commetter irregularidades, nem o governo precisa, nem espera pelos conselhos de quem quer que seja, á excepção dos que lhe fornece a advocacia administrativa; e assim como não hesita em abrir largos caminhos pelo arbitrio, quando se trata de servir afilhados ou satisfazer eleitores, não é muito que, uma vez por acaso, pratique, a bem do serviço publico, um acto que não seja pautado pelas strictas normas das instituições que felizmente nos regem.

Reforme o Sr. ministro do imperio a Junta de Hygiene, pois que está certo que a camara approvará o seo acto, quer seja a reforma boa ou má, com a mesma facilidade com que ha de approvar a eleição de S. Ex., por Pelotas.

A questão hygienica é capital para o nosso paiz; toda a gente, menos o governo, está convencida d'esta verdade.

Na Europa, o Brazil é o Rio de Janeiro, e a febre amarella, que periodicamente dizima a população d'esta cidade, afugenta a immigração de todo o paiz. Dois meios tem o governo á sua disposição para luctar contra esse descredito em que temos cahido: sanear a capital do imperio, e, emquanto o não consegue, provar que, por ora, felizmente, a febre amarella ainda não quiz visitar as provincias, sendo que em algumas d'ellas não ha as condições materiaes necessarias para o desenvolvimento da molestia.

Convém dizer, em abono do criterio de quantos governos temos tido, desde que a febre amarella nos visitou pela primeira vez, que ainda nenhum pensou em fazer nem uma nem outra cousa.

O Rio de Janeiro continúa a ter cortiços immundos; um deploravel systema de esgotos; duas medidas que tinham sido postas em pratica, com excellent resultado, em annos anteriores, foram abandonadas este anno—a internação dos recém-chegados, e a suspensão dos trabalhos nas ruas que exigem o revolvimento do sólo; não se cuida de estabelecer hospitaes em que sejam isolados os doentes de molestias contagiosas e infecciosas; não se cuida de fiscalisar a alimentação publica; não ha fiscalisação nas pharmacias, de modo que a vida do doente depende muitas vezes da honestidade do pharmaceutico; a policia é insufficiente para o serviço que mais directamente lhe compete, e no entanto é á policia que incumbe parte do serviço hygienico; a camara municipal tem um pessoal recrutado exclusivamente entre agentes eleitoraes, e que é todo mudado de um momento para outro, conforme predomina na camara um ou outro grupo de vereadores, e no entanto á camara municipal incumbe uma parte do serviço de hygiene.

E o resultado de tudo isto bem o sabe o governo. Em todos os paizes da Europa, á excepção de uma ou outra pessoa que, pela sua illustração, ou pela posição que occupa, tem algumas noções do que vai pelo Brazil, a grande massa da população tem do Brazil umas idéas muito vagas, entre as quaes predominam as seguintes: o Brazil é um paiz immenso, e immensamente rico; tem a felicidade de possuir o monarcha mais sabio do mundo... e tem a febre amarella. Alguns eruditos accrescentam que no Rio de Janeiro andam serpentes pelas ruas, e que de vez em quando um tigre ou uma onça embarafusta por uma casa a dentro.

Ora, esta opinião é a que conhecem os que não cabem no velho mundo, e que olham para a America com a esperanza de melhorar de sorte.

Quanto aos governos estrangeiros, que podem favorecer ou impedir a emigração, facilitando a propaganda em favor do Brazil ou contraminando-a, é facil de ver quaes devem ser as suas disposições.

Ha poucos dias, esta folha publicou um documentõ official, firmado pelo honrado Sr. de Bacourt, encarregado de negocios de França. Esse cavalheiro, no cumprimento de seu dever, informou o seu governo que a febre amarella faz aqui estragos consideraveis, e que os melhoramentos estão por ora em promessa. A prova da isenção com que procede o digno diplomata, está na circumstancia de deixar elle

bem claro no seu officio, que essa molestia reina unicamente no Rio de Janeiro, mas que o Brazil continúa a ser um paiz habitavel. No entanto—veja o governo—as informações prestadas n'essa nota chegaram a uma instituição scientifica ampliadas por um relator, que aqui esteve ha quarenta e dous annos, e que entendeu revelar grande conhecimento das nossas cousas, dizendo que esta capital é hoje o que era n'essa época.

As informações do Sr. de Bacourt são conhecidas; pode-se suppor que as de seus collegas do corpo diplomatico não nos sejam mais favoraveis, se é que entre elles não ha algum mais acrimonioso, e que pinte o quadro de um modo mais sombrio.

O que poderão, por exemplo, dizer, em consciencia, aos seus governos, os representantes de Portugal e da Italia? Se algum d'elles já uma vez penetrou em um cortiço; se já viu n'um mesmo quarto tantos homens quantos podem materialmente caber n'elle; se soube que elles ahi dormem fechandô a unica porta por onde podia entrar ar e luz, e que o fazem com a roupa que trouxeram do trabalho; se viu que esse quarto é ligado a dezenas de outros nas mesmas condições, e que dão sobre um pateo immundo; se viu que elles compram generos deteriorados, e que não estão ao abrigo da falsificação de medicamentos quando adoecem; o que pôdem esses funcionarios, por espirito de patriotismo, por espirito de humanidade, em nome do seu dever de representantes dos seus governos, dizer a estes, senão que aqui nada se faz, a nada se attende para cultivar esta planta exotica—o colono—que é o nosso futuro e a nossa vida?

Ora, quando o representante da Italia manda dizer isto ao seu governo, a esse mesmo governo que foi ultimamente obrigado a fallar asperamente ao nosso, em uma questão que entenda com os interesses perticulares de um seu compatriota, questão que o nosso governo ainda assim não decidiu; o que pôde razoavelmente fazer o governo italiano? Naturalmente o que já tem feito, antes de ter tanta razão: oppôr-se por todos os meios a que os italianos emigrem para o Brazil.

De que provem a emigração portugueza em tão larga escala para os Estados Unidos, para as Antilhas, para a Australia? Pois no Brazil elles achariam a mesma lingua, a mesma religião, quasi os mesmos habitos, amigos, parentes, e preferem entras terras a que fallecem todas essas

condições! Porque? Justamente porque conhecem a miudo as cartas tarjadas de preto, que os aterram e os fazem voltar os olhos para climas menos inhospitos.

E como se isto não bastasse, como se não fosse bastante a febre amarella, e mais que a febre amarella a inercia com que os deixamos abater por ella, a ponto de esconder que o Brazil é realmente um paiz que promette ao immigrante um futuro risonho; como se não bastasse este descredito em que temos cahido; ainda o governo descura as occasiões de mostrar que somos um paiz rico e grandemente productor.

Haja vista as duas recentes exposições de Berlim e Amsterdam, que tanto bem nos fizeram, bem que não teriamos aproveitado, se a iniciativa particular não tivesse reagido contra a inercia e a incapacidade dos governos.

Preste, pois, o Sr. Maciel este serviço ao paiz, aproveitando o ensejo da reforma do pessoal da Junta de Hygiene, para reformar tambem esta repartição. Dê os logares a profissionaes de competencia provada, e dê-lhes meios de acção; liberte-os das contingencias da tutela da policia e da camara, que têm provado não ter a capacidade precisa para tutelar a quem quer que seja; liberte-nos a nós d'esta pécha de paiz inhabitavel, que nos arruina os creditos, e que nos póde levar mais longe do que supomos.

15 de Outubro

SUMMARY.—Tong-Kong-Sing. — Quem deseja a immigração chinesa.—O escravo, o chim, o europeu.—A concorrência.—Os Estados-Unidos.—O Imperador.

Diz-se que o illustre filho do Celeste Imperio, Tong-Kong-Sing, veio ao Brazil com a intenção de ver por si que condições de vida aguardam os seus compatriotas, que se pretende importar para o serviço da nossa lavoura.

Que S. Ex. veja bem, é o que desejamos sinceramente, todos quantos com igual sinceridade desejamos que não cheguem a executar-se os planos de introdução de chins no nosso paiz.

Uma das primeiras cousas que o nosso digno hospede deve ver, é que é muito limitado o numero dos que desejam a immigração chinesa. Entre esses encontrará S. Ex.: 1º os que pretendem fazer uma industria productiva com a introdução d'esses e de outros colonos, e que dão preferencia a esses, por lhes parecer mais facil e mais barato obtel-os e *cedel-os* aos lavradores; 2º os poucos industriaes que acreditam que o trabalho escravo é o mais remunerador, que vêm que a escravidão não póde manter-se no paiz com o africano, e que acreditam que a podem prolongar, com pequenas modificações, importando o chim; 3º, os igualmente raros que acreditam que a grande lavoura póde perpetuar-se no paiz, e que é esse regimen que nos ha de manter a fortuna.

Fóra d'estes grupos, S. Ex. encontrará a mais decidida opposição a taes immigrantes.

O Brazil é um paiz novo e precisa de trabalhadores; mas não precisa só do braço do trabalhador, precisa de toda a sua vida. Precisa de homens que cultivem terreno seu, que façam a sua casa, que constituam familia brazileira.

Nós precisamos da população laboriosa da Europa, que não encontra no velho mundo emprego bastante remunerador para a sua actividade.

Lá, onde a terra tem valor, o pobre não vê onde assentar a sua independencia; sorri-lhe ao longe a terra fertil e inexplorada da America, onde elle, o ultimo, o desclassificado em seu paiz, pôde, pelo seu braço, pelo seu trabalho, cavar no solo virgem o direito de ser alguém.

Esse, desejamos todos nós; mas esse não vem, porque ha aqui a grande lavoura é o escravo. O movimento contra a grande lavoura, como fonte unica de producção, está começado pelos engenhos centraes; o movimento contra o escravo vai muito adiantado com a propaganda abolicionista, que entrou victoriosa por todas as intelligencias e por todos os corações que o interesse não obceca.

Introduzir o chim já não prejudica a guerra contra a escravidão; mas prejudica o desenvolvimento da pequena lavoura.

O chim arreda o europeu, que povoa, que contribue para constituir a nação.

Vá o illustre viajante ás fazendas do interior; não visite só as principaes, os estabelecimentos modelos, em que a intelligencia dos proprietarios tem introduzido a machina que substitue o braço, em que a bondade de alguns senhores tem tornado quasi toleravel a sorte do escravo, tratado e poupado como um elemento de vida para a familia.

Vá aos logares em que o dono da casa, ausente quasi sempre, é substituido pelo administrador brutal. Veja como ahí campeia a velha rotina, e que misera sorte é a dos que lá trabalham. Leia nos jornaes a narração do que se faz ainda com os filhos dos africanos, arrancados á força dos sertões nataes.

O chim virá occupar os vacuos que a emancipação vai abrindo. Os esclavagistas dizem que o preto liberto não volta ao trabalho, e vai ser ladrão de estrada, assassino, vai viver a vida errante do bosque. A verdade é que o preto fugirá á casa em que foi maltratado; em que viu rasgar as carnes de seus filhos, e onde o separaram de sua mãe. O preto terá horror áquella terra ingrata, sobre a qual passou, vergado

ao peso de um labor sem treguas, os melhores annos de sua vida, sem que ella lhe dêsse nada a elle, que assim não lhe póde querer bem.

O preto irá talvez para o bosque, porque o povoado affigura-se-lhe medonho. E' no povoado que está o senhor; é no povoado que está o capataz; é no povoado que está a cadeia. E o preto nada mais conhece. Para elle, o mundo, a civilisação, é isto. Ninguem lhe mostrou a escola; não se lhe deu a casa; não se lhe deu a familia; não se lhe respeitou o amor.

A filha d'elle esteve sempre fóra da lei, que fechou os olhos quando a desrespeitaram. E então para o preto, o assassinato, o roubo, são uma represalia, são a lucta instinctiva pela vida.

Ninguem lhes mostrou que em um canto de terra vive um homem; ninguem lhes fez ver o que é o trabalho em commum; não se lhes explicou a parceria, a colonia, a possibilidade de possuir uma casa. Elles, que estiveram sempre fóra da lei, consideram-se tambem fóra das condições geraes da humanidade. Para elles só ha duas sortes: resignar-se a soffrer, ou reagir pelo mal.

O chim encontrará estes elementos. O lavrador fará a conta do salario que paga, elle que nunca pagou salario, e comparará as suas rendas com as que tinha explorando escravos.

E na melhor das hypotheses, como é difficil que o grande lavrador possa supportar este regimen do salario, mesmo do pequeno salario que pede o chim, ao fim de algum tempo estabelecer-se-ha a lucta entre o lavrador e o colono, porque aquelle quererá obter mais trabalho e pagar salario menor. De modo que os mesmos que hoje desejam o chim, não o quererão mais.

E o chim, por sua parte, que não quer ficar no Brazil, que não quer fazer aqui casa e familia, quando ficar sem contracto com o grande lavrador, não poderá appellar para a pequena lavoura, em que se não fórma promptamente o desejado peculio para voltar para a terra natal.

E o chim refluirá então para a capital, a exercer as pequenas industrias em que é habil, em que ninguem corre com elle pela modicidade de preço, e reforçará os batalhões que atulham os cortiços, e será lenha para o fogo das molestias que nos consomem.

Só então, quando a lavoura os não quizer, e quando

todas as pequenas industrias forem absorvidas por elles, que as explorarão por camadas, cedendo os que têm peculio o seu logar aos recém-chegados, é que se comprehenderá que essa gente nada deixa no paiz, nem filhos, nem fortuna, e que tapa todos os logares onde se poderiam accomodar outros homens, que se adaptariam melhor aos nossos costumes, que se afeiçoariam mais á nossa terra, que trabalhariam comnosco para o engrandecimento do paiz.

E faremos então o que fazem hoje os Estados-Unidos, que empregam para rechacal-os mais esforço do que aquelle que nós empregamos para os haver.

O digno mandarim foi naturalmente ao paço complimentar o monarcha. O Imperador é um homem sensato, e é um brasileiro; não póde ver com bons olhos esta propaganda chinesa. O Imperador é um leal, e não póde ter dito ao illustre hospede cousas que disfarcem o seu pensamento intimo sobre este novo trafico que se intenta fazer.

O Imperador ainda não ousou arcar com o problema da escravidão africana, mas bem se vê que deseja vel-a resolvida. A responsabilidade do Imperador é grande. E' o chefe do governo de um paiz independente, mas que tem escravos — o que importa dizer que o Brazil libertou-se da metropole, mas ainda não conseguiu libertar-se de si mesmo.

No seu reinado terminou o trafico, primeiro de direito, muitos annos depois de facto.

Tão difficil foi esta obra — que parecia imposta pela razão, pela justiça, pelos mais elementares sentimentos de humanidade — que ainda ha quem discuta a applicação d'essa lei. Foi prohibida a importação e reprimida por todos os modos; mas ainda assim continuou. Hoje, apresenta-se a prova material do facto, levanta-se esse espectro de frente da lei, e ha um ministro liberal que responde que é preciso respeitar a independencia do poder judiciario. Esta theoria da independencia do poder judiciario, que serve conforme as occasiões, ora para deixar africanos livres na escravidão, ora para libertar banqueiros que incorreram em fraude, póde vir a aproveitar aos subditos do Celeste Imperio, que o nosso illustre hospede, pretende introduzir n'este paiz de legistas.

Mas voltemos ao Imperador. O Imperador sabe que tem tido, tem e terá inimigos; mas tambem sabe que, se em sua vida, chegar o dia em que elle liquide para sempre esta questão dos escravos, bem póde depois a critica mais

implacavel da historia attribuir-lhe os mais graves erros politicos:—basta esse facto para erguer o seu nome de um modo que nunca mais se apagará.

Ora, o Imperador vê bem que libertar o africano e importar o chim, é tomar para si o inglorio papel de Sisypho, que nunca conseguiu levar a pedra fatal ao alto da montanha.

O Imperador, que é um homem leal, embora a sua posição lhe imponha reservas, não póde ter dito ao illustre viajante palavras que o levem a crer que o Brazil suspira pelos chins. Ora,— e é isso que nós devemos dizer ao hospede que quer saber o que é o nosso paiz,— no Brazil aquillo com que o Imperador não sympathisa, não medra.

O Imperador não se oppõe abertamente á immigração chinesa; mas ha razões para suppor que elle a não deseja. Emquanto fôr possível, o Imperador manifestará pouca vontade; depois, revelará desagrado; e, por fim fará guerra aberta. E as columnas vertebraes dos nossos homens de estado têm uma flexibilidade espantosa.

E', pois, conveniente ter cautela. E' necessario vêr, quando visitar o paiz, a senzala, a enfermaria, o tronco, o feitor, o enfermo, a mucama, o velho, o cemiterio particular, a ama de leite.

E' preciso contar com a animadversão que os poucos colonos que temos não deixarão de sentir contra os chins, que lhes farão uma concurrencia irresistivel; e a que terão de revelar tambem o milhão e meio de escravos que ha hoje, e que serão amanhã um milhão e meio de homens livres, á procura de trabalho.

E' preciso não esquecer que, para esse milhão e meio de homens livres, a providencia dos nossos homens fará leis especiaes, e que, dado o respeito que o poder executivo tem pelo judiciario, não é difficil que essas leis se estendam aos chins.

E' bom ver que um conflicto nos sertões póde começar, desenvolver-se e terminar, sem que revelem o segredo d'elle as suas unicas testemunhas — o bosque e a cachoeira.

A nós, que desejamos de coração não soffrer dos chins o que soffremos dos africanos, em paga do que lhes temos feito soffrer, parece de bom agouro a vinda ao Brazil do illustre mandarim, e do digno cidadão dos Estados-Unidos que o acompanha.

Quando elles tiverem lido no livro aberto da nossa na-

tureza a palavra das nossas necessidades, comprehenderão que não é o chim que nos convém, porque o chim não nos traz uma civilisação, nem um sangue mais forte que o nosso, nem melhores costumes, e principalmente porque o chim não fica, porque o Brazil será para o chim como uma mesa redonda, a que se come uma vez á pressa, em viagem, e onde de ordinario se é roubado.

22 de Outubro

SUMMARIO.—O Centro da Lavoura e do Commercio. O Lyceu de Artes e Officios. A Associação Protectora da Infancia Desamparada. Os orphãos. O padre politico. A Liga do Ensino e a Sociedade de Immi-gração.

Se as apparencias não illudem sempre, dir-se-hia que se opera na opinião um movimento salutar. São symptomas animadores a Liga do Ensino, a Sociedade Brasileira de Immi-gração, e a sociedade formada pelos professores parti-culares.

Essas tres aggregações de homens de boa vontade, pa-cíficos revolucionarios, que tomam aos hombros os encar-gos que os governos reputam pesados demais, serão prova-velmente a fonte de grandes bens para o paiz.

Em outra esphera de acção, já outras associações têm demonstrado quanto póde e quanto faz a iniciativa parti-cular, que emprega efficazmente em trabalhar por conta propria o esforço que perderia, e que durante muito tempo perdeu, em clamar pelos poderes publicos, que as mais das vezes não têm tempo para ouvir. Está presente no espirito de todos o que tem conseguido o Centro da Lavoura e do Commercio, e se na lucta as victorias alcançadas servem de estímulo, não é difficil prever quanto póde ainda conseguir essa benemerita associação.

Girando em um campo ainda menos vasto, tem dado provas de sorprehendente vitalidade o Lyceu de Artes e Officios, creado, desenvolvido quasi exclusivamente pela tenacidade de um homem; o Lyceu Litterario Portuguez, e tantos outros estabelecimentos de ensino gratuito mantidos

por particulares, que difundem a instrução por todas as classes e prestam os mais relevantes serviços.

Sentimos que nos não inspire igual confiança a Associação Protectora da Infancia Desamparada. Ainda não ha razões para contestar a efficacia dos serviços que ella se propõe a prestar, mas tudo leva a crer que as sociedades que mencionámos no principio d'este artigo, longe de poderem contar com esta ao seu lado, terão um dia de insurgir-se contra ella, e accrescentar á sua espinhosa tarefa a missão ingrata de contraminar o trabalho dos taes protectores de infelizes.

E no entanto, se alguma cousa chama a attenção dos philantropos, é a sorte das creanças n'esta terra.

O que temos nós para amparal-as? A casa dos expostos, poucos asylos, e os arsenaes. N'aquellas dominam o padre e a irmã de caridade, n'estas o regimen militar. Mas esses ainda são os felizes; ha peor do que isso: ha o ingenuo, que o governo prometeu acolher e não acolhe, e que é um escravo ignorante, abandonado á sua má sorte. Não ha um methodo, um systema para resguardar a vida, o espirito, o coração das creanças que não têm pai, ou que têm máus pais, e que muitas vezes é peor.

Um bello dia, um juiz de orphãos toma-se de amores pela sorte de alguns abandonados, e manda-os para as fazendas, onde ninguem mais lhes fiscalisa a existencia. Se alguns têm a fortuna de cahir em uma boa casa, muitos outros vão engrossar os eitos, o que é tanto mais doloroso, quanto para alguns d'esses talvez já tenham sorrido dias felizes.

A Sociedade Protectora da Infancia Desamparada tem pois um vasto campo de acção; mas quaes serão os seus meios?

Sabe-se que a França comprehendeu, não já sem tempo, que um elemento máu conspirava contra a ordem de cousas que conseguiu libertal-a da divida e dos estragos da guerra com o militarismo absorvente do Sr. de Bismarck. Esse elemento máu leval-a-hia de novo aos regimens corruptores que provocaram tal guerra desastrosa, e acabariam por destruir a republica que se tem imposto á admiração de toda a Europa monarchica, pelo criterio e patriotismo com que tem reconstruido o paiz.

Sem hesitar, com a serenidade e a segurança que dá a consciencia da acção boa, o governo francez foi ao padre e partiu-lhe as armas que elle trazia escondidas sob a batina.

Não confundamos os termos da questão: ha padre e padre. Ha o padre inoffensivo, que exerce o seu officio como exerceria qualquer outro, e que é ainda necessario para umas certas formalidades que não passaram de toda da moda: ha o padre util, que é o amigo dos fracos que o rodeiam, que tem palavras de consolação e conforto para uns tantos espiritos, que, não tendo a força, abrigam-se á crença; mas ha tambem o padre—homem politico, o pamphletario do pulpito, o propagandista do confissionario, soldado do Syllabus, irmão pedinte do dinheiro de S. Pedro, para quem todos os meios são bons, comtanto que se dê a Deus—ao Deus d'elles—não só o que é de Deus, mas tambem o que é de Cesar.

Foi a esse padre que a republica franceza, sem inquirir se praticava uma violencia ou uma arbitrariedade, porque estava certa de que praticava o bem, convidou o mais polidamente que poude, a que fosse fazer politica fóra das fronteiras de França.

Nos archivos dos tribunaes francezes figuram centenas e centenas de processos em que ficou provado que muitos d'esses padres, além do mal que faziam ao paiz com a sua politica, eram uns individuos simplesmente despreziveis, de uma moralidade negativa, cujos actos clamavam por uma nova edição do castigo do céu que incendiou Sodoma.

Pois bem: o nosso governo sabe d'isto; o nosso governo sabe que esses padres procuram sempre immiscuir-se na direcção dos paizes que habitam; o nosso governo sabe que esses padres têm, como principal campo de acção, o collegio.

Pergunte quem quizer ao governo, se conhece os padres que ultimamente têm chegado ao Brazil; se indagou se são os seus proprios nomes os que estão nos passaportes com que entraram, se é que elles trouxeram passaportes. Todos esses padres pertencem a congregações; quando mudam de paiz, quando mudam de cidade n'um mesmo paiz, e até quando mudam de estabelecimento em uma mesma cidade, mudam tambem de nome. Esse systema é tambem seguido pelas irmãs de caridade, filiadas como elles a congregações.

Pois esses padres e essas irmãs chegam aqui, e são dispensados de provas de capacidade profissional, e vão ensinar; ninguem inquire se são dos que foram expulsos porque faziam politica, ou dos que fugiram ás condemnações em que incorreram por pratica de actos immoraes; trazem o salvo-conducto da sotaina, têm entrada livre.

E' talvez a essa gente que vai ser entregue a educação da infancia desamparada. E' que são uns grandes educadores; um d'elles inventou um arithmometro muito engenhoso; ha alguns, infelizmente, que são homens de intelligencia superior, e portanto muito mais perigosos; têm asylos de instrucção profissional; fundar-se-ha com elles asylos agricolas, estabelecimentos de educação industrial, tudo, enfim, que possa fazer de um menino desamparado um sujeito capaz de ganhar a sua vida, e de ficar preso pela gratidão e pelo terror supersticioso ao padre que o educou.

Contra tudo isto terão de lutar as novas sociedades. A de immigração terá de lutar com o padre, porque onde o padre domina, não ha colono possivel: ha quando muito possibilidade de utilizar o braço-machina do chim.

Aqui, na côrte, o padre não medra. Em regra, o padre brasileiro não é fanatico; a igreja é frequentada nos dias de festa, por uns, porque o divertimento é barato, por outros, porque fazem figura nas irmandades. O confissionario não está bem nos nossos habitos; só o padre estrangeiro, notavelmente o capuchinho, o impõe aos seus devotos. Nós, que vivemos presos á igreja pelo registro de nascimento e de casamento, se não somos um povo de incredulos, tambem estamos longe de ser um povo de beatos.

Fóra da côrte, porém, o caso é diverso; e os asylos, ainda que sejam edificados em plena rua do Ouvidor, o que não é natural que aconteça, ficarão tão isolados do mundo como se estivessem em Matto-Grosso.

Um bello dia, quando a gente menos o pensar sahirão de lá, — a encontrar-se com as cohortes de Itú e com as que educam em Santa Rosa os Salesianos, e com as de colonos arregimentados pelos franciscanos que se estabeleceram em Petropolis, e com as discipulas das irmãs de caridade, — os discipulos dos expulsos e condemnados da França, replectos da scienciã contra a qual a principio se insurgiu o padre, mas que depois adoptou como uma arma, sciencia que é luzeiro para os que a cultivam por amor d'ella mesma, sciencia que é um facho incendiario para os que d'ella se servem como meio de realizar uma politica.

Dous exemplos formidaveis offerece hoje o mundo do que póde a sciencia applicada ao mal: o militarismo prussiano, e o ensino clerical.

D'aquelle estamos nós livres; este, porém, procura insinuar-se, entra aqui, como em toda a parte, com pés de lã, e se o grito de alarma contra elles se fizer esperar,

dentro em pouco cada um de nós terá junto de si um espião armado.

Durante este tempo o governo continuará a não cuidar de cousas minimas, ou, se a sua accção se fizer sentir, será para facilitar o ingresso aos padres, porque lá está para inspiral-o a fé bebida na fonte milagrosa de Lourdes.

Venham, pois, as associações, que, empregando a sua actividade em um certo sentido, sirvam de resistencia ao mal que nos ameaça.

Cumpra a sua missão a Liga do Ensino, e que se não aterrem com ella as familias que, libertas da praga da superstição, guardam as crenças puras de uma religião que não é a d'estes padres.

Ninguem quer destruir a poetica lenda do Crucificado; ninguem quer arrancar aos crentes esperanças consoladoras. O que se pretende é fazer da escola uma officina de trabalho,—onde o mestre fórma o espirito do alumno; para formar-lhe o coração ha as mãos.

A religião não é uma sciencia, não precisa de mestres; o homem que tem de ser medico, que tem de ser advogado, que tem de ser artista, que tem de ser operario, que tem de ser negociante, não precisa ser doutor em theologia; não precisa metter a religião na arithmetica, a religião no direito, a religião na arte.

No estado a que chegaram as cousas, se a religião ainda tem de sobrenadar a este mar revolto de invenções, e descobertas, e progressos scientificos, que reduziram os livros santos ao que realmente são, isto é, esplendidos poemas, o meio de salvação é justamente este: que venha a crença das mãis, que não discutem, mas que não impõem, que não analysam, mas tambem não torcem. Com o tempo, essa semente portar-se-ha conforme a natureza do terreno em que tiver cahido. e o preparo que n'elle tiver feito o mestre.

E' esta a differença essencial entre a escola leiga e a escola clerical. N'aquella o mestre não préga nem combate a religião; n'esta o padre faz convergir todos os conhecimentos humanos para um ponto unico: a superstição, a obediencia céga e passiva á vontade do superior ecclesiastico, que se diz ministro de Deus.

Cumpra tambem o seu mandato a Sociedade Brasileira de Imмиграção.

O Brazil teve uma torrente forte de povoadores: os africanos, arrancados violentamente aos seus sertões e es-

cravisados ha tres seculos. Agora, outra torrente o ameaça: o chim, *contractado* por uma companhia, que fará o novo trafico de casaca e luvas de pellica. O chim não virá no porão dos navios, e as suas revoltas pela fome não serão abafadas a saccos de cal, mesmo porque o chim não tem fome. Por vinte e cinco mil réis um homem d'esses é alimentado, desde a China até aqui, mais de um mez, e ainda d'ahi sahe o dinheiro para as despezas do vapor e os lucros da empreza.

Contra essa torrente terá de lutar a Sociedade de Imigração, que quer que os futuros brazileiros sejam filhos de uns homens que comem carne e bebem vinho, porque têm musculos e nervos, porque não são feitos de canja, como a horda amarella com que nos ameaçam uns tantos credores, que vão perdendo a fé na solvabilidade de seus devedores, e incluem na penhora o futuro do paiz.

SUMMARIO.—A policia.—O assassinato do redactor do *Corsario*.—O exercito.—A liberdade de imprensa.—A opinião do imperador.—O papel do governo.

Os dias succedem-se, mas não se parecem. Na ultima segunda-feira, esta secção foi escripta no tom tranquillo de quem se embala em esperanças; fez-se aqui referencia a uns tantos movimentos de iniciativa particular, promettedores de mais beneficios que os que de ordinario nos outorga a paternal bondade dos governos.

Um acontecimento da semana chama-nos forçosamente a attenção para outro lado, e não é para as auroras que temos hoje de olhar, porque o que se nos impõe, é a vasa que temos de revolver.

Ninguém póde contar com a solidez do terreno em que pisa. A lista do que ha de máu no Rio de Janeiro é longa, e os habitantes da capital do imperio do Brazil não têm a vida mais segura que a gente que mora nas proximidades do Vesuvio, nem a propriedade mais garantida que os viajantes em Hespanha, quando D. Carlos desembainha a espada de seus avós, em nome do direito divino.

O Rio de Janeiro tem casas mal construidas, recebendo ar e luz insufficientes, accumuladas em ruas estreitas; o seu systema de esgotos é pessimo, com galerias de paredes porosas, e sem agua que as lave; a alimentação publica, se não é detestavel, é que o não permite o acaso, porque quem quer, vende genero deteriorado e caro.

O habitante do Rio de Janeiro que não morre de mo-

lestia infecciosa, tem a vida encurtada pelas molestias de-pauperantes, proprias das más condições hygienicas em que vivemos.

Estes elementos persistem, porque não temos serviço de hygiene publica, e porque não temos municipalidade.

Isto quanto aos perigos que corremos de antecipar a morte natural. A morte violenta tem para cada um de nós a sua armadilha, sempre prompta a cada esquina. Nós temos o bond, que faz centenas de victimas, sem que ninguém o obrigue a usar rédes de segurança; não ha serviço marítimo de salvação, e se temos um corpo de bombeiros, que é um modelo de pericia, de dedicação, de coragem e de disciplina, é porque chegámos n'esse serviço a ultrapassar as raias do máu e do ridiculo, e o incendio era o modo mais commum de liquidação, a que recorriam banca-roteiros em apuros.

Finalmente, nós não temos policia, e o que é peor, não ha quem o não saiba. Toda a gente tem esta profunda convicção de que a policia do Rio de Janeiro é uma cousa de que não vale a pena fazer caso. Não ha nem sombra de respeito por esses homens que nada representam; toda a gente trata-os como a um particular qualquer; quando elles se acham em um conflicto, se são mais fortes, dão pancada, se são mais fracos, apanham, e eis tudo. Onde não ha desordem, elles a provocam, porque não tem nem tino, nem prudencia; onde a ha, elles a não acalmam, porque entram n'ella como individuos de character mais ou menos exaltado, sem terem a mais simples idéa de que representam um principio.

O governo tem reconhecido e proclamado por diversas vezes a inepecia e o desprestigio da policia, mandando-a recolher a quarteis em dias de festas populares. E' forçoso reconhecer que, em relação a tão desrespeitada corporação, é essa a unica cousa sensata que o governo tem feito.

Para se fazer uma idéa approximada do que é a policia, basta estudar o que se passou ha dias na rua do Lavradio.

A policia soube e viu que havia na rua grupos mal intencionados; tentou por meios suasorios, e não conseguiu dispersal-os; appellou para o governo, e nada obteve; quando deixou sahir o ameaçado, em companhia de um official, não teve a idéa, ou teve medo de mandar ao mesmo tempo vigiar os arredores; não tendo assim empregado

meios para evitar o crime, não os empregou também para punil-o. Do grupo armado nem um só individuo foi preso, nem reconhecido pela policia.

Meia hora depois, os curiosos juntaram-se em frente á repartição. A policia entendeu que devia dispersá-los, e dispersou-os com um grande aparato de força.

Impotente contra o grupo que não occultava as intenções que tinha, teve força contra os simples curiosos, que estavam alli a ver se aquillo era realmente a secretaria de policia da capital do imperio.

E' que do grupo sabia a policia que estava armado; e os curiosos naturalmente não tinham armas. E ahí está a nossa policia, corporação prudente, que gosta de saber em que se mette.

E com pouco mais faz-se o balanço do que é no Rio de Janeiro a vida do cidadão.

Entre as verbas principaes dos nossos haveres, figuram o papel-moeda e o escravo; nas nossas esperanças, avultam o padre, para açaimar o ensino, e o chim, para acabar de repellir o europeu, já escorraçado pela febre amarella, pelo escravo, e pelo latifundio.

E' isto o que temos para oppor a tudo o que não temos.

Tem-se ultimamente fallado muito no exercito.

O exercito foi desmedidamente insultado por um jornal e não repelliu o insulto.

Não o repelliu porque nem recorreu á lei—por peor que ella seja—para desafrontar-se, nem tomou a desforra pessoal, fazendo-se representar por um de seus membros, abertamente, expondo a sua vida, arriscando a sua posição e a sua carreira, dando ao diffamador a honra de uma morte decente, ou obrigando-o a fugir covardemente diante de um homem.

A lugubre scena da rua do Lavradio nada tem que vêr com o exercito. O exercito, que deve ser um elemento de ordem, não deve ir fazer a desordem ás portas da policia. O exercito, que é uma corporação baseada na disciplina, não aggride um homem que confiou na palavra de um official do exercito, que lhe garantia a vida. O exercito, que é uma corporação briosa, não delega um grupo numeroso de homens para atacar um homem só. Ha, finalmente, uma circumstancia que repelle absolutamente a interferencia do exercito no acto barbaro que commoveu profundamente a pacata e indifferente população d'esta cidade: é que esse

homem só, que vinha de pedir soccorro á policia, e que pouco depois, foi aggreddido por *um grupo de homens*, recebeu dez ou doze ferimentos *nas costas*—diz o auto de corpo de delicto—e accrescenta que, sobre o busto e tronco, *na parte anterior, não existia ferimento algum ou qualquer outro indicio de offensa physica.*

Teriamos, pois, de dizer que não pertencem ao exercito os aggressores, se os não accusasse o Sr. ex-chefe de policia. E S. Ex. accusou-os, quando mandou pedir providencias ao quartel-general. Accusou-os ainda S. Ex., tendo medo de empregar para os dispersar os mesmos urbanos de que, meia hora depois, se serviu para dispersar curiosos. A não ser esse o pensamento do Sr. ex-chefe de policia, a que foi chamado o Sr. capitão Avila? Se se tratava de fazer acompanhar Apulcho por um homem que representasse uma autoridade qualquer, não podia ser esse homem o tenente Lyrio, ou um dos Srs. delegados, ou um commandante de districto da guarda urbana? Porque um capitão do exercito?

Temos, pois, que o exercito, que se não desaffrontou do *Corsario*, porque os assassinos supprimiram o offensor, tem agora de justificar-se da suspeita que sobre elles faz recahir o procedimento do Sr. desembargador Belarmino.

Dissemos que o exercito não se desaffrontou do *Corsario*: mas como poderia elle desaffrontar-se, dados os nossos habitos, e dada a actual lei de imprensa?

Não está nos nossos costumes o duello; mas ainda que estivesse, e nos paizes em que está, ha leis para o duello, e ninguem se bate contra quem não procede lealmente. O duello não era possivel no caso. Restava ao exercito o desforço legal, o processo á imprensa.

A imprensa é livre no Brazil, livre até a licença, livre até a pouca vergonha, até a calunnia, a injuria, o desrespeito á familia, livre até o anonymo, que é a ultima palavra da covardia, livre até o *Corsario*.

E como a imprensa, apesar dos seus desmandos, apesar dos seus abusos, exerce uma tal ou qual influencia sobre o publico, os ataques repetidos embotam a sensibilidade, e sobre dez individuos offendidos, ha nove a quem a offensa não faz mossa. E assim se perde pouco a pouco o sentimento da propria dignidade.

Dos poucos a quem a offensa magôa, uns contentam-se com o prazer de chamar á responsabilidade o artigo e metter na cadeia o testa de ferro, ou mesmo perdoar-lhe.

Pela nossa parte, nós, jornalistas, já nos habituámos por tal fórma aos desmandos das publicações a pedido, que as aceitamos como a cousa mais natural d'este mundo, uma vez que a lei o permite.

Esta vida anomala dá logar aos mais estranhos incidentes. Com o habito de encontrar de ordinario em juizo um testa de ferro, ha quem chame artigos á responsabilidade só para poder usar da chapa, e dizer que, quando pensava encontrar um homem, encontrou como responsavel o desprezível Fulano de tal, muito conhecido nos tribunaes e na policia.

Aqui temos um exemplo. Um bello dia, foi chamado á responsabilidade um artigo de redacção, em que se accusava um subdelegado de ter esbofeteado um preso. Apresentou-se em juizo o redactor principal d'esta folha, assumindo plena responsabilidade do que escrevera; o subdelegado desistiu do processo, e por conseguinte da prova; a auctoridade superior não viu n'esse procedimento a confissão do erro, e o subdelegado continuou em exercicio. Ora, de duas, uma: ou o subdelegado deu bofetadas, ou não deu; no primeiro caso, devia ser punido; no segundo caso, devia ser punido o jornalista que o disse. Nada d'isso aconteceu, e até hoje ninguem póde affirmar de que lado está a verdade.

E' a esta instituição, firme em taes bases, que, segundo consta, S. M. o Imperador apoia com todo o prestigio e toda a força do seu — quero, posso, e mandô. Sua Magestade, apesar de toda a sua intelligencia, ainda não conseguiu vêr que a sua absoluta tolerancia só favorece os *Corsarios*, e québra o melhor do prestigio dos que querem usar de bem entendida liberdade.

Favorecendo os abusos, Sua Magestade preparou a scena de sangue que se passou ha dias na rua do Lavradio. A victima tinha levado ao ultimo extremo o insulto; não é para estranhar que a reacção reunisse todas as circumstancias capazes de lhe augmentarem a odiosidade. Muitos homens contra um só, ferindo-o pelas costas, não são muito mais odiosos que o ataque desbragado aos brios de uma classe, seguindo-se ás repetidas offensas até a senhoras. Eram taes as tempestades que a victima tinha desencadeado, que a muita gente o seu triste fim parece apenas uma reparação.

E, no entanto, essa mesma gente reconhece que o papel da policia n'essa occasião foi vergonhoso. E todos

confessam que tal policia é incapaz de garantir a vida de quem quer que seja.

Mas, d'este caso, ainda resultam outras responsabilidades. Sabe-se que o chefe de policia da côrte entende-se todas as semanas, directamente, com o Imperador, e envia-lhe todos os dias uma resenha do que aconteceu pela cidade. E' evidente que todos os chefes de policia têm dito ao Imperador que elles têm sido chefes de uma cousa que não existe, e que a policia nada faz, porque nada pôde fazer, porque não tem força, porque não tem prestigio. E, no entanto, a policia não tem tido reforma, e chegou a este ponto, de não pôder impedir que um homem, que a avisára e lhe pedia soccorro, fosse assassinado alli, a seus olhos.

Ainda mais. A poucos passos da policia estava o ministerio reunido em conferencia.

O governo alli foi diversas vezes consultado, e a prova de que nada fez de efficaz, é que o facto realisou-se.

São, pois, todos culpados: o Imperador, que não faz reformar a policia; o governo, que não lhe presta nem ao menos um auxilio de occasião; a policia, que nem luta para manter o seu prestigio.

E o melhor é que ninguem repelle a sua parte de responsabilidade. O chefe de policia foi demittido, porque assim o pediu, e a demissão, n'esse caso, não constitue uma pena, tanto mais quanto era sabido que o Sr. desembargador Belarmino já manifestara antes do facto a intenção de retirar-se. Temos, pois, que o governo, ou compartilha a responsabilidade da policia, ou pelo menos confessa e desculpa a impotencia d'esta para evitar o crime.

Depois d'estes factos, ser-nos-ha licito esperar que as cousas melhorem ?

Foi nomeado chefe de policia o Sr. desembargador Tito de Mattos, que já exerceu esse cargo. S. Ex. sabe como está organisada a nossa policia, e sabe que com os meios actuaes nada se pôde fazer.

O cargo naturalmente não o seduz, e é de crer que S. Ex. só o tenha aceitado como um sacrificio, e só se preste a desempenhal-o sob condições que o tornem possivel. Esperemos.

D'aqui até então, cuide cada um de si.

Quanto aos *Corsarios*, como é de crer que continue a amparal-os a sympathia imperial, tudo leva a suppor que continuarão na mesma.

E na mesma continuarão outras cousas mais. O inquerito, a que se mandou proceder, como de costume, será mais uma farça.

Ninguém sabe, ninguém viu, não ha prova. Os emissarios que o Sr. ex-chefe de policia mandou á rua com o fim de parlamentar, não conhecem os individuos com quem fallaram, e não os reconhecerão, se os tornarem a vêr. O Sr. capitão Avila provavelmente tambem não sabe, tambem não viu. Se ha por alli, pela visinhança, alguém que tenha visto, esse alguém, ou não será interrogado, ou, se o fôr, não quererá comprometter-se, e dirá que tambem não viu cousa alguma. O Sr. Dr. 2º promotor publico perdeu o seu tempo: não encontrará testemunhas na repartição da policia, porque alli só as ha para fazer assignar termos de bem viver.

E d'aqui a alguns dias o Sr. desembargador Belarmino voltará para a sua relação, ou entrará para outra melhor, e Sua Magestade o Imperador continuará a haver por bem que se não impeça a liberdade do insulto e da difamação. Isto até o dia em que Sua Magestade, ou alguém por si, se resolva a cahir no extremo contrario, e mande então amordaçar a verdadeira imprensa.

Não será isso para admirar, porque foi durante o seu reinado, n'este mesmo reinado que viu desabrochar e prosperar o *Corsario*, que a policia da capital do imperio mandou apedrejar a typographia da *Republica*.

5 de Novembro

SUMMARIO.—A loteria, a Caixa Economica, e o Monte de Soccorro.—Os Srs. desembargador Belarmino e capitão Avila.—A lei de imprensa.—A guarda nacional.—A deportação dos estrangeiros.

Escrever sobre as cousas politicas d'esta terra, é escrever sobre pequenas cousas. Faz-se a resenha das cogitações e dos actos dos governos, e quasi invariavelmente se verifica que, ou o governo não cuida, ou a sua preocupação vai a futilidades. De grande só se vê o mal.

O que vimos nós durante a semana que findou?

Vimos a loteria. A loteria é o roubo organizado pelo governo. Promettendo a meia duzia de individuos uma quantia consideravel em troca de uma pequena somma, o governo arranca duzentas mil vezes essa pequena somma a duzentos mil individuos. Faz a distribuição do premio promettido, paga as despezas, e reserva para si uma quantia que representa o terço de todo o dinheiro arrecadado.

N'este jogo enorme, que faz diminuir o numero de cadernetas da Caixa Economica, e crescer o numero de cauteias do Monte de Soccorro, quem mais ganha é justamente quem não joga, é o governo, que nada arrisca, a não ser a sua moralidade.

D'aquelle que, comendo menos, empenhando parte da roupa, deixando de pagar á venda e ao alfaiate, apenas pôde despende alguns mil réis, o governo paternal não se esquece, quando abre aos quatro ventos do impudor a sua banca: em troca de mil réis, trinta contos. Se um consegue apanhar esse premio, se o conseguem dez, ha dezenas de milhares de outros para quem a semana que se segue, o mez, talvez o anno, são a fome, o frio, o deleixo, e tudo

isso adubado com a semente do vicio que o governo plantou.

Em regra, o jogador corre atraz do seu dinheiro. Desilludido do premio grande, compra bilhetes para as loterias pequenas; rifa os moveis; vai ás casas de jogo; e em pouco tempo é um homem perdido o operario que foi tirar á Caixa Economica o que lhe sobrara, para responder ao convite seductor do governo.

Mas com estes recursos o governo faz face a algumas despezas, e pouco se lhe dá da moralidade do meio, desde que obtem com que resistir por algum tempo ao *deficit*.

Planos sensatos que restaurem definitivamente as finanças, ou que pelo menos preparem um futuro melhor, não ha esperar. Expedientes pequenos, um systema financeiro que consiste em arranjar o pão nosso de cada dia—eis o cumulo da sagacidade dos que têm em mãos o futuro economico do paiz.

Não ha muito, o ministerio Paranaguá contrahiu um emprestimo, que pretendeu arvorar em corôa de glorias para o iniciador; d'elle já nada existe, senão o seguinte:—foi o inicio de uma serie de operações de identica natureza!

Agora, contrahir-se-ha outro para pagamento de juros dos antigos, para fazer face a despezas; não se ouve, porém, fallar em um emprestimo, ou qualquer outro recurso financeiro, destinado a fazer uma despeza productiva, ou a extirpar o cancro do papel-moeda, ou a realisar a reduçãõ do alevantado juro das apolices.

Os emprestimos succedem-se, augmentando os encargos do thesouro, mas nem um d'elles deixa vantagens; todos contribuem para cavar mais e mais o abysmo.

Que mais vimos nós durante a semana que findou, além do desenfreado jogo loterico?

Vimos a policia, e um representante da primeira auctoridade militar n'esta côrte, discutindo a questãõ da parte de responsabilidade que cabe a cada um no acontecimento vergonhoso do dia 25.

O que resulta claramente d'essa discussãõ, d'esse jogo de empurra, em que cada um procura descarregar no outro a odiosidade que a alguém deve forçosamente caber, é que não ha mais negar que se commetteu erro grave n'esse dia, e que a auctoridade abateu o seu pavilhão, e confessou-se dominada pela violencia e incapaz de reagir contra ella.

Façam embora, para encobrir esta triste verdade, quantos inqueritos quizerem em segredo de justiça; mais alto que as conveniencias que dictaram tal procedimento, fallam espontaneamente os dous representantes da ordem que se degladiam na imprensa, não a patentearem a que ponto levaram o amparo legal que lhes era pedido, mas a darem as razões por que nada fizeram.

E a razão principal, allegada por ambas as partes, é esta: cada um confiou no criterio, na força, e no prestigio do outro, não porque visse estas qualidades tão manifestas que se lhe impuzessem ao respeito, mas porque essa confiança diminuia a responsabilidade propria.

O Sr. Dr. 2º promotor publico, que, em seu requerimento, quasi formulou uma accusação á repartição de policia, tem agora elementos para proceder, senão contra os auctores do attentado, pelo menos contra os que o facilitaram.

E a rigor, isto é muito mais importante. Fossem quaes fossem os braços que se armaram n'aquelle dia, é certo que uma paixão dominava aquelles homens. Sem desculpal-os, porque os condemnam pelo menos as circumstancias em que o caso se deu, não ha desconhecer que a tempestade que se amontoara era medonha, e que a reacção não podia deixar de corresponder-lhe.

Para proveito da sociedade, para bem do futuro, o que mais importa hoje, não é descobrir o individuo A, que deu a punhalada, nem o individuo B, que fez disparar o revólver. O que mais importa que fique assentado, é que a scena tragica do dia 25 foi preparada inconscientemente por quem tolerou os desmandos da imprensa pornographica; e que, como accessorio d'ella, accessorio tão importante como os machinismos principaes em uma magica, figura o desprestigio a que se tem deixado levar o principio da auctoridade.

E' a isto que convém dar remedio. Reclame a opinião publica, pelos meios legaes, uma lei de imprensa, que prive embora uma curiosidade imprevidente de certas informações indiscretas, mas que deixe em paz a honestidade das familias e o decoro dos cidadãos; por outro lado, clame tambem a opinião por uma organização policial, posta sobre taes bases, que o cidadão em perigo possa pensar na policia, a quem paga, contando com ella para o proteger, e não receiando mais d'ella que dos seus inimigos.

Se o Sr. Dr. 2º promotor publico nada mais puder provar em seu libello senão isto—que o criminoso do dia 25

foi a auctoridade, S. S. terá provado muito, e terá prestado o mais relevante serviço á sociedade, cuja defesa lhe foi confiada.

Se desviarmos os olhos d'estes dous espectaculos da semana—a loteria e o debate na imprensa, entre dous dos principaes personagens do drama do dia 25 do passado—o que mais vemos que denote vida?

Vemos o Sr. ministro da justiça, o primeiro responsavel pelo fraco procedimento da policia, o que a acobertou não a punindo, empregando todo o seu tempo no ridiculo trabalho de nomear officiaes para a guarda nacional.

Chega a ser indecente este afan de homens, que por serviços que se presume que têm prestado ao paiz, sobem ás mais altas posições officiaes, e que se occupam em dividir e subdividir corpos de um exercito que não existe, em remover, nomear e reformar officiaes de batalhões em que não ha soldados, provel-os de medico, de quartel-mestre, e de tudo o mais que sériamente se teria de fazer, se realmente se contasse com a guarda nacional para alguma cousa. N'esse mister têm empregado diversos ministros da justiça o seu tempo, com a seriedade e convicção com que um bando de crianças enfileira e arremonta soldados de chumbo.

Pergunte-se a um d'esses ministros se tem uma idéa sobre organização policial, se cuida de melhorar a sorte da magistratura, e de garantir-lhe a independencia, ou de qualquer outro ramo de serviço de sua repartição, e elle nada poderá dizer, porque a sua missão é dar uns titulos banaes a alguns milhares de parvos, que vivem a berrar que a lavoura precisa de braços e de dinheiro, mas que votam de preferencia, não em quem estuda as grandes questões de que depende o futuro do paiz, mas no sujeito bastante fútil para tapar-lhes a bocca chamando-os—coroneis.

Agora mesmo, nos factos recentes, temos uma prova de que não se cuida sériamente de dar remedio efficaz aos males que mais clamam por elle.

O actual chefe de policia, que já exerceu esse cargo, e conhece alguns dos elementos de desordem que ha aqui, como em todas as grandes cidades, cogita—dizem—em empregar medidas severas contra alguns desordeiros, e notavelmente contra os capoeiras.

Sabe-se que a nossa legislação é deficiente a esse respeito, e que a maior parte das vezes—seja em virtude d'essa deficiencia, seja pela fraqueza de homens influentes, que

entendem necessario inspirar sympathias a alguns d'esses individuos—os crimes que estes commettem, ficam impunes, ou então são passíveis de penas irrisorias, que não corrigem o criminoso, nem o desviam do máu caminho.

Querendo evitar a continuação d'este estado de cousas, diz-se que o Sr. Tito de Mattos vá pedir a deportação d'esses individuos.

Mas a deportação só póde ser applicada aos estrangeiros. E os nacionaes?

Que ha imprevidencia, prova-o o que se tem dado com os *caftens*. Ha annos foram deportados os primeiros; fez-se ver ao governo que a medida era incompleta, e que convinha estabelecer penalidade que alcançasse tambem os naturaes do paiz, não só porque alguns d'estes se entregavam ao infame commercio, mas porque essa excepção podia dar aos estrangeiros a idéa de se naturalisarem—como realmente alguns fizeram.

Pois, apezar de todas as reclamações, o governo nada fez n'esse sentido, e para reprimir o commercio a que se dão taes homens, ainda hoje temos unicamente esse recurso.

Ainda mais. Aqui, ha cerca de tres ou quatro annos, foi deportado, em uma turma de *caftens*, um moço estrangeiro, que toda a gente sabia que nunca exercera essa profissão.

Soube-se—á bocca pequena—que o motivo real da deportação era o saber-se que esse moço fazia parte da redacção do *Corsario*. Ninguem ousou protestar abertamente contra a gravidade da pena, porque todos reconheciam a gravidade do delicto; mas, perguntamos nós: se n'essa occasião houvesse uma lei sensata e equitativa, em vez de termos assistido á deportação do estrangeiro e á impunidade do cidadão brasileiro, que com elle commettia o mesmo delicto, não teriamos podido reprimir igualmente os dous, e evitar por consequente o fim desastroso d'aquelle a quem a lei protegeu indirectamente, para depois entregal-o a uma justiça apaixonada, a justiça dos offendidos que se vingam?

Se quando se julgou que a diffamação pela imprensa era crime bastante grave para valer ao estrangeiro a maior das penas—a deportação—, se tivesse pensado em applicar a qualquer individuo que incorresse no mesmo delicto uma penalidade correspondente, não teriamos chegado a assistir ao triste espectáculo a que assistimos.

Diga-se, porém, isto ao Sr. ministro da justiça, e S. Ex. responderá que as eleições estão proximas, e que urge rever nos archivos da secretaria quantos capitães não tiraram em

tempo as suas patentes, quantos coroneis têm mudado de residencia, para prover os logares vagos com outros tantos portadores de votos.

E é justo e é coherente, que só se occupe de cousas tão sérias como a guarda nacional, o ministro da justica de um governo em que o ministerio da fazenda tem uma banca de jogo.

Estamos em pleno principado de Monaco.

12 de Novembro

SUMMARIO.—O governo fugiu.—A opinião publica.—A politica imperial.—
O inquerito.—Os chins.

Mal pensavamos, ao escrever em tum d'estes artigos a phrase—Precisa-se de um homem— que os acontecimentos lhe dariam hoje tão prompta applicação.

Já se não trata só de descalabro financeiro, de desrespeito ás leis e aos mais solemnnes compromissos; já se não trata só de direitos postergados pelo filhotismo, de interesses nacionaes sacrificados a conveniencias partidarias; já se não trata só de dobrez servil de ambições vulgares que querem galgar posições, a bem de vaidades que os precedentes pessoaes não justificam. Não é só do homem financeiro que se precisa; não é só do homem recto que cumpra e faça cumprir a lei; precisa-se mais, precisa-se do homem-homem para guardar a honra do paiz, entregue a meia duzia de pretores de gelatina.

Pensava-se na tarde de 25 de outubro que a população d'esta cidade acabava de assistir ao acto mais escandaloso de quantos contém a historia do desprestigio voluntario, do desprestigio a que por inepecia dos que a exercem, chegou entre nós o principio da auctoridade; imaginava-se que aquelle facto em si, só com as circumstancias que o cercaram na rua, e a que todos assistiram, já era uma vergonha; no entanto, ainda se não sabia o melhor, porque mais se sabe hoje, e talvez muito mais se venha ainda a saber.

O publico leu o ultimo artigo do Sr. desembargador Belarmino, e lerá hoje em outro lugar d'esta folha, a resposta que lhe deu o governo no *Diario Official*. Póde o publico apreciar o papel que cada um escolheu para si, abandonando, porque se conhece, o papel que por dever lhe cabia. Affirmações positivas, solemnemente feitas por individuos que olham de cima, para aquelles que occupam as posições eminentes, que a constituição garante ao merito — e o merito não consiste só em ser intelligente e ter lido muito, — são contestadas, são desmentidas por outros individuos de jerarchia igualmente elevada, deixando que no espirito dos espectadores d'esta comedia tristissima paire a duvida sobre o character de todos os personagens d'ella.

Mas, a que pônto chegou a obcecação d'espirito d'estes homens que não chegam a ver que em sua casa cada cidadão sorri, com a piedade que não soccorre, d'este espectáculo de sombrinhas que dão os poderes publicos a entrelinhar phrases, elles que só se deveriam revelar por actos?

Pois não vêm que se a posição elimina o homem, e o cidadão Fulano quando ministro, deixa de ser o cidadão Fulano para ser o representante da lei, o representante da força; no momento em que esse cidadão se mostra inferior á sua posição, ninguem mais vê a posição, a auctoridade, e todos fitam o homem, que a descobre, agachando-se?

Pois não vêm que o mesmo lugar que faz grande um homem, quando elle se chama Rio Branco, e promulga a lei de 28 de setembro; quando se chama Eusebio de Queiroz, e fecha os mares ao commercio vil da carne humana; quando se chama Saraiva, e cumpre lealmente a lei, defeituosa embora, da eleição directa, deixando entrar para a camara os adversarios politicos; quando se chama Zacarias, e atira um ministerio e uma situação aos ares por amor de um principio; não vêm que essa mesma posição se converte em um poste, o peor dos postes, não aquelle a que são atadas as victimas da prepotencia, e que inspira indignação, nem aquell'outro a que são atados os que se perverteram pelo crime, e que inspira compaixão, mas o poste a que se deixaram atar os que se tornam ridiculos?

Que idéa agitará o espirito de quem ha longos annos move todos estes titeres, quando os vir pallidos e irresolutos, pegando-se a uns santos em quem não acreditam, e que no momento em que pensam que a ordem publica

está ameaçada, tem só um cuidado, não o primeiro, o unico: — a guarda de suas pessoas?

Um homem que se sente ameaçado em sua vida, corre á policia a pedir protecção; a policia, que não tem força material para garantir a vida d'esse homem, nem para garantir-se a si e salvar o seu prestigio, appella para o governo; o governo, que está em mãos de individuos que não sabem por que e para que estão alli, lança mão de um subterfugio; a ameaça realisa-se; o crime é commettido, abre-se um simulacro de inquerito que não deu, que não dará resultado. A auctoridade que mais directamente se achou envolvida no conflicto é exonerada, a seu pedido; esta formula tem unicamente por fim demonstrar que o governo não ousa descarregar no chefe de policia toda a responsabilidade da fraqueza de que participou; mas, a opinião publica agita-se; os actores da lugubre tragedia fallam, fallam aos poucos, mas fallam; chega-se a saber que o chefe de policia, a quem o ameaçado pedia soccorro, pediu soccorro por sua vez, e que o soccorro lhe foi negado; quando se pensa que está afinal o chefe de policia desculpado, vem o commandante do corpo de policia, e demonstra que, no que toca aos seus soldados, a narração do chefe não foi exacta. e a gente já acredita menos no chefe; ao mesmo tempo, o governo, pelo *Diario Official*, faz um pouco de rhetorica, que apenas demonstra a necessidade de responder, mas que de facto a nada responde.

E na rua os cidadãos perguntam uns aos outros se já cahiu o ministerio; se o imperador já despediu estes funcionarios, que um outro funcionario, exonerado por elles a seu pedido, accusa publicamente de terem fugido na hora que julgaram ser de perigo.

Ingenuos os cidadãos que assim pensam! Não cahirá este ministerio, como ainda não cahiu ministerio nenhum n'este paiz em virtude de uma sentença da opinião, baseiese esta embora em factos provados.

Não cahirá, porque isso seria a condemnação da politica imperial, e a politica imperial, que torce estes homens para dispôr d'elles á sua vontade, quando os apanha maleaveis, não quer perder o seu trabalho paciente, desgostando-os. Deixará que os leve essa onda á praia, de envolta com o que acharem em caminho, seja embora o prestigio da auctoridade, e amanhã, d'aqui a alguns dias ou a algumas semanas, por uma questão de nonada, por uma nomeação

para o thesouro, pelo regulamento de uma repartição qualquer, despedil-os-ha sorrindo, e elles sahirão gratos por mais uma humilhação entre reposteiros, que não faz bulha cá fóra.

Tal politica não podia deixar de produzir taes homens, e são estes homens assim educados o patrimonio que o Imperador lega a sua augusta filha. Se nos fosse permittido dirigir uma palavra a essa respeitavel Senhora, dir-lhe-hiamos que peça ao Deus, em que acredita, que arrede de seus labios este calix de amarguras.

O imperador, talvez com as melhores intenções do mundo, porque é um homem honesto, e porque é um patriota, chegou a este extremo de ter um governo constituido por homens que não têm a coragem precisa para morrer no seu posto.

Tem bons servidores a monarchia no Brazil !

Que ha pois que estranhar em taes heróes, que nos fornecem estalões d'esta ordem para lhes auferirmos a energia?

Ninguem se admire de que seja negativo o resultado do inquerito a que procede a policia, em segredo de justiça; a policia fará no inquerito o que quer o governo, como fez o que quiz o governo no dia em que foi perpetrado o crime que a tal inquerito deu logar. E o governo não quer saber quem foram os auctores do crime, nem para os punir, nem para innocentar os que são accusados de o ter commettido, lavando-os de uma nodoa que os desdoura.

Fracó sempre, em cada um de seus actos a fraqueza se revela. Ha turbulentos na cidade? Sejam deportados os turbulentos estrangeiros; maneje-se esta arma perigosa, que favorece as arbitrariedades e as vinganças, que póde ser hoje brandida pela justiça e amanhã pelo odio, que póde cortar aqui o braço a um criminoso e alli a cabeça a um innocente, mas que tem a vantagem de ferir em silencio, de apanhar desprevenida a victima, e de enleial-a sem provocar conflicto !

A esta fraqueza, que faz com que um chefe de governo, jurista consummado, não ouse fazer cumprir a lei de 7 de novembro de 1831, com medo de soffrer opposição de alguns conservadores do senado, que querem conservar as suas fazendas com os seus pretos, nada póde acontecer que lhe cause estranheza.

Sabe o publico que, de encontro a alguns credores que vêm as suas dividas mal paradas, e que desejam a immigração chinesa, como meio de se salvarem, a pretexto de

salvar o paiz da crise financeira, tem-se levantado quasi em massa o paiz inteiro protestando contra tal elemento novo de embrutecimento. Pois bem: o nosso paternal governo cruzou os braços, ou se alguma cousa fez, foi no sentido de favorecer a entrada da gente amarella; e se estes não vierem, se não tivermos de travar dentro em alguns annos a lucta em que hoje se empenham os Estados-Unidos para se libertarem d'essa praga, é porque são elles, elles, os chins, que não nos querem.

Pesados na balança do bom senso, de um lado os males que os chins nos podiam fazer, pelo depauperamento de sua raça, pela depravação de seus costumes, pela exiguidade inverosimil de suas necessidades vitaes, e do outro os males que os contractores de cá, habituados ao escravo, lhes poderiam fazer a elles, chegou-se á conclusão de que a peste que convém evitar é o Brazil!

E nós a termos medo de que se soubesse na Europa que iamos ter chins, e que o trabalho chinez puzesse fóra de concurrencia o colono europeu! Póde vir o europeu, se quizer, mas tome lá nota de mais isto: o chim é que não quer vir; isto aqui não serve nem para chim.

Mas como já estamos todos habituados a este systema de vida, em que só é real o que não tem explicação, consolamos-nos dos factos recentes, como nos temos consolado de alguns outros desastres, esperando que dentro em algum tempo haja um pretexto para o commandante da náó alijar a carga, e deixar-nos viver alguns mezes na espectativa dos actos dos novos ministros, que virão, como todos os seus predecessores, cheios de boas intenções.

Que esse dia não esteja muito longe, é o que todos nós desejamos, e acreditamos que assim seja, porque, no fim de contas, o grande artista, que dirige todo o nosso movimento, já deve estar convencido de que os instrumentos que tem em mãos estão sufficientemente gastos, e que é tempo de estragar outros.

19 de Novembro

SUMMARIO.— As explicações.— O prestigio da auctoridade.— A segurança individual.— O Sr. Tito de Mattos mais cauteloso que o Sr. Belarmino.

Parece que ainda não chegou a vez da gotta que faz transbordar o calice. A confiança da corôa é um recipiente de capacidade illimitada e desconhecida. Não se sabe de que material é feito, nem quaes os agentes que o fazem retrahir-se e dilatar-se; o que se sabe é que, quando parece que elle já nada mais pôde conter, é justamente quando elle se obstina em mostrar que tem bojo para muito mais, e que, pelo contrario, quando se imagina que o equilibrio é estavel, é que se faz uma ebullicão que tudo evapora, sem que se tenha visto de fóra o fogo, e mal se percebendo a fumaça.

D'esta vez, porém, a agua é suja; e, seja qual fôr a habilidade da manipulação, mais cedo ou mais tarde empregada para despejal-a, ha de ficar um residuo, que os mais activos desinfectantes não conseguirão tornar de todo innocuo, e que ha de pelo menos contribuir para diminuir o credito, que já não era absoluto, das operações do grande alchimista do poder.

Pode o governo qualificar de incidente o tremendo espectáculo a que assistiu a população do imperio no dia 25 de outubro, ás portas da policia, e a dous minutos de distancia do local em que estava reunido todo o ministerio; se ainda se precisasse de argumentos para provar que o caso tem mais importancia que a que finge dar-lhe o governo, ahí temos dous de um valor absoluto: o primeiro

é tirado do facto em si; a victima não era personagem por quem se interessasse a opinião publica; não ha talvez uma classe social, que não tivesse muitos de seus membros feridos, ou antes enlameados, pelo explorador da abjecta industria da diffamação, e, no entanto, ha quasi um mez que esta população, a tudo indifferente, egoista e molle, ainda não abandonou a preocupação que o horrendo caso lhe causou. E' que d'esse assassinato resultou para todos a triste convicção de que ninguem tem a vida garantida, porque os que têm nas mãos o poder não sabem manejar essa perigosa arma de dous córtes e olham para ella com medo.

O outro argumento é tirado da necessidade que cada um dos personagens, que entraram na lugubre tragedia, reconhece ter de explicar o seu procedimento, procurando levantar uma trincheira de palavras no logar em que devia ter estado a acção.

D'esta luta de rhetorica o que sahe mais limpo, é aquelle que consegue explicar porque razão foi fraco. O que tem estado arredo de toda a questão, aquillo de que se não tem fallado, a insignificancia em que ninguem cogita, de tantos que por si ou por amor do salario se têm empenhado n'esta discussão, o *nihil* de que não vale a pena fallar, é o prestigio da auctoridade.

Ainda não houve um que se animasse a vir a publico perguntar, não á imprensa, não aos partidos politicos, mas ao commercio, aos pais de familia, se, depois do *incidente* de 25 de outubro, elles acreditam que essa entidade abstracta que representa a lei, tenha sahido limpa d'esta mal-fadada questão.

São estes, os que não têm a ambição das posições officiaes, os que não armam ao effeito, mas vivem só com a preocupação do trabalho, e da educação e futuro de seus filhos, a ver se os fazem constituir uma geração melhor que a actual; são estes, diziamos, os juizes severos que lavram a sentença contra quantos se acharam envolvidos na tristissima questão, não pelos individuos, porque pouco importa que mais um ou mais dez vão desfazer-se na valla commum, em que tantos outros se têm sumido, mas porque elles destruíram o prestigio da auctoridade, e deixaram patente a fraqueza dos meios que nos devem proteger contra a desordem e a anarchia.

São estes os juizes que vêm que os homens nada perderam, porque, honra lhes seja, os seus anteriores titulos

de benemerencia podiam ser figurados por quantidades negativas. Não fica o paiz mais adiantado nem mais atrazado quando lhes liquidar as contas e marcar-lhes a cotação a que têm direito.

Não ha muitos annos, o partido que está hoje no poder fez grande alarido em torno do nome de um adversario poderoso, e concorreu assim grandemente para a mudança da situação. Na maior effervescencia da questão, houve quem lamentasse que, por esse motivo, ficasse condemnada á inactividade uma das mais notaveis aptidões politicas do paiz.

Hoje, que as paixões serenaram, não ha talvez, nem mesmo entre os mais ferrenhos adversarios d'esse homem, um só que não reconheça que a sua unica culpa foi a sua imprudencia, e a sua boa fé; e todos lhe fazem a justiça de levar-lhe em conta o facto de ter elle ousado executar sumariamente o depositario do segredo, cuja revelação o comprometteu, e isso antes da revelação, e sabendo que esta era de natureza a compromettel-o.

Esse acto de energia attenuou desde logo a gravidade do erro, deixou sem prova a cumplicidade na fraude, e tão solidamente em pé o prestigio pessoal do vencido, que, pouco tempo depois, este dava a lei ao vencedor, que aceitava até condições que implicavam ingratição para com o elemento principal da victoria.

Hoje, o vencido de 1877 repelle desdenhoso os favores do alto, e os vencedores desejariam talvez cahir como elle cahiu, com a possibilidade de levantar-se.

Os boatos das ruas, que nem sempre se enganam, procuram salvar da triste sorte a que está reservado o actual governo, um nome, que tem precedentes que o recommendam. Diz-se que ha um, entre sete homens, que não está de accordo com a tibieza que tão mal assenta n'aquellas regiões; se os boatos têm fundamento, facil é saber a que homem se referem. Parece-nos, porém, que, se a divergencia morrer lá dentro, onde nasceu, o character d'esse homem, embora de quilate superior ao de outros, ainda é inferior ás circumstancias, por não varrer abertamente a sua testada, e não renegar a parte de responsabilidade que lhe caberá, se continuar em apparente solidariedade de vistas, e guardar para si parte dos elogios com que o governo se tem galardoado nos entrelinhados, á custa dos que o accusam.

Sente-se na tibieza com que se exprime a penna officiosa e assalariada que defende o governo, e que só se exalta quando o despeito a faz dirigir o golpe ao ex-funcionario que levantou a cortina, por detraz da qual se tinha annullado o governo; sente-se n'essa tibieza, diziamos, que só uma esperança alenta os homens que se suicidaram no dia 25 de outubro, e essa esperança consiste em dilatar a agonia apparentando vida, até que appareça um pretexto menos humilhante para uma retirada que já não póde ser airosa.

Simple guardas provisorios de posições que não conquistaram; inhabeis para grandes batalhas, porque não tinham provado forças nem mesmo em pequenas escaramuças, e porque os não aquece o enthusiasmo, que ás vezes substitue a competência; sentinellas descuidosas a quem fôra incumbida a vigilancia inactiva, sentem os homens do poder a responsabilidade que lhes cabe perante os chefes de quem são prepostos, e que se queixarão de que elles tenham descoberto o campo a uma victoria facil do adversario.

O chefe que hoje quizer tomar o triste legado a beneficio de inventario, póde contar com as benções d'estes condemnados, que vivem com o terror de quem espera o castigo que reconhece ter merecido.

Salvem-se, ao menos aos olhos do partido, d'este ultimo e mais doloroso erro de terem entregue a situação aos adversarios, já que nem aos olhos do partido se podem mais salvar de terem sido os aniquiladores do prestigio da auctoridade, nem aos olhos do paiz se justificam de ter terminado, por um acto de fraqueza, um governo absolutamente esteril.

E' magro o inventario de seus actos anteriores ao dia 25 de outubro, que ficará sendo a data notavel d'este governo.

As promessas do programma do Sr. Lafayette traduziram-se em um minguaudo projecto relativo ao elemento servil, por tal fórma elaborado, que desagradou aos abolicionistas e aos esclavocratas, e que a propria commissão da camara, d'essa camara amiga do governo, teve de regeitar *in limine* por inconstitucional. Regeitado por inconstitucional um projecto elaborado por um jurista, o presidente do conselho, o primeiro guarda da constituição, depois do imperador!

Das outras reformas promettidas no programma nunca mais se fallou; salvo se foi para obedecer-lhe—na parte relativa á verdade do orçamento—que o Sr. Maciel teve

aquelle rompante de legalisação da despeza do Congresso Pedagogico. Sabe-se como isso acabou tristemente.

Ao pedido de credito respondeu o senado regeitando-o, sem ao menos lhe dar as honras da discussão. Da despeza já feita, nunca o Sr. ministro do imperio deu contas, nem entendeu dever tomal-as a quem a tinha illegalmente feito. Os membros da directoria do Congresso, que se demittiram por considerarem-se exauctorados pelo acto do ministro que parecia querer proceder legalmente, constituiram-se em organisadores da Exposição Pedagogica, realisaram-n'a, conferem premios aos expositores, usando de uma auctoridade que se attribuem, e que o governo não contesta; e, no entanto, este, que tão zeloso arreganho de legalidade mostrara a principio, despeja o cofre das graças sobre quantos contribuíram para aquella festa particular do Sr. conde d'Eu.

E' que o Sr. Maciel já não pôde lutar, já não pôde resistir, porque perdeu o direito de fallar alto, desde que consentiu que para a sua reeleição de deputado influísse a promessa de alfandegamento de Pelotas.

O Sr. ministro da justiça seria o mais directo responsável do facto do dia 25, se não viesse de mais longe o descalabro da policia; no entanto, se S. Ex. tivesse empregado na reforma d'essa repartição o tempo que consumiu com a guarda nacional, evitaria o duplo ridiculo de ter abandonado o util para tratar do futil. Uma das consequencias d'esse seu proceder sentiu-a já S. Ex. Era compromisso do ministerio passado, compromisso que S. Ex. naturalmente subscreveu, transferir para a relação da côrte o Sr. desembargador Belarmino.

No dia 25 de outubro, o que fez este magistrado não resguardou o prestigio da auctoridade; o governo, porém, cúmplice d'elle, ou antes, principal responsável pela inacção a que elle teve de reduzir-se, não pôde punil-o abertamente, e concedeu-lhe exoneração a pedido.

O espirito publico não ficou satisfeito, porque o facto tinha sido por demais escandaloso; vieram as explicações, e d'ellas resultou saber-se que o governo, concedendo a exoneração a pedido, tinha querido justamente poupar o funcionario que o podia comprometter.

Este, porém, entendeu que não devia pagar o que o governo fizera, e deu explicações, que obrigaram o governo a censurar pelo *Diario Official* o funcionario a quem não punira nem responsabilisara.

Ainda mais: para achar um cidadão que quizesse aceitar o penoso encargo de que aquelle se exonerara, foi preciso tomar com elle um compromisso prévio e de immediata realisação, porque o Sr. Tito de Mattos bem viu o que aconteceu ao Sr. Belarmino, que se fiára em promessas.

De modo que, aqui ha um certo tempo, exercer o cargo de chefe de policia da côrte era um sacrificio que o governo recompensava com um bom logar na alta magistratura; mas o Sr. Prisco aperfeiçou o systema, e agora a recompensa é dada adiantadamente, porque ninguem se fia no governo, justamente como as patentes de guarda nacional, que servem de premio antecipado aos que promettem votos.

Será preciso insistir sobre o papel de ministro de paz que n'esta emergencia tem desempenhado o Sr. ministro da guerra? Seria cruel augmentar a afflicção ao afflicto. E' mais humano deixal-o ser o que quer ser. *Pax vobis.*

N'esta questão não tiveram papel especial os Srs. ministros dos estrangeiros, da marinha e da agricultura, como não o teve tambem o Sr. ministro do imperio. Dos dous primeiros póde-se dizer que em todo o tempo de sua administração não têm dado que fallar de si, devendo-se mesmo reconhecer que o Sr. ministro da marinha, na unica questão em que chamou a attenção para a sua pessoa -- a do fornecimento de viveres -- procedeu de um modo correcto, como aliás era de esperar de um homem sizudo, que já vai longe dos sonhos da mocidade.

Do Sr. ministro da agricultura é que se póde dizer que tem conseguido fazer alguma cousa digna de applauso; mas S. Ex. tem, como os seus collegas da marinha, estrangeiros e imperio, a parte de responsabilidade que a todos cabe pela tibieza do governo, que não conseguiu impedir a perpetração de um crime, e que não consegue punir os criminosos.

Isto é pouco mais ou menos o transumpto do que se pensa sobre o actual governo. Não são opiniões individuaes nossas, que queiramos incutir a quem quer que seja, pois que é escusado querer dirigir e encaminhar aquillo que se fórma e vai por si, tal é a evidencia dos factos.

Diz-se tambem alguma cousa do papel que para si reservou o grande irresponsavel; mas estampal-o aqui seria satisfazer-lhe a curiosidade, sem proveito algum para a causa publica. A imprensa n'este paiz é um grande *reporter*, que informa S. Christovão, e tão bem acolhida é a

que falla de politica, a que discute as questões sociaes, os interesses geraes, como a que noticia os escandalos da vida privada, ou mesmo os inventa. Por conseguinte, poupe-mos-nos a trabalhos inuteis.

Um bello dia, quando a gente menos pensar, o Sr. Lafayette voltará da Imperial Quinta mais cedo que de costume, e, em vez de ir directamente para sua casa, passará por casa do Sr. Sinimbú. Haverá então um grupo que durante alguns dias, por-se-ha de cócaras a entoar hosannas á admiravel sabedoria da corôa e ao acrisolado patriotismo com que véla pelo regular funcionamento das instituições que felizmente nos regem.

26 de Novembro

SUMMARIO.—O *Brazil* e o dia 28 de setembro.—A lei de 7 de novembro de 1831.—A independência do poder judiciário, a fallencia do Banco Nacional, e os conservadores do senado.—O fazendeiro Simão Dias dos Reis.

Bem pôde o nosso illustrado collega do *Brazil* declarar que representa todo o partido conservador; vê-se que não ha n'esse, como não ha no partido liberal, um escriptor que consiga satisfazer os votos de todos os seus co-religionários, mesmo porque os nossos partidos politicos não têm programma definido.

No entanto, tem demonstrado o *Brazil* que ha uma questão que divide profundamente o partido conservador: —a questão do elemento servil. Em alguns mezes de existencia, o *Brazil* tem evitado sempre tocar n'esse problema, e não ha negar que nenhum outro chama mais a attenção dos que se preparam para subir brevemente ao poder, dos que subirão hoje mesmo, se a S. Christovão aprover fazer uma das habituaes revira-voltas na direcção dos negocios publicos.

Tal abstenção foi levada a ponto de não dedicar o *Brazil* nem uma palavra ao anniversario da lei de 28 de setembro, quando se não esqueceu de o commemorar nem o proprio *Diario do Brazil*, orgão tão liberal quanto esclavocrata.

Mas, ha dias. o *Brazil* julgou-se obrigado a quebrar o longo silencio, ante uma phase da questão, que lhe parece merecer resistencia mais efficaz que a da inercia—a applicação da lei de 7 de novembro de 1831.

A sua linguagem, porém, é a de quem não sente firme o terreno em que pisa, ou seja porque reconhece que a boa doutrina é a que elle combate, ou porque não ignora que, tomando francamente a posição que os seus mais directos inspiradores lhe indicam, incorrerá no desagrado de muitos membros conspicuos do partido, cujo concurso póde fazer falta sensível para a reforma politica e social que a seus olhos mais urgente parece: a mudança de situação.

E' assim que a argumentação do *Brazil*, inferior aos provados meritos dos cavalheiros que redigom essa folha, é frouxa, pallida, e por vezes contradictoria.

Chama o *Brazil* anarchia á intelligencia incoherente e disparatada, que a magistratura dá á referida lei que prohibiu o trafico de africanos.

Aos olhos do collega, os juizes que declaram livres os africanos a que essa lei tão claramente se refere, procedem por exclusiva auctoridade sua, e arrogam-se o direito de legislar.

Procedem bem, são os verdadeiros interpretes da lei, os que arvoram a fraude á altura do direito; os que sustentam que dos africanos importados depois de 1831 só ficaram livres os que tinham sido trazidos para o paiz por traficantes menos habeis, que deixaram apanhar a carga ao desembarcal-a, ou pouco depois. São bons juizes os que proclamam que o traficante astuto, que conseguiu illudir a vigilancia da auctoridade, ou que subornou alguns de seus agentes, adquiriu por esses meios reprovados um direito, ainda digno de respeito ao fim de 52 annos.

Aos olhos do *Brazil*, juizes benemeritos e integros são esses, que põem toda a sua sciencia, toda a sua actividade intellectual, em interpretar as palavras da lei contra o fraco, ha muito opprimido, e em favor do forte, que o opprime.

São bons juizes os que velam pelo sagrado direito de propriedade, sobre esses generos que se reconhece que entraram por contrabando, sem satisfazer exigencias legaes.

E, embrenhado n'esse labyrintho, o collega não repara que a si mesmo dá combate, quando diz que a declaração do Sr. Lafayette—de que o poder executivo não deve coarctar a independencia do judiciario—foi a promotora da actual anarchia, tendo dito antes, que tal resposta foi conforme, no rigoroso ponto de vista do direito.

E o collega não se esquece de distinguir o advogado que profere uma consulta fria e calma no gabinete, e o es-

tadista cujas opiniões exercem influencia poderosa e decisiva sobre graves interesses da sociedade.

Do que, porém, o collega cautelosamente se exime, é de indagar qual seria a linguagem do eminente jurisconsulto Lafayette, se tivesse sido consultado no seu gabinete de advocacia, ou mesmo a do ministro, se a natureza, que tão prodiga lhe foi em dotes intellectuaes, se tivesse servido da mesma tempera para moldar-lhe a energia.

Se alguns conservadores do senado não se tivessem levantado, como uma barreira, diante do ministro, que não tem a alma de Eusebio de Queiroz, o jurisconsulto teria dito toda a sua opinião,

Repare o *Brazil* que, quando o Sr. Lafayette se apegou á independencia que a constituição garante ao poder judiciario—esquecido do que elle mesmo fizera para estender mão amiga ao Sr. Sinimbú, banqueiro fallido—apenas dous ou tres juizes tinham baseado na pura doutrina da lei de 7 novembro de 1831 os despachos em que reconheciam o direito de uns pobres espoliados.

Teria sido facil, então, ao poderoso chefe do poder executivo—que podia contar para esse effeito com o apoio de boa parte do seu partido e com o de parte tambem consideravel do partido contrario—, declarar alto e bom som que taes juizes tinham procedido mal, e que contra elles era de justiça levantar a lei que desrespeitavam.

Se fosse essa a opinião do jurisconsulto, nenhuma consideração impediria o ministro de a manifestar abertamente, porquê nem o parlamento nem a corôa, os dous agentes da confiança constitucional que organisa e mantem ministerios, se têm revelado partidarios do abolicionismo.

Se as suas palavras foram dubias, frouxas e metaphysicas, como diz o *Brazil*, é que o jurisconsulto não ousou sacrificar de todo a sua consciencia, tapando com uma peneira a luz do sol da verdade; e ao mesmo tempo o estadista entendeu que não valia a pena sacrificar o seu posto e a situação, abrindo uma luta para a qual o não talhou a natureza, e em que elle teria de ir talvez além do ponto a que os mais arrojjados juizes se tinham abalançado.

Tem razão o *Brazil*, quando diz que, depois da declaração do Sr. Lafayette, alguns juizes já fazem mais:—já indagam a filiação dos escravos actuaes, e chegam a esta enormidade de dizer que são livres os individuos nascidos no Brazil, filhos de africanos importados depois de 1831.

E' a isto, a esta consequencia logica de um principio,

que o *Brazil* chama a anarchia. Mas a anarchia não está ahí na interpretação da lei; a anarchia está na instituição servil, que se esborôa por si, que já não tem um ponto a que se apoie, e que se apêga a este triste recurso: não foi a geração actual que escravizou os africanos e seus descendentes, —adquirio-os por compra ou herança, julgando adquirir uma propriedade legal.

E', porém, sustentavel tal doutrina aos olhos do direito, da moral, da mais elementar honestidade? Se, tratando-se de uma propriedade material, a propriedade da terra, da casa, da roupa, do genero alimenticio, o vendedor tem o dever de provar a legitimidade da posse, nada soffrendo a terra, a casa, a roupa, o genero, em pertencer a este ou aquelle, tal principio geral ha de fazer excepção, justamente quando se trata da compra e venda da creatura humana, que soffre, que é reduzida á animalidade brutal?

Homens justos e prudentes, que encarassem a profundidade d'este abysmo, e que—por sinceridade e não por interesse pessoal—attentassem para esta grave questão da transformação do trabalho, não esperariam que isso a que hoje se chama anarchia, fizesse só por si a obra benefica do restabelecimento da justiça; tratariam desde já de concentrar todos os seus esforços em pôr no logar da instituição condemnada, que se mantém por um milagre de equilibrio, porque não tem bases, alguma cousa de mais solido, que assentasse no que justamente falta á escravidão: a moralidade, a justiça, a legalidade.

Aos olhos do *Brazil*, chega a parecer extravagante que um juiz peça contas, a um inventariante, de uns tantos africanos e seus filhos, que não apparecem no inventario, e que figuram na matricula.

E' realmente querer anarchisar esta sociedade tão bem constituida, perguntar onde param essas cousas, que foram propriedade de alguém. Sabe-o lá, porventura, o inventariante? Como distinguir no cemiterio particular a ossada do que foi sepultado, sem attestação do medico, e sem conhecimento da auctoridade? Como desembrulhar a matricula, feita pelo senhor, sem fiscalisação de especie alguma, e em que o nome, a idade, a naturalidade, são outras tantas phantasias? Como saber se as machinas vivas que respondem á chamada do inventario, para constituir a fortuna dos orphãos, são as que estavam na matricula, ou outras quaesquer, postas alli em tempo para encher os claros que abriu o feitor?

Não foi o fallecido, cujos bens se trata de inventariar, que inventou esta historia de propriedade escrava, de trafico de africanos, de lei de 1831, de matricula especial, de direito de vida e de morte do senhor sobre o escravo, de tronco, de sepultura anonyma; tudo isso estava nos costumes, passava-se aos olhos da lei, representada pelo juiz da comarca, e até da religião, representada pelo Sr. vigario, commensal do grande proprietario; não é justo, pois, que paguem os filhos o erro dos pais—se erro houve—porque em relação a estes escravos, todos os senhores, liberaes e conservadores, republicanos e monarchistas, bons catholicos, não querem que tenham applicação as palavras do seu Deus, que estendia o castigo, não á primeira, mas a algumas outras gerações mais.

Bem vêm elles que, prolongando esta lucta, não se asseguram a victoria; mas não cuidam que a longa anarchia vai deixar a seus filhos um chaos tremendo, e que estão fazendo obra de pais imprevidentes e desnaturados, pensando que têm para legar aos seus uma fortuna fundada em capitaes d'esta ordem.

O provado talento dos redactores do *Brazil*, a reconhecida capacidade politica de alguns de seus correligionarios, que partilham as mesmas idéas sobre a anarchia em que vai a questão servil, teriam mais util applicação, se se empenhassem em fazer vingar idéas que dessem em resultado o utilizar para o trabalho livre, e remunerado na proporção do esforço, esses braços condemnados á inferioridade esteril da escravidão.

Os anarchistas trabalham para que se estenda a maior numero a anarchia que reina entre os homens que foram escravos da condessa do Rio-Novo, e que hoje, pelo seu esforço, dão o exemplo do quanto póde produzir a esperança de sorte melhor.

Os anarchistas trabalham para que tenha imitadores o exemplo dado pelo fazendeiro Simão Dias do Reis e sua Exma. esposa, na Parahyba do Sul, os quaes libertaram todos os escravos que possuíam, em numero de 63, dispensando os serviços de 93 ingenuos.

Para aquelles que olham para estes actos só com o coração, os dignos lavradores são benemeritos da humanidade, abrindo mão assim do que representa uma fortuna, e fazendo a felicidade de tanta gente.

Não diremos que perante a lei é um acto de justiça o que praticaram as duas estimaveis pessoas, porque não

compete ao particular fazer em um caso a justiça, que só o é quando inteira, applicada pelo legislador a todos os que a ella têm direito; diremos, porém, que aos olhos da razão e do bom senso, esse fazendeiro e sua respeitavel senhora, fazendo o bem aos que eram seus escravos, fizeram bem a si e ao paiz. Esses escravos representavam uma fortuna, que podia ser dissipada de momento por um acontecimento qualquer, independente da vontade dos possuidores; transformados em trabalhadores livres esses escravos, quando vier a anarchia completa, já se não entenderá com elles, e a fortuna, ainda hontem mal garantida por algumas dezenas de escravos, será então solidamente estabelecida em uma grande extensão de terras cultivadas, de que o proprietario tira a parte que lhe toca, porque as possui, deixando ao trabalhador o que lhe compete, porque se curvou sobre ellas para fecundal-as.

3 de Dezembro

SUMMARIO.—O Imperador e a pena de morte.—O amigo de Victor Hugo.—
A lei é igual para todos, menos para o escravo.—Influencia da época.
—O Imperador e o clericalismo.—O Sr. Prisco Paraizo.

Estas linhas são escriptas no momento em que a artilharia saúda o anniversario natalicio do Sr. D. Pedro II. E', pois, opportuna a occasião para que o saudemos tambem rebatendo um boato calumnioso que ultimamente se tem formado em torno do seu nome.

Diz-se que Sua Magestade tem recusado commutar a pena de morte, a que foi ha tempos condemnado um escravo homicida. E' evidentemente um boato falso, porque tal recusa fere de frente tudo o que se deve esperar do monarcha, de seus sentimentos pessoaes, de seus precedentes, de seu tino politico.

Não faremos o panegyrico das virtudes pessoaes do Imperador, embora o podessemos fazer de modo insuspeito, porque á sua pessoa não nos ligam favores recebidos, nem para ella nos arrastam esperanças de qualquer ordem.

Se tivéssemos de rebater o boato em nome da bondade do monarcha, ou se lhe déssemos credito, e julgássemos necessaria uma supplica em favor do desventurado, nem assim o fariamos, porque elle lá tem a seu lado um coração, que atravessar-se-hia no caminho para o não deixar ser cruel, sob pena de passar por cima d'elle, magoando-o.

Preferimos contestar o boato, lembrando que no procedimento do Imperador tudo se revolta contra tal idéa. E tomamos unicamente um facto: a visita a Victor Hugo.

Victor Hugo não representa unicamente um poeta que

faz versos esplendidos. Versos por versos, ha mesmo em França Lecomte de Lisle, que alcança com o vôo d'aguia as alturas em que paira o cantor da legenda dos seculos. Mas Victor Hugo, que já foi um monarchista, que entoo cantos á beira dos berços dos principes, representa toda esta geração que sahiu da revolução franceza, e que modificou profundamente, não a face da França, mas a face do mundo. Não é pela fórma de governo que a França influe nos destinos da humanidade; depois de matar um rei, nivelando os homens, teve outros reis, e chegou a ter Napoleão de Sédan; a influencia da França sobre os destinos da humanidade é mais vasta, e não há paiz civilizado que o não sinta e o não reconheça.

Ora, Victor Hugo representa a alma da França. Dir-se-ha que n'esse paiz ainda está em vigor a pena de morte, e que a actual republica já mais de uma vez viu funcçãoar a guilhotina. E' certo. A voz do mestre ainda não conseguiu vencer esse reducto. Nós, porém, temos tido a fortuna de prescindir da forza e do carrasco; demos o passo que, n'esse ponto unico, nos faz ir além da *alma mater*; e devemos o assignalado favor, não á lei, que ainda não rasgou tal pagina negra, mas ao Imperador, que recusa sancional-a.

E o Imperador, quando percorreu a Europa, foi á casa de Victor Hugo, e o fez dizer que quizera ser monarchista em paiz governado por tal monarcha, e disse-lhe que se não fosse imperador, seria republicano.

Por coherencia, pois, para que a sua visita ao grande poeta do seculo não seja um simples acto de curiosidade, para que ella tenha o cunho, que deve ter, de uma certa solidariedade, forçosamente estabelecida entre o homem que nasceu no fastigio social, e que dá publica manifestação de que reconhece que a esse fastigio se elevou outro homem pelo seu genio e pelo seu trabalho, é o imperador obrigado a não ferir o melhor dos sentimentos do seu amigo, decahindo da estima que lhe inspirou.

Porém ha uma razão melhor que todas estas. Trata-se de um escravo. A abolição está em todos os espiritos e em todos os corações. O Imperador hesita em dar um passo decisivo, ou por considerações de ordem economica, ou por não ter tido á mão um homem capaz de levar por diante esta campanha, indo ao encontro da onda que vem de baixo, não para combatel-a, mas para reforçal-a.

Mas o tino politico de Sua Magestade oppõe-se certa-

mente a que vá agora praticar um acto, que seria a condemnação de um movimento em que se envolvem todas as classes sociaes, em todos os pontos do imperio.

Ao seu procedimento humano, não abrirá o Imperador esta odiosa excepção, mandando á força um escravo, n'esta terra que se gloria de não ter carrasco. Não se applique pena especial de uma lei cruel a um pobre homem, que pertence a uma classe para quem a lei nunca teve favores.

Aquella disposição constitucional que diz que a lei é igual para todos, quer proteja, quer castigue, é um vasto manto a que no entanto só se não abrigam os escravos.

Uma longa vida de trabalho sem estímulo e sem recompensa; a consciencia de uma inferioridade imposta pela força, e que nada justifica; a prohibição quasi completa do affecto á familia, porque o senhor pôde desorganisar a familia; a dedicação não reconhecida; a amizade raras vezes retribuida; a suspeição constante, pois que naturalmente se não attribuem sentimentos bons áquelles a quem se faz crescer sem educação, para que seja pura machina: eis pouco mais ou menos o que é o escravo.

Quando a natureza de um, passando por todas essas chammas do inferno, consegue sahir ainda assim impolluta, e o escravo é o amigo do senhor, e a escravidão legal aggrega como que uma escravidão voluntaria, e faz-se o cão da casa, repellido ás vezes, mas sempre submisso, se algumas vezes consta que um premio especial galardoa esse merito humilde. é que lh'o confere a bondosa gratidão do senhor; a lei não cogitou d'esse caso, talvez por consideral-o improvavel.

E a lei teve razão, porque não podia esperar que desse bons fructos a ruim semente que plantára; e por isso não julgou preciso instituir premio para os bons, mas entendeu prudente decretar pena especial para os máus.

Para estes, sim. Quando no escravo resta alguma cousa do homem natural, um ponto no coração ou no espirito mais sensivel que a pelle habituada á sevicia, um instincto feroz, se quizerem, igual ao que tem mesmo os homens livres, mesmo os homens civilisados, mas que no escravo não admira que falle mais alto, porque ninguem tratou de moderar-o, porque lhe não cultivaram o espirito pela instrucção, não lhe permittiram o cultivo do coração pelas affeições de familia, porque o separaram dos pais e depois arrancaram-lhe os filhos; quando esse instincto reage contra as cadeias, e concentra nos dentes e nas garras uma vida

inteira de odios reprimidos, vem então a lei com o seu artigo especial, e completa a sua obra.

No entanto, o principal criminoso não é aquelle que levantou o braço e feriu, assim como o sangue do infanticídio não recae só sobre a Margarida allucinada que estrangula o filho, mas também sobre o tentador que a seduziu; o principal responsavel pelo crime é a lei que o não preveniu, creando uma desigualdade de condições que é um attentado á lei natural, destruindo no escravo a idéa ingênita da lucta pela vida, ou reduzindo-o a este extremo recurso do homicídio, que é quasi a unica manifestação da sua individualidade que dá o escravo.

A lei, porém, foi feita ha longos annos, quando se pensava obedecer a uma necessidade; não foi ella talvez um acto de maldade, mas um erro de comprehensão; não ha que lançar estygmias mais severos aos que a dictaram, que a tantos outros que dictaram leis não menos crueis e que lhes eram quasi impostas pelo meio em que viviam.

Mas hoje os homens que têm de applical-a, já sugaram quasi no leite materno outras lições; não têm sido só as sciencias, só as industrias, só as artes que têm caminhado; de cada vez que o homem faz uma conquista á natureza, melhora o espirito e abranda o coração.

O ar que hoje respira a humanidade é muito mais puro, o sangue que lhe circula no organismo muito mais tonificado, suas idéas devem forçosamente andar mais pelo alto, seus sentimentos têm necessariamente de ser mais alevantados, e os mais apurados respeitadores da lei não desconhecem que ella fez a sua época, e que a lei anachronica é uma lei morta.

Ora, o Imperador do Brazil é um homem do seu tempo, cultiva o seu espirito, e vê o que lhe convém fazer. Para prova ahi temos um facto.

O Imperador recebeu uma educação toda religiosa; é manifestamente um crente, e talvez mesmo tenha alguma pontinha de superstição; do melhor de seus affectos, d'aquelle que consubstancia também as suas esperanças, e representa o seu futuro, vem-lhe um reforço a essa ordem de idéas; no entanto, durante o seu longo reinado, nunca o clericalismo dictou leis a este paiz, e se hoje ha uma tentativa n'esse sentido, se se procura imprudentemente preparar terreno para essa planta absorvente, não é por influencia do monarcha que tal acontece.

A que attribuir esta falta de influencia clerical em um

paiz cujo monarcha é catholico, apostolico, romano, senão justamente á boa comprehensão que elle tem, n'esse sentido, das necessidades do seu tempo e do seu paiz ?

E' por isso, porque o vemos assim proceder, que julgamos poder affirmar que não tem fundamento o boato que tem corrido, de que o Imperador recusa commutar a pena de um escravo condemnado á morte.

Valerá a pena discutir a hypothese, que já ouvimos formular, de que é o governo, de que é o Sr. ministro da justiça que não quer apresentar ao Imperador o decreto de commutação ?

Diz-se que o Sr. Prisco Paraiso é esclavagista, e os esclavagistas entendem que os repetidos assassinatos commettidos por escravos são filhos, não da hedionda instituição, mas da clemencia imperial, que sempre commuta a pena, acrescentando que ha escravos que preferem a prisão perpetua á perpetua escravidão.

Este argumento faz o elogio da instituição escrava; e é a synthese dos soffrimentos de uma raça que chega a ter essa sinistra preferencia; mas quem diz aos que assim pensam, que a forca é remedio ? Quem lhes diz que os que preferem a calceta ao eito, não preferirão tambem o carrasco ao feitor ? Quem lhes diz que o medo da morte é freio bastante para conter as tempestades que o infortunio sem esperanças accumulou ?

Não póde estar com os que assim pensam o Sr. ministro da justiça. Que o estivesse, a attribuição de commutar penas é exclusiva do poder moderador, e não cremos que o Imperador a considere da ordem d'aquellas que se possam sacrificar, mesmo a um ministerio que por outros actos se recomende, e cuja retirada seja prejudicial aos interesses do paiz.

Não é, pois, natural que o Imperador hesite em questão tão grave por esse motivo, mesmo suppondo, o que não cremos, que ha um ministro n'este tempo e n'este paiz que pense sequer em adquirir tão triste celebridade para o seu nome.

Ao que a quizesse conquistar por tal preço, dal-a-hia o Imperador, dispensando-o em tempo do trábhalho de nos fazer retrogradar.

Bastaria para a sua gloria o ficar-se sabendo o que elle pretendeu fazer.

No fim de um longo reinado, que elle quererá talvez fechar com chave de ouro, não, praticando um acto de jus

tiça com a extinção da escravatura, mas dando uma prova de patriotismo, libertando o seu paiz dos escravos, é pouco de crêr que o Imperador commetta este grave erro de consentir que um homem pague com a vida, depois de o ter pago com longos annos de trabalho não recompensado, o crime que nós commettemos, escravizando-o.

Affirmar o contrario seria desconhecer a natureza humana. Nós outros, que nos movemos quasi imperceptivelmente na turbamulta anonyma, podemos errar, que os nossos erros, quando muito, provocarão um commentario de meia hora em roda de ociosos; mas esses homens que a sorte collocou á frente de uma nação, e cujos nomes têm de passar forçosamente á posteridade, precisam pensar maduramente antes de tomar uma resolução, que fará do seu logar na historia ou um marco glorioso ou um poste de ignominia.

O monarcha que, sem sahir do direito, aboliu de facto a pena de morte, não quererá restabelecel-a, porque seria mais odioso reerguer hoje a forca, que a sua clemencia abateu, do que teria sido o conserval-a sempre de pé.

10 de Dezembro

SUMMARIO.—Assaltos ás typographias.—Papel da policia.—As publicações a pedido.—O crime de injurias impressas e o testa de ferro.—Perdooado á força.—Utilidade da publicação a pedido.—O character dos jornalistas.—O Imperador.—A reforma da lei de imprensa.

Continuam os assaltos ás typographias dos jornaes amparados até aqui pela sympathia do Imperador, e a policia nem os previne, nem ao menos chega a tempo de deitar a mão aos assaltantes.

A repetição d'estes factos faz crer que a auctoridade tem d'elles conhecimento e os applaude, talvez por consideral-os como o unico correctivo para um mal que se tem desenvolvido muito, e cuja répressão todos reclamam.

Dizemos que a auctoridade tem conhecimento d'esses assaltos e os applaude; mas poderiamos tambem dizer que é a auctoridade a protogonista d'elles, e com isto exprimiriamos o que está na opinião de muita gente.

Se é a verdade, não censuramos nem applaudimos a auctoridade; limitamo-nos a apontar o facto, observando-o e reduzindo-o ás suas verdadeiras proporções, isto é, considerando-o a consequencia natural do detestavel systema seguido pelo Imperador, em relação á imprensa.

Em principio só ha que louvar ao monarcha o seu extremado culto pela liberdade de manifestação do pensamento; mas o Imperador transformou o principio em systema absoluto, e todos os systemas absolutos são máus.

Não ha negar que existe no paiz uma imprensa capaz de dar a conhecer ao monarcha as diversas feições do pensamento popular; essa imprensa é sufficiente para satisfazer

a natural curiosidade de um espirito serio, e nada do que póde interessar ao paiz lhe é indifferente.

Se, desejando a plena liberdade de imprensa, o intento do monarcha é deixar um respiradouro á opinião; se elle quer ler todas as manhãs a queixa que o pequeno funcionario não ousa formular de viva voz; se quer saber se os seus ministros cuidaram hoje mais do seu partido do que dos interesses do paiz, depois de terem cuidado mais hontem de arranjar um afillado do que de bem prover um emprego publico; se o Imperador quer saber se uma reforma está no espirito publico, ou se um projecto do governo levanta clamores; ha ahi imprensa capaz de lh'o dizer, como lh'o tem dito, não só quando a proposito o lisongeia, mas até quando acha necessario não lhe ser agradavel.

Se a sua curiosidade ainda assim não fica de todo satisfeita, ahi estão n'essa mesma imprensa as *publicações a pedido*, por onde corre muita agua suja.

A publicação a pedido anonyma é um producto nacional; que se tem desenvolvido á sombra benefica da mais absurda das leis. O processo por injuria, que arrasta a condemnação sem prova, ou mesmo apezar da prova, foi o gerador directo do *testa de ferro*.

Um dia, um cidadão accusou publicamente um funcionario de ter commettido um crime; a accusação era tão clara, a prova tão evidente, o factó tão clamoroso, que o funcionario foi demittido; mas o homem chamou aos tribunaes o seu accusador, processou-o por injuria, e o juiz, fazendo rigorosa applicação da lei, condemnou o cidadão que prestára á fazenda publica o serviço de livral-a de um funcionario que a delapidava.

O referido cidadão foi cumprir a pena; mas o melhor é que logo após veio o perdão imperial, não solicitado, e o condemnado, que queria protestar contra o absurdo da lei cumprindo uma pena por ter prestado um serviço ao paiz, nem esse prazer teve, e foi obrigado a aceitar o perdão.

A publicação a pedido foi e é ainda uma necessidade, porque ha muitas questões que a imprensa não toma a si, e que lucram com a publicidade; e ha muitas queixas, de que a imprensa se não póde constituir patrono, á falta de provas, e que n'esse logar se formulam, argumentando com indicios. O processo de injuria, sem prova, inutilisaria essa valvula, se lhe não valesse o *testa de ferro*, que faz do officio de estar preso um modo de vida, e que conta tambem que o offendido, sabendo que não é elle o directo offensor, lhe

perdoe a miseria a que se submetteu, mais por falta de escrupulos que por necessidade.

Dentro d'estes limites, a publicação a pedido era um agente moralizador; mas como se apoiava em bases pouco louvaveis, não tardou que viesse o abuso.

A' discussão de interesses alliou-se a aggressão pessoal; á queixa mais ou menos fundada juntou-se a calúnnia; depois do funcionario e do director de emprezas, veio o particular, e o publico assistiu á divulgação auctorizada de quanta mazella encobre as paredes dos que tinham tido a cautella de as não fazer de vidro.

Parece que, levada a instituição a este gráu de aperfeiçoamento, devia satisfazer plenamente a curiosidade mais avida de escandalo.

O mal só tinha uma barreira: o character dos individuos que dirigem os jornaes. Para o estudo do character d'esses individuos é preciso fazer intervir a influencia do meio em que vivem, consideral-os não só como homem, mas como jornalistas.

Ora, o jornalista acha-se por vezes em presença de um individuo que lhe traz um artigo que aquelle não quer aceitar; mas o articulista argumenta com os precedentes, lembra o que outro escreveu contra elle, e justifica o direito de defender-se com as armas que tem á mão. A acceitação do artigo, mais ou menos escabroso, depende, pois, ás vezes, das disposições em que está o redactor do jornal que o visa; depende do seu modo de ver as cousas, e principalmente da idéa de que as phrases têm o valor da interpretação que cada um lhe dá, e que aquillo que lhe parece forte de mais, póde parecer ao jornalista visinho a cousa mais innocente d'este mundo.

Bem vêem os leitores que nos não poupamos, e que reconhecemos a parte de responsabilidade que nos toca n'este mal, de que não fomos os introductores, mas que achámos em pleno desenvolvimento, e perfeitamente enraizado nos costumes.

Temos, pois, que o limite da publicação a pedido, que a lei se esqueceu de marcar, é estabelecido pelo escrupulo dos redactores encarregados de a aceitar ou não. A consequencia natural é esta: quando o redactor tem a alma tão larga como a lei, aceita tudo, além da obra que faz por conta propria, e que já é asseada, e ahi temos na rua os *Corsarios*.

Estes, á proporção que os acoroçôa a impunidade, e que

o successo lhes cresce na medida do escandalo, vão até a paz das familias e o pudor das senhoras.

Os factos ali estão. Não ha quem tenha sido respeitado; nem o character individual dos ministros, n'esta terra de ministros fracos, mas que sahem do governo mais pobres do que entraram; nem o dos funcionarios, que depois de uma vida de trabalho deixam a familia na pobreza; nem a virtude das senhoras; e toda a gente se lembra da infamia que um d'esses jornaes ousou assacar contra uma senhora, que póde não ter inspirado geraes sympathias por pender para uma ordem de idéas que o paiz repelle, mas que se impõe pela virtude ao respeito geral.

E essa imprensa vicia a população, dá-lhe o habito da aggressão á falsa fé, ás escondidas, embota-lhe a sensibilidade contra a offensa, enerva-lhe o character.

Ultimamente, o abuso chegou a tal ponto, que o mal teve o correctivo em si mesmo, e que a serie de crimes deu origem a um crime monstruoso. De então para cá, os poucos que ainda viam com indifferença tanta torpeza, sobresaltaram-se, e é opinião geral, que nada ha a perder e tudo a ganhar, com a suppressão d'esses postes a que são atados indifferentemente os máus e os bons.

Antes mesmo d'esse facto, houve um chefe de policia— dizem— que teve arrancos de nojo ao contemplar o vergonhoso espectaculo, e quiz prestar á população o serviço de a libertar d'elle. Dizem mais que esse digno magistrado, tendo encontrado obstaculos superiores á realisação de suas louvaveis idéas, teve a hombridade de resignar o cargo que não podia desempenhar pelo modo que lhe impunham a sua consciencia e os seus respeitaveis escrupulos.

E' de crer que, antes d'esse, algum outro tenha tido igual idéa, sem ter igualmente a coragem de resignar a sua posição a bem de um principio; mas o exemplo d'aquelle já devia servir de lição, porque estas resistencias que vão até á abnegação, não são communs no nosso regimen de cêra molle.

Os assaltos ás typographias, que ultimamente se têm repetido, são talvez a manifestação de uma outra ordem de resistencias. Depois do funcionario que propõe, não obtem, cala-se e fica, veiu o funcionario que propoz, não obteve, e foi-se embora; depois d'este, estava chegada naturalmente a vez do que não propõe, porque sabe que não obtem, mas vai fazendo o que entende.

E não ha que estranhar, se é esta a verdade, porque

estamos apenas assistindo ás ultimas consequencias de um systema.

Todos os poderes foram pouco a pouco absorvidos por um só; para que este crescesse, era preciso que aquelles decahissem; impondo-lhes a sua vontade, o poder absorvente annullou os outros, é certo, mas não é menos certo que, á força de os inutilisar como agentes de acção propria, acabou tambem por inutilisal-os como meios de transmissão.

E o papel d'estes é agora tanto mais facil, por encontrar apoio na opinião geral. A opinião aqui tem um processo de-elaboração muito lento; indifferente, apathica, de sangue frio, os seus periodos de hibernação são longos; agora despertou, e convém satisfazel-a.

Se o Imperador é de opinião que a imprensa deve ser livre até á licença, o Imperador está só, e mais facil lhe será encontrar quem queira amordaçar a imprensa livre e honesta, do que quem se preste a auxiliar-o na protecção que tem dispensado á imprensa pornographica.

E', pois, tempo de acabar com um estado de cousas, contra o qual todos se revoltam. E o modo de acabar com elle, não é esse que ahi está sendo empregado pela policia, ou, pelo menos, com o seu assentimento tacito.

Sejam perseguidos os que abusam—mas abertamente; —porque não deve esconder-se quem procede em nome da moralidade de uma população. Que o publico applaudirá a repressão, ahi está a prova na indifferença com que recebe as repetidas noticias dos assaltos. E' que, apesar da gravidade d'estes ataques á propriedade, a causa de taes proprietarios é tão pouco sympathica, que ninguem ousa bater-se por ella.

Já o temos repetido á saciedade: o meio de repressão que está sendo usado, parecer-nos-hia tão bom como qualquer outro, se tivéssemos a certeza de que a policia era capaz de conter o pequeno grupo de turbulentos que têm a coragem precisa para sahir á rua como paladino de tal causa; mas a pratica tem demonstrado que não estamos preparados para essas eventualidades, e não convém deixar a parte sã da população exposta ás más paixões dos que nada têm a perder.

Accresce que este recurso illegal reprime, mas não moralisa; póde servir como expediente de occasião, mas é absolutamente imprestavel como medida preventiva de futuros abusos.

De momento, parece-nos que o duplo dever que incumbe á auctoridade, consiste: de uma parte em proteger essas typographias contra desforços pessoases de offendidos, se é que taes assaltos são feitos por offendidos; e de outra, em promover o processo dos exploradores da pernicioso industria, fazendo com que não seja só de rosas o caminho que percorrem.

Se os recursos legais são insufficientes; se a actual lei de imprensa serve para metter na cadeia os que dizem a verdade, a pretexto de que mesmo a verdade é injuriosa, e não serve para punir os que, de proposito feito, de caso pensado, calumniam e offendem; promova-se a reforma da lei.

Bem sabemos o que arriscamos, nós outros, homens da imprensa, pedindo que se forje a arma que póde mais tarde ser vibrada contra nós; bem sabemos que aquelles a quem incumbe legislar, fal-o-hão talvez de modo a cahir no excessso contrario. Do seu modo de ver a esse respeito, temos a prova nos contractos que fazem, para a publicação de debates, e em que estabelecem uma clausula que abre excepção só a favor d'elles.

E' que não se nos dá de perder uma parte da liberdade de que não fazemos uso, e por aquella de que usamos, estaremos sempre promptos a responder, como aliás respondemos hoje mesmo, apesar da absurda lei que nos rege.

Ninguem é mais offendido do que nós pela imprensa licenciosa; o lodo em que ella se move ricocheta sobre os instrumentos de trabalho de que nos servimos; e não raro, aquelles cujos interesses prejudicamos dizendo-lhes a verdade, procuram apresentar-nos aos olhos do publico como iguaes dos outros que conscientemente exploram a calumnia; vendo-nos nas mãos as mesmas armas, confundem a espingarda do homem que caça nas suas terras, com a carabina do *braconnier*.

Com a reforma todos lucraremos: o publico, porque ficará ao abrigo da diffamação e do insulto; a imprensa, porque será mais estimada.

17 de Dezembro

SUMMARIO.—Progresso no Rio de Janeiro.—Os desclassificados.—A imprensa pornographica.—A curiosidade dos que se aborrecem.—Os colaboradores do *Corsario*.—A revolta na Casa de Detenção.—A tranquillidade publica.—Arbitrariedades necessarias.—Os desordeiros e os escravos.

Como amostra de panno, quer-nos parecer que o que temos tido ultimamente, já não é muito máu. Pelo menos é o sufficiente para que ninguem allegue ignorancia, para que ninguem manifeste surpresa, no dia em que a desordem triumphar.

O Rio de Janeiro ainda não é uma cidade bastante civilisada, como Londres, onde se morre a fome; ainda não attingiu á perfeição de miseria que atira á prostituição centenas de crianças; mas os factos recentes demonstram que caminhamos, e que já pôde fazer numero a vasa, cuja existencia mal se suspeitava ao fundo das aguas tranquillias.

Se se indagar em nome de que principio se agitam os que ultimamente têm preocupado a attenção da capital, que necessidade os impelle, que movel os inspira, nada se encontrará que o explique. São os desclassificados, que não procuraram classificar-se; são os desempregados, que não procuraram empregar-se; são os vadios, são os inúteis, que, descendo um declive a que não ha resistir, se tornam nocivos.

O genero particular de imprensa, que nos ultimos annos medrou n'esta capital, teve dous elementos de vida: o pri-

meiro, foi constituir-se representante d'essa camada que não sabe ao certo o que quer, que não sabe para onde vai, mas que está prompta para destruir, e tem a malquerença innata aos que, na lucta pela vida, conseguiram pelo esforço honesto e perseverante conquistar o seu logar ao sol. Não ha entre elles um operario, como os que se reúnem em gréve na Europa, quando entendem que o capital não se contenta com o lucro que razoavelmente lhe toca, e usurpa a parte que pertence ao trabalho. Não ha entre elles o perseguido politico, como na França de Napoleão, porque o filhotismo no Brazil ainda não chegou a perseguir o adversario; nem como na Allemanha de Bismarck, nem como na Russia, que tem o caminho da Siberia sempre aberto a todas as vinganças. Não ha entre elles o judeu, a quem se faz a guerra a pretexto de religião, mas que na verdade se combate, porque se vê como em suas mãos fructifica o vintem do velho Rotschild. Não ha entre elles nem mesmo o escravo, e esse teria pelo menos tanta razão como os irlandezes, para ir á rua clamar pelo direito de ser homem.

Não são opprimidos, são simplesmente desordeiros; e foram representados por uma imprensa que não tinha outra idéa senão esta:—atacar o que estava de pé.

Não vai n'isto a supposição de que, fóra d'esse grupo, tudo o mais na nossa sociedade era são e impolluto. Longe d'isso. Mas o certo é que para os males que minam muitos dos que parecem bons, o remedio não podia vir d'essa imprensa que não era um cauterio, antes um stygma; sem contar que, de envolta com os vicios occultos que por ventura apontava, as mais das vezes comprazia-se na calumnia e no insulto.

O outro elemento de vida d'esses jornaes foi a curiosidade parva de um povo que se aborrece, e a quem até a torpeza serve de distracção.

Ha uma quantidade de gente, que se suppõe seria, que vive honradamente do seu trabalho, mas que não sabe empregar decentemente as suas horas de descanso.

Essa gente não vai ao theatro, que definha; não lê um livro, que fica nas prateleiras dos editores, quando consegue sahir da gaveta do escriptor; não vai mesmo a um jardim, alimentar ao menos o corpo com um pouco de ar puro. Uma boa parte d'essa gente tem manifesta predilecção pela imprensa que diffama; a obscuridade colloca-a ao abrigo de ataques, de modo que, não receiando que lhe chegue a sua vez de ser insultada, folga em ver atados a um pelou-

rinho uns tantos homens, a quem aliaz continúa a tirar muito gravemente o chapéu.

Como litteratura, o seu ideal é um artigo muito forte. Muito forte é o artigo que diz as ultimas insolencias seja a quem fôr, com razão ou sem ella — pouco importa — porque esse genero de leitores não procura no artigo a prova da allegação. Tambem pouco lhe importa saber de quem parte a pedra, porque se habituou a ver que, para atirar a primeira on a ultima, já se não faz preciso ter a pureza de consciencia, que o Christo pedia aos que accusavam a adúltera.

Muitos d'elles liam ostentadamente nos bonds esses escriptos, que têm custado tantas lagrimas, e suspiravam pela continuação do escandalo no proximo numero, como um amator de litteratura barata anceia por um folhetim de Montepin, em que ha muitos malvados que triumpham no primeiro volume e são desmascarados no ultimo.

De resto, não têm propriamente maldade no que fazem. O tremendo fim do desgraçado que mais cooperou para essa obra, não os impressionou muito mais que qualquer dos seus escriptos. Não tendo medido o alcance do desatino em que elle ia, não avaliaram o horror do ultimo transe por que passou. E se se disser aos leitores assiduos do *Corsario* que lhes cabe uma parte da responsabilidade na morte d'aquelle homem, que deixou viuva e filhos, e a quem elles estimularam a proseguir no seu erro, amparando-lhe a industria, ficarão muito admirados, e não comprehenderão talvez que se lhes impute cousa tão extravagante, e que estava tão longe de suas intenções.

Não menos se indignarão alguns homens de talento e de posição definida que em tempo collaboraram — não abertamente, mas collaboraram — n'esse jornal, se se lhes disser que foi o apoio d'elles que levou o infeliz aos ultimos desatinos.

Não ha negar que os primeiros numeros d'esse periodico traziam uns artigos, que trahiam pennas adestradas, e manejadas por individuos que conheciam os homens e as cousas do paiz. O publico chegou a inquerir e a apontar nomes. Ao fim de algum tempo, esses artigos deixaram de apparecer, e o jornal entrou a occupar-se quasi exclusivamente da vida particular dos cidadãos, produzindo assim fructos detestaveis as sementes que tinham sido deitadas á terra por mãos imprudentes e pouco escrupulosas.

O resultado foi o que se viu: um assassinato em plena

rua, á vista da auctoridade, que o não poude impedir, apesar de ver que allí estavam ostensivamente os grupos ameaçadores; que não teve força para deitar a mão a um só de entre elles; e que ainda até hoje, ao cabo de quasi dous mezes, não sabe os nomes dos auctores do repugnante crime, ou, se o sabe, não se anima a dizel-o, ou não o quer dizer, para que o acto barbaro passe como a consequencia natural dos erros da victima.

Por essa occasião, deram-se correrias pela cidade, e não houve força publica que as impedisse.

Depois de alguns dias, porém, começou a reacção. Novos homens foram chamados com o fim expressamente manifestado de pôr cobro a esta ordem de cousas.

Achavam-se em face de uma organização policial deficiente, e tendo de ser guiados por uma lei que lhes não facultava meios de conter os elementos perturbadores da tranquillidade publica.

Tendo de fazer alguma cousa, que lhes era imposta pela urgencia das circumstancias, e sabendo que tinham por si a opinião sensata, fizeram o que puderam, passando um pouco por cima da lei, a bem d'esta outra lei geral, que intima que se ponham os bons ao abrigo dos máus.

Prolongaram um estado provisório, á espera de medidas definitivas, que se demoraram. Duranté esse tempo, ás más paixões fermentaram e fizeram explosão.

O publico sabe o que se passou esta semana na casa de Detenção; e se chamamos a sua attenção outra vez para esse caso, é para demonstrar-lhe que já ha n'esta cidade gente capaz de tudo.

Retidos em uma prisão, sem armas, sem auxilio, a não ser o que lhes vinha do proprio numero, esses homens ou-saram revoltar-se, arrombar portas, apresentar uma resistencia séria, e, se não tivessem sido promptamente reprimidos, viriam trazer para a rua mais uma vez a desordem.

Imagine-se, pelas tropelias anteriores, o que fariam elles agora, sabendo que a auctoridade cogita seriamente em castigal-os, e que parece querer acabar com o tempo em que todos os delictos ficavam impunes.

Não somos suspeitos n'esta casa, de grandes affeições á auctoridade que se desvia do estricto cumprimento de seus deveres; temos demonstrado que, mesmo em pequenas cousas, não convém deixal-a entrar pela arbitrariedade, para que lhe não fique o costume; mas, chegados ao ponto

a que chegámos, é razoavel negar á auctoridade os meios de deixar trabalhar a população honesta?

Pois já não basta que o empenho tantas vezes apadrinhe os fortes, é ainda necessario que a imprevidencia da lei deixe o campo aberto aos máus, não reprima as primeiras manifestações de seus instinctos perversos, e cruze os braços até que elles cheguem ás ultimas atrocidades, para então punil-os?

Será justo e humanitario consentir que cada um d'esses homens chegue primeiro ao assassinato, para então corrigil-o com as galés? Acresce que justamente as galés não corrigem ninguem; matam, depois de ter embrutecido.

Se o que ha n'esses homens de máu, se o que os torna nocivos á sociedade, merece uma repressão; por outro lado o que ha n'elles de bom, o terreno árido que ainda ninguem cultivou, impõe a uma sociedade bem constituida o dever de dedicar-lhes os seus cuidados.

A maioria d'esses homens póde ainda ser transformada em cidadãos uteis, n'esta terra onde o trabalho abunda e os braços escasseiam. E' fazer bem a elles mesmos e á sociedade, tiral-os do meio em que se perverteram, e encaminhal-os melhor.

Diz-se que é perigoso entregar taes armas ao arbitrio da policia, cujas tendencias são para o abuso da auctoridade; mas convém não esquecer que a policia no caso, está lidando com conhecidos velhos.

Ha entre os presos pelas ultimas desordens individuos que já têm cumprido sentenças; ha outros que occupam largo espaço nos archivos policiaes, e que não têm sido punidos, porque o empenho os protegia até aqui; mas elles levaram longe o abuso, confiaram por demais na impunidade, e a prova ahi está na longa detenção que têm soffrido, sem que uma voz se levante em seu favor.

Sejam agora cuidadosamente examinadas as suas fés de officio, consulte-se a longa historia de delictos mais ou menos graves que cada um tem commettido, e veja-se o que é possivel fazer-se a bem dos que ainda são susceptiveis de emenda. Quando elles se convencerem de que já ninguem os quer para instrumento de paixões más, ou mesmo de pequenas vaidades, e reconhecerem mais, que são insufficientes para caminhar por conta propria, e levar a cabo a unica obra de que são capazes actualmente, isto é, a obra de destruição, hão de curvar-se á necessidade de seguir o

trilho commum, o unico que póde dar resultados sérios, o que vai pelo trabalho á tranquillidade.

Magôa-nos profundamente o spectaculo vexatorio da escravidão. O assassinato de feitores e senhores é uma barbaridade; mas ninguem sabe d'esses factos sem se lembrar da historia de tres seculos de soffrimento; e quando assistimos, como na semana passada, ao spectaculo repugnante pobre homem coberto de feridas e vergado ao peso de um de um ferro infamante, faz-nos tremer o pensar que esse que conseguiu fugir, não tinha percorrido ainda toda a via dolorosa cujo segredo guardam os cemiterios particulares.

São tristes excepções, bem o sabemos, estes requintes de maldade ás victimas de uma instituição que nada justifica; mas não são tão raras que não contrabalancem as revoltas d'aquelles a quem resta um pouco de sangue. Com a differença, porém, em favor dos opprimidos, que estes, quando se rebellam, fazem de um momento a obra da sua vingança, e matam; ao passo que o que elles soffrem, é o longo martyrio de todos os dias, durante muitos annos.

Em presença de tanto soffrimento, o que pódem allegar os presos que se revoltaram na Detenção? Elles não tinnham sido privados do direito ao trabalho, não tinnham sido arrancados aos braços maternos, não eram perseguidos, não eram martyrisados; eram vadios e turbulentos, abusaram largamente da imprevidencia da lei, e, mais do que isso, da fraqueza da auctoridade. Não quizeram ser uteis nem a si nem á sociedade. A' sociedade compete fazer o bem que elles descuraram.

24 de Dezembro

SUMMARIO.— A questão do ensino.— O ensino leigo e o ensino religioso.— Privilegio dos padres.

A calma que reinou durante a semana dá nos folga para voltar a uma questão, que a urgencia de materia nos tem forçado a deixar de parte: a questão do ensino.

O actual inspector geral da instrucção publica da côrte é um dos fundadores da Liga do Ensino, e esta tem a sua razão de ser na necessidade de comprovar praticamente a vantagem do ensino completamente leigo.

Esta idéa tão propria d'este seculo, esta idéa tão perfeitamente tolerante, é de caso pensado combatida pelos amigos do ensino religioso, que se confessam impotentes para fazer proselytos entre homens, e querem lançar os germens de suas idéas aos espiritos desprevenidos das crianças.

Em se lhes fallando de ensino leigo, elles bradam que se quer propagar o atheismo, que não ha sociedade possível sem a idéa de Deus, e accrescentam, com uma modestia exemplar e um grande respeito pelas convicções alheias, que não comprehendem a moral sem a religião. Como se fóra dos que seguem a religião d'elles não houvesse gente honesta, e como se entre os que a seguem não houvesse individuos provadamente immoraes.

No entanto, de tantos proselytos que tem o ensino leigo, os mais numerosos não são os que entendem que não convém dar ás crianças sentimentos religiosos; o que

elles querem todos é que a escola dê unicamente a instrução, e que essa seja uniforme para os filhos dos crentes de todas as religiões, que receberão em familia as idéas religiosas de seus pais.

Os amigos do ensino religioso querem, pelo contrario, utilizar na escola o prestigio do mestre sobre o alumno para inculcar-lhe principios religiosos, que os votarão desde a infancia a um determinado partido politico, porque convém não esquecer que o catholicismo actual constitue um grande partido, que milita activamente na politica de todos os paizes.

Pela indole do nosso povo, pelos nossos habitos, temos estado até hoje livres de tal influencia, e, embora nos antigos collegios se ministrasse ensino religioso, nunca este foi dirigido de modo systematico, nunca teve segunda intenção, de maneira que o resultado é isto que se vê, o povo brasileiro não é fanatico.

Rechassados de outros paizes, onde a propaganda já estava produzindo fructos, os educadores procuram agora montar aqui os seus arraiaes, e, se contra elles não lutarmos em tempo, ver-nos-hemos em breve a braços com uma geração de discipulos seus, occupando todos os postos, e destruindo apaixonadamente a obra de tolerancia em que assentam todas as liberdades de que gozamos.

Em um paiz de tão vasta extensão territorial, abrangendo regiões de climas tão diversos, seria insensatez esperar povoal-o e dominar todos os seus povoadores com uma crença unica, que não só é incapaz de satisfazer á razão de alguns, mas chega a repugnar á de muitos. De elementos esparcos em tão vasta zona e sujeitos a influencias tao discordantes só é possivel fazer uma collectividade, erigindo a tolerancia como um principio primordial, de modo que os interesses particulares e as crenças individuaes circulem só no intimo das familias, nas pequenas aggregações locaes, deixando livres os espiritos para a apreciação dos interesses do grande numero, para a accumulção dos esforços na obtenção do bem commum.

Essa tolerancia só póde ser obtida, se o Estado, que ministra o ensino, que é obrigado hoje a ministrar-o, e que em breve obrigará todo o cidadão a recebê-lo, o desligar completamente de qualquer influencia capaz de fazer preponderar, no espirito geral da população, uma idéa de seita em prejuizo das que lhe são adversas.

Para povoar este vasto paiz e utilizar-lhe as riquezas precisamos appellar para todas as nações adiantadas, onde a actividade de trabalho já leva quasi esgotados os recursos da terra, e onde uma parte da população já não encontra o bem estar, que aqui superabunda. Não é o Brazil o unico paiz do mundo em que os braços escasseiam; ha ainda muita terra virgem, que clama pelo braço do trabalhador, e a nação que mais se adiantar em esforços intelligentes, aquella que melhor comprehender o espirito do seu tempo, será a que occupará a vanguarda dos paizes novos, que tem de deslocar em breve prazo o centro da grande actividade humana.

Para chegarmos a este resultado é indispensavel que o immigrante possa viver no nosso paiz como viveria no seu, com as suas crenças respeitadas, com as suas idéas influindo na marcha dos negocios, na parte em que estes mais directamente lhe interessam; é preciso que o filho do israelita não seja objecto de ludibrio, em uma escola em que o mestre catholico insinua a uns tantos discipulos uma supposta inferioridade do outro, ou que não seja mesmo obrigado a privar-se da instrucção, que o póde levar a altos destinos, para evitar a falsa posição em que o colloca a escola religiosa; é preciso que n'esse terreno neutro se encontrem e confraternisem os filhos dos europeus do meio-dia, que ainda têm por chefe supremo o prisioneiro do Vaticano, e os dos europeus do norte, que submitteram as antigas crenças á depuração da Reforma.

Isto não impedirá que em familia cada um eduque seus filhos como entender; isto não impedirá que os crentes se reunam para ter a sua igreja, mantel-a, frequental-a, e fazel-a respeitar por todos, sob a garantia da lei, e, mais ainda, sob a garantia do respeito reciproco, porque cada um respeitará a crença alheia, para ver respeitada a propria.

Nós nos arredaremos d'este ideal, se desde já não abirmos os olhos, se desde já não contraminarmos o trabalho lento, silencioso, mas tenaz e perseverante, que se vai ahi fazendo.

O numero de collegios dirigidos por padres tem augmentado de um modo sensivel; a importação d'esses educadores cresce de dia a dia, e, como são habeis e sabem até que ponto convem fazer concessões, insinuam-se a pretexto de ensinar bem e lançam os germens de um partido, de que elles são os instrumentos e cujas cabeças estão fóra

do paiz, e não cuidam do bem do paiz, que exploram como preciosa mina.

Isto quanto aos que sabem; mas ha tambem outros que são pessimos professores, que apenas podem ministrar conhecimentos rudimentares e que constituem o grosso do exercito que nos ameaça.

Que nos conste, nem uns nem outros são submettidos a provas de capacidade professional, sendo todos dispensados por influencia de uns tantos personagens, que sympathisam com elles e os protegem.

Os medicos estrangeiros que querem clinicar no Brazil são obrigados a dar perante as nossas faculdades provas de suas habilitações; não que as faculdades brazileiras se considerem ou mais competentes, ou mais moralisadas que as outras, mas essas provas dão ensejo de verificar a identidade do portador do diploma.

Com os professores congreganistas o caso é muito mais simples. Os chefes, que os exportam, permitem umas vezes, outras impõem-lhes mudança de nome, para apagar a lembrança de algum acto menos recommendavel praticado no paiz de que sahem. Com esses nomes de guerra chegam aqui os congreganistas, encontram todas as facilidades para educar a mocidade e influir assim de um modo directo sobre os nossos destinos.

E' curioso comparar a facilidade que taes padres encontram da parte das auctoridades para o exercicio do magisterio, com a difficuldade que lhes oppõe o bispo diocesano para consentir-lhes que exerçam o sacerdocio. E' singular que seja exactamente o bispô que tenha mais cautelas com certos padres, naturalmente porque conhece a historia de frequentes abusos, ao passo que as auctoridades temporaes se mostram em relação a elles de uma credulidade, que deve acoroçoar todos os máus a transferirem para aqui os seus arraiaes.

Faça o Sr. inspector geral a estatistica dos padres e irmans de caridade que n'esta côrte exercem o magisterio, examine os seus titulos de habilitação, peça-lhes attestados fidedignos de seus serviços nos paizes de onde vieram, publique o resultado de suas investigações, para que ao menos alguns pais, que não têm o espirito de todo obcecado pelas suggestões do fanatismo, possam avaliar a capacidade d'aquelles a quem entregam a educação e, portanto, o futuro de seus filhos.

Ver-se-há então, talvez, que não só andamos distanciados do ideal que consiste em separar da escola o ensino religioso, mas ainda nos distanciamos mais, permittindo que o ensino religioso tenha a primazia na escola, e que esta lhe seja tolerada a ponto de se não exigir de taes educadores os predicados considerados indispensaveis para os educadores leigos.

Lembre-se o Sr. inspector geral, cujo modo de pensar a este respeito nos é revelado pelo facto de estar entre os mais activos fundadores da Liga do Ensino, que os esforços d'esta sociedade serão inuteis, se não se tomar cautelas em tempo para evitar que todas as portas sejam occupadas pelas sentinellas do ultramontanismo. Os que os protegem ainda não-sahiram abertamente a campo, mas não hesitarão em fazel-o, quando se accentuár o apoio que encontram em altas regiões. Então a lucta será difficil. Hoje seria suave cumprir simplesmente a lei, e não consentir no odioso privilegio de que gozam justamente aquelles que nos podem ser prejudiciaes.

SUMMARIO.—Revista do anno.—O Sr. Maciel e a hygiene publica.—A conversão dos bens dos frades.—A iniciativa particular.—O *Brasil* e o partido conservador.

Na semana que findou, nada houve que occupasse o espirito publico; aproveitemos o ensejo, para passar em rapida revista os acontecimentos do anno que hoje expira.

Tivemos logo em começo a questão da Copacabana, que em tão larga escala contribuiu para celebrar o Sr. senador Avila. E' inutil recordar o que está na memoria do publico: que o ministro pendia para a Botafogo, e afinal decidiu contra ella; que appareceram trinta mil explicações para esse procedimento; que a companhia de Botafogo recorreu para o conselho d'Estado, e que ao seu recurso reuniu documentos em que provava que na questão andavam envolvidos altissimos personagens, de senadores e ministros para cima. Depois de toda essa balburdia, foi rescindido o contracto pelo actual ministro da agricultura; diz-se que o Conselho d'Estado nega razão á Botafogo; e o resultado final é este: ainda está por construir a linha de bonds da Copacabana, projectada ha longos annos e reclamada instantemente pelos moradores do logar e por toda a população da cidade, que deseja gosar mais aquelle beneficio.

Tivemos a vexatoria nota do ministro italiano sobre a malfadada questão Tripoti, que está até hoje sem solução.

Em seguida, a demissão do engenheiro Calaça, que tinha tomado a sério a sua missão de fiscal da estrada de ferro das Alagoas. A demissão lavrada pelo ministro Avila

continha acres censuras ao engenheiro; este trouxe a publico um capitulo da triste historia da advocacia administrativa—que floresce no paiz—e algum tempo depois foi nomeado para outro cargo importante pelo ministro actual, o Sr. conselheiro Penna, o que demonstra que o Sr. engenheiro Calaça continúa a ser digno da confiança dos homens sérios, e que as suas palavras não devem ser atiradas ao vento.

Assistimos depois ás violencias do Sr. Carlos Affonso, como ministro da guerra. Houve o caso Frias Villar, e o caso da remoção de officiaes, accusados de discutirem anonymamente pela imprensa os actos do ministro. Simultaneamente, a energia do ministro pareceu ceder ante um capricho do Sr. conde d'Eu, capricho que ficou muito mal á sua posição de marechal do exercito, e que o Sr. Carlos Affonso não explicou com tanto calor e segurança como fez em relação aos outros actos seus, que levantaram na opinião grande celeuma contra o seu nome.

O exercito não gostava do Sr. Carlos Affonso, e os artigos anonymos, que o ministro attribuia a este ou aquelle official, não foram as unicas manifestações do seu desagrado. Todas estas, porém, eram indicio de indisciplina, porque nem uma foi feita pelo meios regulares. Cartas anonymas, dísticos offensivos pelas paredes, mofinas crueis, nada foi poupado contra o ministro. Hoje, que já lá vão longos mezes, e que é ministro da guerra o Sr. Rodrigues Junior—a antithese do Sr. Carlos Affonso—a gente pergunta a si mesmo, se de outubro para cá, antes do dia 25 e depois do dia 25, as cousas se teriam passado como se passaram, se á testa da secretaria da guerra estivesse ainda aquelle homem, a quem se chamou doudo, mas que em todo o caso—permitta-nos a phrase o Sr. Rodrigues Junior—era mais homem que o seu successor.

Um ministro da guerra mais energico ter-nos-hia poupado a vergonhosa scena a que assistimos? Se a não tivesse podido evitar, teria auxiliado mais efficaçmente o andamento do inherito? E' difficil responder terminantemente a questões d'esta ordem; mas é innegavel que o Sr. Carlos Affonso tinha uma dóse de energia para affrontar resistencias, que fallece inteiramente ao pacato cidadão que hoje dirige a repartição da guerra.

Em maio passámos sete dias sem governo, e nem por isso passámos peor. Esteve-se á espera de um homem honesto, o Sr. Saraiva, que estava na Bahia; depois, an-

dou-se a offerer o governo aos que tinham sido indicados por elle; não se consultou a camara dos deputados, que derrubára o ministerio Paranaguá; e finalmente organisou-se o ministerio Lafayette.

Durante as hesitações, chegou-se a pensar que tinha soado a ultima hora da situação liberal, e os conservadores pensavam em tomar suavemente conta do poder, n'essa occasião.

Contra a geral expectativa, o Sr. Lafayette conseguiu levar a cabo a tarefa que tinha feito recuar os chefes do seu partido. Apresentou-se á camara com um programma, de que nunca mais se fallou. Entre as promessas d'elle, figurava uma relativa á questão servil; foi a unica que teve um simulacro de andamento, pela apresentação de um projecto, que morreu de inviabilidade, porque n'elle vinha uma proposta de impostos, e o Sr. presidente do conselho tinha se esquecido de que a iniciativa de impostos é exclusiva da camara dos deputados.

Foi realmente esquecimento, erro, de um homem tão versado em direito? Ou foi simplesmente manha de ministro? Tudo póde ser.

Do mais que dizia o programma, não se tem pensado. O Sr. Lafayette, que não era uma influencia no seu partido, e que organisou um ministerio por delegação dos chefes, foi recebido na camara com o apoio imposto aos correligionarios pelo susto que lhes causára o interregno governamental, e a ameaça de ascensão do partido contrario.

Logo depois da organização do actual gabinete, o Sr. ministro do imperio revelou-se capaz de enfrentar com vontades superiores. Quiz legalisar as despesas do Congresso de Instrução, o que deu em resultado impedir a reunião do Congresso, que estava destinado a ser irregular.

Manda a justiça reconhecer que o Sr. Maciel, homem novo e independente, tem sido um ministro razoavel, e que é verdadeiramente para lastimar aquella triste historia do alfandegamento de Pelotas, em que o metteu uma folha amiga do governo.

S. Ex. parece ter-se occupado algum tanto com a questão de hygiene da cidade, isto é, com uma das mais importantes questões que convém estudar, porque entende directamente com o futuro do paiz. Não diremos que S. Ex. salvou a patria, creando as duas commissões vacinico-sanitarias; mas emfim esse ensaio póde levar-nos á organização de um serviço satisfactorio. Muito mais im-

portante beneficio está S. Ex. prestando, tornando effectivo o projecto, ha tantos annos concebido, e reconhecido indispensavel para a salubridade publica, do fechamento de alguns cortiços, e determinação precisa da lotação dos outros.

Todas as vezes que se tentou executar esta medida, esbarrou-se, ora no empenho, ora na difficuldade pratica. O Sr. Maciel mandou fechar em 48 horas os cortiços condemnados, e alugar casa para os moradores desalojados.

E' igualmente um acto de energia a publicação do regulamento para conversão dos bens de ordens religiosas, em virtude de um decreto que tem treze annos de data, e que nunca foi executado.

Ha quem ache curto o prazo marcado pelo ministro, para effectuar-se a conversão; ha, porém, um motivo que nos leva a applaudir essa resolução: os governos n'este paiz não são estaveis; o governo actual não tem serviços que o recommendem, nem grandês garantias de vida; o ministro que quizer realmente fazer alguma cousa, e não publicar documentos só para fazer figura, precisa realmente andar depressa, para chegar a tempo de pôr em pratica o que pretende fazer. N'esta questão, hão de chover os empenhos em favor, não tanto dos frades, mas dos que vivem á sombra dos conventos, e lhes sugam o melhor das rendas; dilatar o prazo, é dar-lhes tempo para a lucta, que, se fôr demorada, acabará pela victoria dos fortes contra o thessuro, que em regra é quem perde, quando o patronato sai a campo.

Poderá tambem ser levado a beneficio do Sr. conselheiro Maciel o seu procedimento com a Illma. camara municipal da côrte? Não ha negar que S. Ex. fechou os olhos ao que alli se passava durante mais tempo do que era razoavel fazer; finalmente decidiu-se, e suspendeu todos os vereadores effectivos e não convocou os supplentes.

E' isto perfeitamente regular?

A cousa é discutivel; o que se não póde pôr em duvida é que o publico viu com satisfação cessarem as scenas de desordem que se davam no edificio da municipalidade.

O Sr. Maciel foi felicitado em plena camara por um dos mais prestigiosos membros do partido conservador, o Sr. Ferreira Vianna; de nenhum outro recebeu opposição manifesta; e o órgão do partido n'esta côrte, o *Brazil*—á parte a questão da alfandega de Pelotas, e a questão de principios na suspensão dos vereadores, discutida tibiamente

—não lhe faz guerra especial. E', pois, um ministro que se salva, como se salva o Sr. conselheiro Penna, que tem sido energico e moralizador na sua repartição.

Houve mesmo uma occasião em que o Sr. Maciel chegou a ser agradável aos conservadores, demittindo da presidencia da provincia do Rio de Janeiro o Sr. Gavião Peixoto, que era um partidario ás direitas, que preparava a machina eleitoral sem fazer conchavos com os adversarios, rompendo assim com as tradições recentes de seus antecessores.

E pouco mais ha que respirar na vida politica durante o anno que hoje finda. A sessão legislativa foi esteril: os liberaes não trabalharam, e os conservadores fizeram ao governo uma guerra frouxa. Ficou por fazer a reforma da instrucção publica, apesar do luminoso parecer do Sr. Ruy Barbosa; ficou por fazer a reforma do serviço de hygiene, apesar de apresentado o parecer da commissão respectiva; não se fallou mais nos impostos provinciaes, que foram a causa da quêda do ministerio Paranaçuá; não se cuidou da emancipação dos escravos, que é a questão que mais tem preocupado o espirito publico n'estes ultimos annos; não se cuidou de colonisação e organisação do trabalho livre; não se cuidou da grande naturalisação, do casamento civil, e de todas as medidas d'esse genero, que tornariam o paiz sympathico ao immigrante europeu; e convém dizer que, se uma voz se levantou na camara para lembrar a necessidade de adopção d'essas medidas, essa voz foi a de um conservador, o Sr. Taunay, que póde dar lições de liberalismo até a alguns dos nossos liberaes que já fizeram escalas pela republica.

Em compensação, se o governo nada fez para nos levar para diante, se nada fizeram as camaras, alguns cidadãos que têm melhor comprehensão dos destinos do paiz, e que acabaram de convencer-se que não convém esperar sempre pelo governo, metteram hombros a emprezas promettedoras de beneficos resultados.

Vimos o que fez durante este anno o Centro da Lavoura e do Commercio, que já é uma esplendida realidade; vimos organizar-se a Sociedade Central de Immigração e a Liga do Ensino, que são promessas lisongeiras.

Vimos a opinião publica agitar-se, mais que de costume, ante um facto monstruoso, o assassinato de um homem em frente á repartição da policia, agitação que collocou o governo na mais falsa posição, e que o teria vencido,

se a opinião publica não fosse ainda aqui uma entidade embryonaria.

O que nos trará o anno que entra ?

Não é facil prevel-o. A situação liberal está liquidada, é isto o que pensam todos. Os actuaes ministros, encarregados de a manter, não poderão talvez resistir ao embate dos despeitos que terão levantado alguns de seus pequenos actos de administração, porque não é possivel ter contentado todos os amigos, embora se tenha feito larga distribuição de graças.

Virão talvez os conservadores.

O que se não póde, é dizer o que virão elles fazer. Na camara, o partido não revelou ter preparado um programma de governo ; na imprensa, os conservadores, representados na capital pelo *Brazil*, têm-se esquivado ás grandes discussões de principios, e limitam-se a censurar, ora este, ora aquelle ministro, por nomeações sem importancia e questões secundarias, de que podem ser arguidos todos os governos.

Se a situação atravessar ainda este anno a sessão parlamentar, os conservadores conseguirão talvez maioria, se os ministros de então quizerem cruzar os braços, á maneira do Sr. Saraiva ; mas se funcionar o machinismo da guarda nacional, montado pelos Srs. Moura e Prisco, e se o programma, que esse machinismo revela, fôr realiado, a camara futura terá menos conservadores que a actual ; isso não os impedirá de subir, como até aqui têm subido sempre os partidos—quando approuver ao Imperador.

Sabe, porém, o paiz o que virão cá fazer os conservadores ? A julgar pelas discussões das camaras, e pelos artigos do orgão conservador e dos defensores anonymos do governo, os programmas são identicos, e tanto ha a esperar de uns como de outros.

Confessemos que a perspectiva é pouco risonha, e que a nação não tem por emquanto elementos que lhe indiquem para onde deve voltar as suas esperanças.

Chegamos a 1884 como tínhamos chegado a 1883:—sem ter dado um passo.

E' triste, mas é verdade.

L-8 C-43

M. J. T.